



Ribeira Grande

Plano Estratégico e Operacional de
Desenvolvimento 2014-2020

CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO



Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-02235 | NOVEMBRO 2014

Ribeira Grande

Plano Estratégico e Operacional de
Desenvolvimento 2014-2020

CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO

Sociedade Portuguesa de Inovação

PR-02235

NOVEMBRO 2014

ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL.....	4
1.1. O concelho da Ribeira Grande	4
1.2. A integração do concelho na Ilha de São Miguel.....	14
2. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO	18
2.1. População	19
2.2. Emprego	29
2.3. Educação	35
2.4. Poder de compra	41
2.5. Economia.....	45
2.6. Empresas	72
2.7. Património natural e paisagístico.....	78
2.8. Orla costeira	94
2.9. Gestão da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos	102
2.10. Eficiência e autonomia energética	108
2.11. Ocupação urbana.....	112
2.12. Equipamentos coletivos	137
2.13. Património histórico e cultural	150
2.15. Condicionantes legais	177
3. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO.....	181
3.1. Questões a refletir para a definição da estratégia de intervenção	182
3.2. O contexto de desenvolvimento dos Açores.....	184
3.3. Os desafios e a visão Açores 2020	186
3.4. Prioridades do financiamento comunitário para 2014-2020	189
3.5. Uma perspetiva de desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande	191
3.5.1. Um território diversificado, com identidade própria e uma posição central	191
3.5.2. Modernizar a economia, inovar e qualificar os recursos humanos.....	192
3.5.3. Requalificação urbana e ambiental do território	195
3.6. Análise SWOT.....	198

4. QUADRO ESTRATÉGICO DE REFERÊNCIA	205
4.1. Documentos estratégicos e programas de financiamento relativos ao período 2014-2020.....	205
4.1.1. Estratégia Europa 2020 e Quadro Estratégico Comum 2014-2020	205
4.1.2. Portugal 2020 – Acordo de Parceria	209
4.1.3. Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores (RIS3).....	211
4.1.4. Programa Operacional para os Açores 2014-2020	214
4.1.5. Sistema de Incentivos Competir +.....	216
4.1.6. Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias (MAC) 2014-2020	220
4.1.7. Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+) e POSEI+	223
4.1.8. Estratégia e Programa Operacional Mar 2020.....	231
4.2. Instrumentos de Gestão Territorial e Outros Planos	232
4.2.1. Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores	232
4.2.2. Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Miguel	235
4.2.3. Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores.....	236
4.2.4. Revisão do Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande.....	239
4.2.5. Plano Estratégico da Ribeira Grande	240

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Superfície (km ²) da ilha de São Miguel dividida por concelhos.	4
Figura 2. Enquadramento regional.	5
Figura 3. Enquadramento local.....	6
Figura 4. Concelhos limítrofes e limites das freguesias do concelho da Ribeira Grande.	7
Figura 5. As diferentes zonas do concelho da Ribeira Grande.....	8
Figura 6. Vista sobre a 'zona nascente' do concelho da Ribeira Grande.....	8
Figura 7. Vista sobre a 'zona centro-cidade' do concelho da Ribeira Grande.	9
Figura 8. Vista sobre a 'zona poente' do concelho da Ribeira Grande.....	9
Figura 9. Localização da bacia leiteira da Lomba de Fenais da Ajuda, Lomba da Maia e Maia.	10
Figura 10. Imagem do território da bacia leiteira da Lomba de Fenais da Ajuda, Lomba da Maia e Maia.	11
Figura 11. Campos de chá e apanha da folha de chá.....	11
Figura 12. Fábricas de chá da Gorreana e de Porto Formoso.	12
Figura 13. Porto de Pesca da freguesia do Porto Formoso.....	12
Figura 14. Zona rural interior.....	13
Figura 15. Vistas áreas do Campo de Santana.	13
Figura 16. Distância da Ribeira Grande a Ponta Delgada e Lagoa	14
Figura 17. 'Triângulo urbano' formado pela Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa.....	15
Figura 18. Variação da população residente nos concelhos mais populosos da RAA, entre 2001 e 2011.	19
Figura 19. Variação da população residente nos concelhos da Ilha de São Miguel entre 2001 e 2011.	20
Figura 20. Densidade populacional nos concelhos da NUTS II da RAA e em Portugal Continental em 2012.	21
Figura 21. População Residente nos concelhos da ilha de São Miguel.....	21
Figura 22. Evolução da população residente nos últimos 100 anos no Concelho.....	22
Figura 23. Evolução da população residente nos últimos 100 anos no concelho, na cidade e nas freguesias de Rabo de Peixe, Matriz e Conceição.....	23
Figura 24. Evolução da população residente nas freguesias do concelho da Ribeira Grande.	24
Figura 25. População residente por freguesia.....	25
Figura 26. Taxa Bruta de Natalidade (‰) para as freguesias do Concelho da Ribeira Grande.....	26
Figura 27. Taxa de desemprego dos concelhos da Região Autónoma dos Açores.	31
Figura 28. Taxa de desemprego por freguesias do concelho da Ribeira Grande, entre 2001 e 2011..	32
Figura 29. Taxa de desemprego por zonas do concelho da Ribeira Grande.....	32
Figura 30. Taxa de desemprego relativa aos anos de 2011, 2012 e 2013 para a RAA.....	34
Figura 31. Número de beneficiários do rendimento social de inserção para a RAA.	34

Figura 32. Variação da taxa de analfabetismo em Portugal, na NUT III da RAA e nos concelhos da Ilha de São Miguel, em 2001 e 2011.	35
Figura 33. Taxa de Analfabetismo (2011) para os concelhos da Região Autónoma dos Açores.	37
Figura 34. Taxa de abandono escolar por freguesias no concelho da Ribeira Grande.	38
Figura 35. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por freguesia com o ensino superior completo.	38
Figura 36. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por freguesias com pelo menos o ensino secundário completo.	39
Figura 37. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por freguesias com pelo menos o 3º ciclo de ensino completo.	40
Figura 38. Indicador do Poder de Compra per capita por município, na RAA, em 2011.	41
Figura 39. Evolução do Indicador per capita do Poder de Compra nos Concelhos da NUT II da Região RAA, entre 2007 e 2011.	42
Figura 40. Poder de compra per capita para o concelho da Ribeira Grande entre 1993 e 2011.	43
Figura 41. Proporção do poder de compra para os concelhos da ilha de São Miguel relativa aos anos de 1993, 2002 e 2011.	43
Figura 42. Dados gerais para o concelho por setor de atividade: n.º de empresas existentes, volume de negócios das empresas, valor acrescentado bruto (VAB) e população empregada.	45
Figura 43. Mercado Municipal.	48
Figura 44. Número de Explorações Agrícolas por zonas do concelho.	49
Figura 45. Fábrica de Rações da Associação Agrícola de São Miguel.	51
Figura 46. Superfície de prados e pastagens permanentes por freguesias do concelho.	52
Figura 47. Superfície de culturas permanentes por freguesias do concelho.	53
Figura 48. Portos e Infraestruturas Portuárias - São Miguel.	54
Figura 49. Porto de Santa Iria.	55
Figura 50. Número de empresas do setor primário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e Região Autónoma dos Açores.	56
Figura 51. Volume de negócios das empresas do setor primário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e Região Autónoma dos Açores.	57
Figura 52. VAB das empresas de agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.	58
Figura 53. Parque Industrial da Ribeira Grande.	59
Figura 54. Número de empresas do setor secundário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e Região Autónoma dos Açores.	60
Figura 55. Volume de negócios das empresas do setor secundário existentes nos concelhos de Ribeira Grande e Ponta Delgada e na RAA.	61
Figura 56. Valor Acrescentado Bruto do Setor Secundário do concelho da Ribeira Grande e da RAA.	62
Figura 57. Valor das exportações no concelho da Ribeira Grande entre 2005 e 2013.	63
Figura 58. Peso do valor das exportações do concelho da Ribeira Grande no total da RAA.	65
Figura 59. Valor das Importações no concelho da Ribeira Grande entre 2005 e 2013.	65

Figura 60. Peso do valor das importações do concelho da Ribeira Grande no total da RAA.....	67
Figura 61. Valor das exportações e importações do concelho da Ribeira Grande e da RAA.....	67
Figura 62. Número de empresas do setor terciário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e RAA.....	69
Figura 63. Volume de negócios das empresas do setor terciário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e RAA.....	70
Figura 64. Valor Acrescentado Bruto do Setor Terciário do concelho da Ribeira Grande e da Região Autónoma dos Açores.....	71
Figura 65. Número de empresas existentes no setor primário no concelho da Ribeira Grande.....	72
Figura 66. Número de empresas existentes no setor secundário no concelho da Ribeira Grande.....	73
Figura 67. Número de indústrias de construção existentes no concelho de Ribeira Grande.....	74
Figura 68. Número de indústrias transformadoras existentes no concelho de Ribeira Grande.....	74
Figura 69. Número de indústrias de construção existentes no concelho de Ribeira Grande.....	75
Figura 70. VAB dos Setores Económicos do concelho de Ribeira Grande.....	76
Figura 71. Sistema de proteção e valorização ambiental da Ilha de São Miguel.....	81
Figura 72. Património natural e paisagístico do concelho da Ribeira Grande.....	83
Figura 73. Unidades de Paisagem do concelho da Ribeira Grande.....	86
Figura 74. Imagens da Caldeira Velha.....	87
Figura 75. Imagens das Lombadas.....	88
Figura 76. Lagoa do Fogo.....	89
Figura 77. Imagem das quintas de laranjais no sítio das Areias, freguesia de Rabo de Peixe.....	90
Figura 78. Complexo dos picos vulcânicos, vista poente-nascente.....	90
Figura 79. Imagem da Praia de Porto Formoso.....	91
Figura 80. Imagem da Ponta do Cintrão.....	91
Figura 81. Imagem das plantações de chá de Porto Formoso.....	92
Figura 82. Imagem da Lagoa de São Brás.....	93
Figura 83. UOPG do POOC, Áreas Degradadas a Recuperar e Praias.....	97
Figura 84. Passeio Atlântico.....	99
Figura 85. Praia dos Moinhos.....	100
Figura 86. Areal de Santa Bárbara.....	101
Figura 87. Complexo das Piscinas da Poças da Ribeira Grande.....	101
Figura 88. Recursos hídricos superficiais.....	102
Figura 89. Resíduos urbanos recolhidos por habitante por localização geográfica.....	106
Figura 90. Resíduos urbanos recolhidos por tipologia de recolha.....	107
Figura 91. Repartição por origem da energia produzida anualmente na ilha de São Miguel, 2011, 2012 e 2013.....	109

Figura 92. Repartição por origem da energia produzida anualmente na ilha de São Miguel, 2013 e 2014	110
Figura 93. Relevo da Ilha de São Miguel.....	112
Figura 94. Esquema de povoamento das ilhas (modelo de proto-ilha).....	113
Figura 95. Carta de Ocupação do Solo (COS) da Ilha de São Miguel.	114
Figura 96. Sistema urbano da Ilha de São Miguel.....	115
Figura 97. Imagens da cidade da Ribeira Grande e da vila de Rabo de Peixe.	116
Figura 98. Imagens de Calhetas e Pico da Pedra.	117
Figura 99. Imagens da Maia e de Porto Formoso.	118
Figura 100. Percentagem de processos urbanísticos por freguesia, com o acumulado em cada ano.	118
Figura 101. Sistema e ocupação urbana do concelho da Ribeira Grande.	121
Figura 102. Ocupação do litoral – focos de desqualificação e risco.	122
Figura 103. Valores absolutos (ha), valores totais da classe "espaços industriais".	124
Figura 104. Valores absolutos (ha), valores das categorias "indústria existente", "indústria proposta" e "pequena indústria e armazéns".	124
Figura 105. Valores absolutos do número de processos urbanísticos por ano.	126
Figura 106. Perímetro urbano do aglomerado das Calhetas	127
Figura 107. Perímetro urbano do aglomerado de Pico da Pedra	128
Figura 108. Perímetro urbano do aglomerado de Rabo de Peixe.....	129
Figura 109. Perímetro urbano da cidade da Ribeira Grande.	130
Figura 110. Perímetro urbano da cidade da Ribeira Grande	131
Figura 111. Unidade de Execução do Morro de Baixo-santa Bárbara e escola Básica Integrada e Parque urbano da Ribeirinha.....	132
Figura 112. Perímetro urbano dos aglomerados de Porto Formoso e São Brás.....	133
Figura 113. Perímetro urbano do aglomerado da Maia	134
Figura 114. Perímetro urbano do aglomerado da Lomba da Maia.....	135
Figura 115. Perímetro urbano dos aglomerados de Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro.....	136
Figura 116. Sistema de acessibilidades e equipamentos da ilha de São Miguel.....	138
Figura 117. Equipamentos Religiosos.	141
Figura 118. Equipamentos Educativos.	142
Figura 119. Equipamentos de Segurança Pública.	143
Figura 120. Equipamentos Desportivos.	144
Figura 121. Equipamentos de Saúde.	145
Figura 122. Equipamentos de Serviço Social e Administração Pública.....	146
Figura 123. Equipamentos de Apoio Social.	147
Figura 124. Equipamentos Culturais e Recreativos.....	148

Figura 125. Museu Municipal, Museu da Emigração, Museu do Tabaco e Casa do Arcano.	150
Figura 126. Centro de Arte Contemporânea dos Açores.	151
Figura 127. Moinho do Pascoal II.	152
Figura 128. Património Imóvel Classificado do concelho da Ribeira Grande.	155
Figura 129. Património classificado na cidade e Conjunto Protegido da Zona Histórica da Ribeira Grande.	156
Figura 130. Edifício dos Paços do Concelho e Teatro Ribeiragrandense.	157
Figura 131. Número de imóveis com interesse arquitetónico distribuídos pelas freguesias da Ribeira Grande.	157
Figura 132. Estado de conservação do património arquitetónico do concelho da Ribeira Grande.	158
Figura 133. Pormenores do estilo micaelense (cornija e varandas).	159
Figura 134. Número de edifícios de “Estilo Micaelense” presentes nas freguesias da Ribeira Grande.	160
Figura 135. Proporção da população residente que trabalhava ou estudava noutro concelho na ilha de São Miguel em 2011.	161
Figura 136. Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por freguesia (2011)	162
Figura 137. Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por freguesia (2001 e 2011)	163
Figura 138. Movimentos de saída do concelho de Ribeira Grande, por parte da população residente que trabalha ou estuda noutro concelho.	163
Figura 139. Movimentos de entrada no concelho de Ribeira Grande, por parte da população residente noutro concelho e que trabalha ou estuda no concelho de Ribeira Grande.	164
Figura 140. Proporção da população residente que trabalha na freguesia onde reside	165
Figura 141. Proporção da população residente que trabalha noutra freguesia do concelho de Ribeira Grande	166
Figura 142. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por freguesia.	167
Figura 143. Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no concelho (em 2001 e 2011)	168
Figura 144. Rede rodoviária da ilha de São Miguel.	171
Figura 145. Rede rodoviária do concelho de Ribeira Grande.	173
Figura 146. Percentagem de vias em mau estado de conservação por freguesia.	174
Figura 147. Rede de transportes rodoviário de passageiro.	175
Figura 148. Condicionantes.	180
Figura 149. O investimento comunitário disponível para 2014-2020.	208
Figura 150. Arquitetura operacional do Portugal 2020.	210
Figura 151. Espaço coberto pelo MAC 2014-2020.	221
Figura 152. Propostas de Ocupação Territorial Prioritária para o concelho.	243

ÍNDICE DE TABELAS

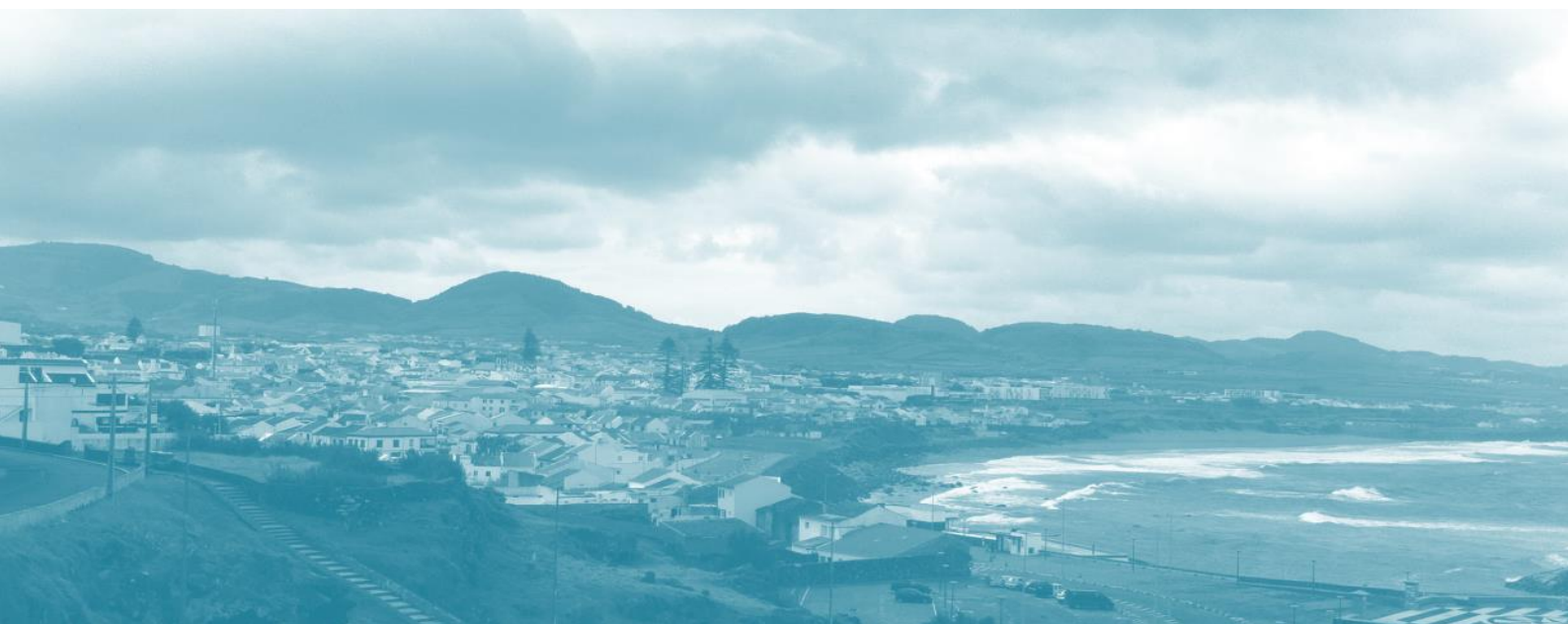
Tabela 1. População Residente por Freguesias da Ribeira Grande.	24
Tabela 2. Número de Famílias Clássicas e Dimensão por Localidade.....	26
Tabela 3. População Residente por Local de Residência e Grupo Etário.	28
Tabela 4. Número de população ativa por freguesias do concelho da Ribeira Grande.....	29
Tabela 5. Número de população ativa por sexo e zonas do concelho da Ribeira Grande.	30
Tabela 6. Número de população desempregada no concelho da Ribeira Grande por grupo etário e principal meio de vida.	33
Tabela 7. Taxa de Analfabetismo por Local de Residência.	36
Tabela 8. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por zonas territoriais com o ensino superior completo.	39
Tabela 9. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por zonas com pelo menos o ensino secundário e o 3º ciclo de ensino completos.	40
Tabela 10. Indicador per capita do Poder de Compra em alguns concelhos da NUT II da RAA, em 2011.	42
Tabela 11. Número de vacas por Exploração Leiteira.....	50
Tabela 12. Superfície de prados e pastagens permanentes (hectares).	51
Tabela 13. Superfície das culturas permanentes (hectares)	53
Tabela 14. Divisão do valor das exportações do concelho da Ribeira Grande consoante seja para mercados de países da União Europeia ou extra- comunitários.	64
Tabela 15. Valor das exportações da RAA.	64
Tabela 16. Divisão do valor das importações do concelho da Ribeira Grande consoante seja para mercados de países da União Europeia ou extra- comunitários	66
Tabela 17. Valor das importações da Região Autónoma dos Açores	66
Tabela 18. Incidência territorial dos sistemas de proteção e valorização ambiental.....	79
Tabela 19. Síntese da Caracterização das Unidades de Paisagem do concelho da Ribeira Grande. .	85
Tabela 20. Parâmetros de caracterização da ocupação urbana do concelho da Ribeira Grande	119
Tabela 21. Distribuição da indústria pelas freguesias do concelho.....	123
Tabela 22. Áreas turísticas do concelho da Ribeira Grande	125
Tabela 23. Equipamentos coletivos da Ribeira Grande.	139
Tabela 24. Indicadores de atratividade e repulsão dos concelhos da Ilha de São Miguel, Açores (2011)	164
Tabela 25. Análise SWOT	199
Tabela 26. Prioridades e iniciativas emblemáticas da EE2020.	206
Tabela 27. Metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020 e situação em 2011.....	207
Tabela 28. Objetivos do Quadro Estratégico Comum 2014-2020.	208

Tabela 29. Prioridades da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores.....	212
Tabela 30. Projetos-piloto da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores.....	213
Tabela 31. Eixos Prioritários do PO Açores.	216
Tabela 32. Eixos prioritários do MAC 2014-2020.	222
Tabela 33. Prioridades do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020.	225
Tabela 34. Correspondência entre necessidades diagnosticadas e prioridades de intervenção.....	227
Tabela 35. Medidas do PRORURAL+	230
Tabela 36. Metas do PROTA.....	238
Tabela 37. Síntese da visão estratégica.	242

LISTA DE ACRÓNIMOS

ARU	Área de Reabilitação Urbana
BVRG	Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande
CDAC	Centro de Dinamização de Atividades Criativas
CE	Comissão Europeia
CMRG	Câmara Municipal da Ribeira Grande
DGRM	Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos
DH	Domínio Hídrico
DRP	Direção Regional das Pescas
DRSS	Direção Regional da Solidariedade Social
ECEGE	Escritório de Consultadoria em Economia e Gestão de Empresas
EE2020	Estratégia Europa 2020
EDA	Eletricidade dos Açores
EFTA	Associação Europeia de Comércio Livre (European Free Trade Association)
EIRSU	Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da ilha de São Miguel
ERSARA	Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos dos Açores
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
ETRS	Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de São Miguel
INE	Instituto Nacional da Estatística
IPC	Indicador de Poder de Compra
IROA	Instituto Regional de Ordenamento Agrário
MAC	Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias
PDM	Plano Diretor Municipal
PEAASAR II	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Água Residuais
PEOT	Plano Especial de Ordenamento do Território
PGRH	Plano de Gestão de Recursos Hídricos da ilha de São Miguel
PIB	Produto Interno Bruto
PME	Pequenas e Médias Empresas
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PO Açores	Programa Operacional dos Açores
POTRAA	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores
POOC	Plano de Ordenamento da Orla Costeira
PP	Plano de Pormenor
PROT	Plano Regional de Ordenamento do Território

PROTA	Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores
QEC	Quadro Estratégico Comum
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAR	Reserva Agrícola Regional
RE	Reserva Ecológica
SCUT	Sem Custos para o Utilizador
SPI	Sociedade Portuguesa de Inovação
SREA	Serviço Regional de Estatística dos Açores
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UOPG	Unidade Operativa de Planeamento e Gestão
VAB	Valor Acrescentado Bruto



01. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL

1. Enquadramento territorial

1.1. O concelho da Ribeira Grande

Localizado na Ilha de São Miguel, o concelho de Ribeira Grande é o terceiro mais populoso de todo o arquipélago (apenas superado por Ponta Delgada e Angra do Heroísmo), contando com mais de 32 500 habitantes. É o segundo maior em superfície na Ilha de São Miguel, ocupando uma superfície total de aproximadamente 180 km², só suplantado pelo concelho de Ponta Delgada, com uma superfície de cerca de 233 km² (Figura 1).

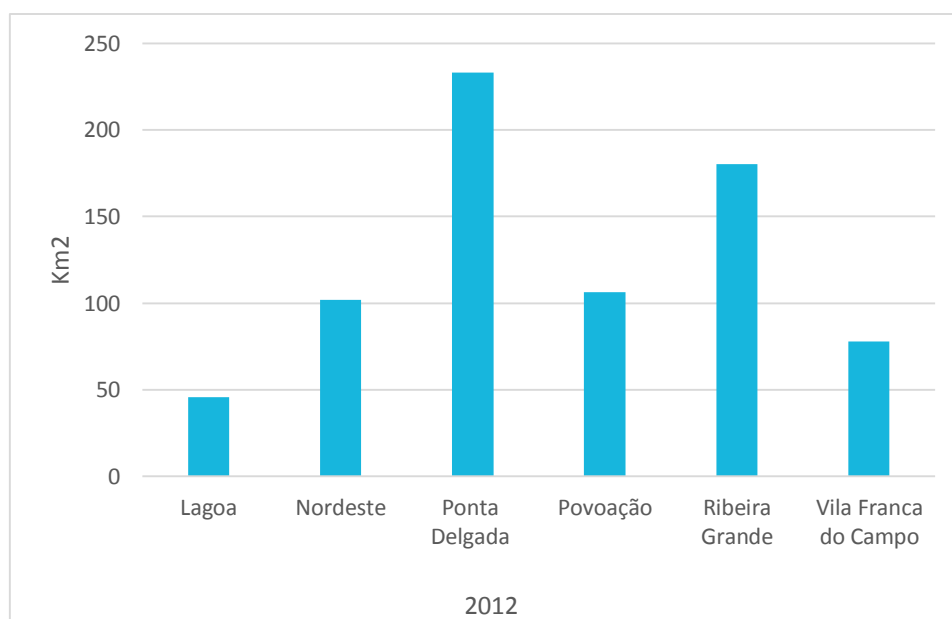


Figura 1. Superfície (km²) da ilha de São Miguel dividida por concelhos.

Fonte: ECEGE/SPI

Dados: INE

Contrariando a tendência dos demais núcleos desenvolvidos da Região Autónoma dos Açores (RAA), que se instalam nas costas meridionais, Ribeira Grande desenvolve-se na vertente norte da Ilha de São Miguel, ligando-se aos restantes concelhos através de uma rede de acessibilidades viárias, renovada e estruturante, com destaque para o Eixo Nascente que liga a Ribeira Grande ao Nordeste, e para o Eixo Norte-Sul que liga diretamente a Ribeira Grande ao concelho e cidade da Lagoa e ao concelho e cidade de Ponta Delgada (Figura 2).

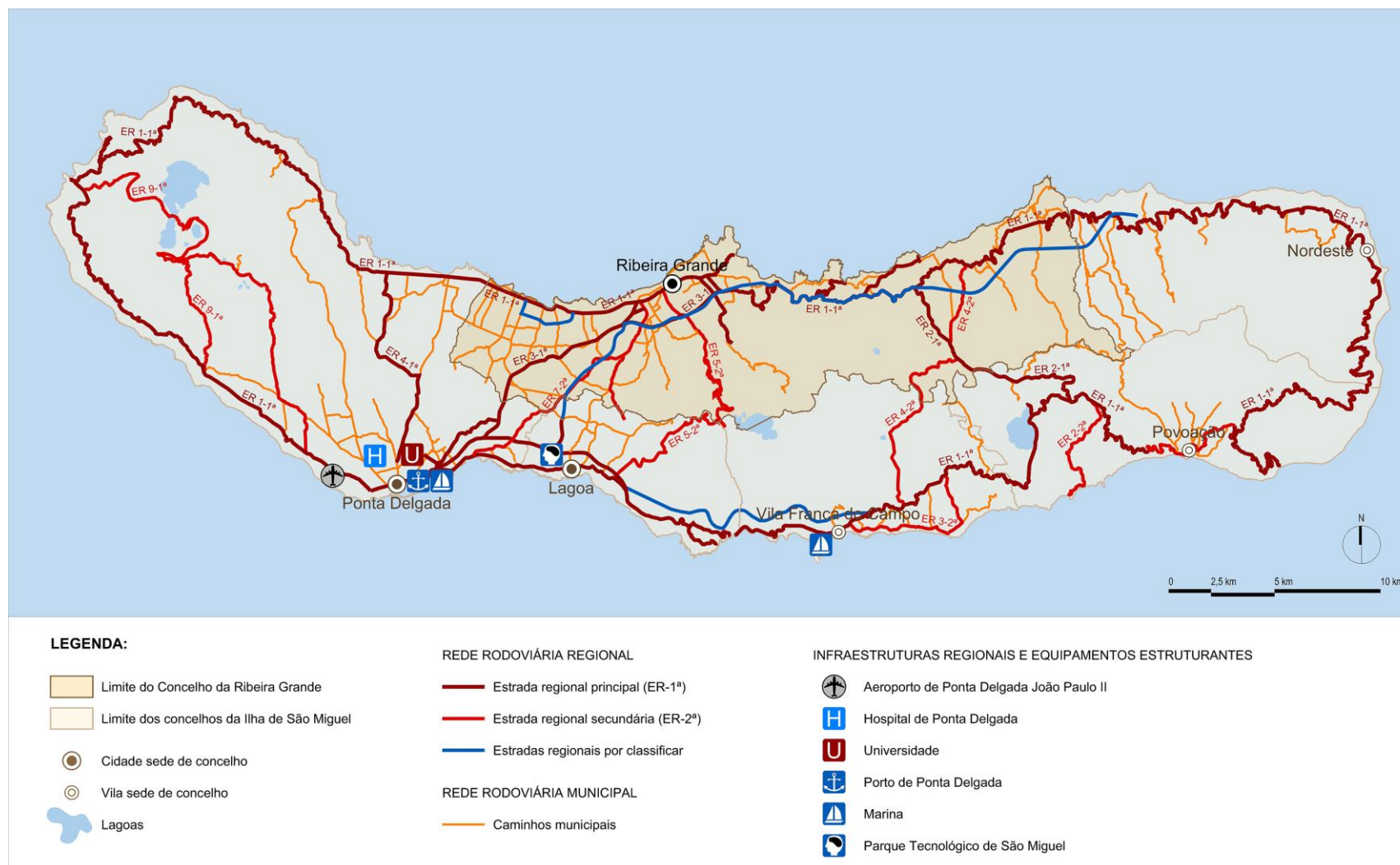


Figura 2. Enquadramento regional.

Fonte: SPI

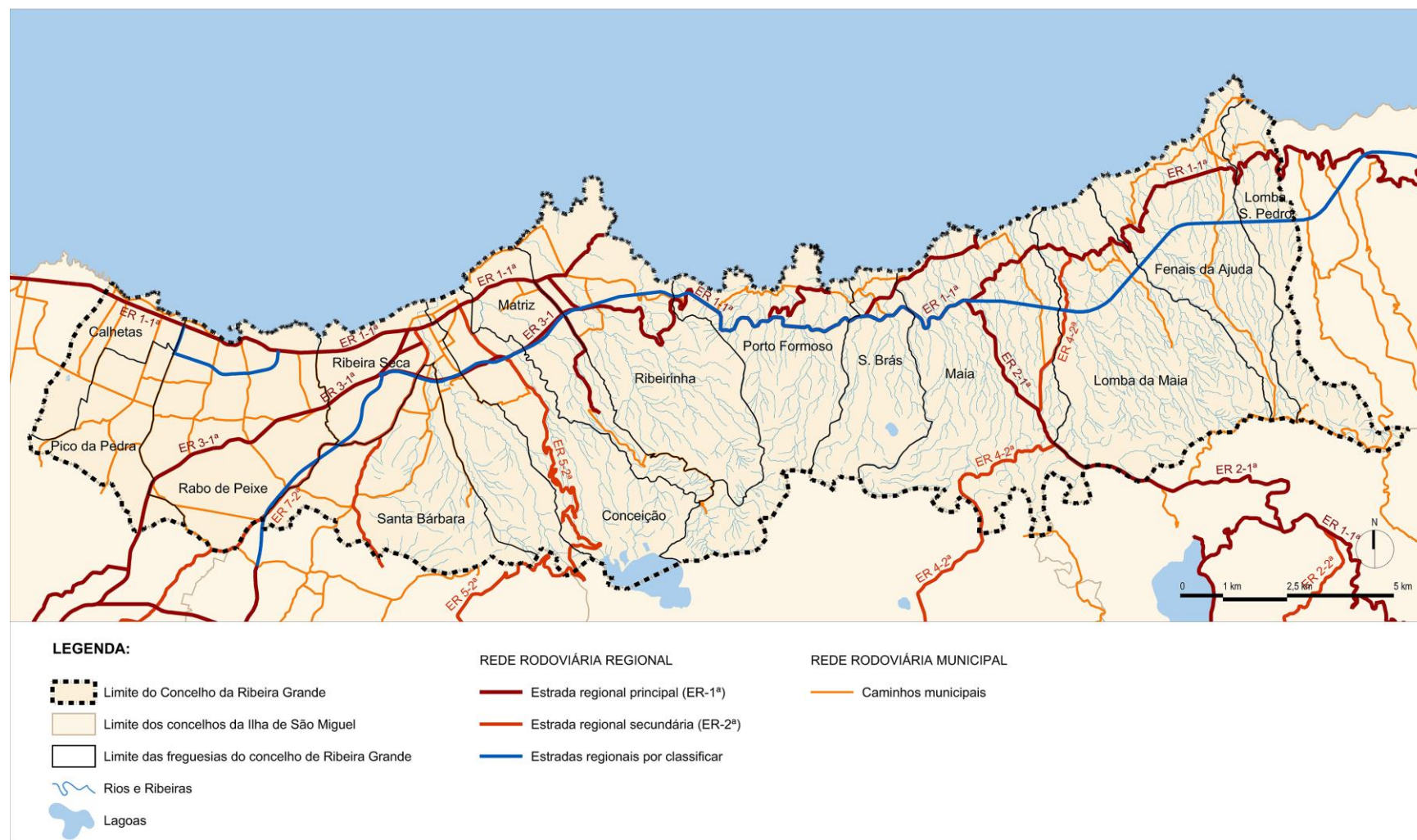


Figura 3. Enquadramento local.

Fonte: SPI

O concelho confina, a oeste e sul, com o concelho de Ponta Delgada, a sul, com os concelhos de Lagoa, Vila Franca do Campo e Povoação e, a este, com o concelho do Nordeste. Administrativamente, o concelho da Ribeira Grande encontra-se organizado em 14 freguesias¹ (Figura 4).

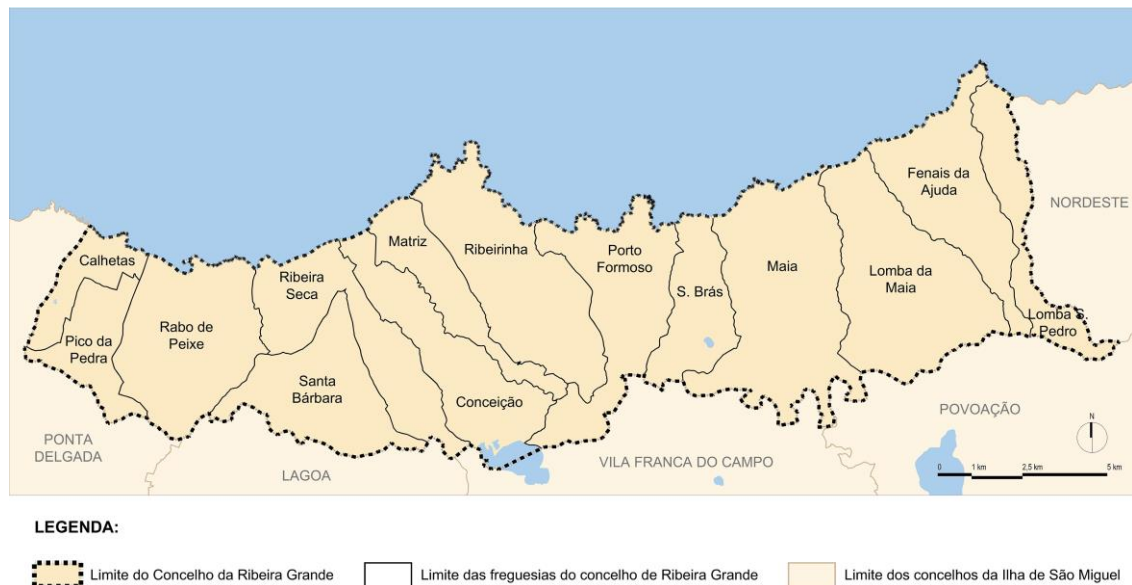


Figura 4. Concelhos limítrofes e limites das freguesias do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Tendo como alicerces as características morfológicas e os recursos do território, o concelho agrupou-se de tal forma ao longo da costa que apresenta uma equilibrada simbiose entre as questões económicas, sociais e demográficas de cada localidade. Esta ocupação territorial, imposta naturalmente pela geografia e pelos recursos disponíveis em cada local, configura três zonas no concelho da Ribeira Grande com características específicas, que podem ser individualizadas (Figura 5):

- 'zona nascente';
- 'zona centro-cidade'; e,
- 'zona poente'.

¹ Calhetas, Conceição, Fenais da Ajuda, Lomba da Maia, Lomba de São Pedro, Maia, Matriz, Pico da Pedra, Porto Formoso, Rabo de Peixe, Ribeira Seca, Ribeirinha, Santa Bárbara e São Brás.

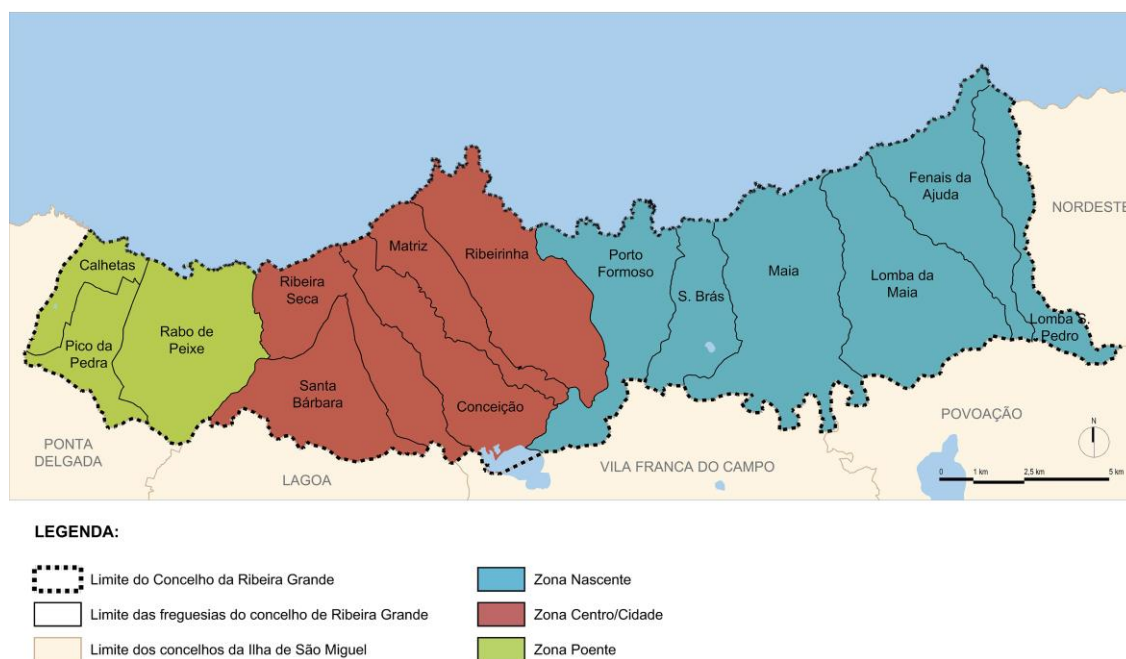


Figura 5. As diferentes zonas do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

A 'zona nascente' (Figura 6) é composta pelas seis freguesias mais a nordeste do concelho, começando no Porto Formoso e terminando no extremo este com a Lomba de São Pedro. Trata-se de freguesias que interligam aos concelhos do Nordeste, Povoação e Vila Franca do Campo.



Figura 6. Vista sobre a 'zona nascente' do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: ECEGE

A 'zona centro-cidade' (Figura 7) é composta por cinco freguesias localizadas numa zona mais central do concelho, começando na Ribeirinha e terminando a sul em Santa Bárbara. São freguesias que interligam aos concelhos de Vila Franca do Campo, Lagoa e Ponta Delgada.



Figura 7. Vista sobre a 'zona centro-cidade' do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: ECEGE

A 'zona poente' (Figura 8) é composta pelas três freguesias mais a oeste do concelho, começando na Vila de Rabo de Peixe e terminando a sudoeste no Pico da Pedra. São freguesias que interligam aos concelhos de Ponta Delgada.



Figura 8. Vista sobre a 'zona poente' do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: ECEGE

A sede e principal núcleo urbano do concelho, a cidade da Ribeira Grande, é transversalmente atravessado pela ribeira que viria a dar o nome ao concelho e à cidade. O perímetro urbano da cidade já não se confina às freguesias da Matriz e Conceição. Com efeito, com a difusão urbanística das últimas décadas, a cidade expandiu-se ocupando o território das freguesias vizinhas, chegando mesmo a estabelecer, em alguns casos, uma continuidade urbana com os núcleos tradicionais dessas freguesias.

Centrando-nos na caracterização das freguesias do concelho, verifica-se que a fixação de população no território, para além das condicionantes orográficas, se deveu predominantemente ao acesso aos recursos indispensáveis para a subsistência da população e desenvolvimento da comunidade local. O acesso facilitado aos recursos naturais 'água' e 'solo', sobretudo na procura da exploração do terreno fértil para a atividade agrícola, foi outrora a maior das preocupações.

Hoje, a população residente no concelho adaptou-se às especificidades de cada localidade e evoluiu consoante as oportunidades e o crescimento económico do concelho e da própria ilha. Existe uma harmonia ao longo do território do concelho consoante as características do relevo e das potencialidades económicas que a população retira das localidades.

Exemplo dessa relação são as freguesias situadas mais a nascente do concelho como a Lomba de São Pedro, Fenais da Ajuda, Lomba da Maia, Maia, que são, tendencialmente, marcadas por um relevo alto e no cimo suficientemente plano, constituindo bacias com condições excecionais para a exploração da agropecuária, configurando bacias leiteiras de grande potencialidade (Figura 9).

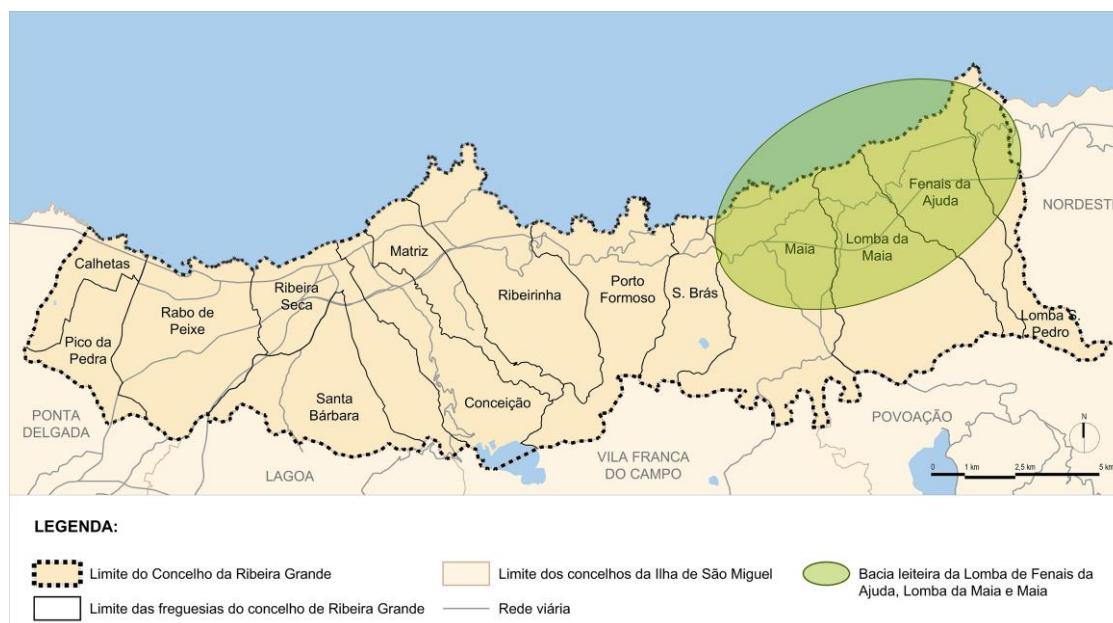


Figura 9. Localização da bacia leiteira da Lomba de Fenais da Ajuda, Lomba da Maia e Maia.

Fonte: ECEGE, 2014



Figura 10. Imagem do território da bacia leiteira da Lomba de Fenais da Ajuda, Lomba da Maia e Maia.

Fonte: ECEGE, 2014

Nas freguesias de São Brás e Porto Formoso, o relevo específico e a disponibilidade de água proporcionada pelas linhas de água que atravessam este território criou as condições ideais para a produção de chá (Figura 11). A produção e comercialização do chá, iniciada no século XIX, constituíram (e constituem) um grande fator de riqueza e empregabilidade.



Figura 11. Campos de chá e apanha da folha de chá.

Fonte: <http://turismo-acoresh.blogspot.pt/2012/05/fabrica-de-cha-gorreana.html>

Atualmente, para além do valor histórico e cultural que a acompanha, a atividade de produção de chá mantém-se ativa, muito devido ao investimento na qualidade e diferenciação dos seus produtos, com destaque para a produção da Gorreana e de Porto Formoso (Figura 12).



Figura 12. Fábricas de chá da Gorreana e de Porto Formoso.

Fonte: SPI/ECEGE

A freguesia do Porto Formoso, embora fique ainda a nascente do concelho, dispõe de um relevo que lhe permitiu construir um porto de pescas (Figura 13), infraestrutura que contribuiu para a repartição das atividades económicas, desenvolvidas em torno da predominância agrícola e piscatória.



Figura 13. Porto de Pesca da freguesia do Porto Formoso.

Fonte: ECEGE

Entrando nas freguesias da cidade ('zona centro/cidade'), o relevo apresenta características diferenciadas, sendo baixo e plano junto à orla costeira e montanhoso a sul pela bacia hidrográfica da Lagoa do Fogo (cimo do Pico da Barrosa - 947 metros). Foi com base nestas condições que se desenvolveu a ocupação nas cinco freguesias. A norte, junto à faixa litoral, com a instalação das áreas urbanas (onde 'nasceu' o principal núcleo da Ribeira Grande, hoje cidade) e, a sul, nas áreas mais interiores, com a instalação das atividades económicas ligadas ao meio rural, da indústria e do aproveitamento geotérmico (Figura 14).



Figura 14. Zona rural interior.
Fonte: ECEGE

Depois de transpor a 'zona centro/cidade' para as freguesias a poente do concelho, assiste-se a um relevo predominantemente plano que viabilizou a ocupação urbana e que proporciona particulares condições para o desenvolvimento das atividades agrícolas (e.g. Campo de Santana, onde outrora se situou o Aeródromo de Santana, o primeiro nos Açores). Já a vila de Rabo de Peixe destaca-se pela atividade piscatória associada ao seu porto de pescas, um dos mais importantes dos Açores, recentemente ampliado (Figura 15).



Figura 15. Vistas áreas do Campo de Santana.
Fonte: Bing Maps (bird's eye)

Em suma, o concelho da Ribeira Grande destaca-se pela sua diversidade territorial, paisagística, urbana, sociocultural e económica, um território de muitos recursos que acrescentam riqueza e justificam o seu desenvolvimento, recursos que o diferenciam no contexto da Ilha de São Miguel.

1.2. A integração do concelho na Ilha de São Miguel

A localização da Ribeira Grande é de tal forma central e importante no contexto da ilha de São Miguel, que este é o único concelho que tem uma ligação territorial com os demais existentes na ilha, sendo, portanto, um território charneira nas ligações físicas e funcionais de toda a ilha. Esta sua localização geoestratégica permite que o concelho seja hoje um importante território chave de distribuição e de mobilidade de pessoas, bens e serviços, usualmente denominado como a 'capital norte' da ilha de São Miguel.

Recuando algumas décadas, verifica-se que era no concelho da Ribeira Grande que se localizava o único aeródromo da ilha. Todos os caminhos iam dar ao campo de Santana e ao seu aeródromo. As visitas dos emigrantes, as remessas de produtos do continente americano e toda a movimentação do transporte aéreo eram efetuados a partir do antigo aeródromo de Santana. O primeiro aeroporto de São Miguel foi erigido na Ribeira Grande não por mero acaso, mas sim por ser já, naquela altura, um local estratégico e central que beneficiava toda a população da ilha de São Miguel. Com a desativação do aeródromo de Santana e a construção do novo aeroporto (hoje aeroporto internacional) na freguesia da Relva, concelho de Ponta Delgada, a cidade e o concelho perderam um fator preponderante de desenvolvimento económico e social, precisamente a 'porta' de entrada aérea na ilha.

Os investimentos na rede rodoviária sem custos para o utilizador (SCUT), realizados recentemente, reforçaram o seu papel estratégico e central, conferindo à Ribeira Grande uma acessibilidade privilegiada, que hoje lhe permite uma articulação muito eficiente com os concelhos vizinhos e os principais centros urbanos da Ilha de São Miguel. A cidade da Ribeira Grande, sede do concelho, dista cerca de 22,7 km de Ponta Delgada e cerca de 14 km de Lagoa, com tempos aproximados de deslocação, através destas novas vias, de 25 e 17 minutos, respetivamente (Figura 16).



Figura 16. Distância da Ribeira Grande a Ponta Delgada e Lagoa

Fonte: SPI

Todavia, enquanto as acessibilidades reforçam o papel dos principais polos urbanos e industriais do concelho, também expõe outras localidades a um maior isolamento e esvaziamento. Como referem os Estudos de Revisão do PDM, “ao reforço da centralidade dos centros urbanos do concelho com maior pujança, contrapõe-se simultaneamente uma maior excentricidade das localidades mais rurais, sobretudo na zona nascente” do concelho.

Articulando-se diretamente com Ponta Delgada (cidade-porta da Região e sede de um conjunto alargado de funções na Ilha de São Miguel), a Ribeira Grande insere-se no vértice mais a norte do triângulo central formado com Ponta Delgada e a Lagoa (Figura 17), assumindo-se como o principal centro polarizador da costa norte da Ilha, com uma identidade muito própria e com recursos, produtos diferenciados e capacidades instaladas que têm permitido às suas instituições e empresas afirmar-se neste contexto regional competitivo.

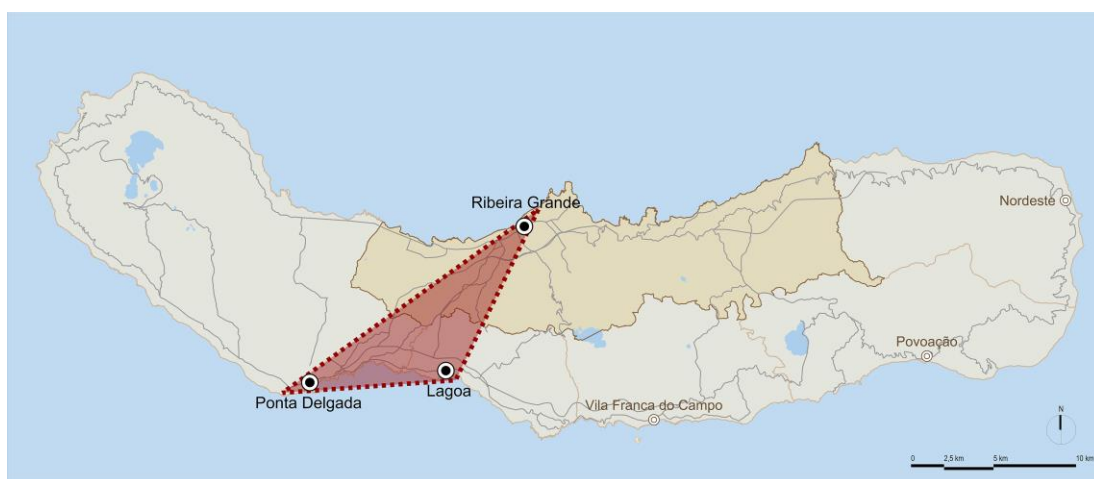


Figura 17. 'Triângulo urbano' formado pela Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa.

Fonte: SPI

Como refere o Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA)², Ponta Delgada (conjuntamente com Angra do Heroísmo e Horta) constitui a 'porta de internacionalização' (a principal) do arquipélago, integrando infraestruturas portuárias e aeroportuárias, estruturas universitárias e serviços avançados às empresas que lhe conferem um peso económico e institucional significativo e um maior potencial de desenvolvimento de funções superiores e serviços de base urbana.

² Aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto.

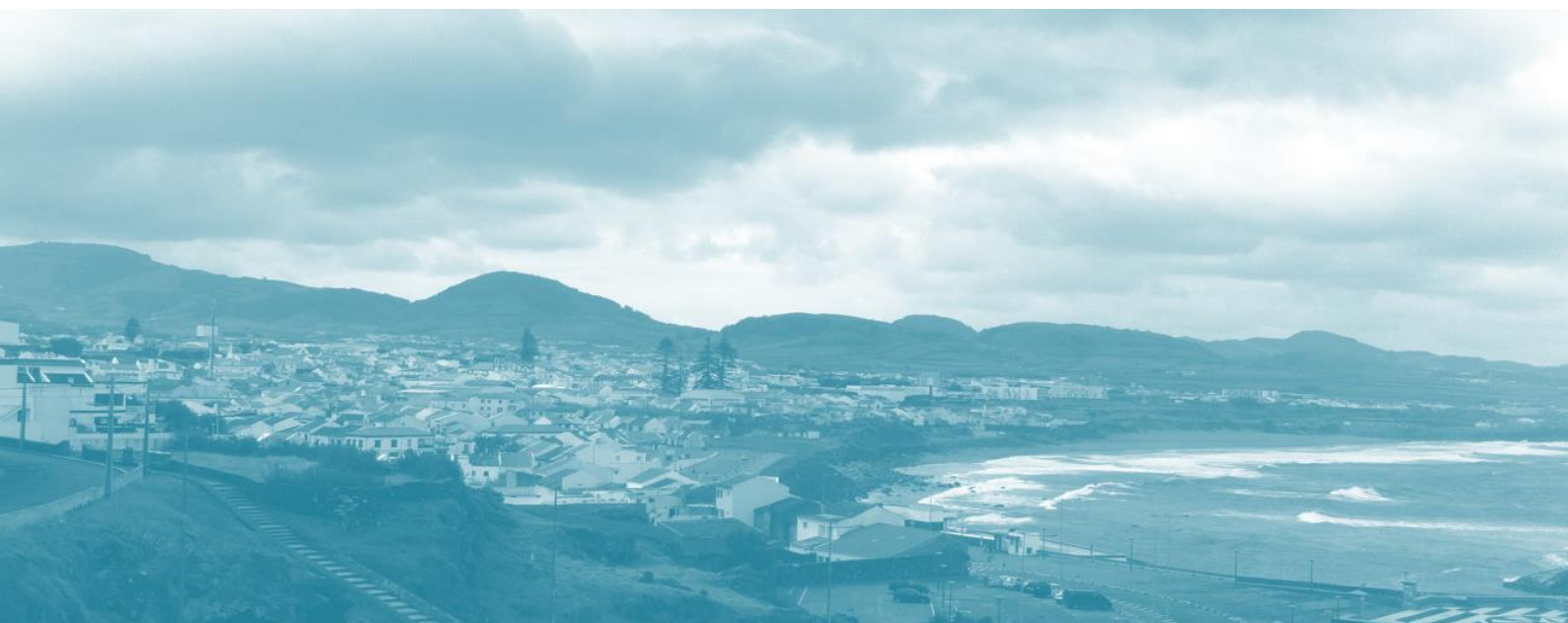
Todavia, este papel de Ponta Delgada só se torna efetivo se gerido complementarmente com as fortes dinâmicas urbanas estabelecidas com os outros centros urbanos estruturantes da ilha. As dinâmicas criadas entre os principais polos urbanos, industriais e empresariais dos concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa, partindo do reforço dos eixos de comunicação, têm contribuído para a intensificação e consolidação das relações económicas e sociais interconcelhias, sendo expetável que o desenvolvimento de serviços e de atividades complementares e qualificadas, nomeadamente ao nível do turismo (com a criação de novos polos de vocação turística), tenda também a repercutir-se nos concelhos da Ribeira Grande e Lagoa. Esta situação beneficia a afirmação do concelho da Ribeira Grande no quadro do sistema urbano da Ilha de São Miguel.

Embora o sistema urbano seja um elemento central para a sustentação económica e competitiva da Região, não podem ser esquecidos, no quadro do mosaico produtivo da Ilha de São Miguel, outras elementos que constituem importantes fontes de geração de rendimento e emprego, como o sistema agrícola e agroflorestal e o conjunto de espaços de elevado potencial produtivo, onde se concentram as principais áreas de pastagem, explorações agropecuárias e algumas indústrias transformadoras.

O sistema agrícola e agroflorestal e toda a indústria transformadora que o acompanha constituem um importante sustentáculo não só para a economia regional como também para as comunidades rurais que assentam a sua atividade em torno das atividades mais tradicionais. Também a indústria extrativa representa um importante fator endógeno de sustentação económica, mesmo considerando a crise económica que afetou a indústria da construção. Embora a atividade extrativa não seja, em regra, uma atividade geradora de muito emprego e valor acrescentado, trata-se de uma atividade importante para a economia da Região. A fileira da agropecuária do leite, a produção de inertes e de materiais destinados à construção civil, a pesca e a transformação do pescado e a atividade grossista constituem importantes pilares na economia do concelho e na sua relação económica e produtiva com os outros concelhos da ilha de São Miguel.

A dinâmica urbana e económica gerada entre os principais espaços e polos produtivos não pode ser desligada da necessária compatibilização com o sistema de proteção e valorização ambiental. A Ilha de São Miguel, em geral, e o concelho da Ribeira Grande, em particular, integra áreas de singular valor natural e paisagístico que, para além de constituírem elementos chave da identidade local, são também elementos determinantes para a qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento económico, na medida em que constituem um recurso único onde assentam as lógicas de turismo e visitação deste território. Como também referem os Estudos de Revisão do PDM, no espaço rural tem-se assistido à eliminação da floresta endógena e à sua substituição por pasto ou floresta de produção, situação agravada pela proliferação de espécies exóticas invasoras.

Em conclusão, a articulação do concelho da Ribeira Grande com os concelhos vizinhos demonstra a sua abertura e capacidade de interagir economicamente com todos e deles retirar mais-valias repercutidas na sua própria economia. Por outras palavras, o concelho da Ribeira Grande interrelaciona-se eficientemente e com vantagens competitivas com os outros, quer pela sua localização, quer pela sua capacidade empreendedora, quer pelos recursos que consegue traduzir em riqueza e emprego. Caso não fosse bem sucedido nessa articulação, o concelho não seria considerado o terceiro concelho que mais contribui para a riqueza da RAA.



02. CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

2.1. População

Como já antes referido, o concelho de Ribeira Grande, com os seus 32.112 habitantes em 2011, é o terceiro concelho mais populoso de todo o arquipélago, sendo apenas superado por Ponta Delgada e Angra do Heroísmo. Quando comparado com alguns dos concelhos mais relevantes da NUT II da RAA, verifica-se que o concelho da Ribeira Grande, com um aumento de 12,8%, foi aquele que registou um crescimento populacional mais significativo entre 2001 e 2011. Os concelhos de Ponta Delgada (4,5%), Vila da Praia da Vitória (3,9%) e Lagoa (2,2%) cresceram acima da média do arquipélago (2,2%). Em sentido inverso, Angra do Heroísmo (na Ilha Terceira) e a Horta (na Ilha do Faial) registaram perdas populacionais iguais, cifradas em 0,5% (Figura 18).

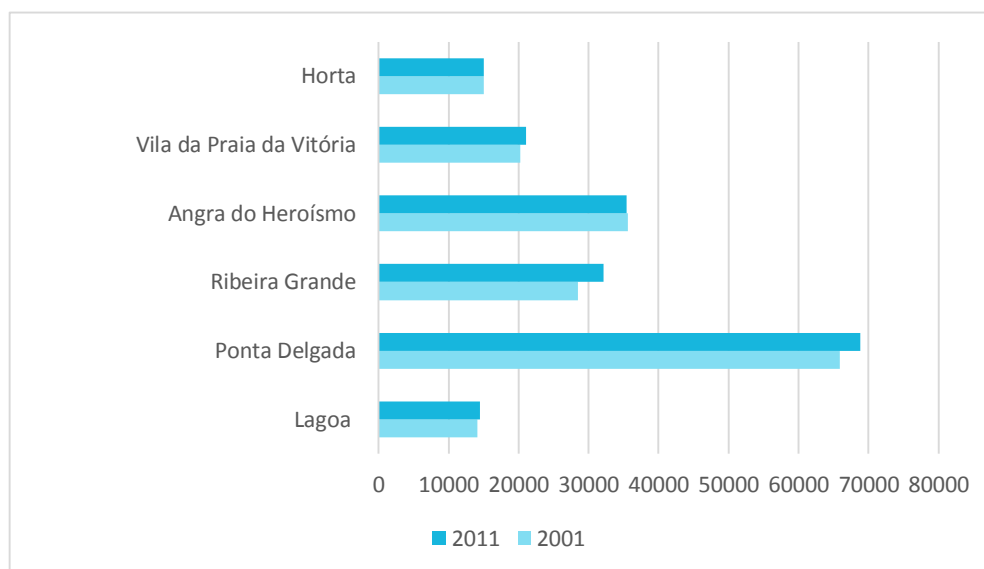


Figura 18. Variação da população residente nos concelhos mais populosos da RAA, entre 2001 e 2011.

Fonte: SPI

Dados: SREA, Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, 2012 [Edição 2013].

Uma das principais especificidades do concelho, particularmente das freguesias situadas nas denominadas ‘zona poente’ e ‘zona centro-cidade’, é a grande proximidade a Ponta Delgada. Com o investimento governamental efetuado na melhoria das acessibilidades no eixo Ribeira Grande – Lagoa – Ponta Delgada, estas zonas do concelho registaram um forte crescimento populacional na última década. É neste setor da ilha de São Miguel que se concentra grande parte da população.

A variação da população residente nos concelhos da Ilha de São Miguel, no período entre 2001 e 2011, confirma esta conclusão (Figura 19). Os concelhos da Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa concentram 115.363 habitantes, ou seja, cerca de 83% da população da Ilha (137.856

habitantes em 2011) e é neste setor da ilha que se verifica a grande concentração urbana e populacional. Também é nestes concelhos que se verificam as dinâmicas mais positivas de variação da população, o que demonstra a sua vitalidade e capacidade de atração populacional. Quanto aos restantes concelhos micalenses, Vila Franca do Campo registou um ligeiro incremento populacional de 0,7% enquanto os concelhos do Nordeste e da Povoação caíram em termos populacionais 6,7% e 5,9%, respetivamente.

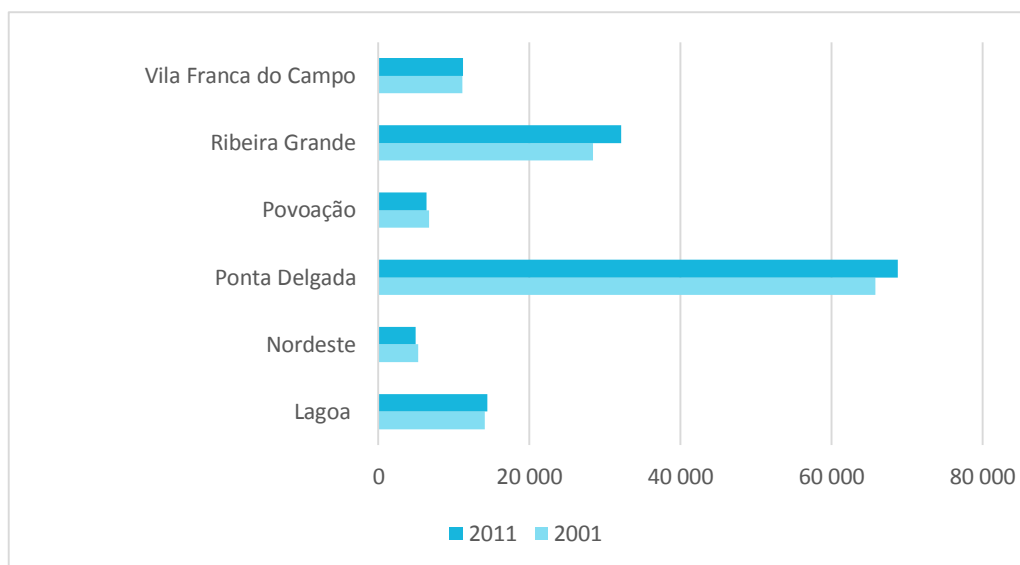


Figura 19. Variação da população residente nos concelhos da Ilha de São Miguel entre 2001 e 2011.

Fonte: SPI

Dados: SREA, Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, 2012 [Edição 2013].

Quando comparado com os demais concelhos da Ilha de São Miguel e alguns dos mais relevantes da NUT II da RAA, o concelho da Ribeira Grande é um dos que apresenta uma maior densidade populacional (180,5 hab/Km²), abaixo da densidade da Ilha de São Miguel (186,2 hab/Km²) mas acima da densidade da RAA (106,6 hab/Km²). Só os concelhos da Lagoa (320,3 hab/Km²) e de Ponta Delgada (295,6 hab/Km²) superam a densidade populacional da Ribeira Grande (Figura 20).

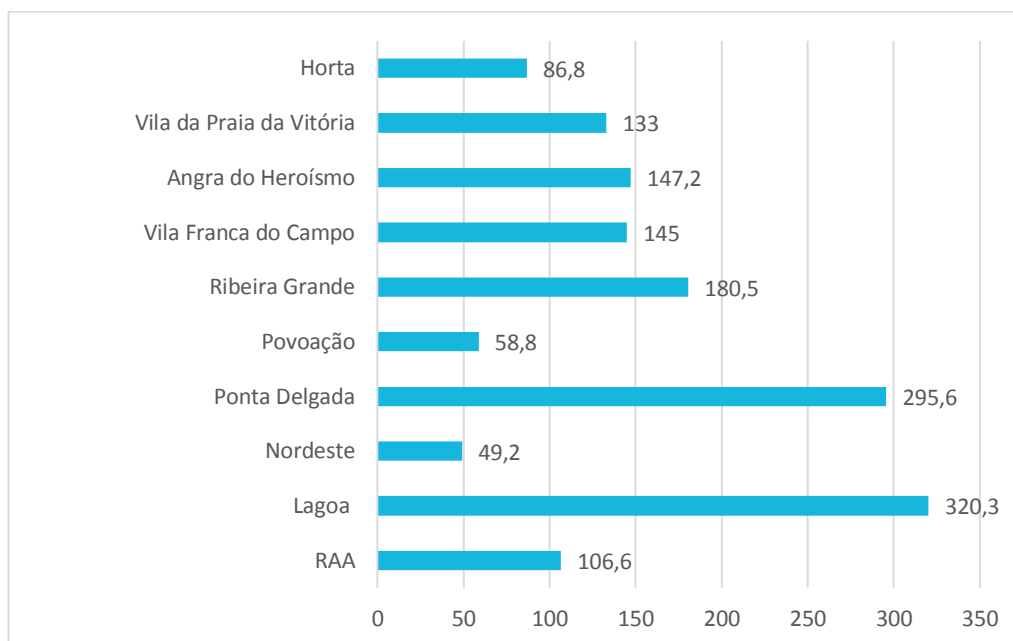


Figura 20. Densidade populacional nos concelhos da NUTS II da RAA e em Portugal Continental em 2012.

Fonte: SPI

Dados: SREA, Anuário Estatístico da Região Autónoma dos Açores, 2012 [Edição 2013].

O concelho da Ribeira Grande concentra cerca de 23% da população da Ilha de São Miguel, o que o transforma no segundo mais populoso da ilha (Figura 21).

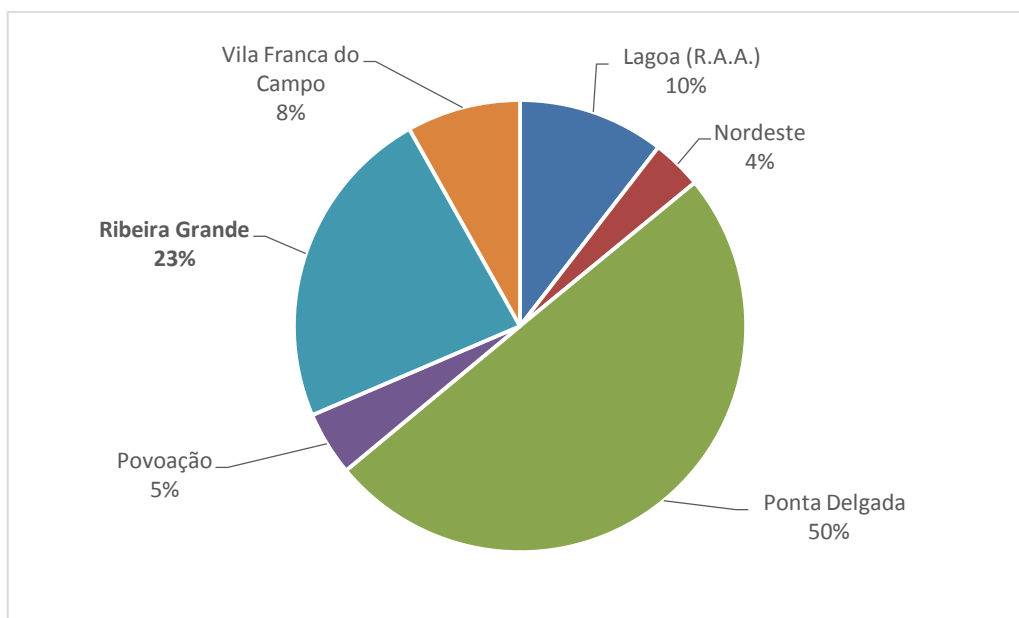


Figura 21. População Residente nos concelhos da ilha de São Miguel.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

Embora no passado o concelho já tenha apresentado uma maior dimensão populacional, nos últimos períodos censitários tem mostrado uma tendência de recuperação face aos grandes movimentos emigratórios das décadas de 60 e 70. Desde 1981 que o concelho tem vindo a crescer em termos populacionais, registando, entre 2001 e 2011, como já referido, um acréscimo populacional muito significativo (12,8%), bastante superior à taxa positiva de variação populacional da RAA (2%) (Figura 22).

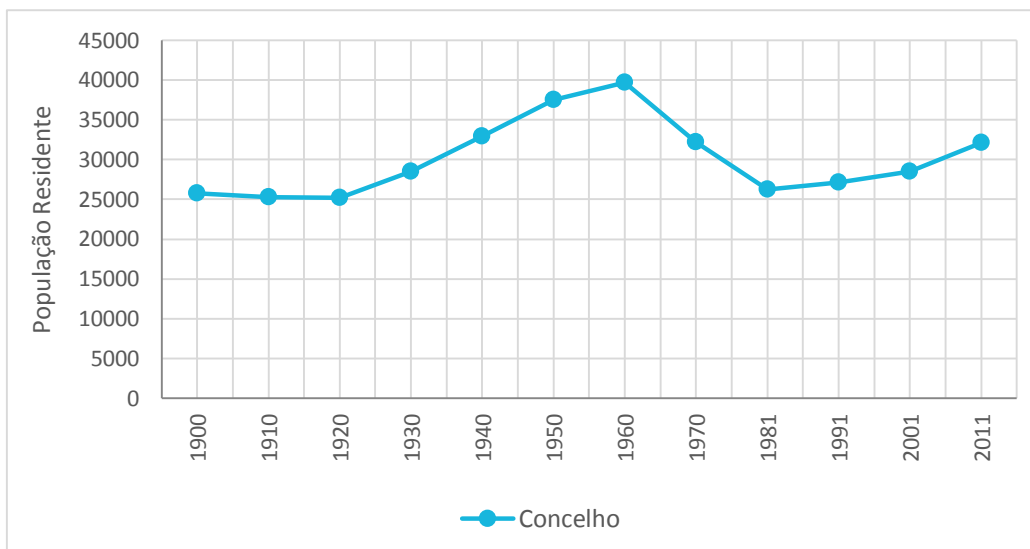


Figura 22. Evolução da população residente nos últimos 100 anos no Concelho.

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento geral da população, vários anos.

À semelhança de outros concelhos por toda a RAA, a Ribeira Grande sofreu, entre 1960 e 1980, uma forte vaga de emigração, principalmente para o continente norte-americano, numa corrida à procura de novas oportunidades e riqueza. Só a partir de 1980 é que o concelho passou a recuperar o seu nível populacional, sendo, nos dias de hoje, como já referido, o segundo concelho mais populoso da ilha e o terceiro da Região, concentrando cerca de 13% da população residente na RAA.

A cidade da Ribeira Grande, que hoje agrega cinco freguesias (Matriz, Conceição, Ribeira Seca, Ribeirinha e Santa Bárbara), concentra em si cerca de 40% da população residente no concelho (12.967 habitantes)³. Apesar do período de análise ser reduzido, comparado com os registos obtidos para o concelho, percebe-se que o crescimento ocorrido entre 2001 e 2011 acompanhou a tendência de aumento populacional ocorrida no concelho. A freguesia de Rabo de Peixe também apresenta uma concentração populacional expressiva, com 8.866 habitantes em 2011, e uma dinâmica de crescimento da população nas últimas décadas superior à das

³ INE, recenseamento geral da população, 2012

freguesias da Matriz e da Conceição que, juntas, perfaziam 6.393 habitantes em 2011 (Figura 23).

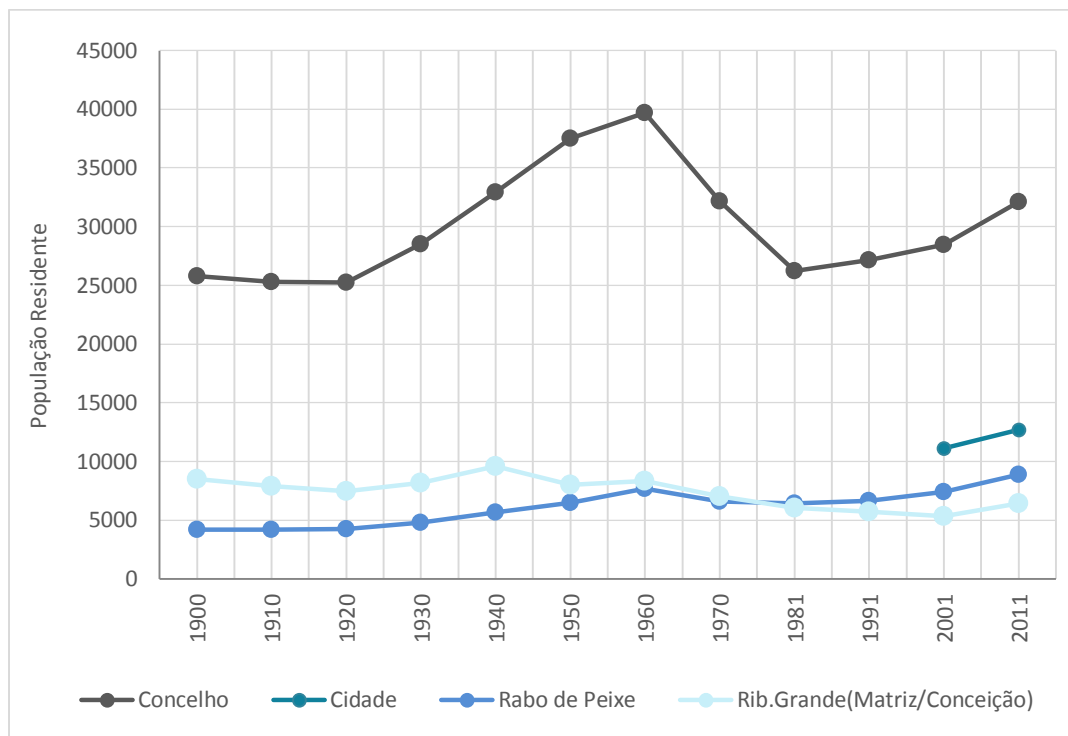


Figura 23. Evolução da população residente nos últimos 100 anos no concelho, na cidade e nas freguesias de Rabo de Peixe, Matriz e Conceição.

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento geral da população, vários anos.

As freguesias da Matriz e da Conceição, onde se localiza o centro histórico e administrativo da Ribeira Grande, atravessaram um longo período de diminuição populacional, apenas e ligeiramente invertido na última década censitária (será de esperar que a recente iniciativa da Câmara Municipal de delimitação da ARU do Centro Histórico possa gerar um processo de requalificação e revitalização deste território e, assim, captar mais atividades e residentes). Já as outras freguesias que integram os limites da cidade da Ribeira Grande (com exceção de Santa Bárbara) apresentaram um crescimento populacional significativo ao longo da última década, a par com as freguesias do Pico da Pedra, Calhetas e Rabo de Peixe. Em contraponto, as freguesias da Maia, Porto Formoso, Lomba da Maia, Fenais da Ajuda, São Brás e Lomba de São Pedro, apresentam variações populacionais (negativas e positivas) com reduzida expressão (Figura 24).

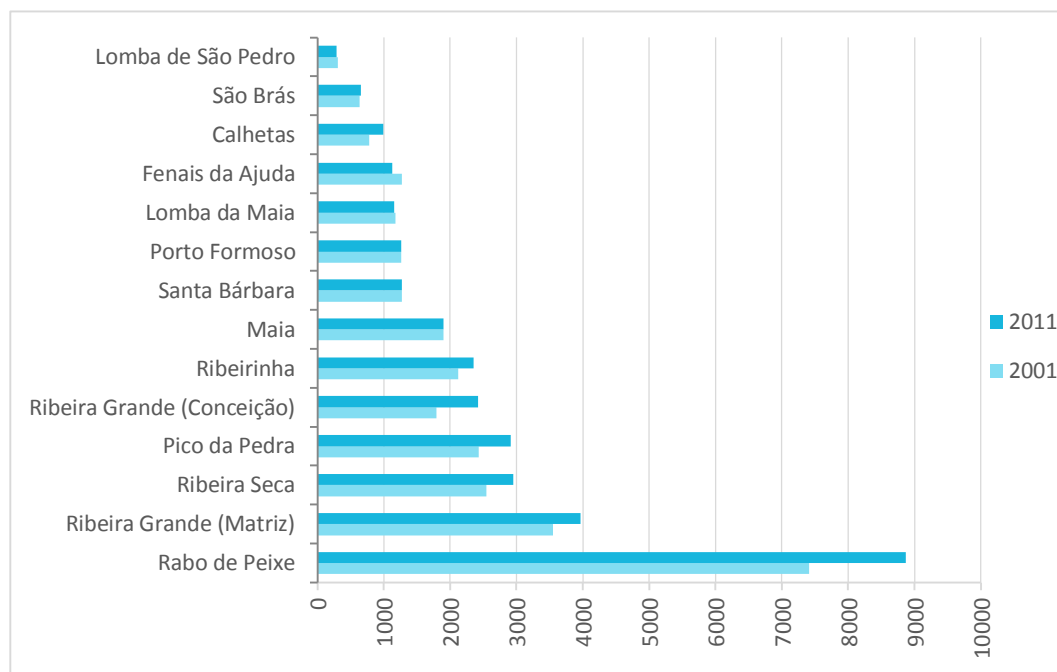


Figura 24. Evolução da população residente nas freguesias do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento geral da população, 2001-2011

Na tabela seguinte são apresentados os dados que evidenciam a população residente por cada freguesia, em 2011, no concelho da Ribeira Grande.

Tabela 1. População Residente por Freguesias da Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Q101. Açores dos Censos de 2011

Freguesia	População Residente	%
Calhetas	988	3%
Fenais da Ajuda	1.131	4%
Lomba da Maia	1.152	4%
Lomba de São Pedro	284	1%
Maia	1.900	6%
Pico da Pedra	2.909	9%
Porto Formoso	1.265	4%
Rabo de Peixe	8.866	28%
Ribeira Grande (Conceição)	2.425	8%
Ribeira Grande (Matriz)	3.968	12%
Ribeira Seca	2.950	9%
Ribeirinha	2.349	7%
Santa Bárbara	1.275	4%
São Brás	650	2%

Com base nestes dados, é possível concluir que os principais espaços de concentração populacional do concelho eram, por altura dos Censos 2011, a cidade da Ribeira Grande (12.967 habitantes), cujo perímetro urbano abrange cinco freguesias (Matriz, Conceição, Ribeira Seca, Ribeirinha e Santa Bárbara), e a freguesia de Rabo de Peixe (8.886 habitantes), que concentra na sua vila a quase totalidade da população residente na freguesia. As freguesias da 'zona nascente', de carácter mais rural, são as que apresentam uma menor presença de população (Figura 25).

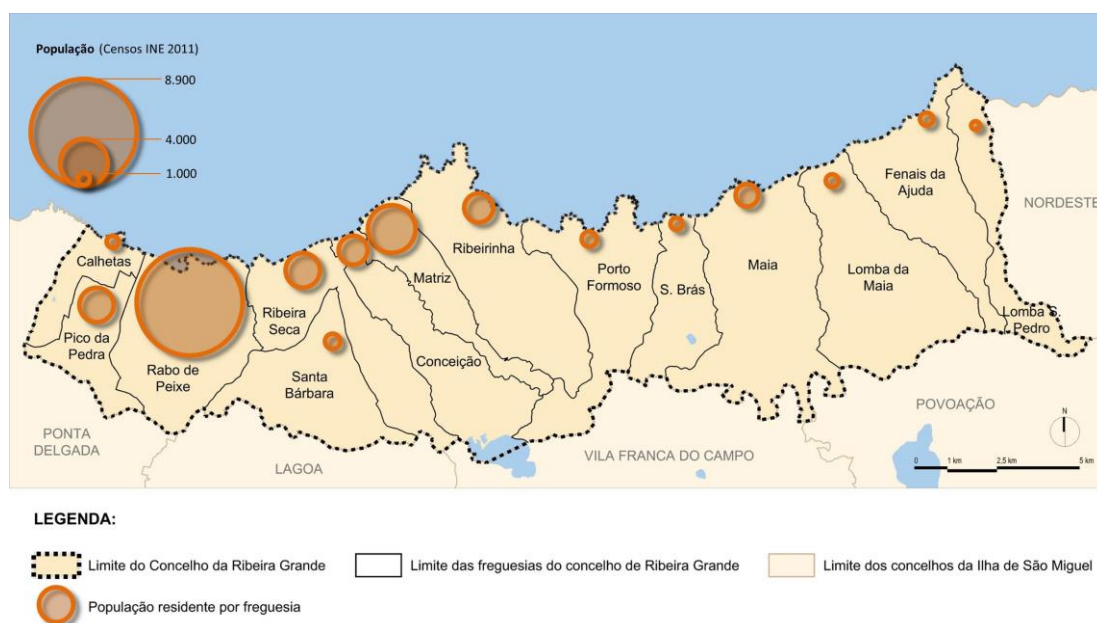


Figura 25. População residente por freguesia.

Fonte: SPI

Dados: INE, Censos 2011

Se considerarmos o concelho pelas diferentes zonas ('nascente', 'centro/cidade' e 'poente') observa-se que as freguesias integradas na 'zona centro/cidade' concentram cerca de 40,38% do total da população residente no concelho.

O conjunto de freguesias que integram a 'zona poente', mais especificamente, a parte territorial do concelho mais próxima de Ponta Delgada, alberga praticamente a mesma proporção de população residente da 'zona centro/cidade' (39,75%).

Este facto, para além da proximidade territorial a Ponta Delgada, é também explicado por razões muito específicas, como a elevada taxa de natalidade registada ao longo dos anos na vila de Rabo de Peixe. Entre 1981 e 2013, a vila de Rabo de Peixe evidenciou uma variação percentual negativa na sua taxa de natalidade, contudo, esse decréscimo não invalidou que Rabo de Peixe mantivesse uma taxa de natalidade superior à média do país e fosse a primeira da Região com mais nascimentos ocorridos neste espaço temporal. Entre 2001 e 2011 verifica-se que é a freguesia de Rabo de Peixe que apresenta a taxa bruta de natalidade mais elevada do concelho (Figura 26).

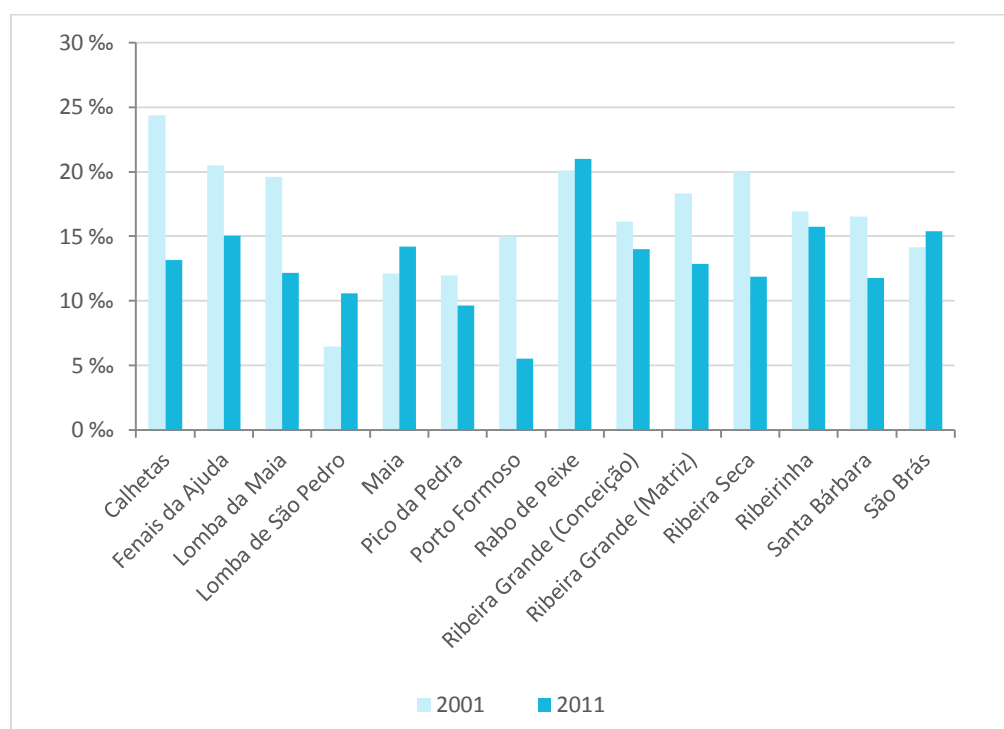


Figura 26. Taxa Bruta de Natalidade (%) para as freguesias do Concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: INE, Censos 2011

Razões como a reduzida mobilidade territorial da população e a elevada predominância de agregados familiares numerosos (entre 2001 e 2011, o número de elementos do agregado familiar era determinante para o cálculo do valor do Abono de Família e do Rendimento Mínimo, hoje denominado, Rendimento Social de Inserção), também ajudam a esclarecer a concentração populacional neste aglomerado urbano. A freguesia de Rabo de Peixe apresenta um peso muito significativo do número de famílias clássicas com mais de 5 pessoas – 34% correspondente a 741 famílias (Tabela 2).

Tabela 2. Número de Famílias Clássicas e Dimensão por Localidade.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

	Total	1 Pessoa	2 Pessoas	3 Pessoas	4 Pessoas	5 ou mais pessoas
RAA	81.715	14.006	20.871	19.231	16.295	11.312
Concelho da Ribeira Grande	8.991	1.003	1.725	1.963	2.130	2.170
Freguesia de Rabo de Peixe	2.120	163	309	391	516	741
RG/RAA	11%	7%	8%	10%	13%	19%
RP/RG	24%	16%	18%	20%	24%	34%

Outro fenómeno que justifica a concentração populacional na 'zona poente' do concelho prende-se com o baixo custo do imobiliário na freguesia do Pico da Pedra face aos custos verificados na periferia da cidade de Ponta Delgada. A proximidade e as boas acessibilidades entre Pico da Pedra e Ponta Delgada induziram aqui um crescimento urbano assinalável, que se refletiu, naturalmente, num crescimento populacional muito significativo nesta freguesia (16,6%), entre 2001 e 2011.

Neste sentido, a principal conclusão que se retira é que a maioria da população residente (cerca de 80%) se encontra sediada nos principais centros urbanos e na sua envolvente próxima ('zonas poente e centro-cidade'), e que uma parte menor da população residente (cerca de 20%) se localiza na 'zona nascente do concelho, mais afastada dos principais centros habitacionais e económicos do concelho e da ilha.

A tendência da população ribeira-grandense em constituir habitação permanente no concelho está intimamente relacionada com a facilidade de acesso aos serviços estatais, à maior probabilidade de empregabilidade existente nos centros urbanos e, definitivamente, na possibilidade de fixar habitação em freguesias mais próximas da cidade de Ponta Delgada ou do eixo Ribeira Grande – Lagoa – Ponta Delgada, como meio de obter melhores preços habitacionais e rapidez no acesso a qualquer outro ponto da ilha.

Nas freguesias sitas na 'zona poente' do concelho, a última década foi caracterizada pela oportunidade de crescimento demográfico com base na fixação de residência permanente de jovens casais com atividade profissional no concelho de Ponta Delgada, funcionando como uma espécie de 'freguesias dormitório'.

Um outro aspeto que importa analisar, prende-se com a predominância dos grupos etários por local de residência. O peso da população jovem na pirâmide etária do concelho é muito positivo (Tabela 3). Em 2011 a população com menos de 24 anos representava quase 40%, a mais alta percentagem da Ilha de São Miguel. Cerca de 50% da população do concelho tem menos de 30 anos de idade, sendo, por esse motivo, considerado como o concelho mais jovem de Portugal⁴.

⁴ Idade média (Ano) da População Residente (Ribeira Grande - 32,44 anos), Fonte: INE, Censos de 2011.

Tabela 3. População Residente por Local de Residência e Grupo Etário.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

Concelho e Freguesias	Grupo Etário			
	0 – 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 e mais anos
Concelho da Ribeira Grande	7.489	5.298	16.568	2.757
Calhetas	239	153	544	52
Fenais da Ajuda	267	195	537	132
Lomba da Maia	261	160	608	123
Lomba de São Pedro	49	44	147	44
Maia	362	342	961	235
Pico da Pedra	618	461	1.607	223
Porto Formoso	259	175	675	156
Rabo de Peixe	2.531	1.644	4.241	450
Ribeira Grande (Conceição)	457	350	1.420	198
Ribeira Grande (Matriz)	833	623	2.107	405
Ribeira Seca	662	470	1.534	284
Ribeirinha	570	365	1.199	215
Santa Bárbara	244	226	662	143
São Brás	137	90	326	97

Só na vila de Rabo de Peixe residem 32,65%⁵ do total dos jovens do concelho. Também, na 'zona centro/cidade' residem 37,54% do total dos jovens do concelho. Mais de 80% do total de jovens do concelho, com idades inferiores a 24 anos, residem nos principais núcleos urbanos do concelho, sendo que uma parte menos significativa reside nas freguesias da nascente do concelho, mais rurais. Esta situação é coincidente com o espetro globalmente vivido em outras zonas do país, onde se assiste ao despovoamento dos meios rurais e ao êxodo dos jovens para os principais centros urbanos.

⁵ INE, Censos de 2011.

2.2. Emprego

Entre 2001 e 2011 houve um aumento significativo da população ativa no concelho. Numa década a população ativa do concelho cresceu mais de 31%, o que equivale a dizer que mais pessoas entraram no mercado laboral, um dado positivo que demonstra vitalidade do tecido económico e empresarial (Tabela 4).

Tabela 4. Número de população ativa por freguesias do concelho da Ribeira Grande

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

Freguesias	2001	2011
Calhetas	336	495
Fenais da Ajuda	388	396
Lomba da Maia	409	503
Lomba de São Pedro	125	117
Maia	644	821
Pico da Pedra	1.090	1.462
Porto Formoso	445	522
Rabo de Peixe	2.647	3.641
Ribeira Grande (Conceição)	725	1.296
Ribeira Grande (Matriz)	1.422	1.794
Ribeira Seca	1.026	1.345
Ribeirinha	827	1.012
Santa Bárbara	532	609
São Brás	260	259
Total	10.876	14.272

As freguesias da 'zona nascente' do concelho, que são mais pequenas e afastadas dos principais centros urbanos do concelho e da cidade de Ponta Delgada (e.g. Lomba de São Pedro, Fenais da Ajuda e São Brás), evidenciam perda ou um ténue crescimento da sua população ativa. Já nas 'zonas do centro-cidade e poente', mais urbanas e onde se concentram a indústria e os serviços, os níveis de crescimento da população ativa são elevados, o que demonstra que é aqui que se localiza o centro nevrálgico da economia ribeira-grandense e onde está instalada a capacidade de atrair atividades e pessoas e de criar emprego. Aqui, como noutras geografias, a capacidade de polarização económica dos centros urbanos e os efeitos de escala são muito significativos.

O número de população ativa por sexo e pelas diferentes zonas do território do concelho da Ribeira Grande, permite retirar duas conclusões: primeiro, a variação do número de população ativa na 'zona nascente' é muito menor do que nas outras zonas, o que evidencia um comportamento de envelhecimento da população e/ou êxodo para zonas mais próximas dos centros urbanos e constituintes de oportunidades de emprego; segundo, o sexo feminino obteve uma variação muito superior à do sexo masculino (Tabela 5).

Tabela 5. Número de população ativa por sexo e zonas do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

Município	2001			2011			Taxa de Variação		
	HM	H	M	HM	H	M	HM	H	M
Ribeira Grande	10.876	7.170	3.706	14.272	8.493	5.779	31%	18%	56%
'Zona nascente'	2.271	1.702	569	2.618	1.701	917	15%	0%	61%
'Zona centro/cidade'	4.532	2.864	1.668	6.056	3.438	2.618	34%	20%	57%
'Zona poente'	4.073	2.604	1.469	5.598	3.354	2.244	37%	29%	53%

Embora a população masculina seja maioritária, na última década é a população feminina que domina a ocupação de novos postos de trabalho, o que poderá estar relacionado com os seus melhores níveis de escolaridade e qualificação. Poderão existir outros fenómenos, também importantes, como a entrada das mulheres no mercado de trabalho para equilibrar o orçamento familiar face ao desemprego do elemento masculino da família⁶, nomeadamente postos de trabalho específicos nas cadeias de produção da indústria de transformação.

Ao nível da taxa de desemprego registada entre 2001 e 2011, verifica-se que praticamente todos os concelhos foram fortemente afetados pelo aumento do desemprego. Contudo, o concelho de Ribeira Grande é o que maior taxa de desemprego regista. Em 2011, a taxa de desemprego no concelho era de cerca de 15,6%. Este facto deve-se essencialmente à forte recessão num dos setores económicos mais fortes do concelho – a construção (Figura 27).

⁶ Um dos setores de atividade mais afetados na última década foi o da construção, cujos empregos eram tradicionalmente ocupados pela população masculina. No concelho da Ribeira Grande, tradicionalmente com um peso do setor da construção significativo, o impacto no desemprego da população masculina foi certamente elevado.

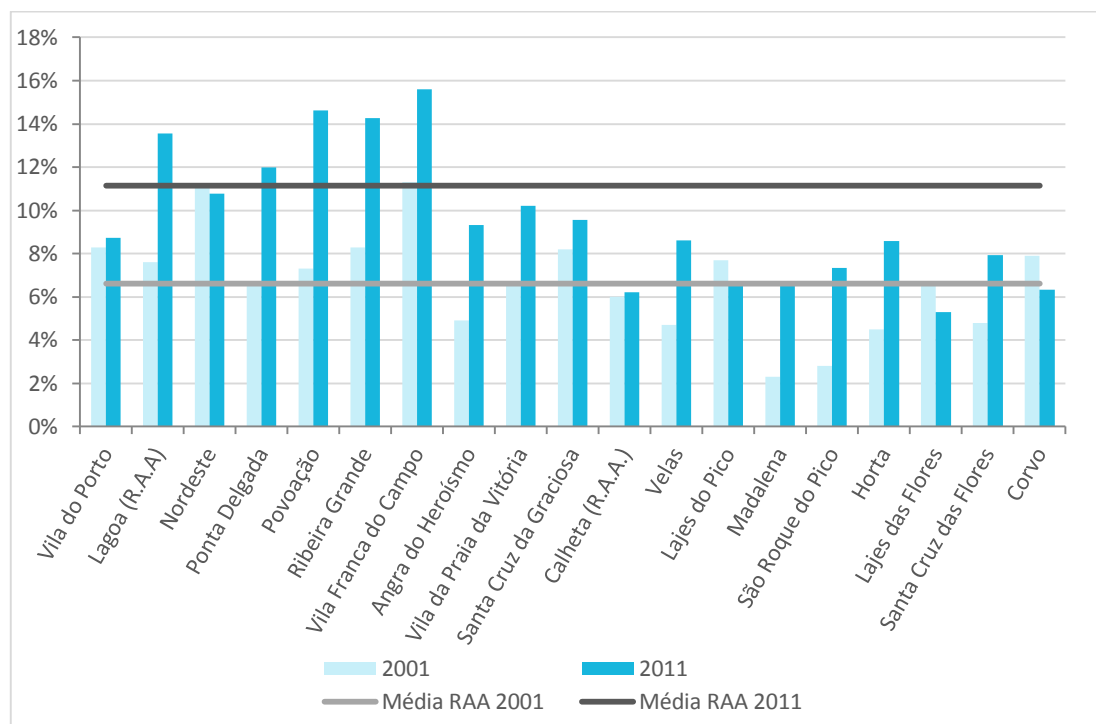


Figura 27. Taxa de desemprego dos concelhos da Região Autónoma dos Açores.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos 2011

Com a recessão imobiliária e o estrangulamento do crédito pelas entidades bancárias, a construção sofreu um forte revés no seu volume de negócios, originando, inevitavelmente, o aumento dos despedimentos no setor.

A nível concelhio, a Ribeira Grande registava, em 2001, uma taxa de desemprego na ordem dos 8,3%. Passados dez anos, este valor passou para 15,59%, correspondente a 2.037 desempregados, dos quais 1.152 do sexo masculino e 885 do sexo feminino. A freguesia de São Brás foi a única freguesia do concelho que registou uma diminuição da taxa de desemprego entre 2001 e 2011. Tirando esta exceção, de todas as freguesias que assistiram, neste mesmo período, a um aumento da taxa de desemprego, a freguesia de Rabo de Peixe, foi aquela onde esse mesmo aumento não foi tão significativo, demonstrando que a sua economia local, que tem um peso significativo na economia do concelho, não foi tão afetada pela crise comparativamente com as restantes freguesias do concelho (Figura 28).

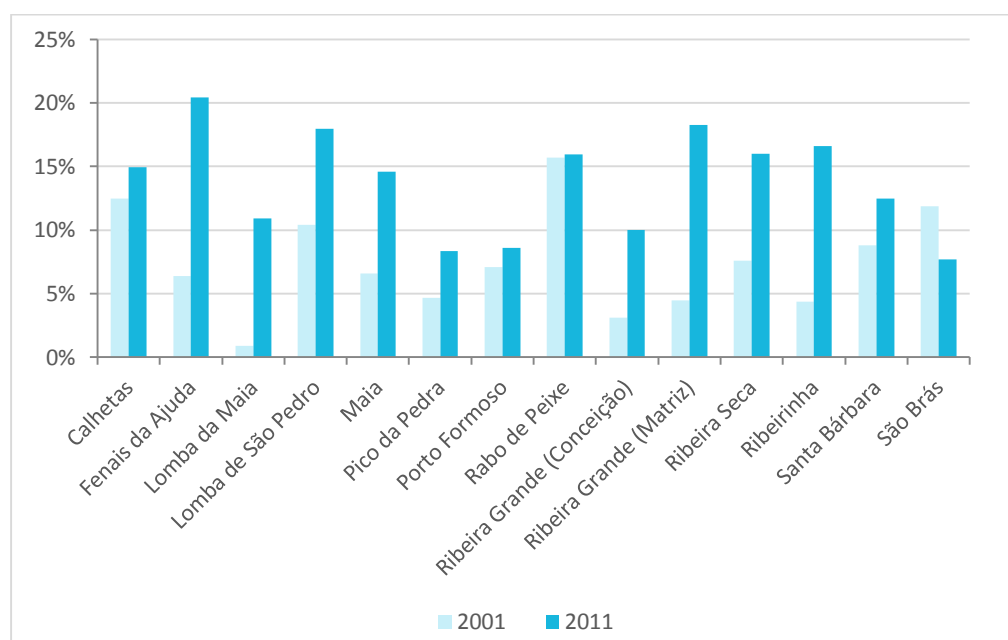


Figura 28. Taxa de desemprego por freguesias do concelho da Ribeira Grande, entre 2001 e 2011.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos 2011

Comparando a variação da taxa de desemprego entre 2001 a 2011, verifica-se que a 'zona centro/cidade' é marcada pela taxa de desemprego mais elevada relativamente às restantes. Isto deve-se, essencialmente, ao facto de existir mais população ativa (mão-de-obra) especializada e direcionada para o setor terciário (serviços) que, relembre-se, também foi muito afetado pela conjuntura económica e financeira adversa dos últimos anos. Também a 'zona nascente', foi muito afetada pelo aumento do desemprego, presume-se que pela dependência de uma parte significativa da população residente ativa naquelas freguesias do emprego nos centros urbanos do concelho ou de Ponta Delgada, e também pela crise do setor da construção (Figura 29).

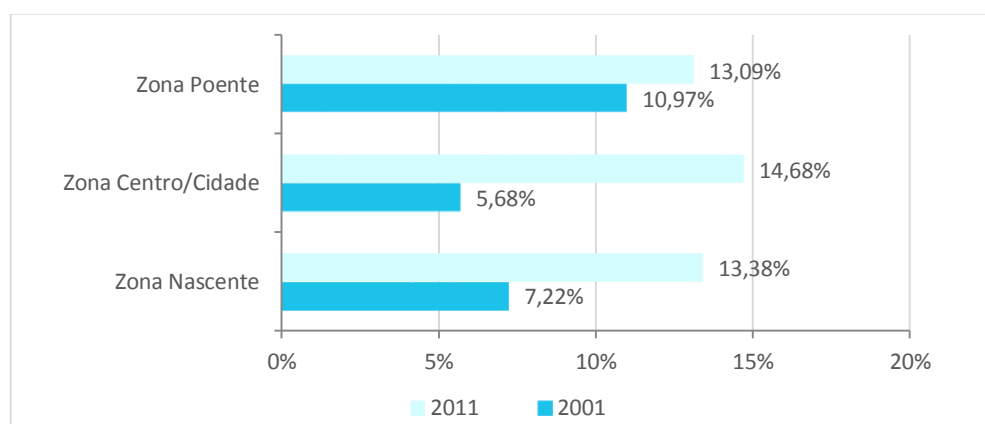


Figura 29. Taxa de desemprego por zonas do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos 2011

Em 2011, praticamente 50% da população desempregada no concelho estava a cargo da família e cerca de 17,5% e 10,2% dependia do subsídio de desemprego e do rendimento social de inserção, respetivamente. Entre a população desempregada, em 2011, 56,4% pertencia ao grupo etário entre os 25 e 49 anos, a idade média mais ativa do ciclo de trabalho de um indivíduo e, cerca de 36% da população do grupo etário considerado jovem estava desempregada e tinha como maior fonte de subsistência os rendimentos dos seus parentes (Tabela 6).

Tabela 6. Número de população desempregada no concelho da Ribeira Grande por grupo etário e principal meio de vida.

Fonte: SPI/ECEGE
Dados: INE, Censos 2011

N.º População desempregada e principal meio de vida	Grupo Etário								
	Total HM	15 - 24 anos		25 - 49 anos		50 - 64 anos		65 e mais anos	
		H	M	H	M	H	M	H	M
Trabalho	270	27	21	139	56	24	3	0	0
Reforma/ Pensão	12	0	1	4	5	1	1	0	0
Subsídio de desemprego	357	24	19	157	100	49	8	0	0
Subsidio por acidente de trabalho ou doença profissional	4	0	1	2	0	1	0	0	0
Rendimento social de inserção	207	18	35	62	77	9	6	0	0
Outro subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	11	0	3	2	5	0	1	0	0
Rendimento da propriedade ou da empresa	3	1	0	1	0	1	0	0	0
Apoio social	18	1	4	6	5	1	1	0	0
A cargo da família	1.008	268	253	255	198	18	15	1	0
Outro	147	23	35	44	31	13	1	0	0
Total	2.037	362	372	672	477	117	36	1	0

Importa reter que a RAA viu aumentar a sua taxa de desemprego para níveis nunca atingidos. Em 2013, cerca de 17% de população ativa estava desempregada (Figura 30).

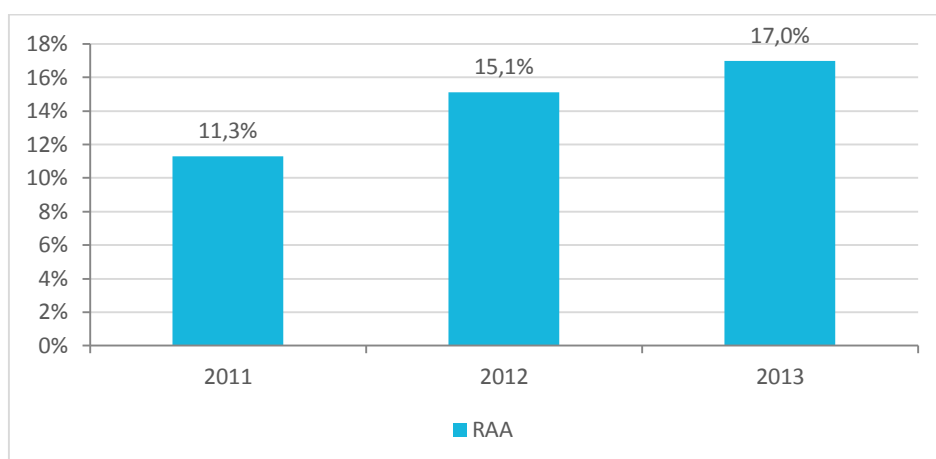


Figura 30. Taxa de desemprego relativa aos anos de 2011, 2012 e 2013 para a RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, principais indicadores

A RAA revela, desde 2004, oscilações na percentagem de número de beneficiários do rendimento social de inserção, ressaltando-se a tendência de aumento percentual a partir do ano de 2010 (Figura 31), que, decerto, se manterá até 2014 por via da conjuntura económica e social regional particularmente adversa. Estima-se que, nos Açores, no ano corrente de 2014, existam mais de 21 mil pessoas ao abrigo do rendimento social de inserção ou outro benefício social similar existente.

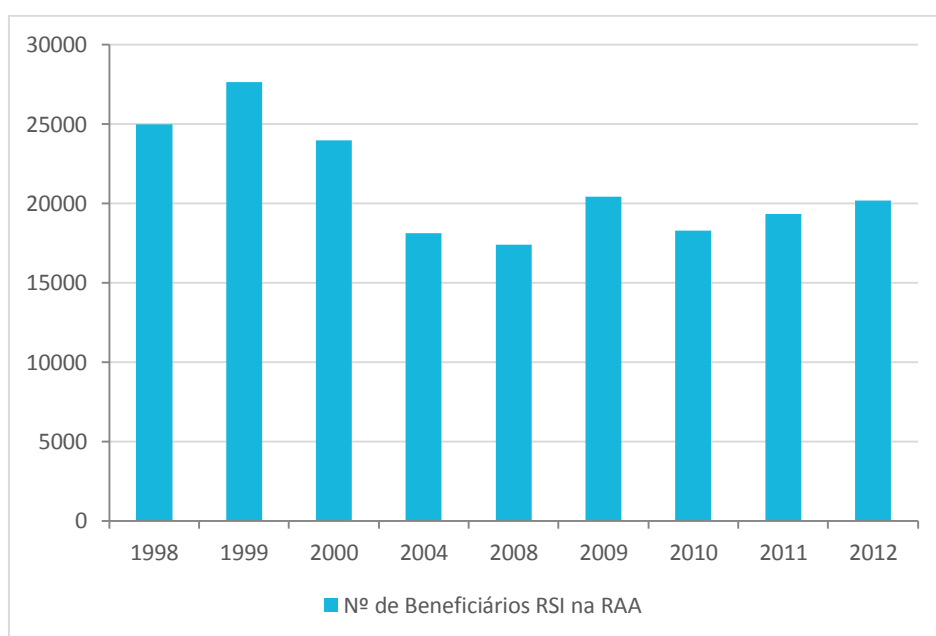


Figura 31. Número de beneficiários do rendimento social de inserção para a RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: DRSS - 'Segurança Social em Números – Região Autónoma dos Açores', 2012

2.3. Educação

No que diz respeito ao perfil educativo do concelho da Ribeira Grande, este tem apresentado uma taxa de analfabetismo permanentemente acima quer das médias regionais, quer das médias nacionais. Com efeito, averbando 12,8% e 6,7%, em 2001 e 2011 respetivamente, Ribeira Grande situava os seus registos consideravelmente além daqueles verificados na RAA (9,4% e 4,7%) e no país (9,0% e 5,2%) nos referidos anos. Na Ilha de São Miguel, só os concelhos de Vila Franca do Campo (8,5%) e da Povoação (7,3%) apresentavam, em 2011, uma taxa de analfabetismo superior. O concelho de Ponta Delgada era aquele que apresentava, em 2011, uma taxa de analfabetismo mais baixa (3,5%) (Figura 32).

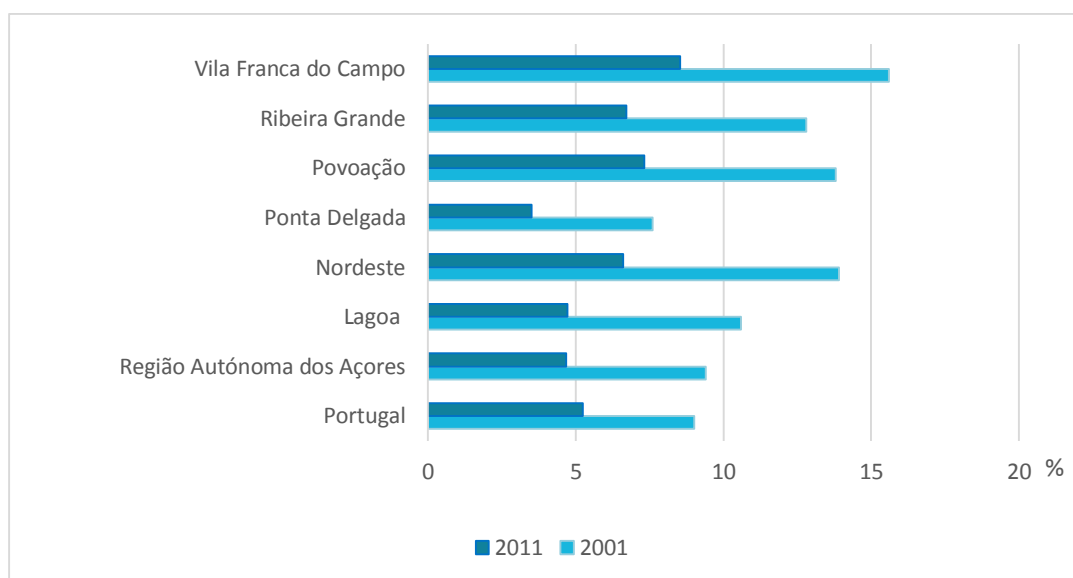


Figura 32. Variação da taxa de analfabetismo em Portugal, na NUT III da RAA e nos concelhos da Ilha de São Miguel, em 2001 e 2011.

Fonte: SPI

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011, Resultados Definitivos

Do universo das freguesias que o compõem, Rabo de Peixe é a que maior iliteracia regista (Tabela 7). É um dado preocupante, dado que, sendo a freguesia mais jovem do concelho, deveria ser a localidade do concelho a registar menores taxas de analfabetismo. A explicação está na numerosa comunidade piscatória, que é fortemente afetada pelo abandono escolar precoce e por uma elevada taxa de insucesso escolar.

Tabela 7. Taxa de Analfabetismo por Local de Residência.

Fonte: SPI/ECEGE

Fonte: INE, Censos de 2011

Concelho e Freguesias	Taxa de Analfabetismo (%)		
	HM	H	M
Concelho da Ribeira Grande	6,64	4,96	3,48
Calhetas	4,14	6,52	1,72
Fenais da Ajuda	8,52	10,17	6,88
Lomba da Maia	5,69	4,89	6,48
Lomba de São Pedro	6,27	8,21	4,13
Maia	5,77	6,39	5,15
Pico da Pedra	2,83	2,98	2,69
Porto Formoso	7,16	7,33	6,97
Rabo de Peixe	9,68	11,24	8
Ribeira Grande (Conceição)	3,71	3,35	4,05
Ribeira Grande (Matriz)	6,27	7,20	5,34
Ribeira Seca	6,01	6,17	5,84
Ribeirinha	6,77	7,66	5,90
Santa Bárbara	6,76	8,11	5,39
São Brás	4,22	4,96	3,48

Por seu turno, o universo feminino obtém melhores resultados do que o masculino, evidenciando uma clara tendência para que jovens do sexo masculino entrem precocemente no mercado de trabalho, ocupando geralmente empregos que exigem baixas habilitações, e os jovens do sexo feminino permanecem com maior frequência na escola e obtenham, por esse motivo, melhores condições para ocupar empregos mais qualificados.

Em média, a RAA detém uma taxa de analfabetismo na ordem dos 4,66%. Comparando o concelho da Ribeira Grande face aos seus congéneres, verifica-se que este apresenta a terceira mais elevada taxa de analfabetismo (6,6%) da Região, sendo apenas superado pelos concelhos da Povoação (7,2%) e de Vila Franca do Campo (8,6%), ambos na ilha de São Miguel (Figura 33).

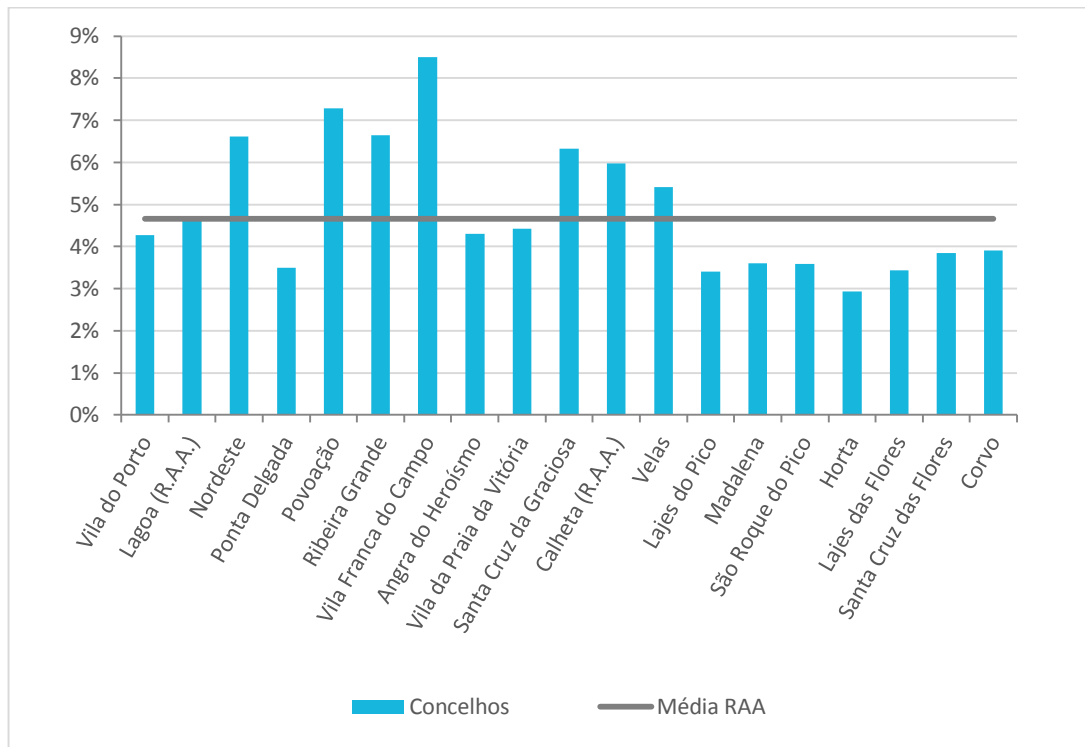


Figura 33. Taxa de Analfabetismo (2011) para os concelhos da Região Autónoma dos Açores.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

Daqui se retira que a população do concelho da Ribeira Grande carece de literacia ou melhor educação, situação que justifica ações e estratégias que impeçam o abandono escolar precoce e contribuam para melhorar as taxas de sucesso escolar.

Relativamente à taxa de abandono escolar no concelho da Ribeira Grande, em 2011, as freguesias do Porto Formoso e de Rabo de Peixe eram aquelas que apresentavam a taxa de abandono escolar mais elevada. Ora, se correlacionarmos a taxa de abandono escolar destas freguesias com os seus principais setores de atividades económicas (pesca e agropecuária) e o elevado nível de iliteracia registado, temos um comportamento de empregabilidade com base em mão-de-obra jovem e pouca especializada, o que potencia o abandono escolar precoce (Figura 34).

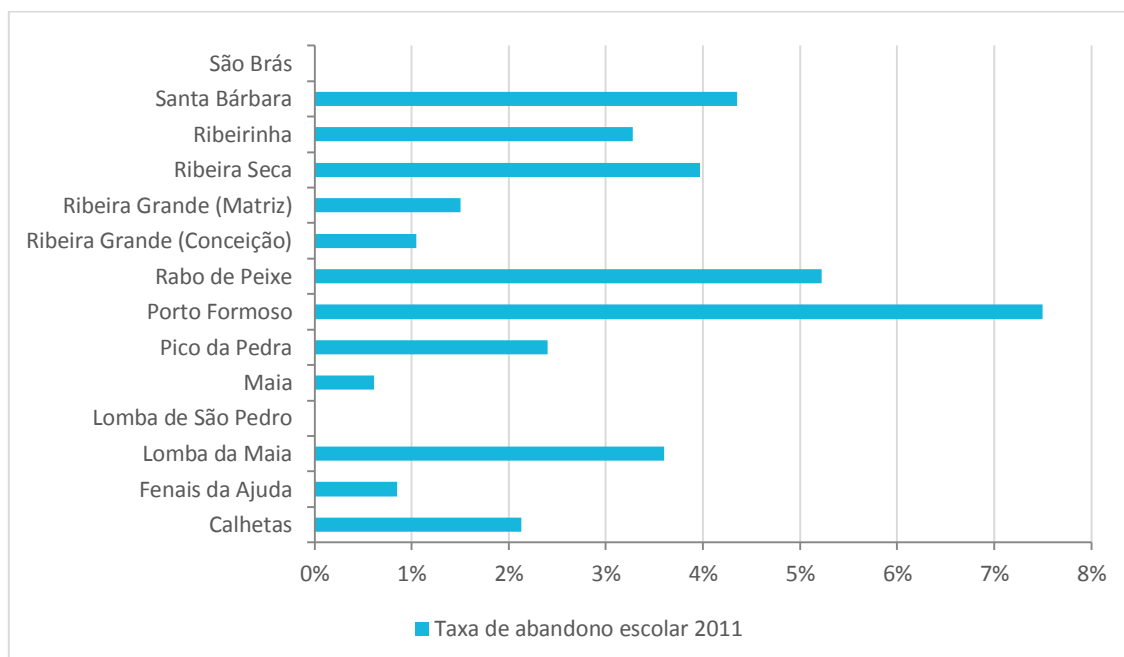


Figura 34. Taxa de abandono escolar por freguesias no concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

Praticamente todas as freguesias viram aumentar a população residente com ensino superior completo. As freguesias da Conceição e do Pico da Pedra evidenciaram os valores mais elevados de pessoas licenciadas (Figura 35).

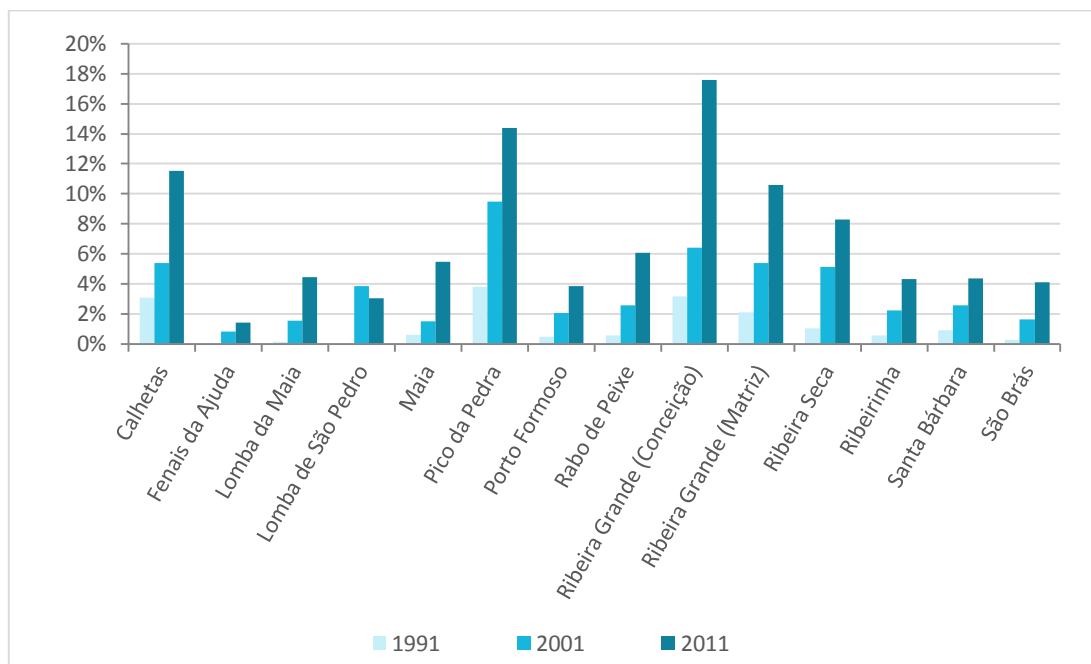


Figura 35. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por freguesia com o ensino superior completo.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

Em 1991, o concelho evidenciava uma taxa de população residente com ensino superior na ordem dos 1,3%. Em 2001 essa taxa atingiu cerca de 3,9% e passados dez anos, em 2011, existiam cerca de 8,2% licenciados ou com grau de doutor. Destes, 5,7% eram do sexo masculino e 10,6% do sexo feminino. Geograficamente, as 'zonas centro/cidade e poente', mais urbanas e próximas de Ponta Delgada, eram aquelas que apresentavam a maior percentagem de população com grau de ensino superior (Tabela 8).

Tabela 8. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por zonas territoriais com o ensino superior completo.

Fonte: SPI/ECEGE
Dados: INE, Censos de 2011

Zonas	Proporção da população residente com ensino superior completo		
	1991	2001	2011
'Zona nascente'	2,73%	1,90%	3,72%
'Zona centro/cidade'	1,56%	4,34%	9,03%
'Zona poente'	2,50%	5,81%	10,66%

Relativamente ao comportamento educacional face ao ensino secundário, é notório que a população das freguesias de Pico da Pedra, Conceição e Matriz (localizadas na cidade) e Calhetas, são aquelas onde a população aposta mais na educação, com as taxas mais elevadas de população com este grau de ensino (Figura 36).

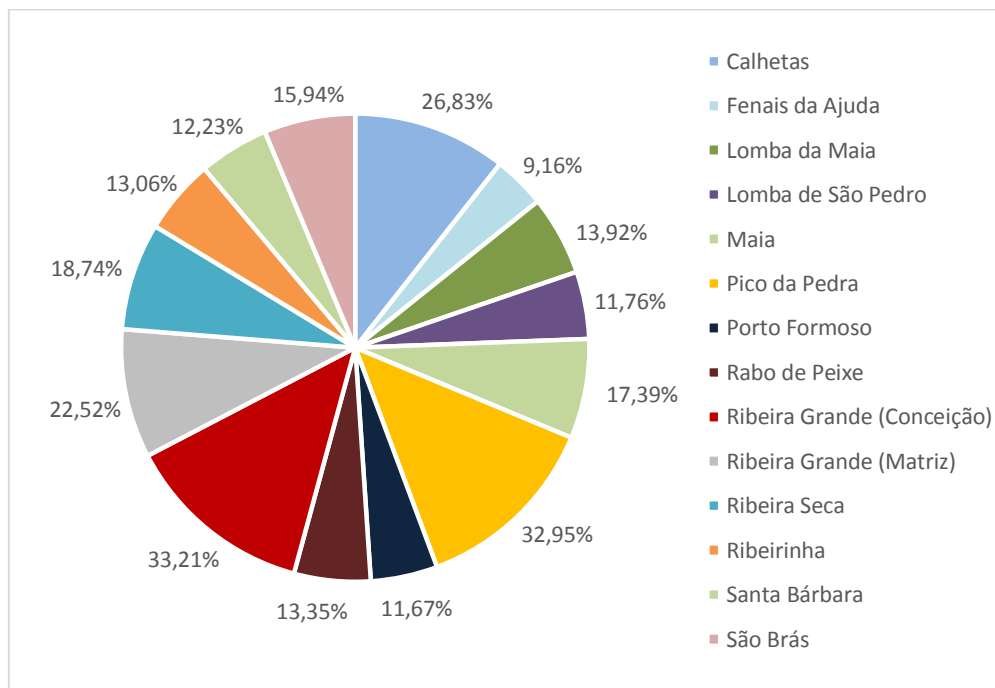


Figura 36. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por freguesias com pelo menos o ensino secundário completo.

Fonte: SPI/ECEGE
Dados: INE, Censos de 2011

Já relativamente à população residente no concelho com o 3.º ciclo de ensino completo, verifica-se um crescimento homogéneo em todas as freguesias. Cerca de 35,45% da população residente no concelho tem o 3.º ciclo de ensino concluído. Também é nas freguesias urbanas que se registam as maiores taxas de população com este grau de ensino, com destaque novamente para as freguesias de Pico da Pedra, Conceição e Matriz (localizadas na cidade) e Calhetas (Figura 37).

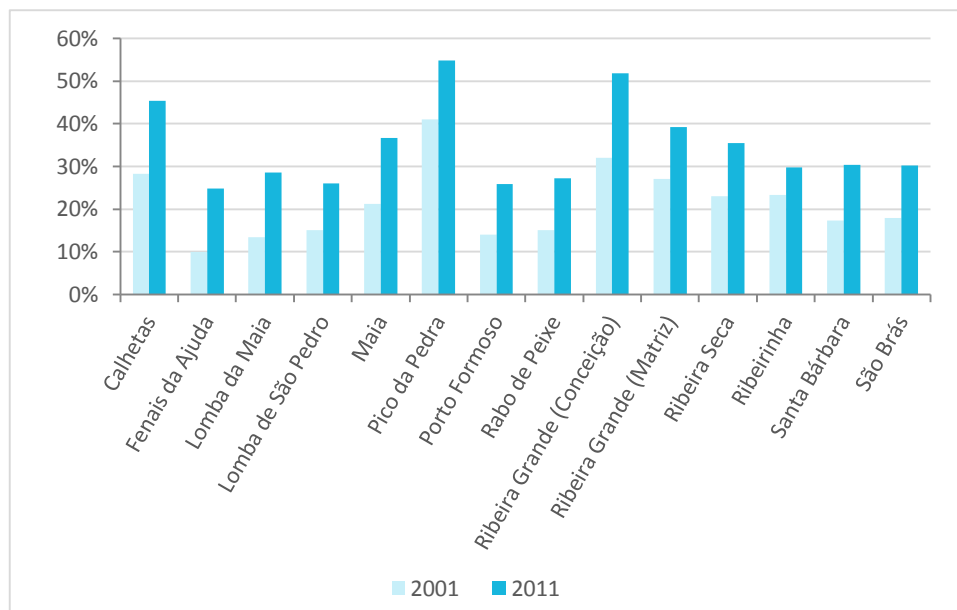


Figura 37. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por freguesias com pelo menos o 3º ciclo de ensino completo.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

À semelhança do que havia acontecido nos outros níveis de ensino, é nas 'zonas centro-cidade e poente', mais urbanas e próximas de Ponta Delgada, que se verifica a maior percentagem de população com o ensino secundário e o 3.º ciclo concluídos (Tabela 9).

Tabela 9. Proporção da população residente no concelho da Ribeira Grande por zonas com pelo menos o ensino secundário e o 3º ciclo de ensino completos.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Censos de 2011

Zonas	Proporção da população com pelo menos o ensino secundário completo 2011	Proporção da população com pelo menos o 3º ciclo do ensino básico completo	
		2001	2011
'Zona nascente'	13,31%	15,20%	28,67%
'Zona centro/cidade'	19,95%	24,50%	37,32%
'Zona poente'	24,38%	28,10%	42,48%

2.4. Poder de compra

No quadro da análise socioeconómica do concelho da Ribeira Grande, é igualmente relevante aferir o Indicador *per capita* do Poder de Compra (IPC)⁷, cuja relevância, neste contexto, está associada à inexistência, no sistema estatístico português, de indicadores precisos como o rendimento ou o consumo das famílias. Considerando o último estudo do IpC como referência, o concelho da Ribeira Grande, com 63,31, encontrava-se consideravelmente abaixo do valor padrão nacional (100) e também da média de referência da RAA (82,35) (Figura 38).

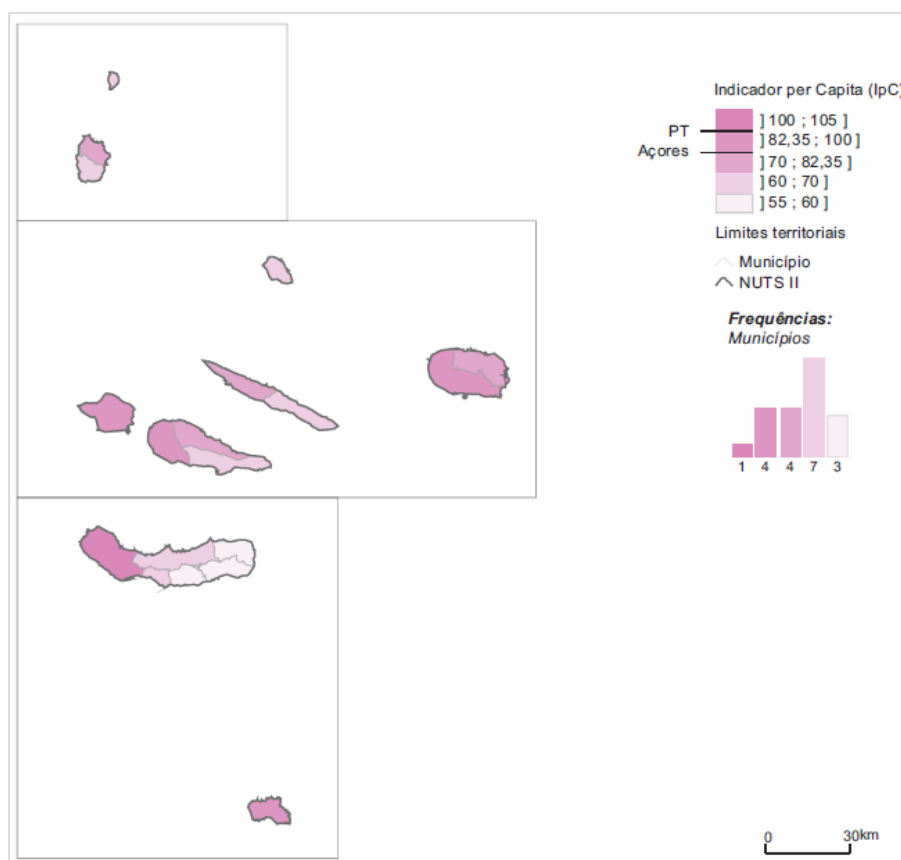


Figura 38. Indicador do Poder de Compra per capita por município, na RAA, em 2011.

Fonte: SPI

Dados: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2011 [Edição 2013]

Pode, pois, dizer-se que a performance económica do concelho e a sua posição relevante como polo industrial do arquipélago, quer seja ao nível do dinamismo do seu tecido empresarial ou do volume de negócios por este gerado, não se reflete num poder de compra *per capita* idêntico ao dos concelhos mais dinâmicos da NUT II da RAA (Tabela 10).

⁷ O Indicador do Poder de Compra *per capita* é um índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes concelhos e regiões, com esse valor de referência nacional.

Tabela 10. Indicador per capita do Poder de Compra em alguns concelhos da NUT II da RAA, em 2011.

Fonte: SPI

Dados: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2011 [Edição 2013]

Unidade Territorial	IpC
Portugal	100
NUT III R.A.A.	82,35
Ponta Delgada	104,27
Lagoa	67,31
Nordeste	55,86
Povoação	57,80
Ribeira Grande	63,31
Vila Franca do Campo	59,18
Angra do Heroísmo	91,22
Vila da Praia da Vitória	72,55
Horta	86,40

Os últimos anos demonstram alguma oscilação no IpC, que fica entre o aumento registado entre 2007 e 2009 (de 67, 2 para 68,23), e a queda no biénio compreendido entre 2009 e 2011 (de 68,23 para 63,31). Em termos de oscilação média, Ribeira Grande segue, de resto, a tendência da RAA, que, contudo, não é idêntica entre todos os concelhos da RAA (Figura 39).

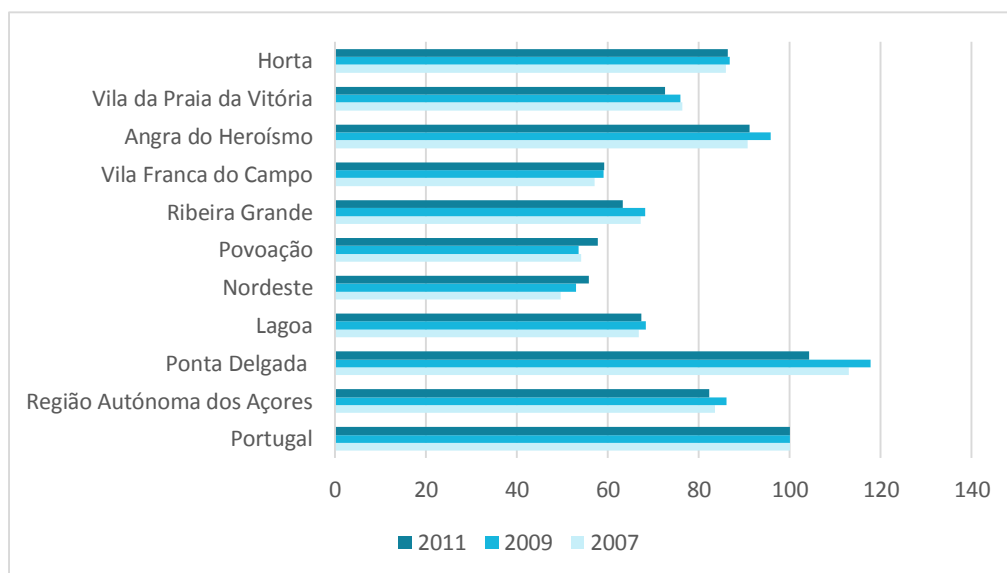


Figura 39. Evolução do Indicador per capita do Poder de Compra nos Concelhos da NUT II da Região RAA, entre 2007 e 2011.

Fonte: SPI

Dados: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, 2007, 2009 e 2011 [Edições 2009, 2011 e 2013]

Numa análise a um período mais longo, verifica-se que, entre 1993 e 2002, a variação percentual do poder de compra dos ribeirão-grandenses quase não se alterou. Já em relação ao período 2002/2011, a variação percentual do poder de compra concelhio tem vindo a aumentar (Figura 40).

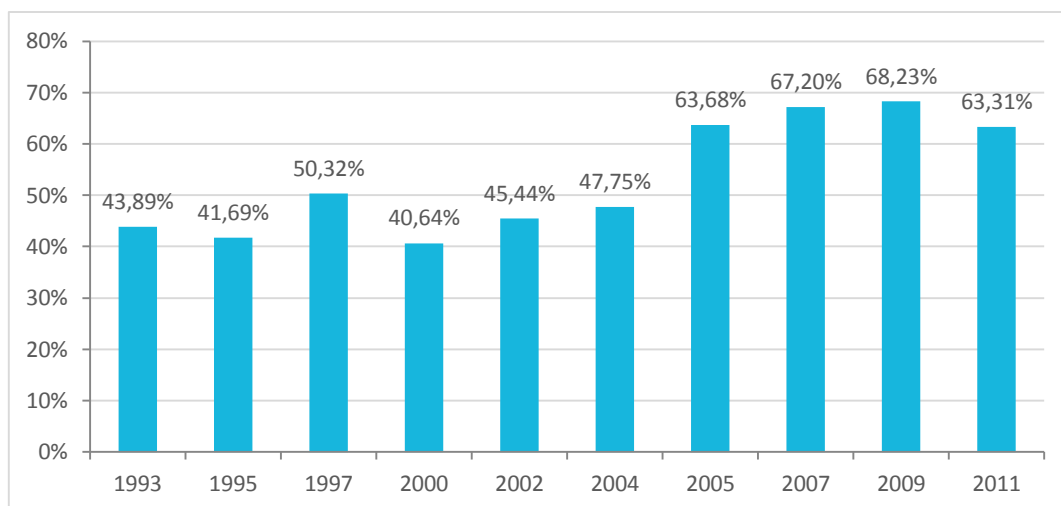


Figura 40. Poder de compra per capita para o concelho da Ribeira Grande entre 1993 e 2011.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

Os habitantes do concelho de Ponta Delgada são aqueles que, na ilha de São Miguel, possuem uma percentagem de poder de compra superior, quatro vezes maior do que os habitantes do concelho da Ribeira Grande (Figura 41).

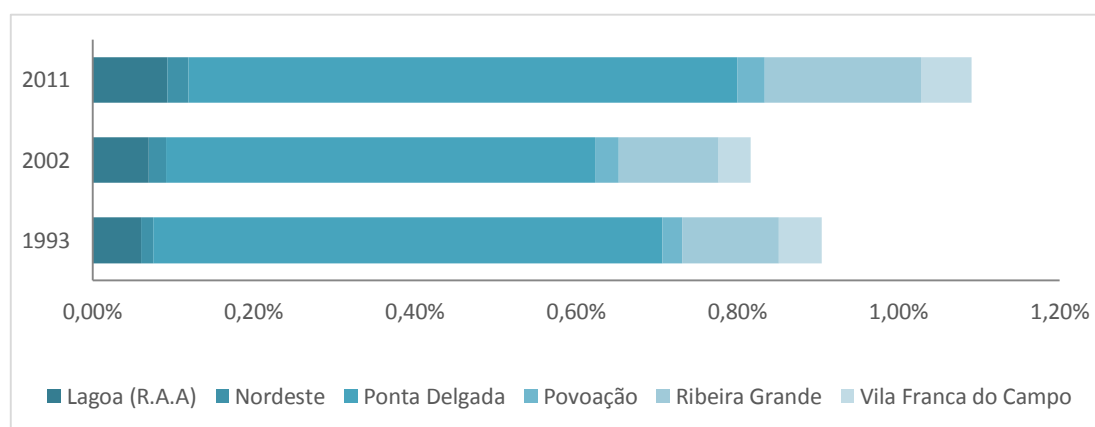


Figura 41. Proporção do poder de compra para os concelhos da ilha de São Miguel relativa aos anos de 1993, 2002 e 2011.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio

Em conclusão, atendendo à caracterização estatística pormenorizada relativamente ao desemprego, taxa de analfabetismo, taxa de abandono escolar, quantificação de nível de apoio social, nível educacional da população e poder de compra relacionado com rendimento per capita, o concelho da Ribeira Grande está muito interligado ao desempenho estrutural dos vários setores económicos e empresariais concelhios.

Sem grande possibilidade de novos investimentos e empregabilidade no setor terciário, o concelho assenta a sua condição social na prossecução diária do setor industrial como forma das famílias obterem rendimentos que lhes permitam obter maior poder de compra e, consequentemente, melhores condições de vida.

Conforme os dados estatísticos recolhidos relativamente à última década, o contexto social da Ribeira Grande é muito marcado pela elevada taxa de desemprego e pelo elevado analfabetismo. O insucesso e abandono escolar precoce são ainda uma realidade marcante e o nível educacional da sua população é condizente com a envolvente económica e social. Em termos sociais a deterioração das condições de vida da população no concelho, na última década, tem sido evidente.

Como fator determinante para esse revés, pode apontar-se o setor da construção civil. Durante muitos anos este setor foi o motor do desenvolvimento económico e social do concelho. Desde que a crise financeira se instalou, o mercado imobiliário estagnou e o setor terciário debate-se com particulares dificuldades no concelho. A população ribeira-grandense tem evidenciado uma realidade sociológica difícil e que marcará as gerações vindouras. Os apoios sociais a muitos agregados, principalmente nas freguesias mais atingidas pelo desemprego, têm sido uma ajuda imprescindível. Mas, é necessário criar emprego compatível com a mão-de-obra disponível num concelho que se quer vivo pelo seu trabalho e pelo seu real valor.

2.5. Economia

Numa perspetiva geral da economia, por setores de atividade, verifica-se que, ao nível do número de empresas existentes no concelho, o setor terciário é claramente dominante (59%) face aos setores primário e secundário (24% e 17%, respetivamente). Já no que respeita ao volume de negócios das empresas, o setor secundário domina (88%) comparativamente com os setores primário e terciário (ambos com 6%). O setor secundário é aquele que mais contribui para a criação de riqueza no concelho, com um Valor Acrescentado Bruto (VAB) muito superior (63%) aos setores terciário e primário (29% e 8%, respetivamente). Ao invés, o setor terciário é o maior empregador do concelho, agregando 61% da população empregada, sendo que os setores secundário e primário agregam 27% e 12% dos empregados, respetivamente (Figura 42).

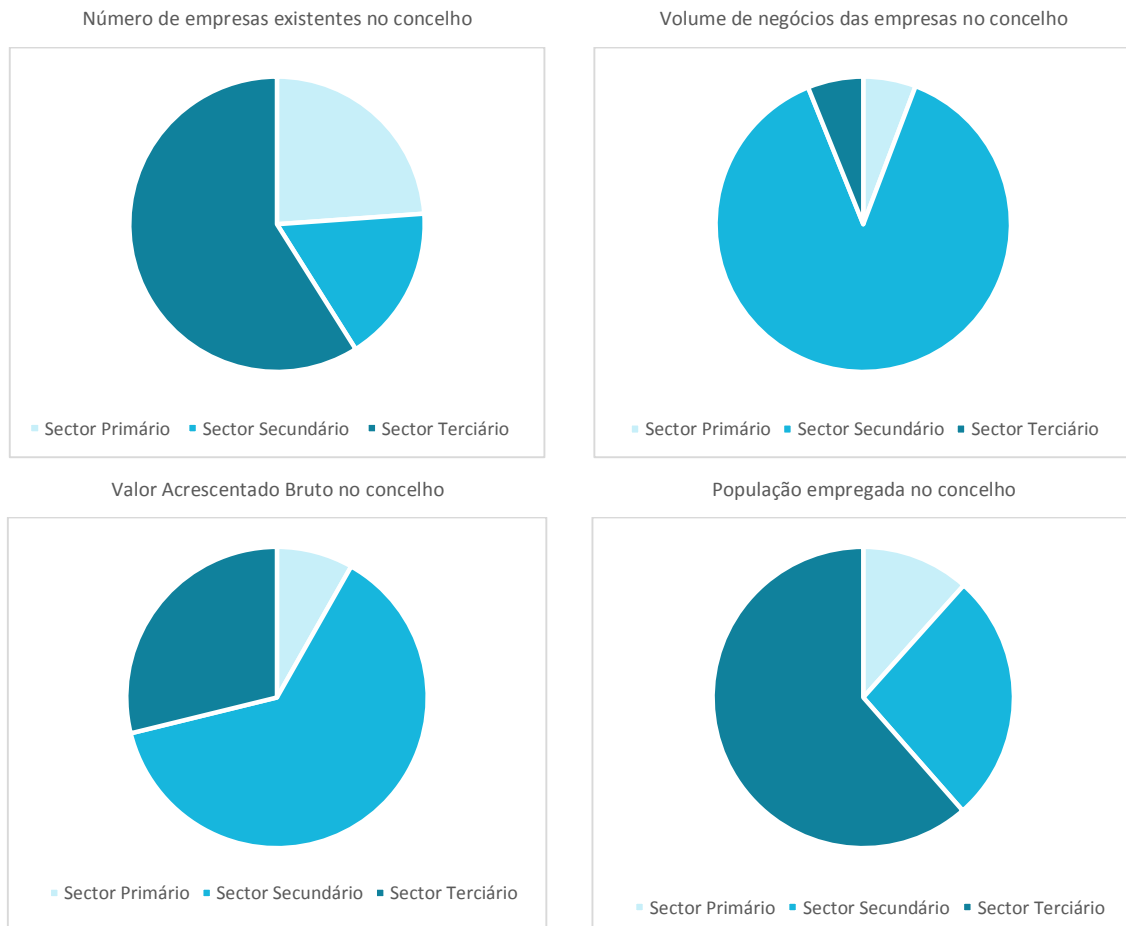


Figura 42. Dados gerais para o concelho por setor de atividade: n.º de empresas existentes, volume de negócios das empresas, valor acrescentado bruto (VAB) e população empregada.

Fonte: SPI

Dados: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE) 2012

Setor Primário

Geograficamente, a RAA é composta por nove ilhas dispersas no meio do oceano Atlântico. Esta posição geoestratégica definiu durante séculos a vivência e o desenvolvimento económico do povo dos Açores. Longe dos grandes centros de produção, comercialização e desenvolvimento dos continentes europeu e americano, circunscrito às nove ilhas, o povo dos Açores moldou o seu carácter em torno da religião, da proximidade e do alto valor dado à terra e ao mar.

Assim, durante séculos o desenvolvimento económico da RAA assentou única e exclusivamente no aproveitamento dos recursos naturais aliados a um clima ameno, para desenvolver uma economia assente no setor primário, destinada a satisfazer as necessidades básicas de quem se propunha habitar no arquipélago. Assim, com exceção dos tempos áureos dos ciclos do trigo, do pastel e da laranja, a agricultura tradicional e a criação de animais foram o principal meio de subsistência da comunidade açoriana.

À semelhança da Região, o concelho da Ribeira Grande também assentou durante séculos a sua economia nos recursos existentes ao longo da costa norte da maior ilha dos Açores. A brisa fresca de norte, o acesso a um mar imenso e as encostas férteis, definiram um povo e um concelho centrado na agricultura e pesca.

Passados os tempos áureos dos ciclos agrícolas, o concelho da Ribeira Grande evidencia hoje um importante papel quer a nível da produção de produtos hortícolas, quer como um dos maiores produtores de leite, sendo o concelho mais exportador da Região. A atividade piscatória no concelho também teve um grande 'boom' económico e produtivo. Longe vão os tempos em que as poucas embarcações de madeira existentes se lançavam ao mar apenas quando o bom tempo o permitia. As antigas embarcações foram totalmente renovadas e a taxa de saída para o mar, atualmente, é praticamente diária. Também longe vão os tempos em que as velhas embarcações partiam para a faina repletas de pescadores ávidos de ganharem o seu sustento. Hoje, as máquinas e a modernidade dos instrumentos substituem praticamente 70% da mão-de-obra outrora contratada.

Esquecidos vão os tempos em que os portos de pesca eram baías naturais mais ou menos abrigadas dos ventos e do traígoeiro mar da costa norte. Atualmente, os portos são entrepostos de produção e comercialização, eficazes e modernos, que potenciam as capturas e devolvem ao pescado a qualidade da marca 'Açores'. A vila de Rabo de Peixe e os seus habitantes são considerados exímios pescadores, albergando grandes empresas exportadoras de pescado para países como Espanha, Estados Unidos da América, Canadá, Japão, entre outros.

Agricultura e Pecuária

Durante um longo período, a RAA evidenciou uma sustentabilidade agrícola que potenciava a exportação, os denominados 'ciclos produtivos'. Estes ciclos corresponderam a produções agrícolas de qualidade e quantidade (trigo e linho, pastel e depois a laranja), que eram exportadas para o continente europeu, mais precisamente para a Inglaterra. Empregando muita mão-de-obra local e conforme o tipo de terra onde eram cultivadas, estas produções trouxeram grande riqueza às nove ilhas e, conseqüentemente, ao concelho da Ribeira Grande.

O início da produção frutícola ocorreu nos finais do século XVI com a formação das primeiras áreas cultivadas com várias variedades de frutas entre as quais os citrinos. Dadas as condições ambientais das ilhas e mais precisamente do concelho da Ribeira Grande, a produção da laranja rapidamente teve um forte desenvolvimento, sendo que, no século XVII, a produção do fruto mostrava predomínio sobre as restantes culturas. Passados dois séculos de produção de laranja e da transformação da extensão da área agrícola adaptada ao cultivo do fruto, só no princípio do século XVIII é que aconteceram as primeiras exportações para a Europa continental e em especial para a Inglaterra.

A produção da laranja fez com que os produtores introduzissem novas técnicas destinadas à proteção das intempéries, dos ventos fortes e da influência do sal vindo do mar (salsugem). Essas técnicas levaram os produtores a moldar as suas quintas levantando altos muros de pedra solta que, ainda hoje, séculos após o fim da cultura, fazem parte da paisagem concelhia e regional.

Foi durante o século XIX que a cultura da laranja e a respetiva comercialização atingiu o seu apogeu e também, para infelicidade da economia concelhia, o seu declínio (entre 1840 e 1875), vitimada por uma série de pragas. A partir de 1875 o setor agrícola no concelho teve que adaptar-se a uma nova realidade, de ter que transformar as suas explorações agrícolas adaptando-as a outras culturas. Entrava-se no denominado 'ciclo da produção agrícola de culturas agroindustriais', com a produção de produtos como a beterraba sacarina, o tabaco, a batata-doce, o chá e o ananás. Este ciclo durou e teve o seu apogeu nos finais do século XX, ainda que exista, atualmente, muita produção desses produtos um pouco por todo o concelho.

Assim, durante séculos a população ribeira-grandense praticou uma agricultura tradicional baseada em ciclos de produção e muito sustentada no minifúndio. Foi um período em que a agricultura necessitava de muita mão-de-obra e utilizava técnicas rudimentares, como o uso da enxada, da queimada, do arado e da tração animal. O objetivo da atividade agrícola de então era produzir para comercializar e para o autoconsumo e subsistência das famílias que a praticavam, nomeadamente daquelas que tinham maior dificuldade de acesso aos aglomerados populacionais onde se localizavam as portas de comunicação com os mercados exteriores.

À semelhança da Região, a Ribeira Grande manteve a agricultura como a principal atividade económica do concelho. Era a melhor receita atendendo às condições ideais de produção existentes ao longo do concelho (água, terrenos férteis e existência de mão-de-obra).

É desta forma que o concelho se desenvolve com sucesso ao longo dos tempos, adequando a sua produção agrícola aos ciclos dos produtos e necessidades do mercado, bem como à manutenção de uma variedade de culturas, sempre coadjuvado pela criação de animais. Exemplo desse sucesso foi a transformação do antigo campo de jogos da cidade, sito na rua do Estrela, no primeiro (único) mercado de gado vivo da ilha de São Miguel, bem como a existência do Mercado Municipal Agrícola da Ribeira Grande (Figura 43), que concentrava a maioria da produção da costa norte e o maior número de clientes.



Figura 43. Mercado Municipal.

Fonte: Photolinda

Nestes últimos trinta anos, a RAA e, especialmente, o concelho da Ribeira Grande, evidencia uma importante transformação do seu setor agrícola, apostando fortemente, a partir de 1980, na fileira do leite. A produção de leite e o aumento de cabeças de gado nas explorações agrícolas, por toda a região, está intimamente ligada ao aparecimento de novas unidades industriais de transformação de leite e seus derivados, que constituem a maior fonte de riqueza do tecido produtivo agrícola regional e, principalmente, da Ribeira Grande. O concelho dispõe atualmente de duas importantes fábricas de transformação de leite, a BEL e a INSULAC.

A passagem de século marca uma transformação significativa no setor primário regional e concelhio. Entre 1989 e 2009, assiste-se a uma tendência de redução do número de explorações agrícolas no concelho. A redução do número de explorações agrícolas no concelho, no período compreendido entre 1989 e 2009, é claramente evidenciada em todas as zonas geográficas do concelho, embora com maior peso na 'zona centro-cidade' (52%) (Figura 44).

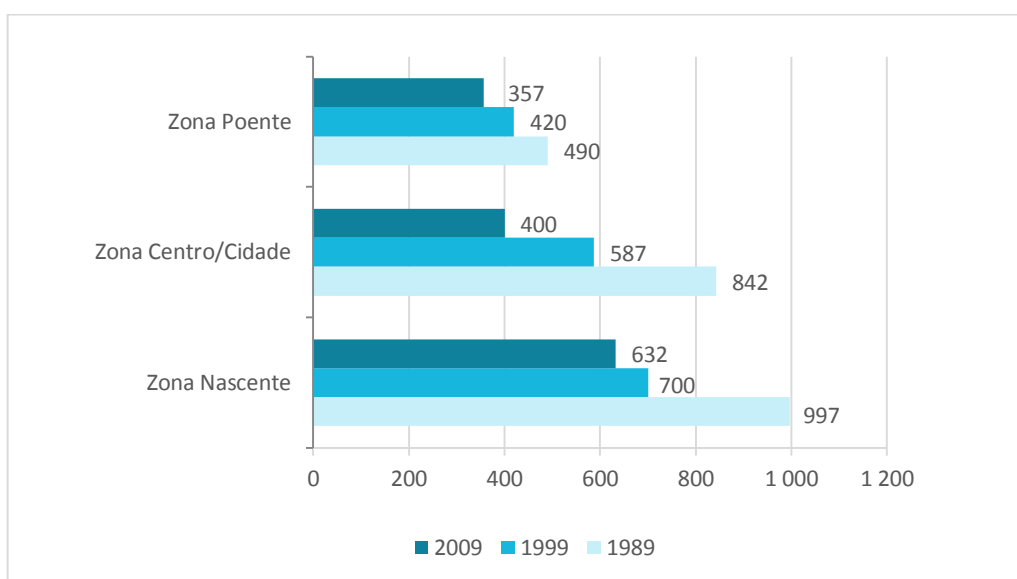


Figura 44. Número de Explorações Agrícolas por zonas do concelho.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Recenseamento Agrícola – Séries Históricas

Se, em 1989, existiam 2.329 explorações agrícolas em todo o concelho (das quais 42,8% se localizavam na 'zona nascente' do concelho), volvidas duas décadas existiam apenas 1.389, verificando-se uma redução efetiva de 940 explorações agrícolas, ou seja, uma diminuição na ordem dos 40,3%. Estes valores, embora inferiores, acompanham a tendência da Região e da ilha de São Miguel que, neste período, perderam 45% (11.101) e 43% (4.249) das explorações agrícolas, respetivamente.

A facilidade no acesso a novas técnicas, a introdução de maquinaria no sistema produtivo, a entrada no mercado regional de produtos agrícolas importados a preços mais competitivos (principalmente pelo aparecimento de grandes superfícies comerciais) e, fundamentalmente, a forte industrialização do setor leiteiro (construção/reabilitação de novas fábricas de leite), levaram a que o setor agrícola rumasse à situação em que hoje se encontra – afeto, na sua quase totalidade, à exploração agropecuária.

Entre 1989 e 2009, as explorações agrícolas na Região diminuíram cerca de 45% mas, em média, cada exploração agrícola existente aumentou o número de cabeças de gado (vacas) em 174%, ou seja, a retração do número de explorações agrícolas regionais foi acompanhada por um aumento do número de vacas por exploração agrícola regional existente. Em 1989, no concelho da Ribeira Grande, cada exploração agrícola tinha, em média, 14,7 vacas. Em 1999, esse quantitativo mais do que duplicou e, em 2009, sofreu um aumento de 17% face a 1999. Em vinte anos, o concelho viu reduzido as suas explorações agrícolas em 940 unidades e, simultaneamente, aumentou o número médio das cabeças de gado por exploração em cerca de 20,5 unidades (Tabela 11).

Tabela 11. Número de vacas por Exploração Leiteira.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Recenseamento Agrícola – Séries Históricas

Localização geográfica	N.º vacas leiteiras por exploração e localização geográfica					
	1989	1999	Variação 1989- 1999	2009	Variação 1999-2009	Variação 1989-2009
RAA	10,3	19,3	87%	28,2	46%	174%
Ribeira Grande	14,7	30	104%	35,2	17%	139%
Angra do Heroísmo	12,3	20,8	69%	34	63%	176%
Calheta	7,3	10,9	49%	15,2	39%	108%
Corvo	2	2	0%	3,1	55%	55%
Horta	5,8	9,4	62%	15,6	66%	169%
Lagoa (R.A.A)	15,3	26,3	72%	39,2	49%	156%
Lajes das Flores	2,5	3,1	24%	5,5	77%	120%
Lajes do Pico	5,9	11,8	100%	25,4	115%	331%
Madalena	5	13,8	176%	12,5	-9%	150%
Nordeste	10,4	19,7	89%	26,4	34%	154%
Ponta Delgada	14,6	26,3	80%	32,7	24%	124%
Povoação	16,3	23,3	43%	31,8	36%	95%
Santa Cruz da Graciosa	8,2	23,7	189%	34,1	44%	316%
Santa Cruz das Flores	1,8	2,9	61%	6,1	110%	239%
São Roque do Pico	3,8	8,1	113%	22,8	181%	500%
Velas	7,9	13,6	72%	22,3	64%	182%
Vila da Praia da Vitória	10,1	18,9	87%	26	38%	157%
Vila do Porto	2,5	4,9	96%	5,8	18%	132%
Vila Franca do Campo	17,5	24,7	41%	33,9	37%	94%

Em 1975, foi fundada a Cooperativa Agrícola – Associação Agrícola de São Miguel, que se encontra sedada em Santana, freguesia de Rabo de Peixe, e que tem como principal objetivo zelar pelo interesse geral dos agricultores e produtores. Trata-se de uma instituição em grande crescimento, que representa cerca de 90% dos produtores de leite, perfazendo um total de 3.000 associados, possuindo, ainda, 300 associados do setor da carne e 300 associados oriundos das culturas tradicionais. Mais tarde, surge também a Cooperativa Costa Norte, C.R.L., sediada na freguesia de São Brás, com atividade virada para o comércio por grosso de leite, seus derivados e ovos.



Figura 45. Fábrica de Rações da Associação Agrícola de São Miguel.

Fonte: ECEGE, 2014

Também a transformação dos terrenos de cultivo em prados e pastagens tornou-se uma evidência e um facto que tem modificado a paisagem da ilha e do concelho (Tabela 12), com impactos ambientais negativos nos aquíferos e bacias hidrográficas (eutrofização das lagoas).

Tabela 12. Superfície de prados e pastagens permanentes (hectares).

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Recenseamento Agrícola – Séries Históricas

Localização geográfica	Superfície de prados e pastagens permanentes (ha)		
	1989	1999	2009
RAA	101.044	105.273	105.790
Lagoa	1.600	1.872	1.824
Nordeste	3.539	3.558	3.436
Ponta Delgada	12.214	12.520	11.231
Povoação	3.776	3.255	3.036
Ribeira Grande	8.312	9.255	8.599
Vila Franca do Campo	3.715	3.665	3.364

O concelho da Ribeira Grande registou uma tendência de alteração de terras de cultivo e diversificação agrícola para a agropecuária, principalmente na ‘zona nascente’, que alberga uma das mais importantes bacias leiteiras da ilha de São Miguel – a bacia leiteira da Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Maia.

Foi na freguesia da Lomba da Maia que se registou o maior aumento de prados e pastagens. A 'zona poente' do concelho manteve-se com uma área idêntica de cultivo em pastagens e prado, principalmente as freguesias do Pico da Pedra e das Calhetas, que mantiveram e/ou até reduziram estas áreas. Este facto deveu-se, essencialmente, ao aproveitamento por partes dos produtores, nessas duas freguesias, do microclima e da morfologia do terreno para o cultivo da vinha (freguesia das Calhetas e Pico da Pedra) (Figura 46).

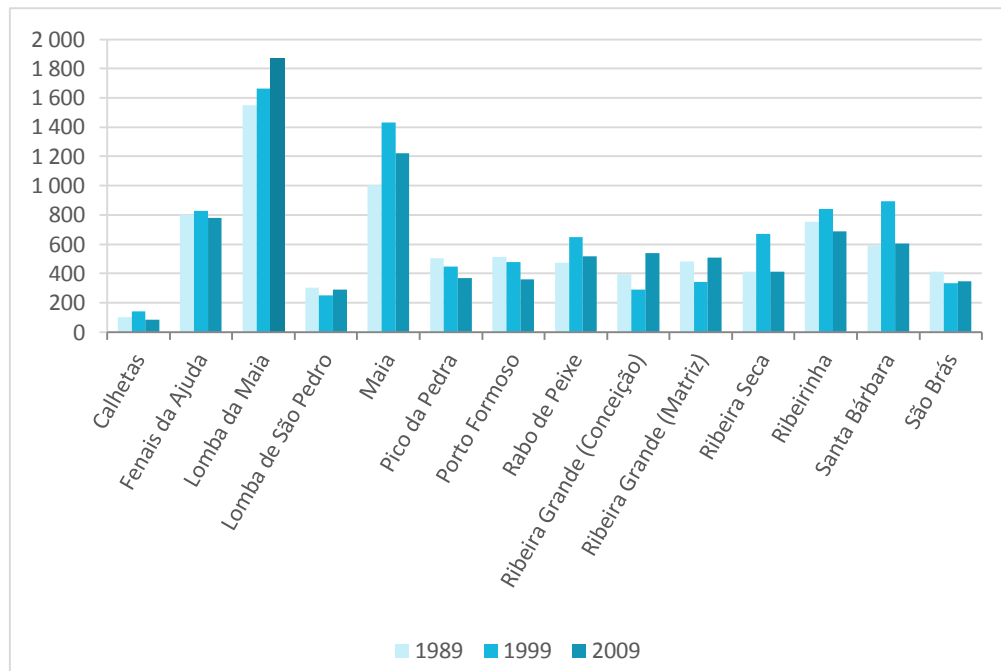


Figura 46. Superfície de prados e pastagens permanentes por freguesias do concelho.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Recenseamento Agrícola – Séries Históricas

A freguesia de Rabo de Peixe, embora também tenha registado uma transformação da sua área de cultivo para a agropecuária, destaca-se mais pelo cultivo de hortícolas através da introdução de estufas e, mais recentemente, no desenvolvimento da produção de produtos hortícolas com base na técnica hidropónica, o que transforma esta freguesia num dos locais, a nível regional, mais bem-sucedidos na produção e abastecimento do mercado regional de hortícolas.

As transformações antes expostas, levaram a uma redução significativa da área agrícola outrora destinada ao cultivo de produtos agrícolas essenciais ao mercado interno e subsistência da população local (Tabela 13).

Tabela 13. Superfície das culturas permanentes (hectares)

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Recenseamento Agrícola – Séries Históricas

Região Agrária	1989	1999	2009
RAA	4.769	3.662	2.021
Ilha de São Miguel	1.824	1.255	683
Ribeira Grande	361	269	149
Lagoa	255	139	63
Nordeste	99	60	23
Ponta Delgada	481	336	187
Povoação	229	132	70
Vila Franca do Campo	398	319	192

De uma área total regional de 4.769 ha, destinados à produção de culturas permanentes agrícolas em 1989, a Região passou para apenas 2.021 ha, o que equivale a uma redução efetiva de 57,6%. Já a Ilha de São Miguel evidenciou, no período de duas décadas, uma redução de 1.141 ha, o que equivale a 41,5% da redução regional. O concelho da Ribeira Grande seguiu o mesmo comportamento da Região e Ilha, registando uma redução efetiva da área destinada à produção de culturas permanentes (e.g. frutos frescos, citrinos, frutos subtropicais, vinha e outras culturas), na ordem dos 58,7%.

A vila de Rabo de Peixe, mesmo reduzindo a sua área agrícola de culturas permanentes, é das catorze freguesias do concelho aquela que mantém a maior área destinada às culturas permanentes ou à diversificação (Figura 47).

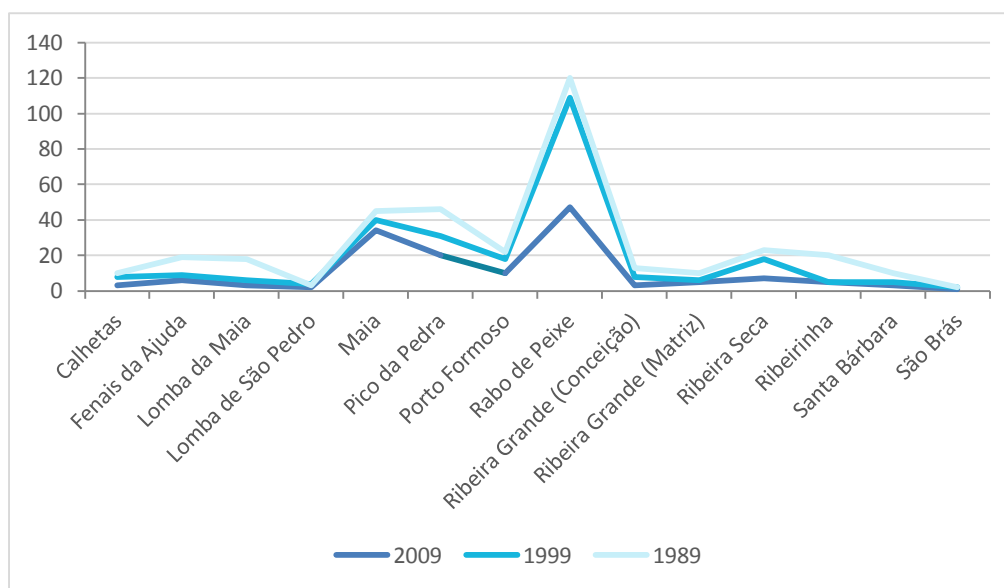


Figura 47. Superfície de culturas permanentes por freguesias do concelho.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: Instituto Nacional de Estatística – Recenseamento Agrícola – Séries Históricas

Pescas

A atividade piscatória no concelho da Ribeira Grande reveste-se de uma importância fundamental para o desenvolvimento local, quer em termos económicos, quer a nível social.

O concelho da Ribeira Grande, para além do antigo Porto de Santa Iria, possui três portos ativos, todos de classe D (Figura 48):

- Porto da vila de Rabo de Peixe;
- Porto Formoso;
- Porto da Maia.



Figura 48. Portos e Infraestruturas Portuárias - São Miguel.

Fonte: SPI
Dados: DRP

O Porto de Pesca da vila de Rabo de Peixe possui cais acostável. As rampas de varagem atuais vão desaparecer definitivamente com as obras de requalificação em curso. A nova configuração do porto manterá duas rampas mas com finalidades distintas: uma destinada à pesca e outra à náutica de recreio. A obra contempla a criação de 100 postos de acostagem para embarcações de pesca, de atividades marítimo-turísticas e de recreio náutico. Inclui ainda a construção de um novo molhe, com 290 metros, e o prolongamento do atual molhe em 40 metros. O porto possui meios auxiliares de alagem (2 guinchos e 1 pórtilho de 70 toneladas), rede elétrica, rede de água e sistema de água salgada, e 56 armazéns de aprestos.

O Porto de Pesca da Maia possui uma rampa de varagem, 1 guincho e 1 armazém de aprestos, enquanto o Porto de Pesca do Porto Formoso possui um cais acostável, uma rampa de varagem, 1 guincho, rede elétrica e de água e 2 armazéns de aprestos.

Não está retratado na figura anterior o Porto de Santa Iria, sito na freguesia da Ribeirinha, polo fundamental de embarque de produtos agrícolas na costa norte da ilha de São Miguel no início do século XVIII. O Porto de Santa Iria é, sem dúvida, um ex-libris em termos de edificação e enquadramento geoestratégico. É um porto de construção antiga, fazendo lembrar um forte, e era por ali que se exportava alguma da produção da laranja para a Inglaterra, bem como produtos excedentes para comercialização em toda a Ilha (Figura 49).



Figura 49. Porto de Santa Iria.

Fonte: CMRG

Em 2001, cerca de 4,4% (238 pessoas) do total da população empregada tinha como emprego principal a pesca e a agricultura. Já em 2011, apenas 261 pessoas tinham emprego na atividade da pesca e agricultura. Estes dados comprovam a reduzida representatividade do setor das pescas ao nível do emprego formal no concelho.

Como importante polo de desenvolvimento regional no setor das pescas está a vila de Rabo de Peixe. Praticamente toda a população ativa piscatória é natural da vila, restando apenas pequenas contribuições das freguesias da Maia e Porto Formoso. Durante décadas, a vila de Rabo de Peixe dispôs de infraestruturas rudimentares, valendo aos seus habitantes a coragem e a determinação para se aventurarem no mar em busca do seu sustento e emprego. Também as freguesias do Porto Formoso e da Maia se desenvolveram fruto da dedicação à atividade piscatória.

Segundo os dados recolhidos pelo Observatório Regional do Emprego – Estrutura Empresarial dos Açores, havia no concelho da Ribeira Grande, em 2001, cerca de 64 empresas a laborar no setor piscícola e, em 2012, este número havia ascendido a cerca de 93, ou seja, um aumento de cerca de 45%. Segundo dados recolhidos na Lotaçor⁸, entre janeiro de 2006 e Setembro de 2014 foram capturados no Porto de Pesca de Rabo de Peixe cerca de 7.6 milhões de quilos de pescado, originando um valor em lota na ordem dos 18,35 milhões de euros. Para estes valores muito contribuíram as grandes empresas de exportação e comercialização de pescado existentes na vila de Rabo de Peixe. As empresas António Mineiro & Filhos, Lda. e Manuel Gil e

⁸ Estatutos da Lotaçor em Decreto Legislativo Regional nº. 19/2005/A, de 22 de Julho

Oliveira, Lda., bem como outras empresas similares sediadas na vila de Rabo de Peixe, são os grandes compradores registados na DGRM do Ministério da Agricultura. Pela atividade destas empresas tem passado o panorama do atual contexto económico e social da atividade piscatória no concelho da Ribeira Grande.

O peso do setor primário na economia local

O peso do setor primário na economia do concelho tem vindo a diminuir. Entre 2001 e 2012 regista-se uma tendência negativa relativamente ao total de empresas do setor primário existentes no concelho. Em 2001, a percentagem de empresas existentes no setor primário era de 38,2%, sendo que em 2012 era de 17,2%. Em doze anos encerraram cerca de 24 empresa por ano no setor primário (Figura 50).

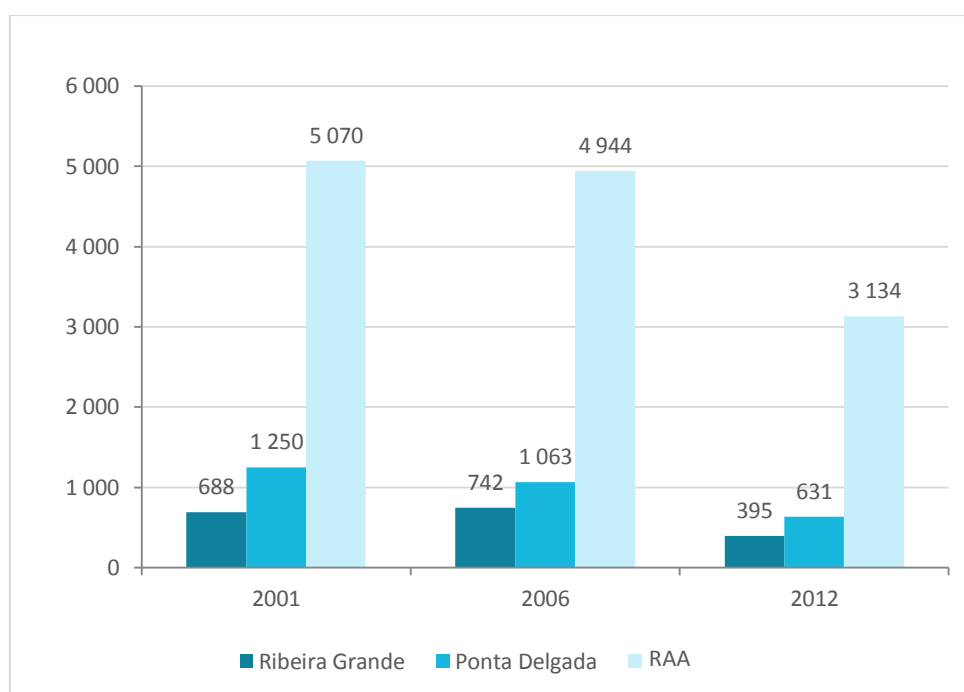


Figura 50. Número de empresas do setor primário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e Região Autónoma dos Açores.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

O mesmo cenário verifica-se no concelho de Ponta Delgada que, em 2001, tinha 25,4% de empresas no setor primário e, em 2012, apenas 9,4%. Na Região, em 2001, havia 28,6% de empresas no setor primário e, em 2012, o valor era de 12,7%. Ainda assim, num contexto de redução do número de empresas do setor primário na Região, o setor primário ainda representava, no concelho da Ribeira Grande, cerca de 28,2% do universo das empresas, ou seja, um valor muito acima da média regional. Por outras palavras, em relação à média regional, o concelho da Ribeira Grande destaca-se por ter uma economia onde o setor primário tem uma considerável expressão.

Em 2006 e 2012, as empresas do concelho da Ribeira Grande obtiveram um total de volume de negócios na ordem dos 737 e 670 milhões de euros, respetivamente. Se compararmos o volume de negócios registado no setor primário do concelho da Ribeira Grande face ao seu total, verifica-se que, em 2006 e 2012, o peso desse setor é de 4,3% e 5,7%, respetivamente.

Comparando o total do volume de negócios do setor primário concelhio e regional, este representa, em 2006 e 2012, cerca de 1% e 6,4%, respetivamente, ou seja, apresenta um maior peso a nível regional do que concelhio.

Em 2006 e 2012, o volume de negócios do setor primário no concelho da Ribeira Grande foi de 32,2 e 38,6 milhões de euros, respetivamente. Neste período, o setor primário do concelho da Ribeira Grande evidencia uma perda de peso na economia, quer no concelho, quer em termos do contributo regional, espelhado na diminuição do volume de negócios das empresas que operam neste setor (Figura 51).

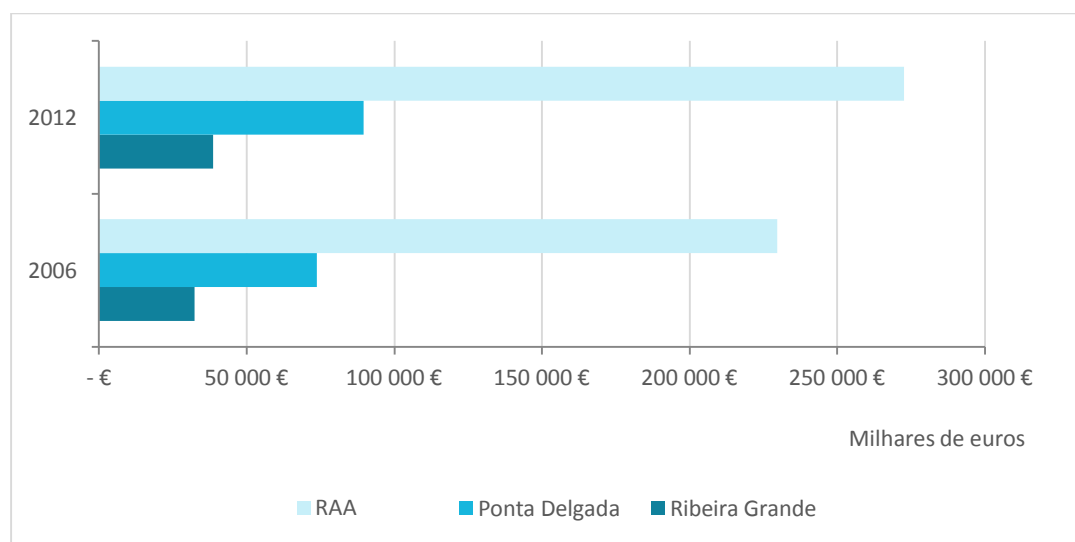


Figura 51. Volume de negócios das empresas do setor primário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e Região Autónoma dos Açores.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

O cenário é ainda pior em relação ao concelho de Ponta Delgada, onde o peso do setor primário, em 2006 e 2012, é de apenas de 3,3% e 3,6%, respetivamente. A nível regional, a média do volume de negócios do setor primário foi de 4,7% em 2006 e 5,7% em 2012, o que equivale a dizer que, embora tenha registado um ténue crescimento, o volume de negócios neste setor é reduzido.

Para concluir esta análise do setor primário no concelho da Ribeira Grande, importa determinar qual o seu contributo económico efetivo para a riqueza no concelho e na região, ou seja, qual o seu VAB. Em 2006 e 2012, o valor percentual de riqueza gerada pelo setor primário no total da economia do concelho da Ribeira Grande foi de 29,7% e de 27,9%, respetivamente. Entre 2006

e 2012, o VAB apresentou uma tendência estabilizada entre os 8 e os 10 milhões de euros (Figura 52)

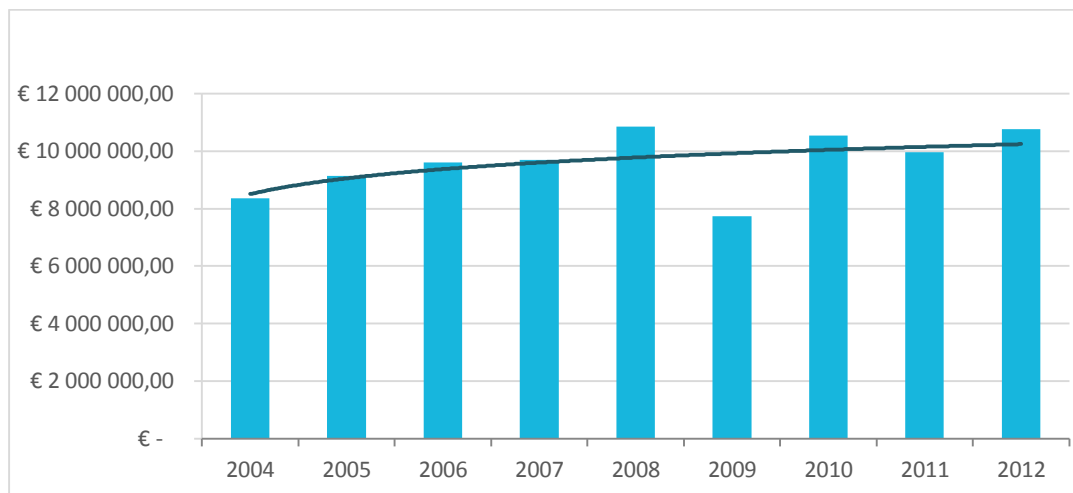


Figura 52. VAB das empresas de agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

Confrontando com o VAB regional do setor primário (68,41 milhões de euros em 2006 e 76,43 milhões de euros em 2012), conclui-se que o concelho da Ribeira Grande contribuiu com excedentes na ordem dos 14% e 14,1% do valor total gerado no setor primário regional em 2006 e 2012, respetivamente.

Em suma, as empresas que se dedicam à atividade de agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, dão um importante contributo para o PIB concelhio e contribuem também, indiretamente, para que a Ribeira Grande tenha outros setores de atividades bastante mais fortes, como é o caso das indústrias transformadoras relacionados com a produção agrícola, pecuária e atividade piscatória, fazendo do concelho da Ribeira Grande o primeiro na Região em termos de valor de exportações.

Setor Secundário

O concelho da Ribeira Grande é caracterizado por ser um concelho pujante a nível do setor secundário. Desde há muito que os ribeirão-grandenses se tornaram um povo empreendedor neste setor. Exemplo disso, foi o envolvimento das empresas e trabalhadores do concelho na primeira reabilitação das estradas por toda a ilha de São Miguel. Naquela altura, as empresas do setor secundário, principalmente as extrativas e de construção, tinham a mão-de-obra especializada e a matéria-prima (pedra basáltica) no seu território.

A predominância de indústrias no concelho da Ribeira Grande relacionadas com a atividade agropecuária, pesca, recursos naturais e construção fazem da Ribeira Grande um importante polo industrial da RAA. A existência, no concelho, de fábricas de laticínios (BEL e a Insulac), de indústria de transformação de pescado (COFACO e António e Gil Mineiro), de fábrica de rações

para animais (Associação Agrícola de S. Miguel), comprovam a vocação industrial deste concelho. Também as indústrias relacionadas com a transformação de carne, as que aproveitam os recursos naturais e efetuam a sua extração e aproveitamento, as indústrias de construção, as indústrias metalúrgicas de base, as fábricas de transformação de artigos de borracha, matérias plásticas e não metálicos, e outras mais, contribuem, em conjunto, para que a Ribeira Grande seja considerado o concelho mais exportador na região.

O concelho dispõe, desde o início da década de 80, de um Parque Industrial, localizado a sul da cidade da Ribeira Grande (Figura 53), que ocupa uma superfície de cerca de 17.5 ha.



Figura 53. Parque Industrial da Ribeira Grande.

Fonte: SPI sobre Bing Maps (bird's eye)

O Parque Industrial foi alvo de beneficiação, quer na melhoria dos acessos, quer da rede de infraestruturas. As atuais 14 empresas que nele se integram ocupam parcelas de terreno que variam entre os 300 e 6.050 m². Com áreas tão diversificadas como a construção civil, a transformação e embalagem de carnes, a panificação e pastelaria, a representação de produtos alimentares e a comercialização de mobiliário e vestuário, o Parque Industrial da Ribeira Grande assume-se, atualmente, como pequeno mas importante fator dinamizador da atividade industrial no concelho. Mais recentemente, o Parque Industrial viu surgir a instalação de um complexo de estufas a cargo do INOVA - Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, com vista a desenvolver experiências nas culturas agrícolas de espécies hortícolas e frutícolas baseadas no aproveitamento de energia geotérmica. Não obstante a existência do Parque Industrial, o concelho da Ribeira Grande é fortemente marcado por uma envolvimento industrial, nomeadamente por instalações industriais dispersas.

Relativamente ao panorama empresarial neste setor, os últimos anos demonstram uma tendência generalizada de diminuição do número de empresas a operar, tanto no concelho, como na ilha e na região. Uma parte deste fenómeno é explicada pelos efeitos da recessão económica, que teve grande impacto na atividade da construção civil. A crise dos mercados da construção e do imobiliário e o 'garrote' ao crédito originaram a insolvência de muitas empresas do ramo. Entre 2001 e 2011, o número de empresas do setor secundário no concelho da Ribeira Grande passou de 688 para 395, uma diminuição de 42,5%, sendo que em Ponta Delgada e na RAA essa diminuição foi de cerca de 49,5% e 38,1%, respetivamente (Figura 54).

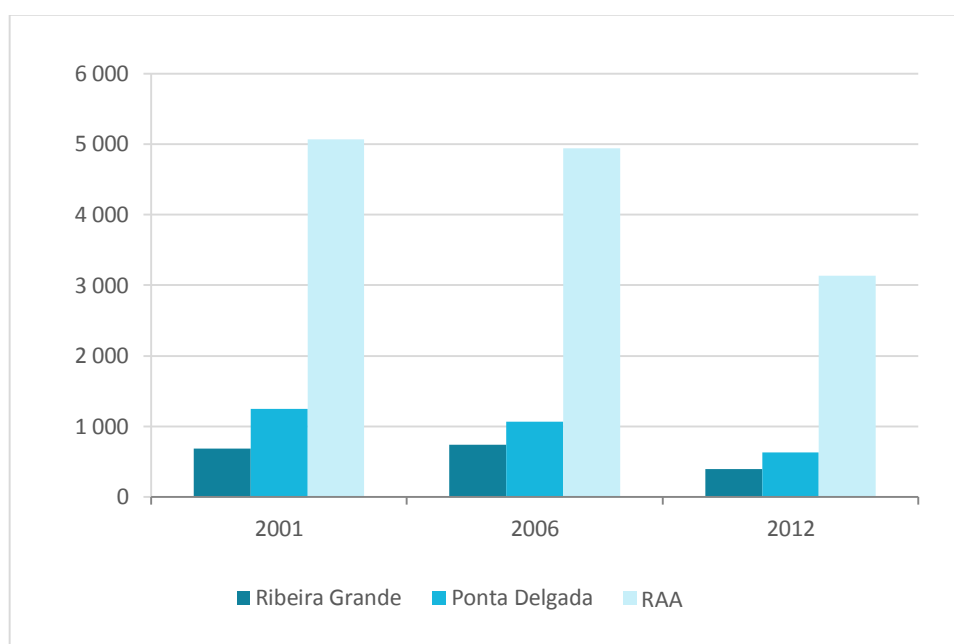


Figura 54. Número de empresas do setor secundário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e Região Autónoma dos Açores.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

Entre 2001 e 2012, a percentagem média de empresas existente no setor secundário da Ribeira Grande era de 28,2%, já o setor secundário do concelho de Ponta Delgada tinha uma média de 16,7%. A média de empresas existentes a nível da RAA era de 20,3%.

Já o volume de negócios das empresas do setor secundário, no concelho da Ribeira Grande, atingiu cerca de 460 milhões de euros em 2006 e cerca de 440 milhões em 2012, manifestando uma tendência de diminuição (Figura 55). Ainda assim, o setor secundário movimenta, em termos de volume de negócios, a maior parcela do total gerado internamente no concelho, valendo, em 2012, cerca de 65,7%.

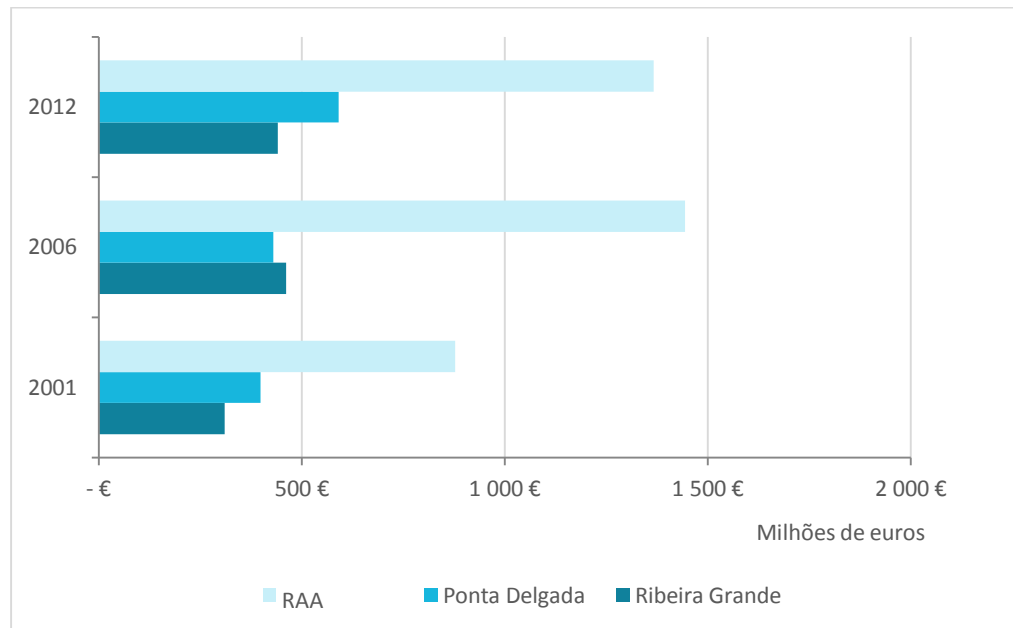


Figura 55. Volume de negócios das empresas do setor secundário existentes nos concelhos de Ribeira Grande e Ponta Delgada e na RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

No concelho de Ponta Delgada, em 2012, o peso do volume de negócios das empresas do setor secundário era de 24,1%, tendo este setor, portanto, uma expressão muito mais reduzida comparativamente com o concelho da Ribeira Grande. O setor secundário ribeirão-grandense contribui com 31,8% no total da RAA, um valor significativo que demonstra a importância do setor transformador e industrial na economia do concelho da Ribeira Grande.

O VAB anual do setor secundário foi de 117,11 milhões de euros em 2006 e de 82,74 milhões de euros em 2012 (Figura 56). Se considerarmos o total do volume de negócios do setor secundário do concelho da Ribeira Grande nestes dois anos (460,21 milhões de euros em 2006 e 440,22 milhões de euros em 2012), então, em 2006 e 2012, o valor percentual de riqueza gerada pelo setor secundário no total da economia do concelho da Ribeira Grande foi de 25,4% e 18,8%, respetivamente.



Figura 56. Valor Acrescentado Bruto do Setor Secundário do concelho da Ribeira Grande e da RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

Confrontando o VAB regional do setor secundário (418,00 milhões de euros em 2006 e 342,38 milhões de euros em 2012), conclui-se que o concelho da Ribeira Grande contribuiu, em 2006 e 2012, com excedentes na ordem dos 28% e 24,1% do valor total gerado no setor secundário regional, respetivamente.

A contextualização económica do concelho da Ribeira Grande está fortemente assente, em termos do volume de negócios, no setor industrial e de transformação, principalmente na transformação e comercialização de produtos oriundos da atividade agropecuária, piscícola, extração de recursos naturais, construção e outras similares que, no seu conjunto, são altamente competitivos e exportáveis, predominantemente para os mercados dos países da União Europeia.

Os dados do comércio internacional comprovam isso. Em 2013, o valor das exportações no concelho da Ribeira Grande atingia cerca de 63 milhões de euros. Entre 2006 e 2013 o valor das exportações tem vindo a aumentar de uma forma constante (Figura 57), vincando, em certa medida, a reorientação da economia local para a exportação de bens transacionáveis, em sintonia com o país.

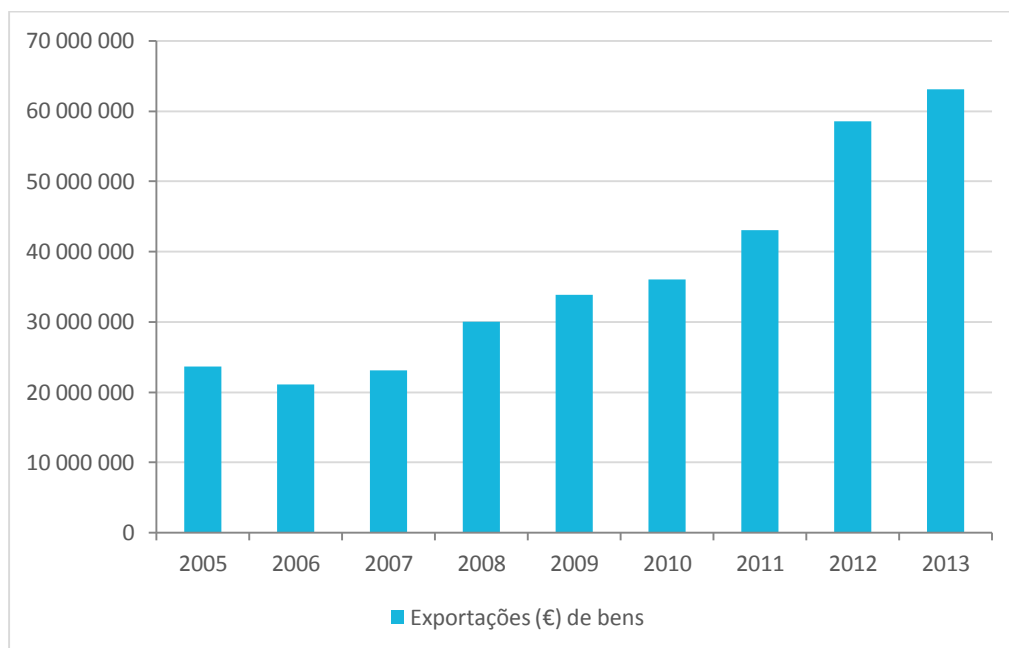


Figura 57. Valor das exportações no concelho da Ribeira Grande entre 2005 e 2013.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Ao longo de nove anos, o concelho da Ribeira Grande exportou cerca de 332,5 milhões de euros, dos quais 71% foram para mercados da União Europeia e 29% para outros países extra União. Este facto demonstra a importância da indústria no concelho, com ênfase na exportação de produtos para países pertencentes à União Europeia. Outro facto importante é a tendência de crescimento das exportações. Em 2005, a Ribeira Grande exportou cerca de 20 milhões de euros e, passados nove anos, triplicou esse montante, simbolizando uma clara aposta do tecido industrial ribeira-grandense na melhoria da eficiência e competitividade dos seus produtos, quer internamente, quer ao nível dos mercados internacionais (Tabela 14).

Tabela 14. Divisão do valor das exportações do concelho da Ribeira Grande consoante seja para mercados de países da União Europeia ou extra- comunitários.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

Anos	Ribeira Grande				
	Comércio Internacional	Comércio na UE		Comércio Extra UE	
2005	23.623.845,00	18.943.112,00	80%	4.680.733,00	20%
2006	21.099.147,00	16.784.706,00	80%	4.314.441,00	20%
2007	23.073.413,00	19.642.840,00	85%	3.430.573,00	15%
2008	30.076.319,00	23.898.415,00	79%	6.177.904,00	21%
2009	33.882.096,00	28.109.089,00	83%	5.773.007,00	17%
2010	36.080.447,00	29.879.295,00	83%	6.201.152,00	17%
2011	43.111.583,00	32.222.650,00	75%	10.888.933,00	25%
2012	58.554.818,00	40.421.178,00	69%	18.133.640,00	31%
2013	63.070.687,00	27.285.014,00	43%	35.785.673,00	57%
Total	332.572.355,00	237.186.305,77	71%	95.386.058,23	29%

Valores em Euros

A RAA exportou cerca de 684,3 milhões de euros entre 2005 e 2013 (Tabela 15), com uma ténue predominância para mercados sitos na União Europeia. Embora com oscilações, a tendência das exportações também é de crescimento.

Tabela 15. Valor das exportações da RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

Anos	RAA				
	Comércio Internacional	Comércio na UE		Comércio Extra UE	
2005	40.909.710,00	28.151.851,00	69%	12.757.859,00	31%
2006	32.894.494,00	20.120.894,00	61%	12.773.600,00	39%
2007	42.484.218,00	22.504.495,00	53%	19.979.723,00	47%
2008	61.108.453,00	36.426.403,00	60%	24.682.050,00	40%
2009	77.856.482,00	49.289.269,00	63%	28.567.213,00	37%
2010	83.081.954,00	51.271.870,00	62%	31.810.084,00	38%
2011	117.116.202,00	59.457.317,00	51%	57.658.885,00	49%
2012	109.669.939,00	64.852.675,00	59%	44.817.264,00	41%
2013	119.185.391,00	54.439.727,00	46%	64.745.664,00	54%
Total	684.306.843,00	386.514.506,23	56%	297.792.348,70	44%

Valores em Euros

Não obstante as oscilações e o facto de, em 2013, o peso das exportações do concelho no total da Região (52,9%) ser inferior a anos transatos, o concelho mantém-se como um dos mais importantes contribuintes para as exportações regionais (Figura 58).

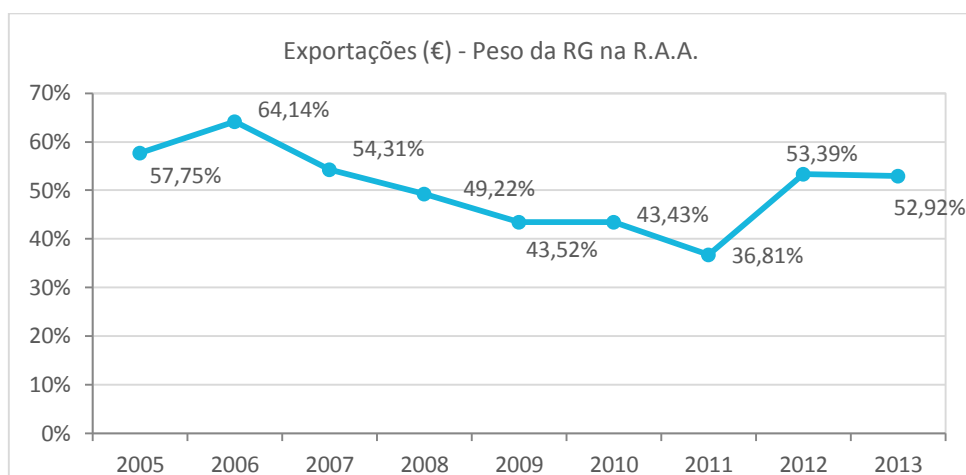


Figura 58. Peso do valor das exportações do concelho da Ribeira Grande no total da RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Relativamente às importações no concelho da Ribeira Grande, em 2013 o seu valor atingia cerca de 61,1 milhões de euros. Este valor tem vindo a aumentar de uma forma constante desde 2008 (Figura 59), o que revela, naturalmente, alguma dependência do exterior.

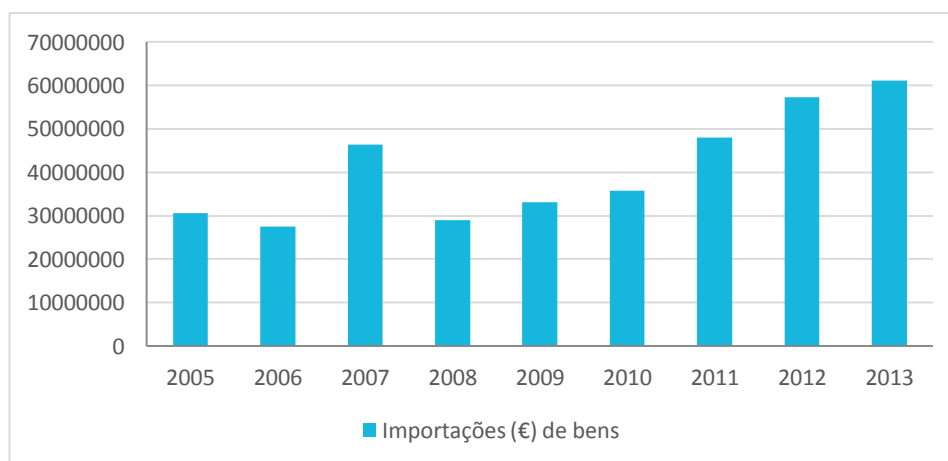


Figura 59. Valor das Importações no concelho da Ribeira Grande entre 2005 e 2013.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Num período de nove anos, o concelho da Ribeira Grande importou cerca de 368,9 milhões de euros, dos quais 63% oriundos da União Europeia e 37% de países extra União (Tabela 16). Se, em 2013, o saldo comercial foi positivo, neste período o saldo da balança comercial foi negativo, considerando o valor total das exportações (332,5 milhões de euros).

Tabela 16. Divisão do valor das importações do concelho da Ribeira Grande consoante seja para mercados de países da União Europeia ou extra- comunitários

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Anos	Ribeira Grande				
	Comércio Internacional	Comércio na UE		Comércio Extra UE	
2005	30.562.339,00	22.460.191,00	73%	8.102.148,00	27%
2006	27.558.741,00	17.967.243,00	65%	9.591.498,00	35%
2007	46.421.057,00	34.910.951,00	75%	11.510.106,00	25%
2008	28.975.845,00	16.894.330,00	58%	12.081.515,00	42%
2009	33.068.211,00	25.443.376,00	77%	7.624.835,00	23%
2010	35.777.372,00	21.895.002,00	61%	13.882.370,00	39%
2011	48.032.810,00	31.208.773,00	65%	16.824.037,00	35%
2012	57.357.402,00	35.492.905,00	62%	21.864.497,00	38%
2013	61.176.419,00	24.966.271,00	41%	36.210.148,00	59%
Total	368.930.196,00	231.239.047,78	63%	137.691.157,22	37%

Valores em Euros

A RAA, entre 2005 a 2013, importou cerca de 1.451,6 milhões de euros, com uma forte predominância de mercados situados na União Europeia (Tabela 17). Sempre com oscilações e praticamente duplicando o valor de importações em 2013 face a 2005, a balança comercial da RAA é claramente deficitária, se considerarmos o valor total das exportações registado em igual período (684,3 milhões).

Tabela 17. Valor das importações da Região Autónoma dos Açores

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Anos	Região Autónoma dos Açores				
	Comércio Internacional	Comércio na UE		Comércio Extra UE	
2005	91.759.805,00	67.337.724,00	73%	24.422.081,00	27%
2006	111.329.854,00	67.994.993,00	61%	43.334.861,00	39%
2007	142.087.855,00	99.332.704,00	70%	42.755.151,00	30%
2008	152.337.473,00	114.599.528,00	75%	37.737.945,00	25%
2009	160.050.792,00	106.770.060,00	67%	53.280.732,00	33%
2010	230.548.606,00	127.482.591,00	55%	103.066.015,00	45%
2011	179.197.303,00	147.411.287,00	82%	31.786.016,00	18%
2012	203.998.533,00	163.602.649,00	80%	40.395.884,00	20%
2013	180.307.641,00	122.376.541,00	68%	57.931.100,00	32%
Total	1.451.617.862,00	1.016.908.083,32	70%	434.709.787,68	30%

Valores em Euros

Pese embora as oscilações significativas, em 2013 o peso das importações do concelho no total da RAA era de 33,93% (Figura 60), portanto inferior ao peso nas exportações nesse mesmo ano (52,9%).

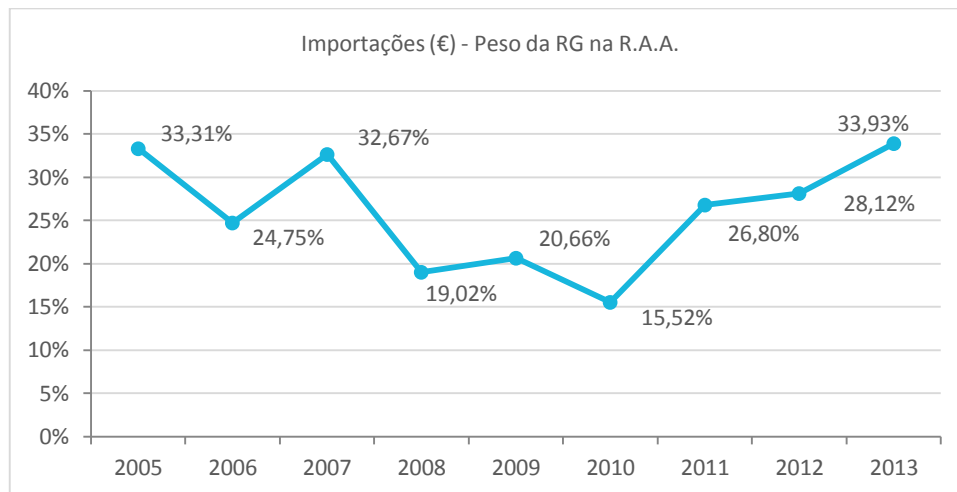


Figura 60. Peso do valor das importações do concelho da Ribeira Grande no total da RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

A taxa de cobertura na RAA é negativa entre 2005 e 2013. O valor das importações é superior ao valor das exportações em todo o período de análise, o que traduz uma Balança Comercial Regional altamente deficitária. Quanto ao concelho da Ribeira Grande, este evidencia um comportamento equilibrado entre o valor exportado e o importado ao longo do período analisado, com um saldo positivo da Balança Comercial em 2013 de cerca de 2 milhões de euros, o que significa que o concelho apresenta um equilíbrio comercial (Figura 61).

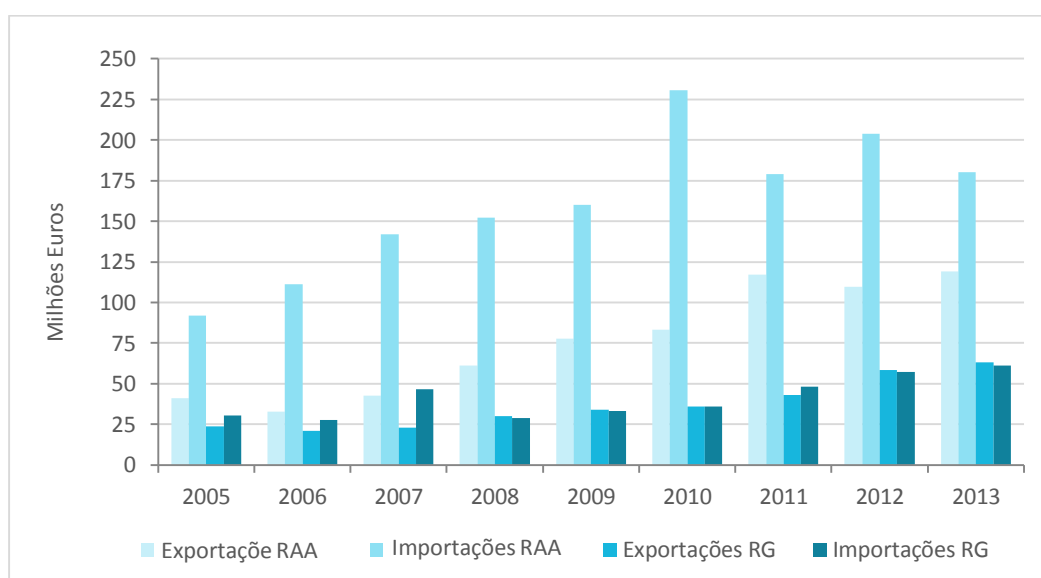


Figura 61. Valor das exportações e importações do concelho da Ribeira Grande e da RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Estatísticas do Comércio Internacional de bens

Setor Terciário

O setor terciário é definido pelo setor económico dedicado aos serviços, nomeadamente aos serviços prestados às empresas, bem como aos consumidores finais, ou seja, é um setor económico de comercialização de bens considerados 'intangíveis' ou serviços.

Portugal sedimentou a sua economia com base no investimento público e no desenvolvimento de serviços em áreas como comércio, turismo, transportes, construção, entre outras. A terciarização da economia nacional, nas últimas décadas, é uma realidade efetiva. A RAA acompanhou esta tendência. O que anteriormente era uma região meramente agrícola e piscatória passou a ser, ao longo dos anos, uma região com um forte crescimento dos serviços prestados, quer às empresas, quer aos vários consumidores.

Com o aumento do investimento, com a chegada de novas tecnologias de comunicação e informação, e com a aprendizagem e a valorização profissional a constituírem um marco ao alcance da maioria da população, o setor terciário prosperou gradualmente em todas as ilhas, tendo como expoente máximo a cidade de Ponta Delgada.

As novas oportunidades de emprego foram surgindo à medida que o setor dos serviços ia crescendo. O significativo poder de compra dos açorianos até 2006 potenciava grandemente o surgimento de novas empresas de serviços e crescia a necessidade de complementar os produtos vindos dos setores primário e secundário. Por estes motivos, não foi difícil ao setor terciário regional tornar-se num dos mais importantes pilares da economia regional.

O setor terciário do concelho da Ribeira Grande é fortemente marcado por empresas que se dedicam ao comércio por grosso e a retalho, empresas de restauração e outras empresas de serviços variados.

O número de empresas relativo ao setor terciário no concelho da Ribeira Grande teve um comportamento positivo ao longo dos 12 anos de análise. Entre 2001 e 2012, o concelho aumentou cerca 71,8%, o que equivale ao aparecimento de 47 novas empresa por ano (Figura 62). Neste período, o peso percentual do número de empresas do setor terciário é de 50,4%.

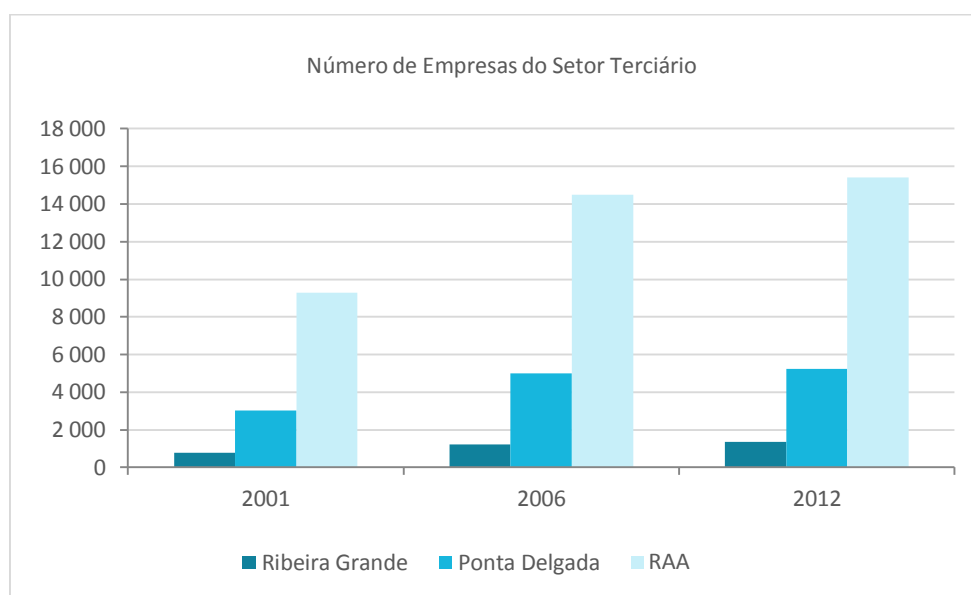


Figura 62. Número de empresas do setor terciário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

O concelho de Ponta Delgada, neste aspeto, demarca-se nitidamente da Ribeira Grande, com um número de empresas a operar no setor terciário significativamente superior (2.244 em 2001, 3.755 em 2006, e 3.872 em 2012). Por cada empresa no terciário que se formava na Ribeira Grande, entre 2001 e 2012, onze novas nasciam no mesmo período no concelho de Ponta Delgada. O peso percentual do número de empresas do setor terciário na economia do concelho de Ponta Delgada, entre 2001 e 2012, foi de 70,6%, ou seja, um concelho virado maioritariamente para os serviços.

Comparando a percentagem do número de empresas do setor terciário no total da economia do concelho da Ribeira Grande com a percentagem média verificada na RAA (50,4% e 57,6%, respetivamente), conclui-se que não existe uma diferença muito significativa.

A percentagem média do peso do setor terciário na economia da RAA, entre 2001 e 2012, em termos de volume de negócios, era de 66%. A média percentual da Região entre 2001 e 2006 cresceu significativamente mas, de 2006 a 2012, o crescimento é negativo (Figura 63).

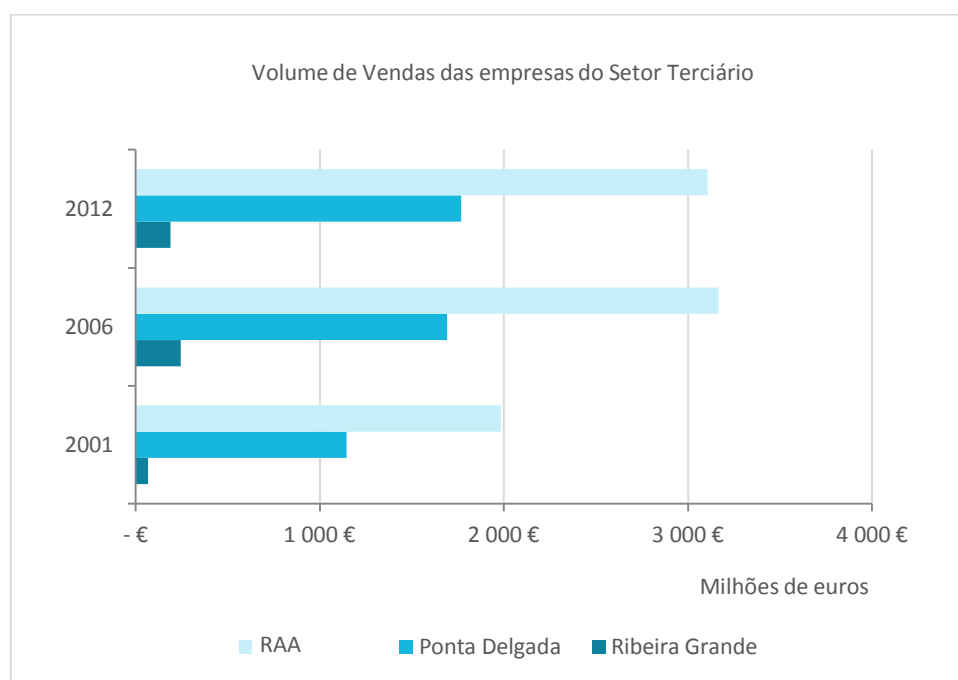


Figura 63. Volume de negócios das empresas do setor terciário existentes nos concelhos de Ribeira Grande, Ponta Delgada e RAA.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

Em 2012, na RAA, aumentou o número de empresas do setor terciário mas diminuiu o volume de vendas, o que traduz, fielmente, os efeitos da crise económica e financeira do país alastrados a quase todos os concelhos da Região. Entre 2001 a 2012, em Ponta Delgada, o aumento do volume de negócios é bastante positivo (50,2%), para um crescimento de 72% no número de empresas do setor terciário. Não há dúvida que o concelho de Ponta Delgada é um concelho caracterizado por assentar basicamente a sua economia no setor terciário ou na prestação de serviços (em média 69,6%). Ao invés, o concelho da Ribeira Grande apresenta um volume de negócios agregados do setor terciário na ordem dos 26%. O comportamento do indicador revela debilidades face à crise que se sentiu, ou seja, a redução do poder de compra dos ribeiragrandenses fez com que as empresas do setor de serviços reduzissem, em 2012, o seu volume de negócios.

O VAB anual do setor secundário foi de 41,59 milhões de euros em 2006 e de 37,88 milhões de euros em 2012 (Figura 64). Considerando o total do volume de negócios do setor secundário do concelho da Ribeira Grande (244,58 milhões de euros em 2006 e 190,94 milhões de euros em 2012), o valor percentual de riqueza gerada pelo setor terciário no total da economia do concelho da Ribeira Grande foi de 17% e de 19,8% em 2006 e 2012, respetivamente.



Figura 64. Valor Acrescentado Bruto do Setor Terciário do concelho da Ribeira Grande e da Região Autónoma dos Açores.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE

Se confrontarmos com o VAB regional do setor terciário (641,37 milhões de euros em 2006 e 620,87 milhões de euros em 2012), conclui-se que o concelho da Ribeira Grande contribuiu com excedentes na ordem dos 6,4% e 6,1% do valor total gerado no setor terciário regional em 2006 e 2012, respetivamente.

A maior percentagem de contribuição para o VAB da RAA, relativamente ao setor terciário, vem do maior núcleo demográfico e habitacional da ilha de São Miguel, o concelho de Ponta Delgada. As empresas de serviços deste concelho contribuíram 55,7% em 2006 e 51% em 2012 do VAB total regional do setor económico dos serviços.

2.6. Empresas

A análise anterior revela que o concelho da Ribeira Grande assenta fortemente a sua economia no setor secundário. É através de um setor industrial sólido que a atividade económica prospera e que as condições sociais mantêm alguns níveis de estabilidade no concelho. Quase que se poderia denominar o concelho da Ribeira Grande como um concelho de atividades empresariais transformadoras, industriais e de construção.

Os dados relativos às empresas do setor primário no concelho, no período compreendido entre 2004 e 2012, revelam uma grande predominância das empresas que se dedicam à atividade agrícola, agropecuária e similares, com menos peso as empresas que se dedicam às pescas e, num número quase residual, as empresas que se dedicam às atividades silvícolas e à exploração florestal. Em 2012, num universo total de 548 empresas a laborar no setor primário, 82,5% (452) dedicavam-se à agricultura, agropecuária e similares, apenas 0,5% (3) dedicavam-se à silvicultura e exploração florestal, e 17% (93) às atividades piscatórias (Figura 65).

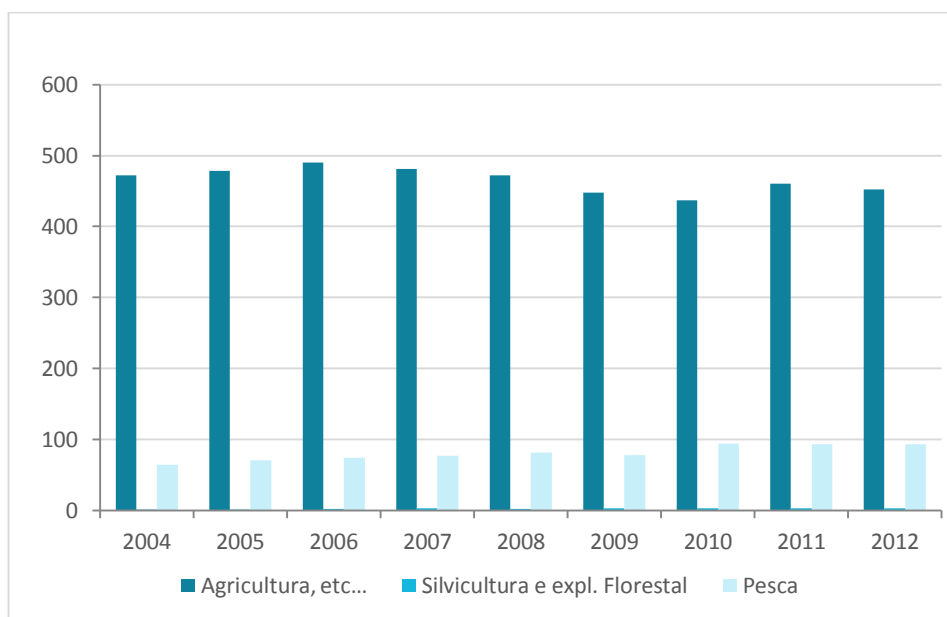


Figura 65. Número de empresas existentes no setor primário no concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Relativamente à atividade piscatória, verifica-se um crescimento, ou seja, se em 2004 havia 64 empresas, passados nove anos havia mais 29, o que consubstancia uma taxa média de crescimento positiva anual na ordem dos 5%. Comportamento inverso mostrou o conjunto das empresas dedicadas à atividade agrícola, agropecuária e similares, com 472 em 2004 e 452 em 2012, uma redução de 20 empresas agrícolas em nove anos, com uma taxa média anual negativa de 0,47%.

Já os dados relativos às empresas com atividade no setor secundário do concelho, no período compreendido entre 2004 e 2012, revelam o grande colapso da indústria de construção no

concelho (à semelhança do país). Das 676 empresas existentes em 2005 apenas sobreviveram até 2012 cerca de 41%, ou seja, 276 empresas. Já o número de empresas ligadas à indústria transformadora manteve alguma estabilidade nestes 9 anos. Em 2012, num universo total de 295 empresas a laborar no setor secundário, cerca de 69,9% (276) dedicavam-se à construção, 27,6% (109) e, residualmente, 1,3% (5), 0,3% (1) e 1,2% (4) estavam ligadas à indústria extrativa, à produção de energia e ao saneamento ambiental e gestão de resíduos, respetivamente (Figura 66).

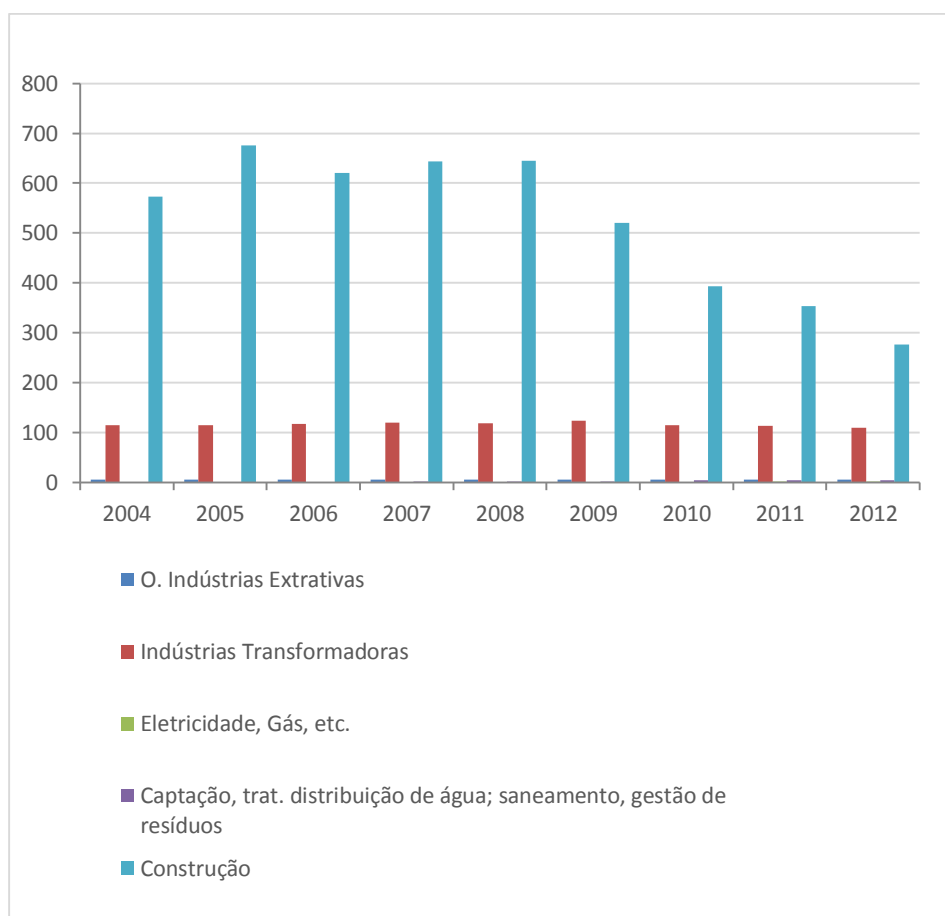


Figura 66. Número de empresas existentes no setor secundário no concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Como se pode observar, a indústria de construção e imobiliário continua a dominar em número de empresas, já que o concelho da Ribeira Grande, pelo menos nos últimos anos, sustentou muito da sua atividade económica na construção. As empresas especializadas de construção e as empresas de promoção imobiliária são as que mais predominam no espetro da indústria construtiva. Os gabinetes de engenharia obtêm um valor residual (Figura 67).

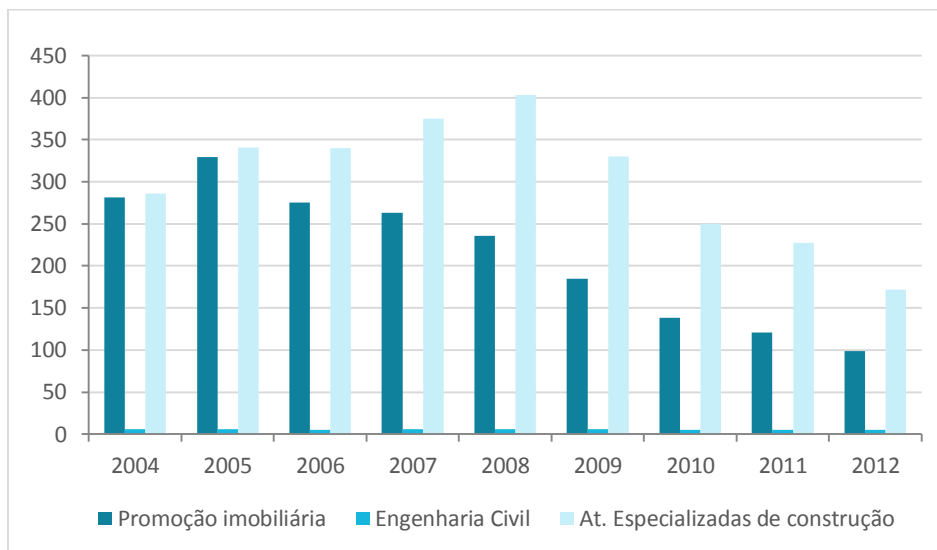


Figura 67. Número de indústrias de construção existentes no concelho de Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Não deixa de ser visível a grande queda (encerramento), a partir de 2008, das empresas especializadas de construção (empreiteiros civis) e, a partir de 2006, das empresas de promoção imobiliária, refletindo os pesados efeitos da crise económica sobre este setor de atividade. Já a indústria transformadora, com um peso também significativo na estrutura empresarial do concelho, é liderada pelas empresas ligadas à indústria alimentar, logo seguida pela indústria de fabricação de produtos metálicos (Figura 68).

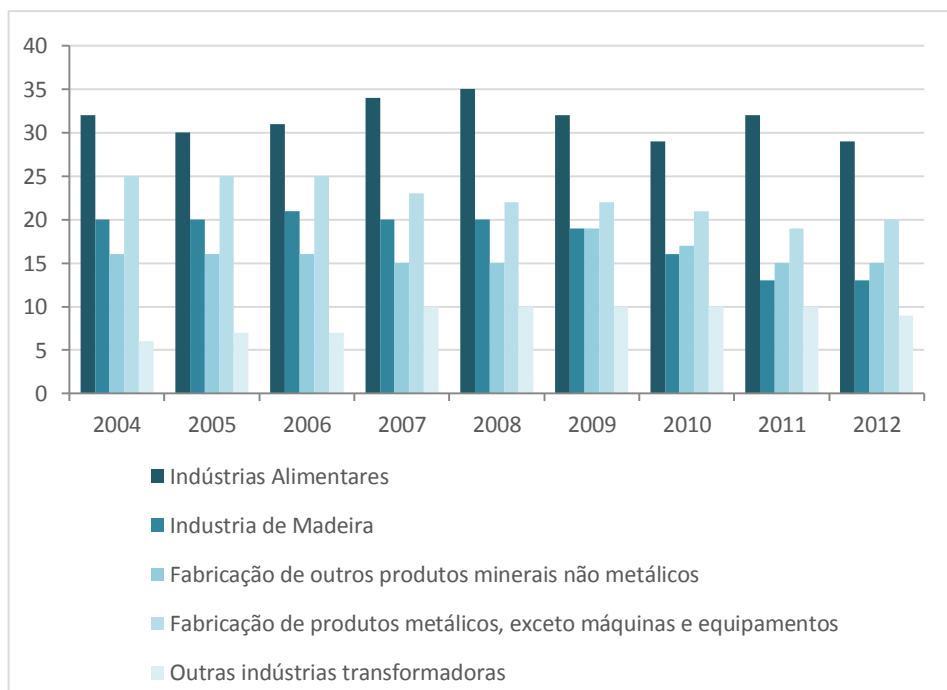


Figura 68. Número de indústrias transformadoras existentes no concelho de Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Analisando agora os dados relativos às empresas com atividade no setor terciário do concelho, no período compreendido entre 2004 e 2012, verifica-se que o comércio por grosso e a retalho lidera o número de empresas neste setor no concelho da Ribeira Grande, logo seguido pelas empresas que se dedicam a atividades administrativas e de apoio social. Só depois surgem as restantes empresas do setor terciário, mais ou menos no mesmo patamar. Um facto relevante é a baixa representatividade empresarial da atividade do turismo no concelho da Ribeira Grande, que não possui qualquer hotel ou infraestruturas similares. Em 2013, o número total de empresas com atividade no setor terciário era de 1267 (Figura 69).

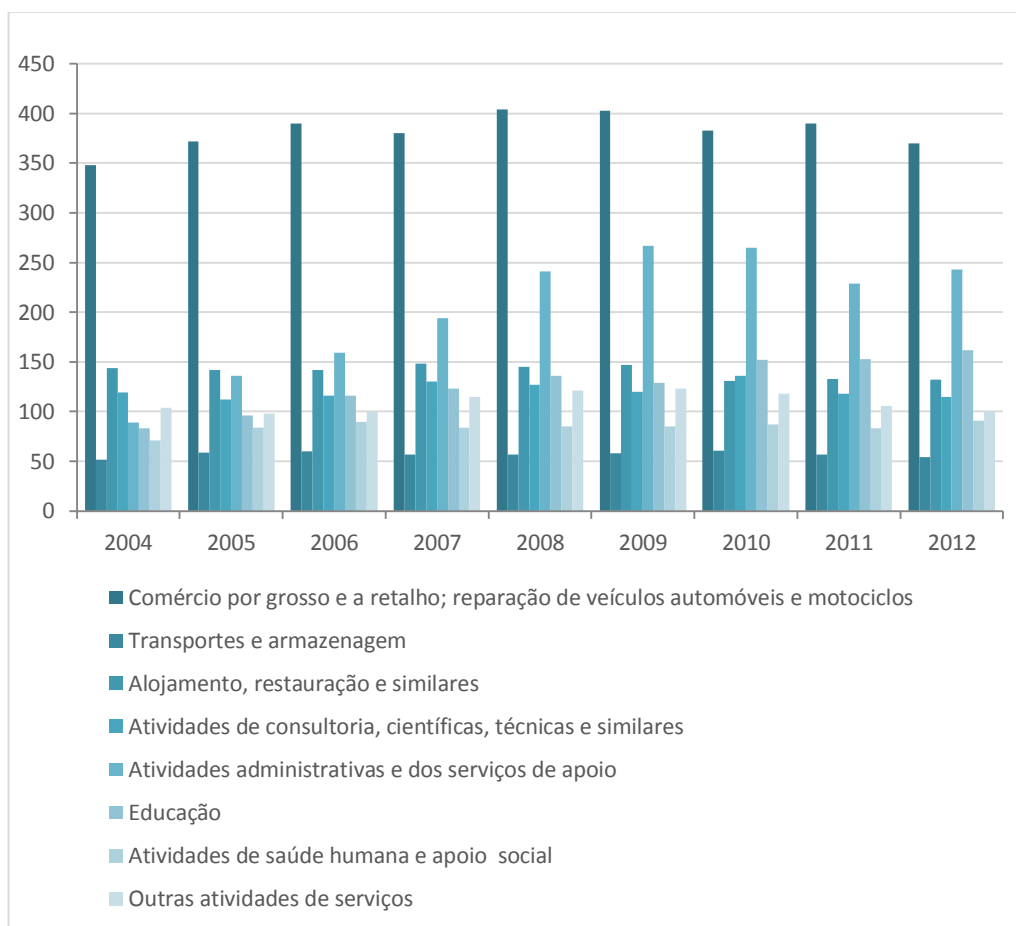


Figura 69. Número de indústrias de construção existentes no concelho de Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

A análise anterior permite concluir que, em 2012, o setor terciário era aquele que apresentava um maior número de empresas em atividade (1267), logo seguida pelo setor primário (548) e, por último, pelo setor secundário (395).

Feita esta análise da dinâmica empresarial por setor de atividade, importa verificar de que forma se comporta o VAB por setor de atividade, de forma a se aferir do contributo de cada um deles para a riqueza e desenvolvimento económico do concelho.

Como já se tinha constatado anteriormente, o setor económico mais importante do concelho da Ribeira Grande e o que gera maiores excedentes económicos e financeiros é o secundário. Com uma contribuição bastante significativa para o PIB regional, o tecido industrial da Ribeira Grande é forte, sólido e tem margem de crescimento. O segundo setor económico mais forte do concelho é o terciário, que evidenciou algum crescimento até 2011, mas que em 2012 voltou a cair para níveis de 2005. Já o setor primário é um setor relativamente estável e circunscrito à relevância do território e à interligação com as necessidades da atividade transformadora (Figura 70).



Figura 70. VAB dos Setores Económicos do concelho de Ribeira Grande.

Fonte: SPI/ECEGE

Dados: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas (SCIE)

Há ainda que evidenciar algumas características do tecido empresarial do concelho, nomeadamente, a proporção das empresas por número de colaboradores, no ano de 2012. Segundo os dados do INE, a predominância das empresas existentes no concelho, neste ano, era a seguinte:

- 96,39% de empresas com menos de 10 colaboradores;
- 2,92% de empresas com 10 a 49 colaboradores;
- 0,52% de empresas com 50 a 249 colaboradores;
- 0,17% de empresas com mais de 250 colaboradores.

A percentagem média de empresas na RAA com menos de 10 colaboradores, em 2012, era de cerca de 96%, ou seja, o tecido empresarial do concelho da Ribeira Grande estava basicamente assente nas pequenas e médias empresas (PMEs), à semelhança da realidade empresarial regional.

Segundo dados do INE, no ano de 2012 registava-se um total de 8.036 pessoas nas empresas do concelho da Ribeira Grande, com a seguinte distribuição por setor de atividade:

- 791 colaboradores no setor primário (9,84%);
- 4.325 colaboradores no setor industrial ou secundário (53,82%);
- 2.920 colaboradores no setor terciário (36,34%).

A indústria transformadora detinha, em 2012, cerca de 22,5% do total da mão-de-obra empregada no concelho, a construção 22% e a atividade de comércio por grosso e a retalho 18,3%, ou seja, só nestas atividades, em 2012, estavam empregados cerca de 4.500.

Em conclusão, o concelho da Ribeira Grande detém um manancial de empresas que geram valor, criam empregos e contribuem decisivamente em grande parte para o desenvolvimento sustentado da Ilha e da Região no seu todo, sendo de destacar, não obstante os diferentes pesos, a boa representatividade dos três setores económicos no concelho – primário, secundário e terciário.

2.7. Património natural e paisagístico

O património natural e paisagístico é constituído pelos elementos presentes no território com características físicas, biológicas e geológicas singulares, habitats de espécies animais ou vegetais em risco e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação. São elementos fundamentais dos sistemas naturais e do equilíbrio ecológico do território. Nessa medida, considera-se como património natural:

- As formações físicas e biológicas, ou grupos destas formações, de valor universal incalculável do ponto de vista estético e científico.
- As formações geológicas e fisiográficas e áreas bem delimitadas que constituam o habitat de espécies animais ou vegetais em risco, de valor incalculável do ponto de vista da ciência e da conservação.
- Os sítios naturais ou áreas naturais bem delimitadas de valor universal incalculável do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Os espaços naturais desempenham importantes funções de interesse público nos campos cultural, ecológico, ambiental e social e constituem um recurso favorável ao fomento da atividade económica, cuja proteção, gestão e ordenamento adequados podem contribuir para o desenvolvimento socioeconómico, para a formação de culturas locais, para o reforço da identidade regional e do bem-estar humano e qualidade de vida.

O aumento da pressão humana sobre estes elementos tem levado à delimitação de áreas de conservação, à definição de normas regulamentares de proteção e ao desenvolvimento de iniciativas e ações de valorização. Estas áreas, que se encontram regulamentadas a diferentes níveis, têm o intuito de preservar o património natural existente, demonstrando a crescente preocupação na proteção dos sistemas naturais.

Ao nível regional, que se transpõe e adequa à realidade municipal, os sistemas de proteção e valorização ambiental são constituídos pelas áreas com importância para a conservação dos recursos e do património natural e paisagístico e, num sentido mais lato, para a preservação da integridade biofísica e cultural do território, distinguindo-se, ao nível do PROTA, os seguintes subsistemas fundamentais:

- Áreas nucleares de conservação da natureza, que integram a Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores, e que adotam um modelo de classificação assente em critérios de gestão, visando o reconhecimento internacional dos valores conservacionistas, paisagísticos e científicos dos Açores.
- Áreas ecológicas complementares, delimitadas no âmbito do PROT, que correspondem às principais estruturas biofísicas presentes no território, que asseguram a continuidade dos processos ecológicos entre as áreas nucleares e entre os territórios mais interiores

e litorais, abrangendo os sistemas biofísicos e os recursos territoriais mais significativos à escala regional, assumindo especial relevo o sistema hídrico nas suas componentes superficial e subterrânea;

- Outras áreas de proteção e valorização ambiental, que correspondem a outras áreas com valores e recursos indispensáveis à sustentabilidade das atividades humanas e às características do território, designadamente:
 - Os solos férteis que integram a Reserva Agrícola Regional (RAR), que correspondem à reserva delimitada e publicada para a Região com as desafetações efetuadas no âmbito dos respetivos PMOT.
 - As paisagens culturais, que correspondem a áreas onde se concentram recursos e valores naturais, culturais e paisagísticos diversificados e significantes, no contexto regional, traduzindo unidades territoriais; são áreas que apresentam uma estrutura integradora das diversas vertentes e dimensões do território – ecológica, cultural, sensorial e económica – das quais resulta uma configuração particular de relevo, coberto vegetal, uso do solo e povoamento, que lhes confere uma certa coerência e uma identidade própria no quadro da paisagem açoriana.

A incidência territorial do sistema estruturante é muito diversificada consoante a ilha que se analisa. A dimensão da ilha de São Miguel é um fator que influencia a incidência territorial dos sistemas de proteção e valorização ambiental em comparação com as restantes ilhas. Na ilha de S. Miguel, as áreas ecológicas complementares marcam uma presença territorial significativa, abrangendo cerca de 44% da superfície terrestre total da ilha e cerca de 38% da área total da RAA. A RAR também apresenta uma expressão significativa, abrangendo cerca de 37% do solo da RAA e, aproximadamente, 20% da área total da ilha (Tabela 18):

Tabela 18. Incidência territorial dos sistemas de proteção e valorização ambiental

Fonte: SPI

Dados: PROTA, Governo do Açores, 2010

Área terrestre (ha)		Áreas nucleares de conservação da natureza (ha)			Áreas ecológicas complementares (ha)			Reserva Agrícola Regional		
		Área (ha)	% Ilha	% RAA	Área (ha)	% Ilha	% RAA	Área (ha)	% Ilha	% RAA
São Miguel	74.456	13.880	18,6	27,2	32.441	43,6	38,2	14.586	19,59	37,71

Sendo as áreas mais importantes sob o ponto de vista da conservação e da biodiversidade de recursos, importa fazer uma análise atenta às áreas nucleares de conservação da natureza na ilha de São Miguel. Em termos absolutos, esta ilha é a que possui a segunda área de maior dimensão, só superada pela ilha do Pico, representando 27% da área total afeta a esta classificação na Região. Contudo, no contexto da ilha, é a área de proteção com menor superfície (13.880 ha), ocupando cerca de 19% do território classificado.

As áreas referidas, que se subdividem em Áreas de Conservação da Natureza Terrestres e Marinhas, encontram-se inseridas no Parque Natural da Ilha de São Miguel⁹. Neste contexto, identificam-se, ao nível das 'áreas terrestres', as seguintes áreas:

- Área da Paisagem Protegida das Sete Cidades;
- Área Protegida da Serra de Água de Pau;
- Área de Paisagem Protegida das Furnas;
- Área Protegida da Tronqueira e planalto dos Graminhais;
- Área Protegida do Faial da Terra.

Ao nível das 'áreas marinhas' destacam-se as Áreas Protegidas da Costa Este, da Ponta do Cintrão - Ponta da Maia, do porto das Capelas - Ponta das Calhetas e da Ponta da Ferraria - Ponta da Bretanha.

O PROTA identifica o conjunto de áreas antes especificadas, que formam o sistema de valorização e proteção ambiental da ilha de São Miguel (Figura 71).

⁹ Criado através do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2008/A, de 8 de julho

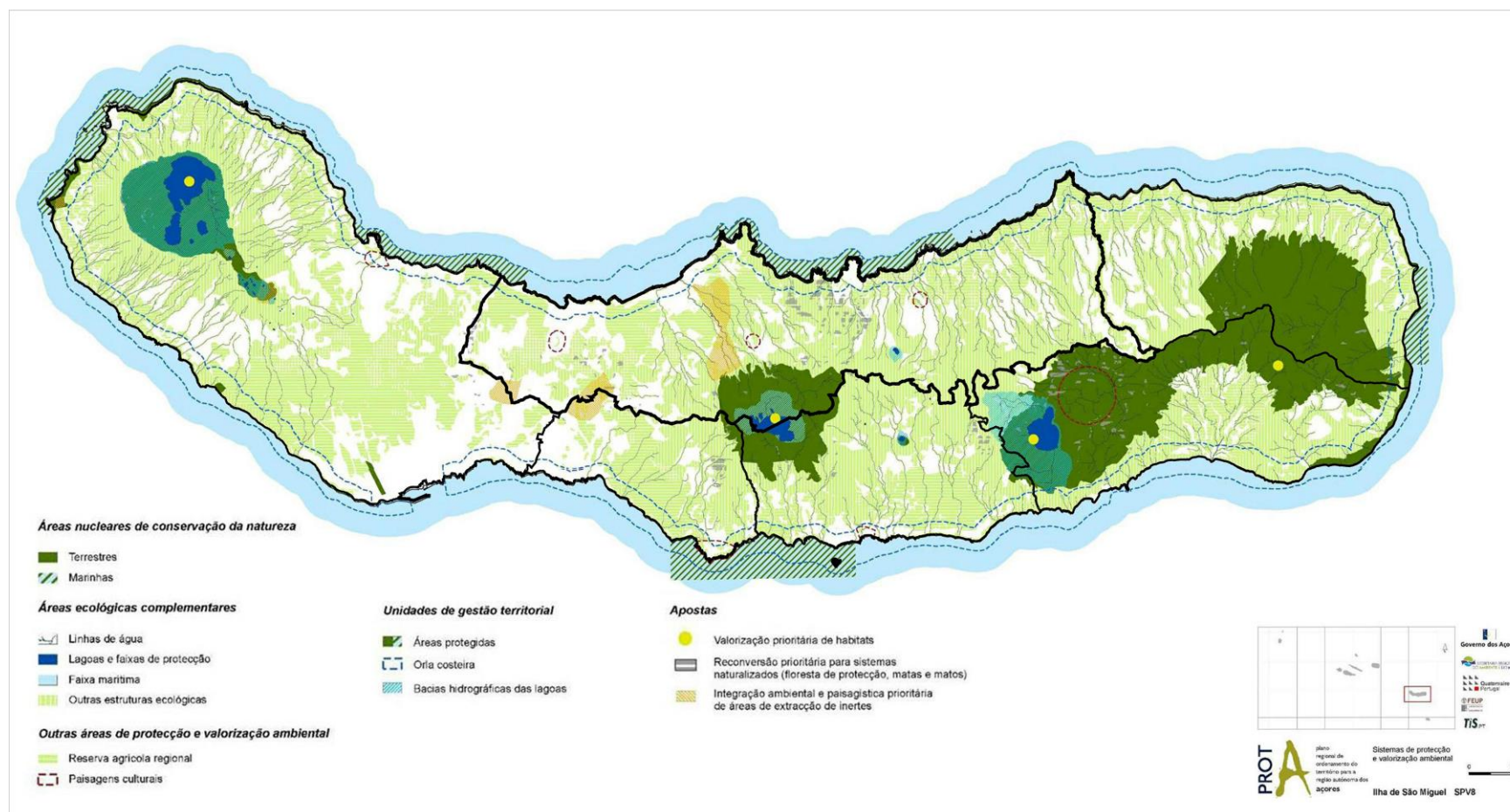


Figura 71. Sistema de proteção e valorização ambiental da Ilha de São Miguel.

Fonte: PROTA, Governo do Açores, 2010

No âmbito da sustentabilidade dos sistemas naturais existem dois aspetos fundamentais que devem ser abordados, o domínio dos conflitos (condicionantes) e o potencial de recursos do domínio biogeofísico (valorização).

Ao nível dos conflitos existentes que atuam sobre os valores naturais, destaca-se a influência da agricultura intensiva e das atividades extrativas. No primeiro caso, a evolução do sistema agrícola poderá produzir impactes negativos nos sistemas de proteção e valorização ambiental, contribuindo, para isso, o aumento das áreas de pastagem e a consequente perda de vegetação autóctone, com consequências no aumento do risco de escorrências dos solos e na eutrofização das lagoas. No segundo caso, as atividades extrativas são consideradas, em determinadas localizações, fontes potenciais de conflito com o modelo de ordenamento e de valorização da paisagem, nomeadamente ao nível do impacto ambiental e visual que exerce sobre a paisagem e os sistemas naturais.

Na componente de valorização dos domínios biofísicos da Região, o PROTA, identifica orientações que devem ser adotadas para potenciar os recursos naturais do arquipélago, designadamente:

- Valorização prioritária de habitats.
- Reconversão prioritária para sistemas naturalizados.
- Valorização prioritária de áreas de extração de inertes.

O património natural e paisagístico do concelho da Ribeira Grande apresenta-se como um aspeto característico e de enorme importância, que importa preservar e valorizar. Adotando as orientações estratégicas definidas no PROTA, importa mitigar os conflitos existentes entre a valorização paisagística e do património natural e o desenvolvimento económico do concelho, apresentando propostas que se adequem ao equilíbrio entre estes dois vetores.

O concelho da Ribeira Grande possui áreas classificadas de proteção aos seus valores naturais (Figura 72). Na maioria dos casos, estas encontram-se integradas na Rede Regional de Áreas Protegidas dos Açores, agregando a Rede Fundamental de Conservação da Natureza e as Áreas Protegidas. Apesar da existência de áreas de proteção, os sistemas naturais do concelho são bastante frágeis, estando expostos a inúmeras ameaças. Os habitats naturais estão presentes em áreas muito reduzidas e apresentam problemas ao nível das espécies exóticas invasoras e da pressão humana.

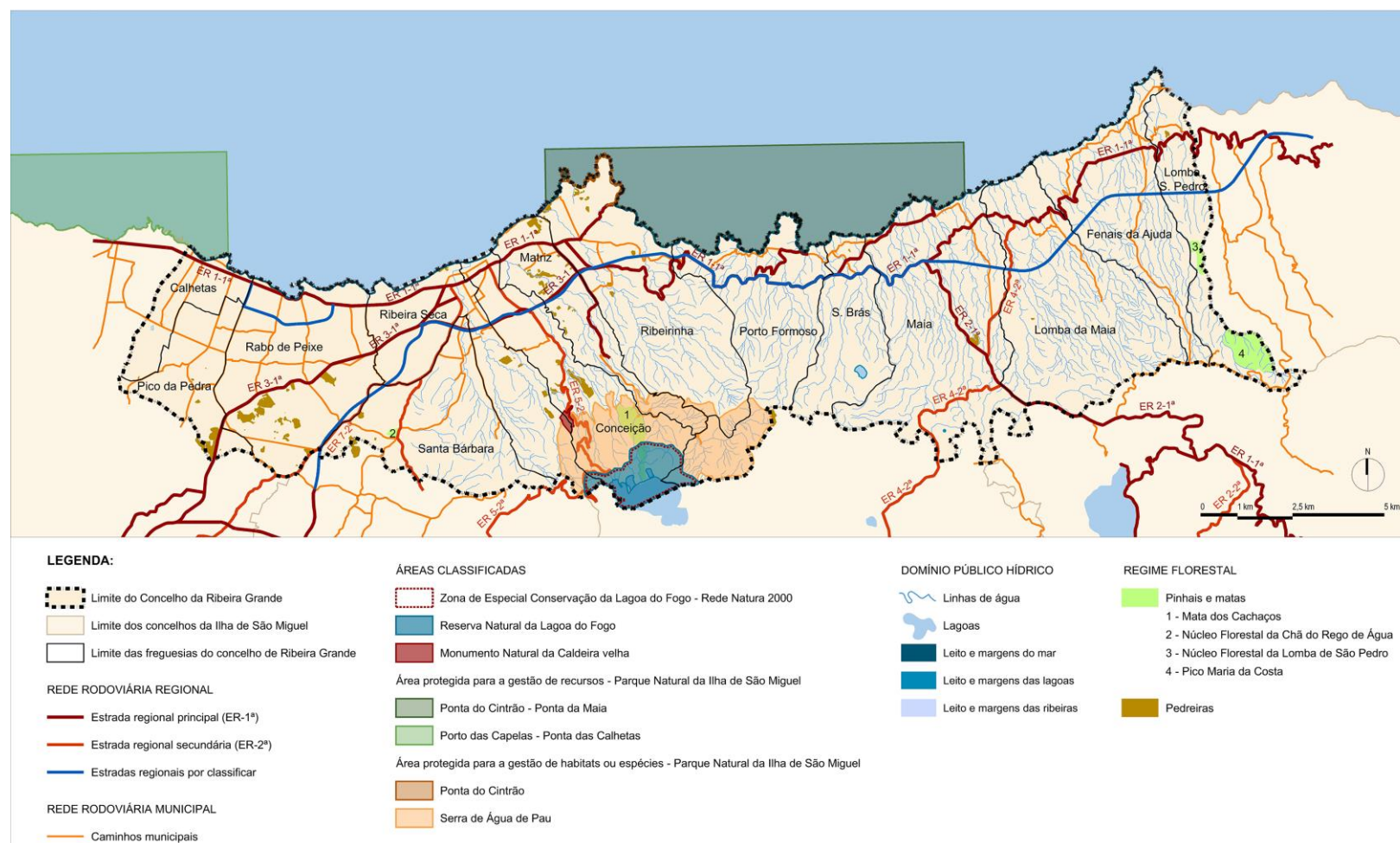


Figura 72. Património natural e paisagístico do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: PROTA – sistema de proteção e valorização ambiental da Ilha de São Miguel, Governo do Açores, 2010; CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Do conjunto de áreas classificadas no concelho com um estatuto de proteção, destacam-se:

- Zona Especial de Conservação da Lagoa do Fogo (Rede Natura 2000);
- Reserva Natural da Lagoa do Fogo;
- Monumento Natural da Caldeira Velha;
- Áreas protegidas da Ponta do Cintrão - Ponta da Maia (marítima e terrestre) e do Porto das Capelas - Ponta das Calhetas;
- Área Protegida da Serra de Água de Pau.

Este conjunto de elementos singulares e de grande valor patrimonial enquadra-se num conjunto paisagístico de grande valor, que integra não só os valores naturais, como também os culturais. Ao se abordar as unidades de paisagem municipal, é relevante identificar as paisagens culturais assinaladas no sistema de proteção e valorização ambiental do PROTA. Estas correspondem a situações de excecional valor natural e cultural para a Região e cujo estatuto de proteção deverá integrar esta dimensão cultural. Para essas unidades deverão ser estabelecidas medidas de gestão territorial, em sede de PMOT ou PEOT, que garantam:

- a manutenção e valorização do material genético presente, das espécies e populações, das comunidades e ecossistemas, das estruturas e valores geológicos e do carácter da paisagem;
- a manutenção das formas tipológicas do povoamento presente, de forma a salvaguardar a qualidade da paisagem, a garantir o equilíbrio das atuais formas de uso do solo e a atender ao meio ambiente envolvente;
- a preservação das características das construções existentes, nomeadamente da volumetria e materiais típicos, tendo em especial atenção o património arquitetónico, vernáculo e erudito, tendo em vista favorecer a continuidade da arquitetura local e a integração da construção na paisagem.

Resultado da atividade vulcânica intensa, expressa pelos vulcões das Sete Cidades, Fogo e Furnas, a morfologia do território da ilha de São Miguel é um elemento característico da paisagem. No concelho da Ribeira Grande essa característica está patente num território marcado por fortes inclinações, com transições altimétricas acentuadas, ao longo de um relevo enrugado onde se identificam caldeiras e cones de escórias vulcânicas, com orientação generalizada a norte e que culmina numa linha de costa acidentada e irregular.

Desta variabilidade territorial e a partir da homogeneidade dos seus elementos caracterizadores identificam-se seis unidades paisagísticas¹⁰ no concelho da Ribeira Grande (Tabela 19).

Tabela 19. Síntese da Caracterização das Unidades de Paisagem do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013 e Livro das Paisagens dos Açores - Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores

Unidades de Paisagem - Ribeira Grande -		
Código	Designação	Caracterização
SM3	Zona Agrícola Capelas/ Ribeirinhas	Zona de relevo suave e fortemente humanizada (Ribeira Grande e Rabo de Peixe), destacando-se a presença de áreas agrícolas amplas
SM4	Encosta Porto Formoso/ Achadinha	Zona de relevo enrugado e com grande declive, destacando-se a presença de grotas, fundamentais no escoamento superficial da área
SM9	Picos	O relevo desta unidade destaca-se pela presença de cones de escórias vulcânicas ("picos"), o coberto vegetal dominante são pastagens e matas mistas
SM10	Serra de Água de Pau	Relevo com grande amplitude visual e de encosta íngremes, de onde nascem inúmeras ribeiras.
SM11	Lagoa do Fogo	Unidade correspondente à bacia da Lagoa do Fogo. Esta influencia toda a paisagem, abundando uma diversificada vegetação autóctone
SM12	Achada das Furnas	Relevo suave, aproveitados para pastagens artificiais, onde pontualmente surgem cones vulcânicos médios

Na zona central do concelho identificam-se duas unidades de paisagem associadas ao cone vulcânico do Fogo, a unidade SM10 (Serra de Água de Pau) e a unidade SM 11 (Lagoa do Fogo). A primeira, com uma área aproximada de 65 km² que se estende ao longo das encostas íngremes do vulcão, possui um relevo bastante variável, dominado por pastagens compartimentadas por elementos inertes e naturais. A unidade tem um carácter marcante na paisagem da ilha pela amplitude do vulcão, principalmente em dias de céu limpo, possuindo ainda um forte potencial geotérmico associado a esse sistema.

¹⁰ Livro das Paisagens dos Açores - Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores. Ed. Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, 2005

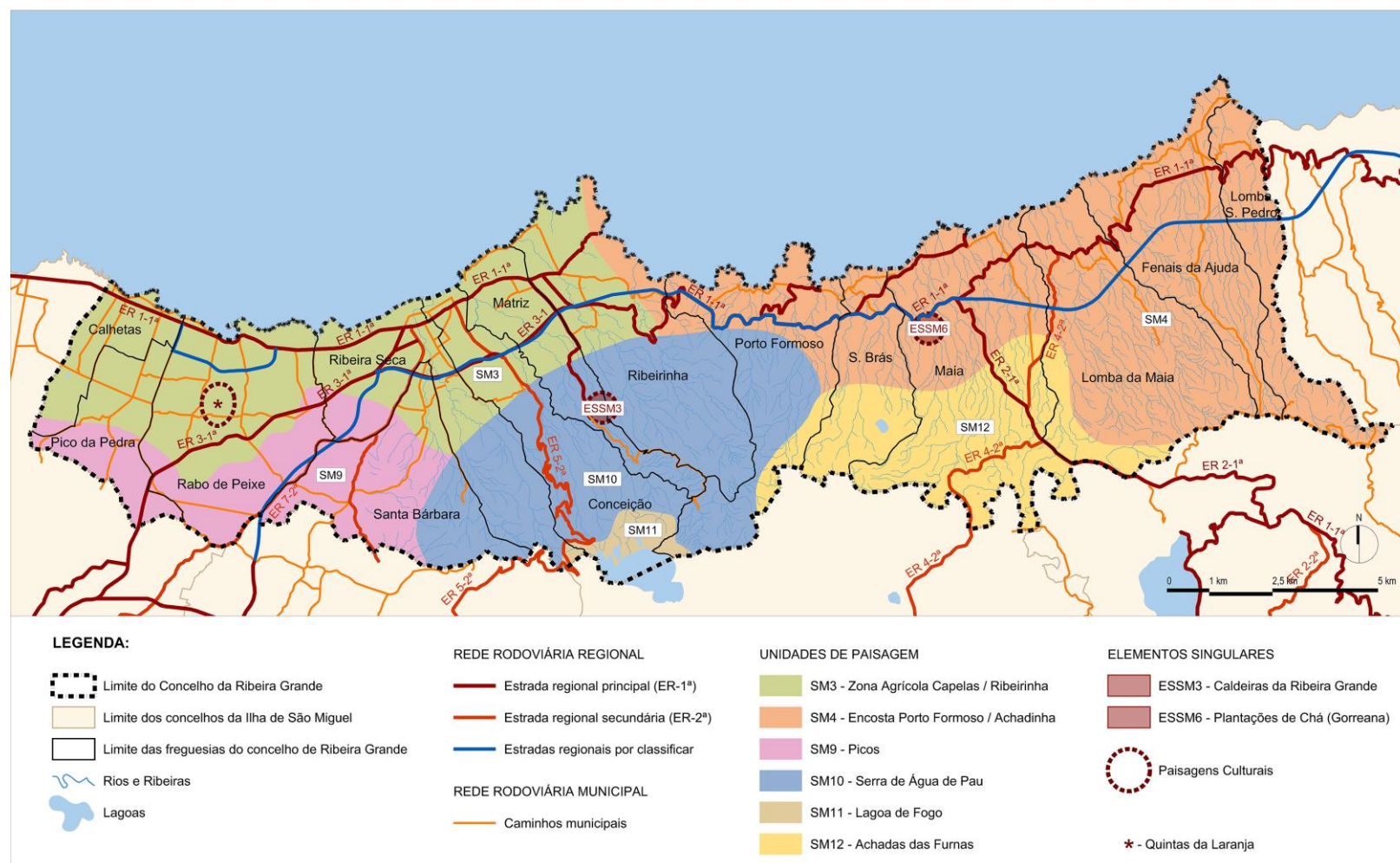


Figura 73. Unidades de Paisagem do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013 e Livro das Paisagens dos Açores - Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens dos Açores

Insere-se nesta unidade a área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Serra de Água de Pau, classificada pelos valores naturais presentes e pela importância para as espécies, habitats e ecossistemas protegidos. Identifica-se também a presença do elemento singular, e designado no âmbito do PROTA de paisagem cultural, o 'Lugar das Caldeiras' ou Caldeiras da Ribeira Grande (ESSM 3) (Figura 74), um conjunto paisagístico formado num vale atravessado por uma ribeira e envolvido por uma densa vegetação de espécies autóctones, ao longo do qual se encontram manifestações de vulcanismo secundário e a presença de águas termais. Estes elementos (fumarolas, afloramentos rochosos traquíticos e uma nascente termal que exsurge em fraturas da referida rocha, seguida de uma queda de água e dá origem a uma ribeira de vale encaixado), contribuem para a sua classificação como Monumento Natural da Caldeira Velha.



Figura 74. Imagens da Caldeira Velha.

Fonte: SPI

Neste mesmo vale, a zona das Lombadas, a nordeste da caldeira do Vulcão do Fogo, apresenta uma morfologia em formações pomíticas, moldada quer pela referida linha de água, quer pela evolução natural das vertentes. Aqui brotam algumas nascentes de águas minerais gasocarbónicas (Figura 75), outrora aproveitadas para fins comerciais.



Figura 75. Imagens das Lombadas.

Fonte: SPI

A segunda unidade central encontra-se contida no interior do vulcão do Fogo tendo resultado do abatimento do cone vulcânico formando uma caldeira de colapso, ocupada pela Lagoa do Fogo. Possui uma dimensão aproximada de 5km², correspondente aos limites da bacia da Lagoa do Fogo, elemento marcante do ponto de vista visual, na qual se desenvolve vegetação autóctone bastante diversificada. Esta unidade beneficia de pontos de observação de excelência, no topo do cone vulcânico, que oferecem uma visão panorâmica de toda a unidade. Este local é uma zona protegida – Reserva Natural da Lagoa do Fogo – e está inserida na Rede Natura 2000 – Zona Especial de Conservação da Lagoa do Fogo. O estado ecológico da Lagoa

está classificado entre 'Bom' e 'Razoável' e o uso do solo da bacia hidrográfica (áreas importantes de vegetação natural mas também de povoamentos florestais exóticos) apresenta-se adequado mas com potencial de melhoramento (Figura 76).



Figura 76. Lagoa do Fogo.

Fonte: SPI

Na 'zona poente' do concelho identificam-se mais duas unidades de paisagem, uma junto à costa – Zona Agrícola Capelas/ Ribeirinha (SM 3) e outra no interior – Picos (SM 9). Na unidade litoral, que apesar da proximidade ao mar possui, com este, uma relação bastante dificultada pelas características da sua costa, está-se perante uma paisagem onde se sente uma forte pressão humana, sendo aí que se localizam os principais aglomerados do concelho. É uma área de relevo suave, ampla e plana, com cerca de 20 km² e bastante fértil, sendo por isso dominada pelo uso agrícola com parcelas de média a grande dimensão, em torno da cidade da Ribeira Grande. Nesta unidade, destaca-se a presença da Paisagem Cultural das Quintas de Laranjais, definida no PROTA, nas Capelas e Rabo de Peixe (Figura 77), assim como a área protegida de gestão de recursos do Porto das Capelas – Ponta das Calhetas, onde se incluem áreas de interesse geológico e de interesse natural para o desenvolvimento de habitats particulares para fauna e flora.



Figura 77. Imagem das quintas de laranjais no sítio das Areias, freguesia de Rabo de Peixe.

Fonte: <https://static.panoramio.com>

A unidade interior limitada, a nascente, pela Serra de Água de Pau, com uma área aproximada de 50 km², caracteriza-se por ter um relevo bastante suave de onde surgem diversos cones de escórias vulcânicas ('picos'), de morfologia diversa e cobertos por matas e solos pedregosos (Figura 78). Destaca-se o predomínio, em termos de coberto vegetal, das pastagens compartimentadas por muros de pedra, em associação com matas mistas.



Figura 78. Complexo dos picos vulcânicos, vista poente-nascente.

Fonte: <http://imagem.casadasciencias.org>

Na zona nascente identificam-se mais duas unidades de paisagem, uma litoral – Encosta Porto Formoso/Achadinha (SM 4) e outra interior – Achada das Furnas (SM 12). A primeira é a unidade que maior área ocupa no concelho (cerca de 90 km²) e constitui-se por encostas altas e de grande declive, maioritariamente expostas a norte, atravessadas por grotas arborizadas, vales bastante encaixados de regime torrencial, que interrompem as áreas agrícolas existentes. Ao contrário da unidade litoral a poente, esta apresenta uma forte relação com o mar, apesar das aribas altas,

sendo que o povoamento se desenvolve de forma linear ao longo da costa, destacando-se o aglomerado de Porto Formoso e o seu carácter balnear (Figura 79).



Figura 79. Imagem da Praia de Porto Formoso.

Fonte: CMRG

Na linha de costa, compreendida entre a Ponta da Ribeirinha e o porto de Santa Iria, situa-se a Ponta do Cintrão – Ponta da Maia, integrando a área protegida para a gestão de habitats ou espécies da Ponta do Cintrão (Figura 80). Esta área é constituída por matos macaronésicos, sendo uma importante zona de nidificação do cagarro (classificação da *Bird Life Internacional* como *Important Bird Area*).



Figura 80. Imagem da Ponta do Cintrão.

Fonte: <http://commons.wikimedia.org>

Identifica-se nesta unidade a paisagem cultural das plantações de chá na Gorreana e Porto Formoso (ESSM 6), também identificada no PROTA (zona do chá). Para além do impacto positivo na paisagem, estas explorações tem um contributo para a economia local, sendo plantações de chá com fins industriais únicas na Europa (Figura 81).



Figura 81. Imagem das plantações de chá de Porto Formoso.

Fonte: SPI

No segundo caso, no interior nascente do concelho, a unidade da Achada das Furnas corresponde a um planalto interior amplo e com um relevo suave, onde se localiza o mais antigo campo de golfe dos Açores. O golfe contrasta com os elementos paisagísticos envolventes e as pastagens para pecuária intensiva, que substituíram os matos autóctones existentes. Importa destacar a presença, nesta unidade, da Lagoa de São Brás (Figura 82), por ser um elemento paisagístico relevante no concelho. Contudo, esta lagoa apresenta um estado ecológico 'Mau', sendo que o atual uso do solo da bacia hidrográfica é inadequado, com o predomínio de pastagens e também de florestas de criptoméria.

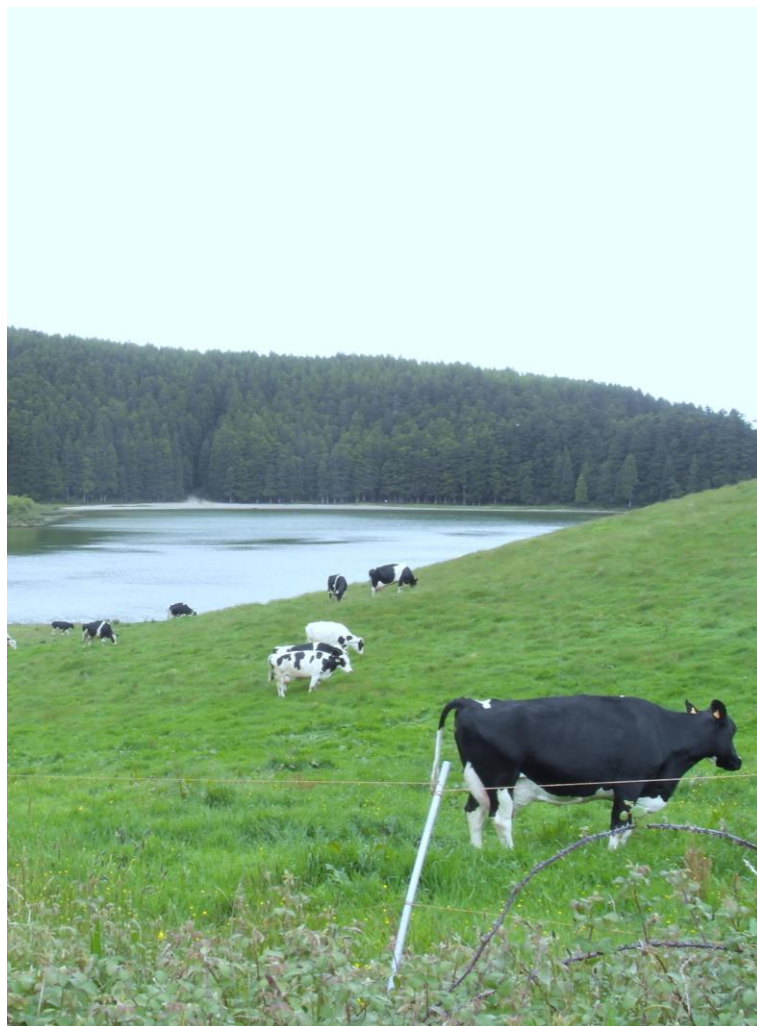


Figura 82. Imagem da Lagoa de São Brás.

Fonte: SPI

Na avaliação da paisagem do concelho da Ribeira Grande, para além das características morfológicas do território, importa referir a relevância que a ação humana desempenhou na sua transformação, tendo-se registado uma evolução desde o mosaico cultural ecologicamente equilibrado inicial até à excessiva monofuncionalidade dominada pelas pastagens artificiais. Na aproximação às localidades de maior densidade populacional, Ribeira Grande e Rabo de Peixe, identificam-se fenómenos de desqualificação urbana, destacando-se o desordenamento da maior parte dessas zonas o que compromete a legibilidade deste território. Estes fenómenos, aliados à falta de planeamento dos espaços exteriores e públicos, à construção desregulada na linha de costa e ao impacto da indústria extrativa, constituem os principais focos de desqualificação da paisagem do concelho.

2.8. Orla costeira

O mar constitui um elemento fundamental na definição da estratégia de desenvolvimento económico da RAA. A importância deste determina a sua consideração no PROTA, particularmente na perspetiva da gestão integrada da orla costeira e no desenvolvimento de medidas específicas para as atividades e infraestruturas relativas ao mar ou que com ele se relacionam diretamente. Desta forma, o espaço marítimo e a orla costeira definem-se como elementos vitais para a coesão do território e de desenvolvimento de atividades marítimas, científicas e de recreio e lazer.

Neste contexto, o PROTA foca-se na compatibilidade das atividades turísticas com os valores ambientais, procurando controlar de forma rigorosa a ocupação da orla costeira, como princípio fundamental de intervenção. Esta preocupação é redobrada em ilhas com maior concentração de procura turística, atual e futura, como é o caso da ilha de São Miguel.

Pela necessidade de proteger e preservar o território costeiro, o PROTA releva os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) para a RAA, entretanto já aprovados e publicados. É, neste âmbito, que surge o POOC da Costa Norte da Ilha de São Miguel (Troço Feteira/Fenais da Luz/Lomba de São Pedro), um instrumento fundamental na gestão da orla costeira do concelho da Ribeira Grande.

Este instrumento surge com o intuito de melhorar, valorizar e gerir os recursos presentes no litoral. Estes planos centram-se na proteção e integridade biofísica do litoral, com a valorização dos recursos existentes e com a conservação dos valores ambientais e paisagísticos. São instrumentos de natureza regulamentar e abrangem uma faixa ao longo do litoral, a qual se designa por zona terrestre de proteção, com a largura máxima de 500 m¹¹ e uma faixa marítima de proteção até à batimétrica dos 30 m, com exceção das áreas sob jurisdição portuária.

O troço de costa compreendido entre Feteiras, Fenais da Luz e Lomba de São Pedro, que ocupa uma superfície de cerca de 4.600 ha de área de proteção, possui características bastante diversificadas, onde a riqueza dos seus recursos naturais e humanos se refletem na diversidade paisagística e no valor do seu património cultural. Uma das principais ameaças a estes valores são as frequentes situações de erosão e galgamentos marinhos, representando uma ameaça às populações que, por sua vez, exercem pressão antrópica sobre os recursos que devem ser preservados.

Constituem objetivos gerais do POOC da Costa Norte da Ilha de São Miguel a visão integrada dos problemas do litoral com incidência sobre a orla costeira, a qualificação das áreas urbanas, estabilizando os seus perímetros e frentes de mar, a prevalência do interesse público sobre o

¹¹ Contados a partir da linha de máxima preia-mar de águas vivas equinociais do mar ou, em caso de arribas, a partir da sua crista.

privado nas utilizações da orla marítima e o desenvolvimento dos processos naturais costeiros tendo em consideração o meio marinho. Os seus principais objetivos são:

- Ordenamento dos diferentes usos e atividades específicas da orla costeira;
- Valorização dos recursos existentes e aglomerados urbanos;
- Reestruturação das frentes urbanas, face à salvaguarda dos recursos litorais;
- Controlo e gestão de fenómenos urbanos relacionados com a atratividade litoral;
- Orientação do desenvolvimento turístico da orla costeira, como complemento da rede urbana atual;
- Valorização das praias e zonas balneares;
- Controlo da abertura de novos acessos automóveis junto ao litoral;
- Instrumento de suporte à gestão integrada do litoral.

Este Plano inclui a delimitação de três Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), num total de cinco para o troço em questão, com incidência no concelho da Ribeira Grande:

UOPG 3 - Rabo de Peixe

Incrementar as potencialidades

- Promover o desenvolvimento económico sustentado, apoiando a atividade pesqueira;
- Melhorar os equipamentos e infraestruturas;
- Recuperar a frente marítima urbana;

Reduzir os riscos e conflitos

- Disciplinar e compatibilizar os usos da orla costeira;
- Promover a recuperação das zonas urbanas degradadas e em risco;

UOPG 4 - Ribeira Grande

Incrementar as potencialidades

- Aumentar a atratividade e a competitividade da área urbana de Ribeira Grande rentabilizando os recursos existentes, o património cultural e natural, e a capacidade industrial instalada;

- Valorizar a frente de mar, as praias e as zonas balneares, tendo em vista o desenvolvimento turístico e a qualidade de vida da população;
- Restabelecer a ligação entre a cidade e o mar e requalificar as zonas degradadas costeiras;
- Salvar o centro histórico da Ribeira Grande, nomeadamente atenuando os atuais problemas de circulação e estacionamento;

Reduzir os riscos e conflitos

- Reestruturar as frentes marítimas urbanas com especial incidência nas zonas degradadas e de risco;
- Assegurar a instalação e o funcionamento do sistema de tratamento de águas residuais;
- Proteger os espaços naturais e as linhas de água;
- Criar alternativas ao atravessamento rodoviário do centro urbano;

UOPG 5 Porto Formoso

Incrementar as potencialidades

- Promover o turismo balnear e o turismo em espaço rural;
- Apoiar a atividade piscatória e as explorações agrícolas tradicionais;
- Valorizar a paisagem, proteger a natureza e os recursos geológicos;
- Requalificar os espaços urbanos;

Reduzir os riscos e conflitos

- Controlar a expansão urbana nomeadamente na envolvente de Porto Formoso (Praia dos Moinhos);
- Evitar a descaracterização dos núcleos urbanos tradicionais;
- Controlar a poluição das ribeiras e tratar as águas residuais

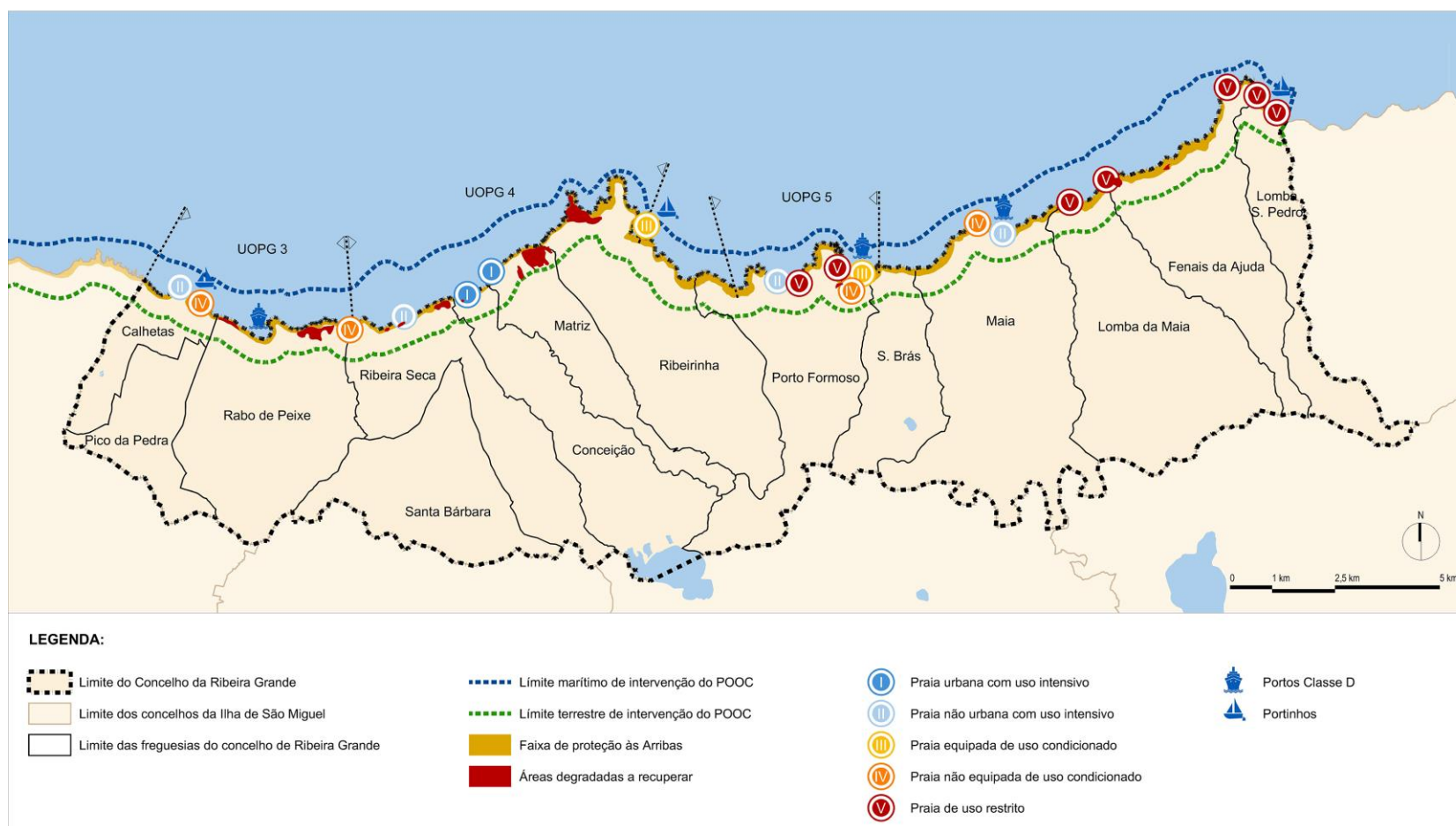


Figura 83. UOPG do POOC, Áreas Degradadas a Recuperar e Praias.

Fonte: SPI

Dados: POOC da Costa Norte da Ilha de São Miguel

Para as UOPG, são ainda estabelecidas orientações ao nível da ocupação urbana que visam restringir o desenvolvimento linear das edificações ao longo da linha de costa e privilegiar a ocupação em forma de “cunha”, de modo a diminuir a pressão antrópica sobre a linha de costa. Ao nível do desenvolvimento territorial, realça-se o incremento da competitividade territorial, designadamente através da requalificação urbana e ambiental, melhoria das infraestruturas e equipamentos e apoio ao desenvolvimento das atividades tradicionais.

A orla costeira do concelho da Ribeira Grande, com uma extensão de cerca de 58 km, tem uma grande importância no âmbito da gestão do território costeiro. De acordo com os Estudos de Revisão do PDM, são identificadas algumas iniciativas para a reabilitação e valorização da frente de mar no concelho da Ribeira Grande, designadamente:

- Calhetas - Consolidação de toda a orla costeira e reabilitação e valorização da zona balnear e do portinho de pescas;
- Rabo de Peixe - Consolidação de toda a orla costeira e obras de reabilitação e valorização (zona balnear de Santana, com a construção de acessos, equipamentos e embelezamento, construção de uma via litoral, e construção de equipamentos recreativos e de lazer);
- Cidade da Ribeira Grande - Consolidação e reabilitação da frente de mar urbana, reabilitação das zonas balneares do Areal e Monte Verde; construção da ETAR; e conclusão da Rede de Saneamento Básico em toda a orla marítima;
- Porto Formoso - Reabilitação e valorização do Porto de Pescas; valorização da Praia dos Moinhos, com a construção de um acesso à praia, paralelo à ribeira e instalação de novos equipamentos; tratamento das águas residuais dos Moinhos; construção de ETAR junto ao porto de Pesca e em Moinhos; construção do Campo de Golfe; recuperação das Termas da Ladeira da Velha;
- Maia e Calheta - Reabilitação e valorização do Porto de Pescas da Maia e zonas balneares; construção da rede de saneamento básico e da ETAR;
- Lomba da Maia - Construção do miradouro do «Tio Domingos»;
- Fenais da Ajuda - Reabilitação e pavimentação do caminho de acesso ao Porto de Pescas e valorização do Porto para a pesca artesanal;
- Lomba de São Pedro - Correção e pavimentação do caminho da Rocha para o acesso à zona balnear do Calhau, sendo que esta deve ser reabilitada e valorizada bem como construído um portinho de pesca artesanal.

Há ainda a destacar a reabilitação e pavimentação dos acessos ao Porto de Pesca e ao Farol da Ribeirinha, e ainda as seguintes obras: construção e reabilitação de novos caminhos de ligação do Miradouro de Santa Luzia ao Porto de Pescas e à Canada dos Cabeceiros e Estabilização das encostas do Porto de Pescas, para preservação da zona balnear existente.

Na cidade da Ribeira Grande tem-se desenvolvido o projeto do “Passeio Atlântico” (Figura 84), sendo uma linha estratégica da política da Câmara Municipal a valorização e revitalização urbanística e ambiental da orla marítima da cidade. Com o investimento realizado neste projeto, que se divide em três fases, tendo duas delas sido já concluídas, pretende-se a valorização da relação da população com o mar, tornando a cidade mais atrativa e competitiva.



Figura 84. Passeio Atlântico.

Fonte: SPI

A primeira fase estende-se por 900 metros entre a foz da ribeira da Ribeira Grande e o miradouro do Palheiro, incluindo o passeio público e ciclovia, com áreas de lazer e valorização ambiental.

O concelho da Ribeira Grande apresenta um forte potencial turístico apoiado na sua orla costeira, com praias com potencial interesse (Praia dos Moinhos; Areal de Santa Bárbara e

Calhetas) e com o complexo de piscinas das Poças da Ribeira Grande. As restantes praias do concelho, incluindo Monte Verde, não são designadas zonas balneares.

Praia dos Moinhos:

Localizada na freguesia de Porto Formoso, a Praia dos Moinhos (Figura 85), cujas areias são finas e de tonalidade acastanhada foi, durante o ano de 2009, sujeita a trabalhos de manutenção e melhoramento levados a cabo pela Câmara Municipal. Neste processo foram construídos apoios de praia (balneários, instalações sanitárias e espaço dedicado ao Instituto de Socorros a Náufragos) para melhorar a comodidade dos banhistas. Esta praia, classificada como zona balnear, tem sido monitorizada desde 2001 e tem apresentado classificação de 'Boa Qualidade' ou 'Qualidade Aceitável', exceto em 2005 e 2009, ano em que a classificação foi 'Má'.



Figura 85. Praia dos Moinhos.

Fonte: <http://static.panoramio.com/photos/large/11786044.jpg>

Areal de Santa Bárbara e Calhetas:

Perto da localidade da Ribeira Grande, o Areal de Santa Bárbara (Figura 86) é uma das mais extensas praias da Região, com cerca de 1 Km. Dotada de excelentes infraestruturas de apoio, esta praia é particularmente vocacionada para a prática do *surf* e *bodyboard*, tendo sido palco, nos últimos anos, de uma das etapas do Campeonato do Mundo de Surf. Estas praias, classificadas como zonas balneares, tem monitorização da qualidade da água desde 2005, tendo apresentado 'Boa Qualidade' em todos os anos, sendo que a partir de 2010 estas zonas balneares apresentam uma classificação 'Excelente'. Baseando-se nesse fator, foi atribuído o galardão Bandeira Azul a este local (2006 e 2007 – Calhetas e 2008 a 2014 – Santa Bárbara).



Figura 86. Areal de Santa Bárbara.

Fonte: https://c2.staticflickr.com/8/7033/6716694407_798fb5db1a_z.jpg

Poças da Ribeira Grande:

O complexo das Piscinas Municipais das Poças (Figura 87) situa-se na cidade de Ribeira Grande junto à costa. Anexo à praia, este complexo apresenta boas infraestruturas de lazer, constituído por piscinas descobertas de água salgada – uma de recreio, uma de saltos, uma indicada para crianças e uma para bebés (a única de água doce). Este complexo disponibiliza outros serviços, para além das piscinas e zona de solário, entre eles a utilização dos balneários, sanitários, duchas exteriores de água doce, serviço de bar e restaurante, gabinete médico e aluguer de chapéu-de-sol e espreguiçadeiras. A qualidade da água tem sido monitorizada desde 2006 e apresentou, nos dois primeiros anos, 'Má Qualidade', melhorando a sua classificação em 2008 e 2009, anos em que obteve 'Boa Qualidade'. Esta classificação permitiu ter sido designada como zona balnear em 2011.



Figura 87. Complexo das Piscinas da Poças da Ribeira Grande.

Fonte: https://c2.staticflickr.com/8/7033/6716694407_798fb5db1a_z.jpg

2.9. Gestão da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos

Recursos hídricos

As características da rede hidrográfica do concelho dividem o concelho de Ribeira Grande em duas zonas distintas: a 'zona poente', onde não se evidencia rede de drenagem superficial; e a 'zona nascente', que se caracteriza por uma rede de drenagem superficial densa (Figura 88).

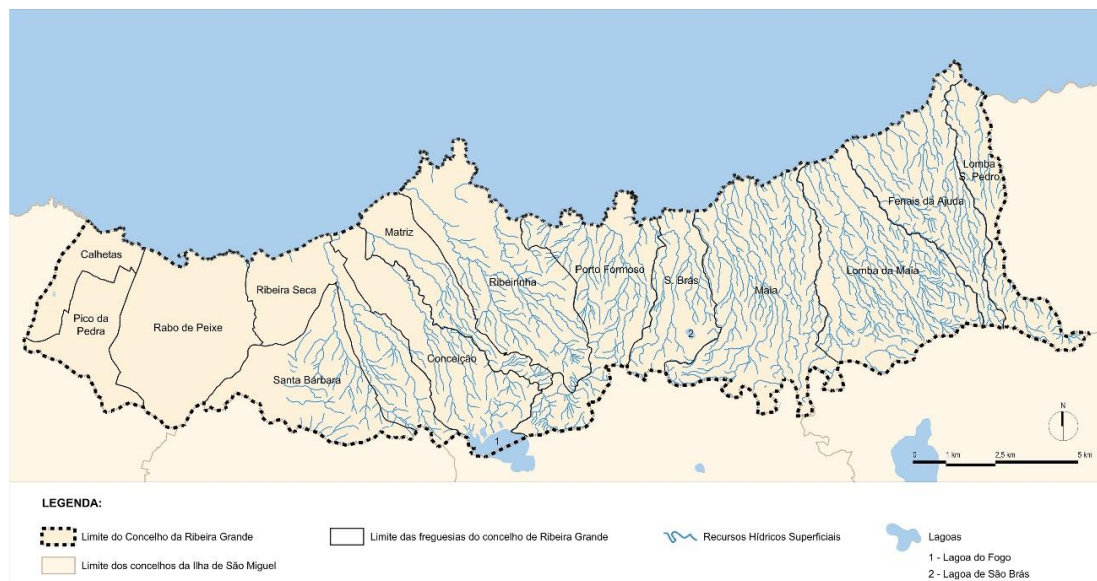


Figura 88. Recursos hídricos superficiais.

Fonte: SPI

A 'zona poente' localiza-se na região dos Picos (denominada de Plataforma de Ponta Delgada), que é quase desprovida de cursos de água, uma vez que a juventude dos materiais de cobertura (escórias vulcânicas) e o caráter poroso dos solos favorece a infiltração da água da chuva, não proporcionando escoamento superficial organizado.

A 'zona nascente', que inclui grande parte do concelho, caracteriza-se por declives acentuados e menos permeáveis, que conduzem ao desenvolvimento de uma rede de drenagem de águas superficiais densa, com escorrência de caráter torrencial nos períodos de precipitação intensa. É nesta zona que se encontra o maciço do vulcão do fogo, que dá origem à Lagoa do Fogo. Neste maciço desenvolve-se a ribeira Grande, importante recurso hídrico da ilha de São Miguel e do concelho, que reúne água proveniente dos afluentes das ribeiras das Lombadas, Roças/Salto do Cabrito e Pernada. Para além da lagoa do Fogo, importa destacar a lagoa de São Brás, importante massa de água do concelho da Ribeira Grande.

No que diz respeito à qualidade das águas superficiais correntes, importa analisar a bacia hidrográfica da ribeira Grande, da ribeira do Teixeira e da ribeira Seca.

A ribeira Grande e a ribeira Seca apresentam problemas de contaminação e poluição da água. De acordo com o Plano de Gestão de Recursos Hídricos da Ilha de São Miguel (PGRH), na massa de água da ribeira Grande têm preponderância as cargas brutas de origem pecuária,

que se efetuam com uma pressão considerável em face da capacidade de autodepuração do meio. O PGRG indica que a massa de água da ribeira Grande, atualmente com estado ecológico 'Razoável', deverá atingir o estado 'Bom' em 2021, propondo, para tal, a redução e controlo de focos de poluição difusa em massas de água superficiais. A ribeira Seca, cuja qualidade de água é inferior à da ribeira Grande, possui problemas relacionados com poluentes agrícolas (amónia), condutividade elétrica, metais (manganês e ferro). Por fim, a ribeira do Teixeira possui a maioria dos parâmetros em conformidade com a classe A1¹².

Relativamente às águas superficiais interiores, têm especial destaque a lagoa do Fogo e a lagoa de São Brás. A lagoa do Fogo tem associada uma Zona Especial de Conservação e possui estado ecológico 'Bom', sendo que as cargas poluentes existentes não possuem pressão significativa em face da capacidade de autodepuração do meio. O PGRG indica como principal objetivo ambiental para esta massa de água, a manutenção ou melhoria do seu estado químico e ecológico, sendo, para tal, determinante a execução das medidas previstas no Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa.

A lagoa de São Brás tem dimensões reduzidas e, por isso, tem um ecossistema frágil e fortemente influenciado pelo meio envolvente. Esta massa de água encontra-se sujeita a uma forte pressão de poluição difusa, sendo o seu estado ecológico classificado no PGRG de 'Medíocre'. Como consequência, a sua bacia hidrográfica encontra-se classificada como "zona vulnerável à poluição causada por nitratos de origem agrícola"¹³.

Estas duas lagoas estão enquadradas pelo Plano de Ordenamento das Bacias Hidrográficas das Lagoas do Fogo, do Congro, de São Brás e da Serra Devassa, que define os regimes de utilização, proteção e de gestão dos recursos e valores naturais existentes, sendo essenciais para a preservação dos recursos ecológicos e ambientais das suas bacias hidrográficas.

No que concerne aos recursos hídricos subterrâneos, o concelho de Ribeira Grande abrange cinco sistemas de aquíferos (Ponta Delgada – Fenais da Luz, Água de Pau, Achada, Nordeste – Faial da Terra e Furnas – Povoação), sendo a principal origem do sistema de abastecimento público de água. Estas nascentes encontram-se sujeitas a elementos de poluição antrópica decorrentes da atividade agrícola e pecuária e do elevado número de fossas sépticas disseminadas pelo concelho, com consequências na qualidade das águas.

Nos últimos anos, o resultado da análise da qualidade das águas das diversas nascentes foi variando, tendo consequências no tipo de tratamento a realizar nas águas para consumo humano. Frequentemente, as amostras analisadas são consideradas como não conformes com

¹² Classificação da qualidade da água para consumo humano, em que a cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção).

¹³ Portaria n.º 1100/2004, de 3 de setembro.

a classe A1¹⁴, sendo necessário proceder a um tratamento químico da água. Tendo em vista a minimização do impacto das origens de poluição e degradação das nascentes, encontram-se definidos perímetros de proteção às captações, de acordo com o Decreto-Lei n.º 382/99 de 22 de setembro.

Abastecimento de água e tratamento de águas residuais

A gestão do sistema de abastecimento de água, em alta e em baixa, é da responsabilidade da Câmara Municipal de Ribeira Grande, possuindo uma cobertura de 100% da população. Este sistema tem cerca de 17 origens de água de natureza distinta (subterrânea, superficial) e encontra-se dividido em 10 zonas de abastecimento de água, que cobrem as 14 freguesias do concelho. Importa destacar a degradação da qualidade da água das captações subterrâneas durante as épocas estivais e da água superficial durante o inverno.

No que concerne à qualidade da água distribuída, esta é controlada de acordo com o disposto na legislação em vigor, através de análises efetuadas anualmente em diversos pontos de amostragem do concelho. Tendo como base os últimos dados disponibilizados pela Entidade Reguladora de Serviços de Água e Resíduos dos Açores (ERSARA), em 2013, no concelho de Ribeira Grande, foram realizadas as 486 análises regulamentares obrigatórias, não existindo análises em falta, tendo a água cumprido os parâmetros para ser classificada como água segura em 100 % dos casos.

Em 2013, no concelho da Ribeira Grande, 99,3% das análises de controlo realizadas cumpriam os valores paramétricos que definem o indicador de Água Segura, tendo-se registado uma evolução positiva em relação aos valores verificados nos anos anteriores. Em consequência, pode afirmar-se a excelência da qualidade da água destinada ao consumo humano no concelho.

Nos últimos anos, a Câmara Municipal da Ribeira Grande realizou diversas obras de beneficiação da rede de abastecimento de água, de modo a colmatar as lacunas existentes ao nível da pressão da água em algumas freguesias, nomeadamente Pico de Pedra, Rabo de Peixe e cidade da Ribeira Grande, mas também para reforçar e consolidar o sistema de tratamento e abastecimento através da ampliação e construção de reservatórios, ampliação da estação de tratamento de água e construção de novas adutoras.

O sistema de drenagem e tratamento de águas residuais, tal como o sistema de abastecimento, encontra-se a cargo da Câmara Municipal de Ribeira Grande. As redes de drenagem e tratamento de água residuais domésticas apresentam um nível de cobertura reduzido, sendo que existe uma percentagem elevada de edificações com ligações a fossas sépticas individuais

¹⁴ Classificação da qualidade da água para consumo humano, em que a cada categoria corresponde um esquema de tratamento distinto, de forma a tornar as águas superficiais aptas para consumo humano (Classe A1 – tratamento físico e desinfecção; Classe A2 – tratamento físico, químico e desinfecção; Classe A3 – tratamento físico, químico de afinação e desinfecção).

ou coletivas, com descargas no solo (poços absorventes) ou, em alguns casos excepcionais, com ligações clandestinas que descarregam diretamente nas linhas de água ou no mar.

Segundo dados do Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais (INSAAR), em 2009¹⁵ o índice de cobertura do concelho da Ribeira Grande era de 39% na drenagem de águas residuais e 39% para o tratamento de águas residuais, sendo muito inferior à meta nacional de 90% definida para o período de 2007-2013, no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR II).

Nos últimos anos, tendo em vista a melhoria das condições do sistema de drenagem e tratamento de água, a Câmara Municipal da Ribeira Grande tem desenvolvido diversas obras de construção da rede de coletores separativos, mas também construção de estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais. Sendo importante referir que o município tem a intenção de estender os sistemas de drenagem e de recolha de águas residuais, de modo a atingir 95% da população.

Atualmente, apenas a cidade de Ribeira Grande, a vila de Rabo de Peixe e a freguesia da Maia possuem redes de drenagem separativas, sendo que nem todas estas infraestruturas de drenagem se encontram ligadas a estações de tratamento. No entanto, “todas as freguesias do concelho da Ribeira possuem projetos de rede de saneamento a executar a médio prazo. À medida que estão a ser feitas algumas intervenções/remodelações e novos arruamentos, estas redes estão a ser executadas de acordo com estes projetos, de modo a que não comprometam a médio prazo estes projetos e futuros tratamentos”¹⁶.

No concelho existe uma estação de tratamento, a ETAR da Maia, sendo os efluentes domésticos encaminhados, em alguns casos, para fossas sépticas coletivas existentes em cada freguesia. Encontra-se em fase de conclusão a ETAR de Rabo de Peixe, que, atualmente, apenas não realiza o tratamento terciário, e está prevista a construção da ETAR da Cidade.

Resíduos sólidos urbanos

Nas últimas décadas observou-se um aumento generalizado de produção de resíduos sólidos urbanos, originando elevado impacto ambiental, por exemplo, ao nível da qualidade do ar, aquíferos, efeito de estufa. Para a criação de uma estratégia sustentável deverão ser avaliados os sistemas de gestão e recolha dos resíduos, mas também, a montante, a produção e prevenção dos resíduos.

¹⁵ Relatório do Estado do Abastecimento de Água e do Tratamento de Águas Residuais - Sistemas Públicos Urbanos - INSAAR 2010 (dados 2009).

¹⁶ Relatório da Fase 1 - Caracterização, Diagnóstico e Modelo Estratégico, da Revisão do PDM de Ribeira Grande (2013).

Numa análise ao volume dos resíduos urbanos recolhidos na Ribeira Grande, entre 2002 e 2012 (Figura 89), observa-se que o concelho tem um comportamento semelhante às realidades nacionais e regionais. Até ao ano de 2008, observou-se um crescimento na produção de resíduos por habitante, atingindo um máximo de 603 kg por habitante (superior ao valor nacional). Entre 2008 e 2012, regista-se um decréscimo no volume de resíduos produzidos por habitante, constatando-se, neste período, uma variação de -22%, superior ao território nacional e à RAA.

Em 2012, a quantidade de resíduos urbanos recolhidos por habitante no concelho da Ribeira Grande era de 471 kg/habitante, sendo superior à média nacional (453 kg/hab.), mas inferior à média da RAA (499 kg/hab.) (Figura 89).

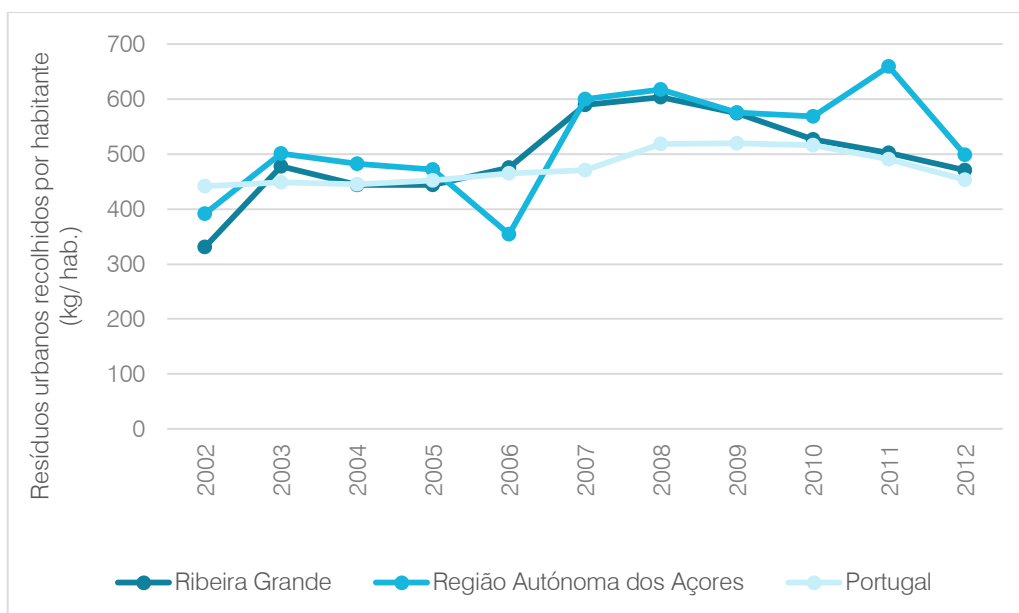


Figura 89. Resíduos urbanos recolhidos por habitante por localização geográfica

Fonte: SPI

Dados: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Atualmente, a recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos é assegurada pela Empresa Intermunicipal de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos da Ilha de São Miguel (EIRSU), realizando a cobertura integral e diária em todo o território (taxa de cobertura de 100%).

Desde 2004, a EIRSU realiza a recolha seletiva de resíduos no concelho de Ribeira Grande, através de cerca de 98 ecopontos localizados nas freguesias do concelho (média concelhia de 300 habitantes por ecoponto) e, desde 2011, de recolha porta-a-porta.

Os dados estatísticos recolhidos no concelho comprovam que a população da Ribeira Grande tem progressivamente aderido à separação dos seus resíduos, tendo os resíduos seletivos ganho importância no total de resíduos recolhidos no concelho (Figura 90).



Figura 90. Resíduos urbanos recolhidos por tipologia de recolha

Fonte: SPI

Dados: INE, Estatísticas dos Resíduos Municipais

Os resíduos sólidos urbanos indiferenciados e seletivos (papel, plástico e vidro) têm como destino um sistema de tratamento de resíduos que inclui uma Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de São Miguel (ETRS) e, futuramente, o ecoparque (em desenvolvimento), que se localizam no concelho de Ponta Delgada.

Para além dos resíduos indiferenciados e dos resíduos que integram o sistema Ponto Verde (papel, plástico e vidro) é realizada a recolha seletiva, por empresas especializadas, de óleos, resíduos hospitalares, sucatas, entre outros:

- Óleos alimentares – são recolhidos pela empresa Equiambi – Equipamentos, Serviços e Gestão Ambientais através de 14 oleões (um em cada freguesia);
- Resíduos hospitalares do tipo I e II (equiparados a resíduos urbanos) – são recolhidos pela CMRG e encaminhados para a ETRS;
- Resíduos do tipo III e IV (resíduos perigosos) – são recolhidos pela AZORMED;
- Pilhas, existe recolha nas escolas, sendo, posteriormente, recolhidas pela CMRG e entregues na ETRS;
- Resíduos de Construção e Demolição (provenientes de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação e demolição e da derrocada de edifícios), encaminhados para aterro de inertes da responsabilidade da empresa Tecnovia Açores, S.A., que se localiza na freguesia de Rabo de Peixe, junto da zona de pedreiras.

2.10. Eficiência e autonomia energética

O Estado Português, em conjunto com a União Europeia, definiu, para o horizonte de 2020, o objetivo geral de redução do consumo de energia primária de 25% e um objetivo específico para a Administração Pública de redução de 30%, sendo por isso importante encontrar medidas de eficiência energética que permitam diminuir o consumo nas duas componentes analisadas que, apesar de verificarem um abrandamento, ainda não demonstram uma tendência recessiva que permita alcançar o objetivo definido.

O fortalecimento e diversificação do sistema de produção energética no arquipélago e na ilha de São Miguel é uma das orientações estabelecidas no PROTA, devendo caminhar-se no sentido progressivo da autossuficiência através de "uma aposta inequívoca na produção descentralizada pelo recurso às diversas formas de energias renováveis, com vocações e potencialidades distintas de ilha para ilha, consolidando os processos em curso nos domínios da eólica, da geotérmica e da hídrica e desenvolvendo os estudos técnicos necessários nos domínios da biomassa, da solar, das ondas ou do hidrogénio."¹⁷ É neste sentido que, de acordo com o PROTA e o projeto Visão Açores 2016, são identificados os seguintes objetivos para a RAA:

- Reduzir os níveis de vulnerabilidade da oferta de fontes tradicionais de energia;
- Aumentar os níveis de autossuficiência energética, maximizando as condições de produção de energias renováveis descentralizadas (nomeadamente a partir de fontes hídricas, eólicas e geotérmicas) e consagrando soluções compatíveis de ordenamento territorial e paisagístico;
- Valorizar as condições endógenas de produção de energia solar fotovoltaica mediante a introdução de incentivos fiscais favoráveis à sua aplicação em redes locais e isoladas e à generalização da microgeração, designadamente no quadro da atividade turística;
- Promover a utilização generalizada no arquipélago de veículos automóveis elétricos e híbridos, valorizando a incorporação de energias renováveis na circulação automóvel;
- Potenciar a RAA como região de excelência, no contexto da União Europeia, relativamente à redução da emissão de gases com efeito de estufa.

Na RAA, as centrais térmicas (fuel ou gasóleo) correspondem às principais unidades produtoras de energia, representando, em 2013, cerca de 55,3% do total de energia produzida. No entanto,

¹⁷ PROTA - Modelo Territorial e Normas Orientadoras, 2008

importa destacar o caso específico da ilha de São Miguel, onde, nos últimos anos, as energias renováveis têm vindo a ganhar importância na produção de energia. Desde 2011, que, em alguns meses do ano, a emissão de energia elétrica com origem geotérmica ultrapassa a emissão termoelétrica a fuelóleo. No ano de 2013, as energias renováveis (geotérmica, hídrica, eólica, mini/microgeração, eólicas e outras) constituíram-se como as principais origens da energia consumida (Figura 91).

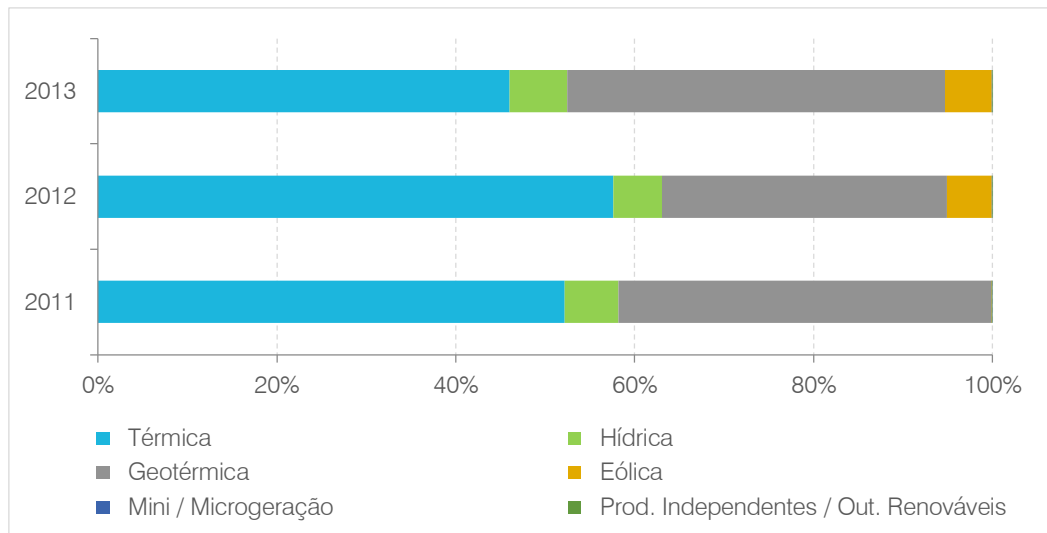


Figura 91. Repartição por origem da energia produzida anualmente na ilha de São Miguel, 2011, 2012 e 2013

Fonte: SPI

Dados: EDA, S.A., Procura e Oferta de Energia Elétrica, 2011, 2012 e 2013

Ao analisar os dados referentes aos valores mensais de energia produzida por origem, desde janeiro de 2013, destaca-se que apenas em dois períodos a produção térmica ultrapassou as formas de energia renováveis, precisamente no mês de agosto de 2013 e de 2014 (Figura 92).

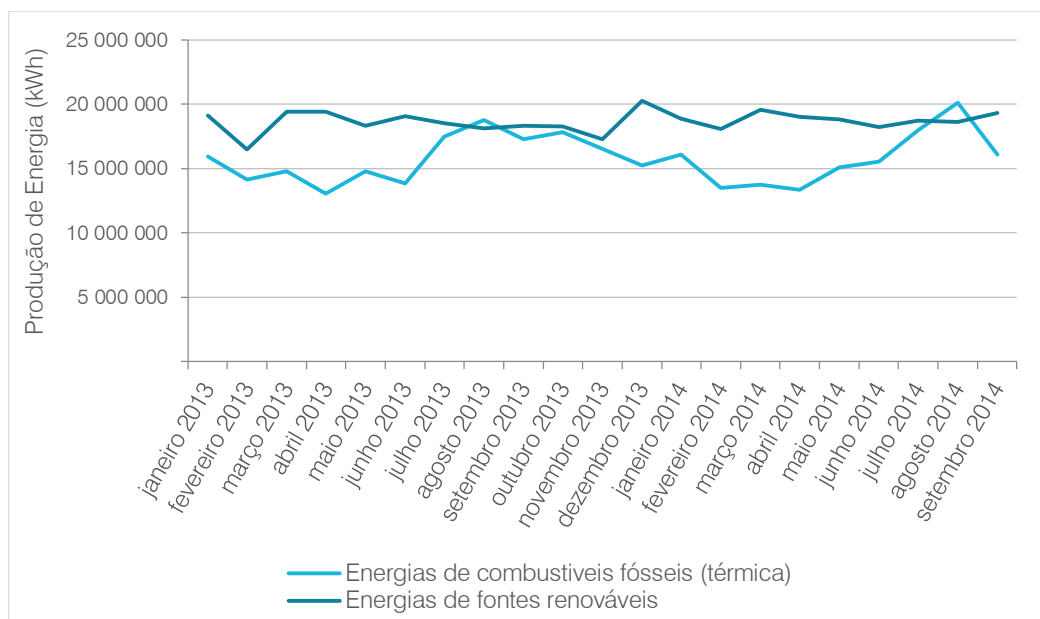


Figura 92. Repartição por origem da energia produzida anualmente na ilha de São Miguel, 2013 e 2014

Fonte: SPI

Dados: EDA, S.A., Procura e Oferta de Energia Elétrica, 2013 e 2014

As principais unidades produtoras de energia da ilha de São Miguel que abastecem a rede elétrica do concelho da Ribeira Grande são a Central Térmica do Caldeirão, a Central da Ribeira Grande e a Central do Pico Vermelho, que são complementadas por energia hidroelétrica produzida pela Central Hídrica do Salto do Cabrito e por energia eólica, destacando-se o Parque Eólico dos Graminhais.

As características geológicas dos Açores permitem a utilização do vapor produzido no interior da crosta terrestre, e captado a uma profundidade próxima dos 600 m, para a geração de eletricidade, constituindo-se como uma importante fonte renovável e, consequentemente, uma importante mais-valia deste território. É neste sentido que se encontram instaladas, em São Miguel, duas centrais geotérmicas, da Ribeira Grande e do Pico Vermelho, que se localizam no concelho de Ribeira Grande e são exploradas pela SOGEO - Sociedade Geotérmica dos Açores, S.A.. Encontra-se prevista a expansão Central Geotérmica do Pico Vermelho, ou, em alternativa, a construção de uma nova central geotérmica das Caldeiras de Ribeira Grande, tendo em vista elevar a disponibilidade de energia geotérmica na ilha.

O Parque Eólico dos Graminhais foi inaugurado no último trimestre de 2010 e localiza-se no concelho do Nordeste. Este parque corresponde ao maior Parque Eólico da RAA (10 aerogeradores de 900 kW), sendo atualmente responsável por 5% da produção elétrica da ilha de São Miguel.

A Central Hídrica do Salto do Cabrito localiza-se no concelho de Ponta Delgada e foi construída em 2006, aproveitando parte das infraestruturas da Central Hídrica da Fajã do Redondo, representando também cerca de 5% da produção elétrica da ilha de São Miguel.

O setor das energias renováveis permite implementar soluções de pequena e micro escala, sendo neste sentido que surge o projeto da rede de fornecimento de calor geotérmico da Ribeira Grande, que está em estudo pela EDA Renováveis. Este projeto tem como principal objetivo fornecer calor térmico ao Quartel dos BVRG e ao parque de Estufas do INOVA, encarando, ainda, a possibilidade de incluir uma área residencial (área-piloto), através da utilização direta do recurso geotérmico disponível à saída da Central Geotérmica do Pico Vermelho. Este projeto constitui-se como uma alternativa à solução de caldeiras a gás atualmente existentes no Quartel, visando reduzir a 'fatura' energética e potenciará a exploração das piscinas municipais. A rede de fornecimento de calor geotérmico da Ribeira Grande tem como estimativa de investimento cerca de 1,8 milhões de euros, sendo que 100 mil euros correspondem a uma rede de rega que abastecerá as propriedades agrícolas, também associada ao projeto.

2.11. Ocupação urbana

Em traços gerais, o povoamento da Ilha de São Miguel e, por consequência, do concelho da Ribeira Grande, segue uma estrutura de povoamento típica nas ilhas do arquipélago, muito ligada à sua génese vulcânica, que resulta num relevo movimentado caracterizado por zonas muito declivosas junto aos cones vulcânicos que se estendem através de pendentes (lombas), mais ou menos suaves, até à costa (Figura 93). Esta orografia e a dependência do mar, uma importante fonte de recursos para a subsistência das comunidades e um importante meio de comunicação constituíram os dois principais fatores de estruturação do povoamento nas ilhas açorianas e de disposição das atividades produtivas.

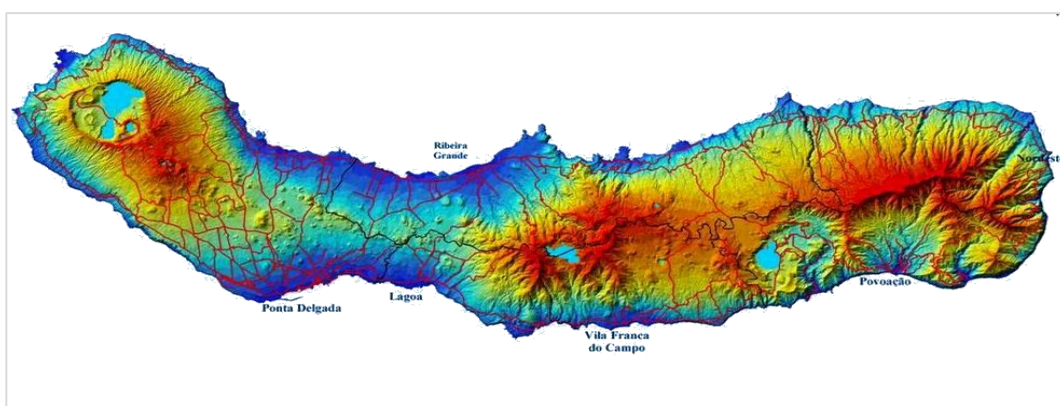


Figura 93. Relevo da Ilha de São Miguel

Fonte: CAOP – IGP

Estes fatores conduziram a um processo histórico de colonização das zonas costeiras, que facultavam portos de abrigo, onde se instalaram os primeiros assentamentos urbanos. Com a evolução da ocupação urbana litoral, normalmente vertebrada por uma via de circunvalação, forma-se um sistema urbano polarizado por um aglomerado principal (e.g. Ponta Delgada) em torno do qual gravita um conjunto de centros urbanos complementares e estruturantes (e.g. Ribeira Grande e Lagoa) e um conjunto de pequenos núcleos urbanos em meio rural (e.g. Lomba da Maia), mais ligados às atividades mais tradicionais.

A ocupação e as atividades humanas normalmente estendem-se por plataformas até altitudes não superiores a 350 metros. É nesta faixa que ocorrem os povoamentos lineares que acompanham as vias (estradas e caminhos) de atravessamento (e.g. Conceição, Fenais da Ajuda) e onde se localizam os solos mais produtivos e as pastagens onde se instalam as explorações agrícolas e agropecuárias. A partir daqui as condições são mais agrestes, com um relevo mais acidentado e condições climáticas que condicionam a agricultura, dominando os matos e a floresta de proteção e, já pontualmente, as pastagens que vão substituindo a vegetação autóctone. A figura seguinte, que corresponde a uma adaptação dos modelos de povoamento constantes do PROTA, elucida esquematicamente esta realidade insular, aplicável à Ilha de São Miguel e ao concelho da Ribeira Grande (Figura 94).

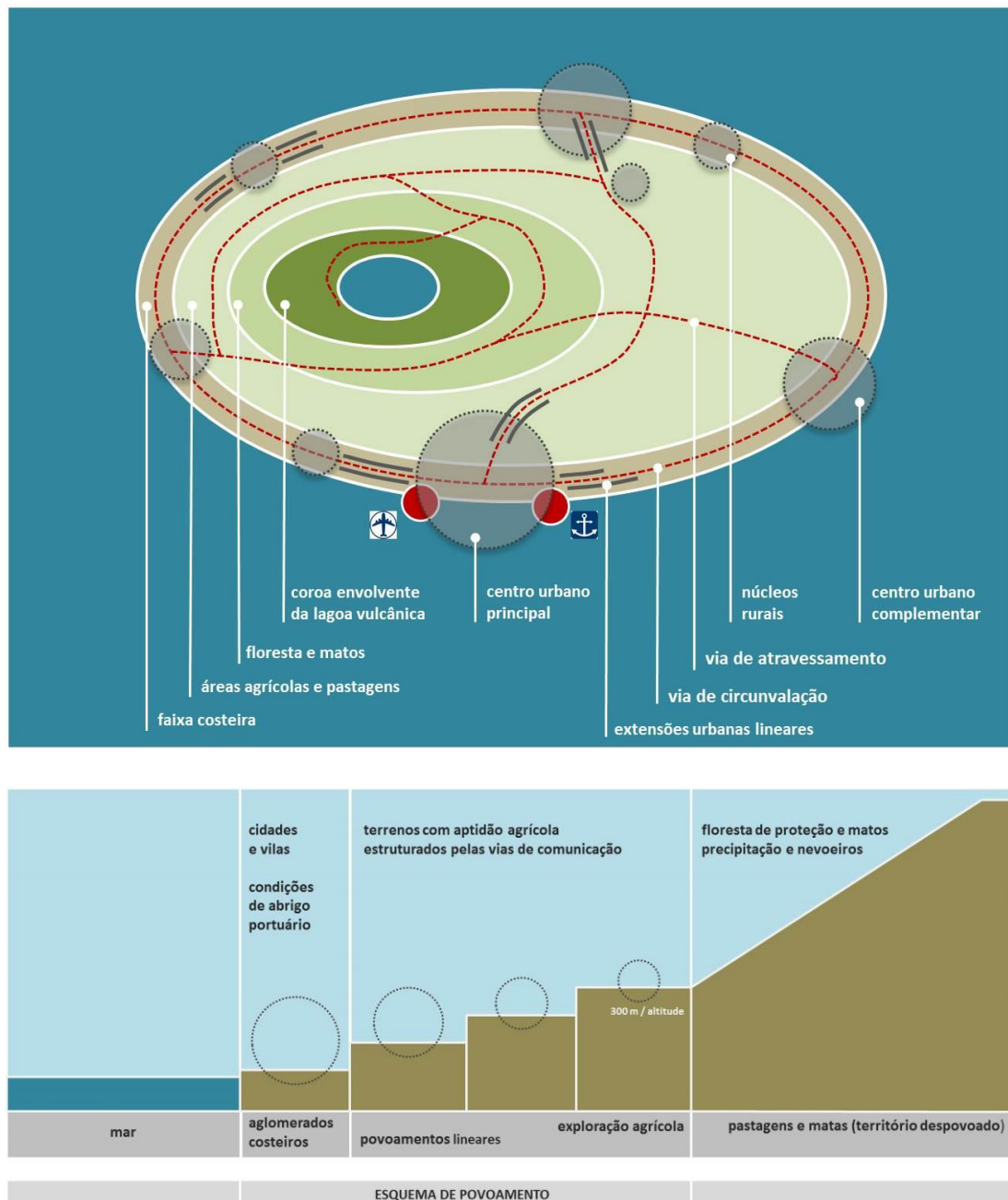


Figura 94. Esquema de povoamento das ilhas (modelo de proto-ilha)

Fonte: SPI

Dados: adaptado do PROTA – Sistema urbano-rural, Governo Regional, 2010

A Carta de Ocupação do Solo (Figura 95), de 2007, demonstra espacialmente o fenómeno de concentração urbana (manchas a vermelho) junto ao litoral, sendo na zona topograficamente mais favorável à ocupação, entre os maciços montanhosos das Sete Cidades e do Fogo, que se localizam as cidades da Ribeira Grande, Ponta Delgada e Lagoa e a vila de Rabo de Peixe. É curioso verificar a tendência, também aqui, para o desenvolvimento das ocupações urbanas lineares que acompanham as vias de atravessamento que ligam os principais polos urbanos e

industriais. Já nos extremos nascente e poente da ilha a ocupação urbana é muito mais concentrada face aos condicionamentos do relevo.

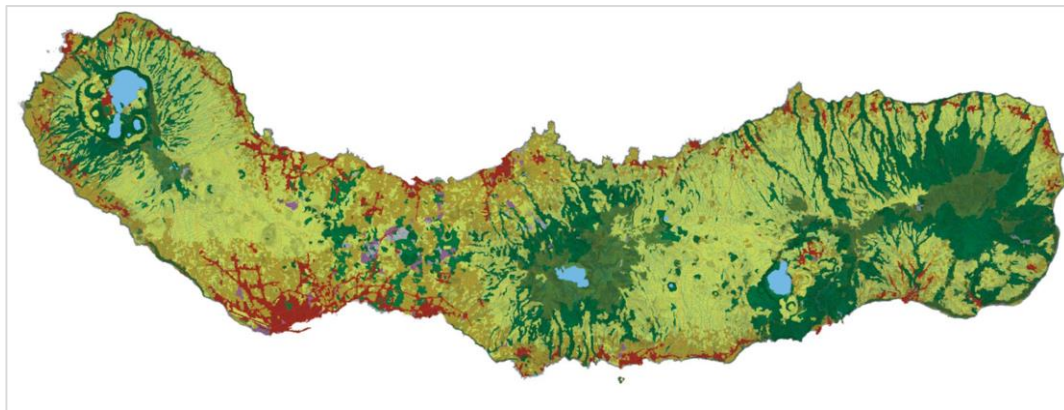


Figura 95. Carta de Ocupação do Solo (COS) da Ilha de São Miguel.

Fonte: Governo Regional – SRAM, 2007

Em síntese, o modelo de povoamento da ilha de São Miguel assenta em padrões de ocupação e de urbanização diversificados, com densidades de ocupação também distintas consoante a topografia é mais ou menos favorável à expansão urbana. Enquanto os concelhos da Povoação e Nordeste apresentam áreas urbanas mais limitadas e com maiores densidades, em resultando das condicionantes físicas, já os concelhos de Ponta Delgada, Ribeira Grande, Lagoa e Vila Franca do Campo (principalmente os três primeiros) apresentam áreas urbanas consolidadas e de expansão mais significativas, por vezes de baixa densidade, a que se associam também áreas industriais e logísticas também relevantes. Um traço comum a todos os concelhos são os pequenos aglomerados disseminados e que tendem a assumir configurações lineares estruturadas pelas vias de comunicação.

O esquema do sistema urbano do PROTA retrata espacialmente esta 'arquitetura' do sistema urbano da Ilha, evidenciando os concelhos com tendência de crescimento demográfico (Ponta Delgada, Ribeira Grande e Lagoa) – o triângulo urbano já citado anteriormente –, onde as dinâmicas urbanas, económicas e sociais são naturalmente mais intensas (e, na mesma proporção, mais exigentes ao nível das medidas que enquadrem e qualifiquem o desenvolvimento), bem como os concelhos estáveis (Vila Franca do Campo e Nordeste) e em perda demográfica (Povoação). No caso da Ribeira Grande, é apontada a necessidade de uma maior contenção territorial e contenção dos processos de urbanização linear (Figura 96).

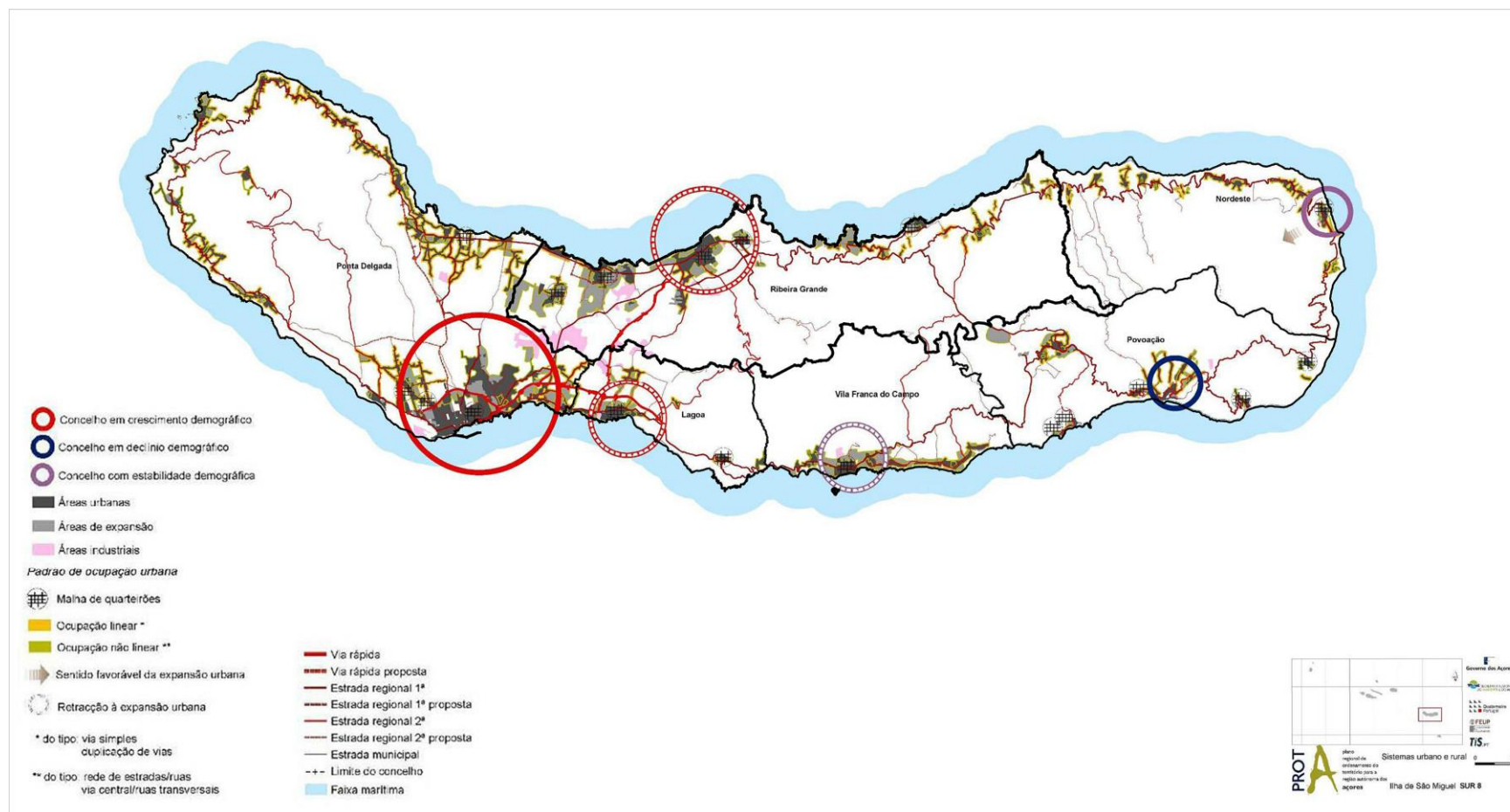


Figura 96. Sistema urbano da Ilha de São Miguel.

Fonte: PROTA, Governo do Açores, 2010

Tal como na ilha, o relevo da Ribeira Grande, muito marcado pela geomorfologia vulcânica do Pico da Barrosa e pela orografia central da ilha que se estende até à linha costeira, a par com a disponibilidade de recursos (mar e solos), foram os principais fatores que determinaram a matriz de povoamento do concelho. Mesmo com o decurso do tempo e com a introdução de outras lógicas de ocupação do território, essa matriz histórica ainda hoje é evidente. Os primeiros habitantes a ocupar o concelho terão chegado no último quartel do séc. XV, instalando-se supostamente a nascente da ribeira que mais tarde viria a dar o nome à vila, hoje cidade da Ribeira Grande¹⁸.

O concelho da Ribeira Grande apresenta um povoamento polinucleado de baixa densidade que, tal como a cidade, ocupou as zonas relativamente planas do território, ao longo da costa. A ocupação urbana é fortemente assimétrica, concentrando-se sobretudo na cidade da Ribeira Grande (cujo perímetro urbano forma um contínuo que abrange cinco freguesias – Matriz, Conceição, Ribeira Seca, Ribeirinha e Santa Bárbara) e nas freguesias de Rabo de Peixe e Pico da Pedra.

A cidade da Ribeira Grande (12.967 hab.) configura-se como o principal centro urbano, tendo a vila de Rabo de Peixe (8.866 hab.) e Pico da Pedra (2.909 hab.) como centros urbanos complementares, embora com funções muito distintas. Enquanto a vila de Rabo de Peixe é um aglomerado forte economicamente em resultado da sua ligação à atividade piscatória e agrícola e à indústria transformadora, o aglomerado do Pico da Pedra constitui-se como um polo residencial que tem vindo a desenvolver-se em resultado da sua proximidade a Ponta Delgada, das boas acessibilidades e dos preços competitivos da habitação, o que permitiu atrair muitos residentes oriundos da capital.



Figura 97. Imagens da cidade da Ribeira Grande e da vila de Rabo de Peixe.

Fonte: olhares.uol.com.br e 9ilhasatlanticas.blogspot.pt

¹⁸ A Ribeira Grande foi constituída pelo Foral de D. Manuel, de 4 de Agosto de 1507 e elevada a cidade através do Decreto Regional n.º 9/81/A, de 29 de junho.

Estes três aglomerados, localizados nas zonas ‘poente e centro-cidade’, que apresentam uma forte dinâmica de crescimento demográfico, configuram o principal eixo urbano do concelho, muito influenciado pela forte relação económica, social e demográfica gerada com Ponta Delgada e Lagoa.

Estas forças de articulação interconcelhias são visíveis no próprio desenvolvimento da mancha urbana e das áreas industriais, que tendem a estender-se cada vez mais para o interior, contrariando a matriz tradicional de povoamento. As Calhetas (988 hab.) constituem um aglomerado secundário que se articula com este eixo urbano. No seu conjunto, estes aglomerados formam o principal subsistema urbano concelhio, com densidades e formas de ocupação diversificadas. No centro tradicional da cidade da Ribeira Grande e nas vilas de Rabo de Peixe e Pico da Pedra a ocupação urbana é mais compacta e estrutura-se em malha urbana de quarteirões. Os núcleos urbanos mais compactos (tradicionalmente as sedes de freguesia) tendem a ligar-se por eixos urbanos lineares, paralelos e perpendiculares à linha de costa, mais ou menos periféricos.



Figura 98. Imagens de Calhetas e Pico da Pedra.

Fonte: SPI

Na ‘zona nascente’ a realidade é oposta. Como já sublinhado, trata-se de um território marcadamente rural e de reduzida densidade urbana e populacional, embora os aglomerados de Porto Formoso e da Maia apresentem traços de alguma urbanidade, este último assentando a ocupação numa malha urbana estruturada em quarteirão. Mesmo nesta zona temos realidades distintas. Enquanto Porto Formoso (1265 hab.), Maia (1900 hab.) e São Brás (650 hab.) apresentam uma estabilidade demográfica, as freguesias e aglomerados de Lomba da Maia (1152 hab.), Fenais da Ajuda (1131 hab.) e Lomba de São Pedro (284 hab.) apresentam uma tendência de regressão demográfica.

Trata-se, portanto, de uma linha de pequenos aglomerados urbano-rurais que formam, no seu conjunto, um subsistema urbano frágil e com dinâmicas distintas. Enquanto Porto Formoso, Maia e São Brás tendem a aproveitar as dinâmicas da sua proximidade ao principal eixo urbano do concelho, reforçada pela SCUT, os aglomerados de Lomba da Maia, Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro, hoje com reduzida expressão urbana, tendem a regredir no que concerne às dinâmicas urbanas e demográficas.



Figura 99. Imagens da Maia e de Porto Formoso.

Fonte: açores.net e custojusto.pt

Os dados da dinâmica urbanística que constam dos Estudos de Revisão do PDM demonstram esta dicotomia urbano-rural e as lógicas urbanas antes descritas. Os dados espelhados no número de processos de loteamento e de licenças de edificação indicam, nos últimos anos, uma concentração muito significativa de processos para Rabo de Peixe, Pico da Pedra e Conceição, segundo estes dados, o território com maior dinâmica urbanística. No campo oposto estão as freguesias rurais de Lomba de São Pedro, Fenais da Ajuda, São Brás e Lomba da Maia, com um número muito reduzido de processos (Figura 100).

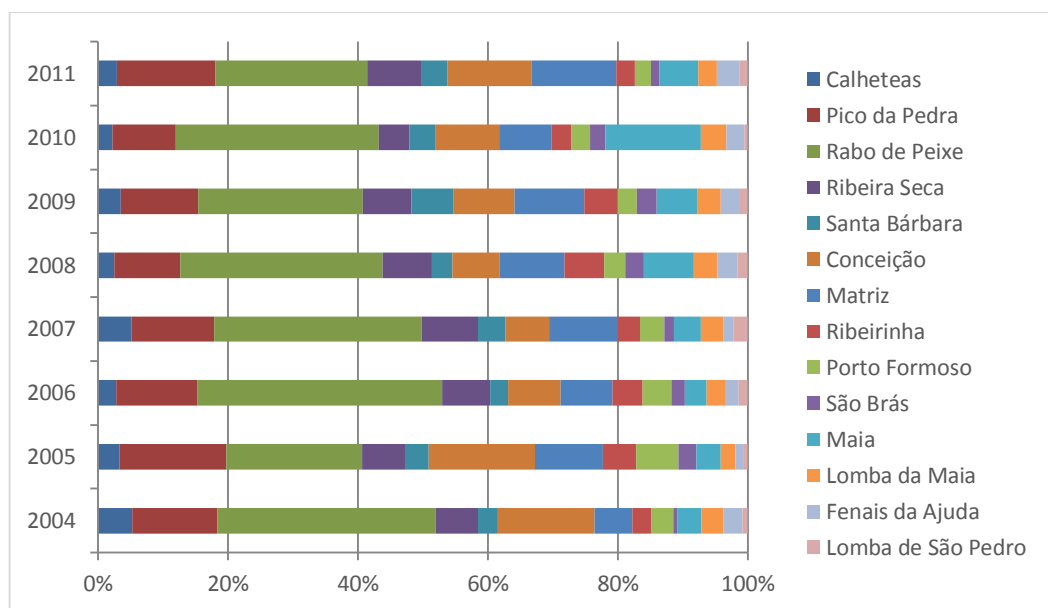


Figura 100. Percentagem de processos urbanísticos por freguesia, com o acumulado em cada ano.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Em síntese, considerando a realidade antes descrita da ocupação urbana e dinâmica urbanística do concelho da Ribeira Grande, é possível apontar dois subsistemas urbanos, com características e dinâmicas muito distintas:

- o 'eixo urbano-rural nascente;
- o 'eixo urbano centro-poente.

O primeiro, constitui um território vincadamente rural e de baixa densidade urbana, que integra cerca de 20% da população concelhia, com uma tendência demográfica regressiva. O segundo, que agrupa a cidade da Ribeira Grande, os dois centros urbanos complementares (Rabo de Peixe e Pico da Pedra) e a Calheta, constitui um território marcadamente urbano, com fortes relações económicas, sociais e demográficas com os concelhos de Ponta Delgada e Lagoa, que concentra cerca de 80% da população ribeira-grandense e a maior parte das funções urbanas e industriais, e que apresenta uma dinâmica demográfica muito positiva, que reflete o seu poder de polarização e de atração de pessoas e atividades (Tabela 20).

Tabela 20. Parâmetros de caracterização da ocupação urbana do concelho da Ribeira Grande

Fonte: SPI

Dados: INE, Censos 2011; CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Subsistema urbano	Zonas	Freguesias	Área 2011 (Km²)	Solo Urbano %	Pop. Res. 2001 (hab.)	Pop. Res. 2011 (hab.)		Densidade populacional (hab./Km²)
Eixo urbano-rural nascente	Nascente	Porto Formoso	12,8	1,3	1.267	1.265	↻	98,8
		S. Brás	8,1	1,4	635	650	↻	80,2
		Maia	22,0	1,5	1.901	1.900	↻	86,4
		Lomba da Maia	20,5	1,3	1.174	1.152	↻	56,2
		Fenais da Ajuda	13,4	1,5	1.269	1.131	↻	84,4
		Lomba S. Pedro	8,3	0,9	309	284	↻	34,2
Eixo urbano centro-poente	Centro-Cidade	Ribeirinha	18,0	1,8	2.124	2.349	↻	130,5
		Matriz	10,8	4,5	3.552	3.968	↻	367,4
		Conceição	12,7	3,5	1.797	2.425	↻	190,9
		Ribeira Seca	12,6	3,5	2.550	2.950	↻	234,1
		Sta. Bárbara	12,8	1,8	1.271	1.275	↻	96,6
	Poente	Rabo de Peixe	17,0	6,1	7.407	8.866	↻	521,5
		Pico da Pedra	6,6	12,2	2.426	2.909	↻	440,8
		Calhetas	4,7	3,6	780	988	↻	210,2

Nota: na determinação da percentagem de solo urbano considerou-se o levantamento do solo urbano (consolidado, preenchimento e disperso) por aglomerado, constante dos Estudos de Caracterização e Diagnóstico da Revisão do PDM, de 2010.

A figura seguinte sintetiza o sistema e a ocupação urbana no concelho. Tendo por base o modelo do sistema urbano do PROTA e a identificação dos usos de solo urbano e industrial, identificam-se, esquematicamente, os aglomerados urbanos e a sua dimensão e dinâmica demográfica, os dois subsistemas urbanos antes citados e as conexões territoriais e urbanas estruturantes (Figura 101).

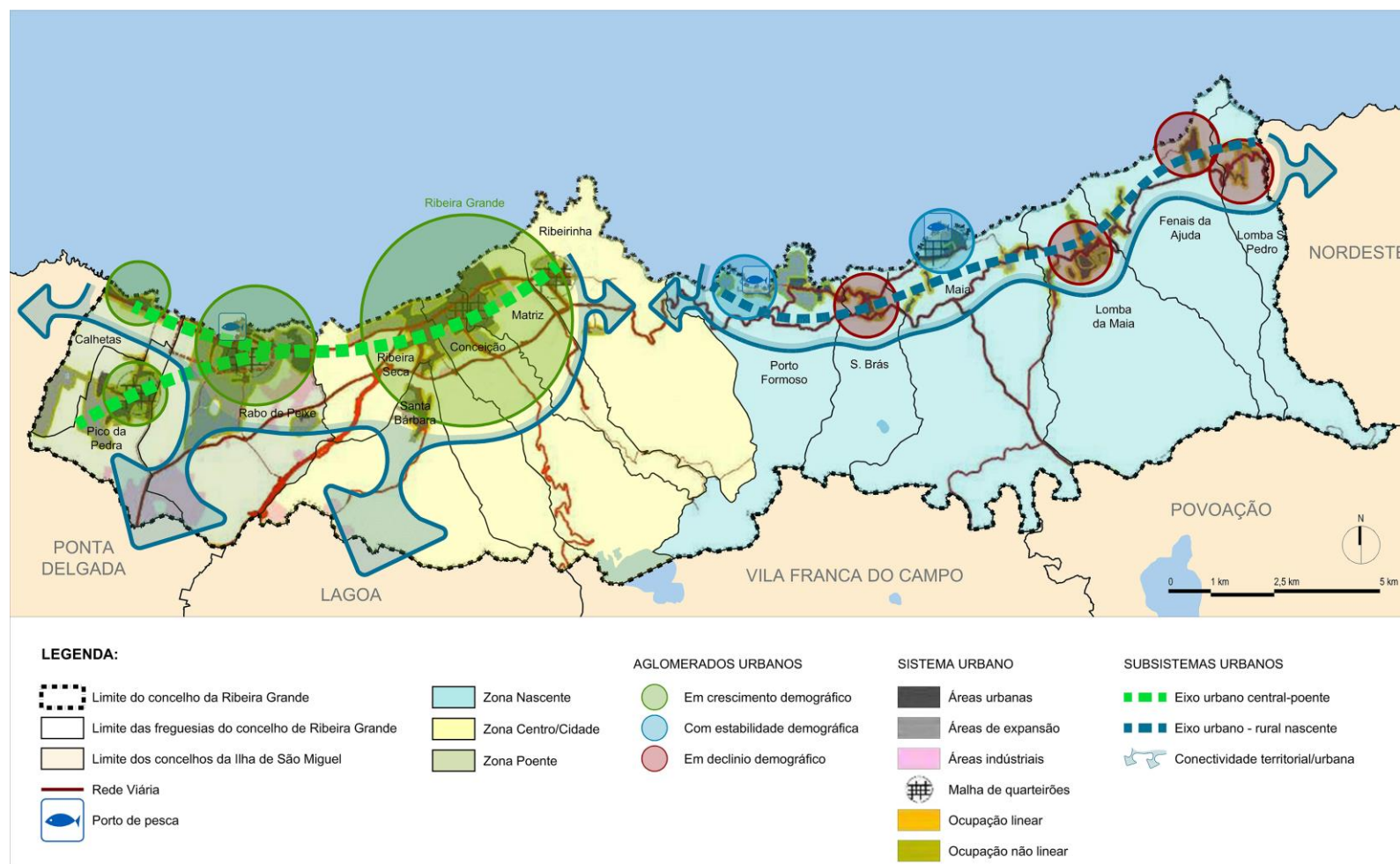


Figura 101. Sistema e ocupação urbana do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: PROTA – sistema urbano da Ilha de São Miguel, Governo do Açores, 2010; CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

O aparente equilíbrio do povoamento insular, anteriormente retratado no modelo de proto-ilha, esconde porém tensões e conflitos resultantes da forte pressão urbana¹⁹ e humana sobre os recursos e as estruturas naturais, situação que compromete o equilíbrio frágil dos sistemas naturais e produtivos da ilha. Estas tensões e conflitos estão patentes no concelho da Ribeira Grande, nomeadamente no interface urbano-litoral e no interface urbano-rural, quer através dos usos e ocupações que desqualificam a frente litoral e que, em alguns casos, ocupam zonas de elevado risco (Figura 102), quer ao nível da fragmentação da ocupação urbana e industrial, quer ainda ao nível do povoamento linearizado. Estes fenómenos desqualificam a paisagem do concelho, um dos seus principais valores distintivos, e comprometem o equilíbrio ecológico de áreas que são também um fator distintivo e uma fonte de riqueza.



Figura 102. Ocupação do litoral – focos de desqualificação e risco.

Fonte: SPI

Na cidade da Ribeira Grande e na vila de Rabo de Peixe, pela sua dimensão, é onde estes fenómenos se fazem mais notar, quer na macro escala, em que as expansões urbanas se aproximam das áreas industriais, agrícolas e agropecuárias, gerando conflitos de uso, quer na micro escala, em situações pontuais onde a habitação, o comércio e serviços coabitam de uma forma pouco pacífica com alguma indústria e armazenagem. Também é aqui e em Pico da Pedra que se notam mais os efeitos da fragmentação e do desordenamento urbano.

Segundo os Estudos de Revisão do PDM (2013), apenas 19% dos espaços qualificados no PDM, em 2009, se encontravam efetivamente ocupados e que, do espaço urbano qualificado no PDM, cerca de 37% ainda estaria por colmatar. Esta análise evidencia dois aspetos: por um lado, um sobredimensionamento dos espaços urbanizáveis que, quando não acompanhado por uma efetiva programação da transformação do solo urbano, gera fenómenos de fragmentação urbana; por outro, a existência de uma margem ainda significativa para

¹⁹ O PROTA, na sua análise ao sistema urbano, menciona a Ribeira Grande como um dos casos onde a oferta de solo urbano é superior à procura, situação que, para além de favorecer os fenómenos de fragmentação urbana, torna mais apelativo a opção por novas expansões urbanas em detrimento da reabilitação urbana. Naturalmente que a crise económica, que afetou profundamente o setor da construção, veio mudar o paradigma, sendo hoje a reabilitação urbana um domínio claramente valorizado.

colmatagem dos espaços urbanos consolidados, que constitui uma oportunidade para a requalificação urbana.

De acordo com os dados dos Estudos de Revisão do PDM, é possível verificar que a indústria está um pouco disseminada por todo o concelho, embora se concentre maioritariamente nas zonas 'centro-cidade e poente). Na 'zona nascente' a sua presença é muito pontual, apenas pequena indústria e armazéns na Maia e indústria extrativa, existente e proposta, na Lomba da Maia e Lomba de S. Pedro (Tabela 21).

Tabela 21. Distribuição da indústria pelas freguesias do concelho

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

PDM			Freguesias														
Classes de Espaço	Categorias	Calhetas	Pico da Pedra	Rabo de Peixe	Ribeira Seca	Santa Bárbara	Conceição	Matriz	Ribeirinha	Porto formoso	São Brás	Maia	Lomba da Maia	Fenais da Ajuda	Lomba S. Pedro		
Espaços Industriais	Indústria existente																
	Indústria proposta																
	Pequena indústria e armazéns																
	Exploração de massas minerais - existente																
	Exploração de massas minerais - proposta																
	Indústria - Pedreiras																

É nas freguesias de Rabo de Peixe (55%), Pico da Pedra (15%), Santa Barbara (10%) e Matriz (9%) que a superfície industrial maioritariamente se concentra, integrada em zonas industriais e, em alguns casos, nos aglomerados urbanos, onde se verificam os problemas de incompatibilidade de uso já mencionados²⁰ (Figura 103).

²⁰ Segundo os Estudos da Revisão do PDM, cerca de 23 ha de área ocupada por indústria localizam-se em espaço urbano, o que significa que 2,6% do espaço urbano estão preenchidos com usos potencialmente incompatíveis.

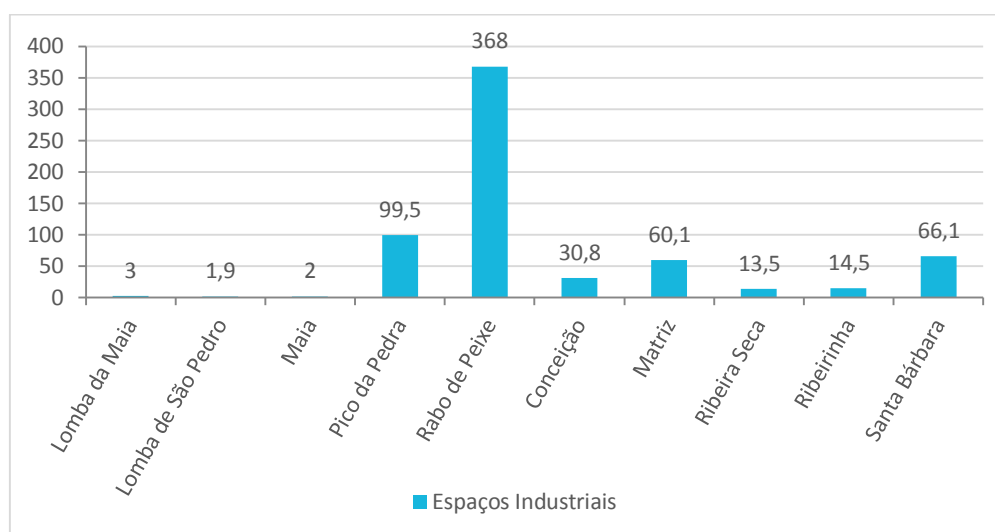


Figura 103. Valores absolutos (ha), valores totais da classe "espaços industriais".

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

A oferta de solo urbanizável para fins industriais (indústria proposta) também é mais significativa nas freguesias que já apresentam um tecido industrial significativo, como Rabo de Peixe e Pico da Pedra (Figura 104). Segundo os Estudos de Revisão do PDM, ainda existe uma percentagem significativa de área industrial delimitada no atual PDM por ocupar.

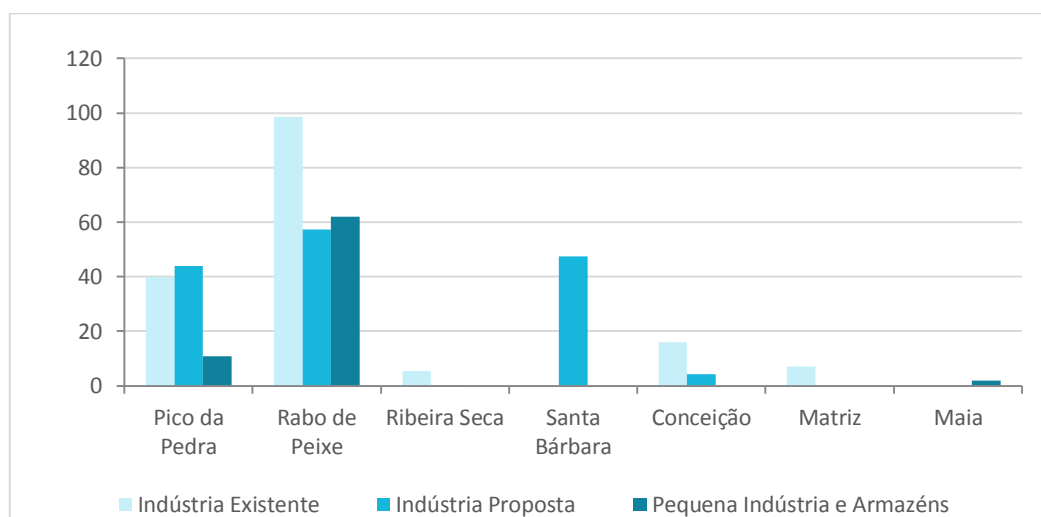


Figura 104. Valores absolutos (ha), valores das categorias "indústria existente", "indústria proposta" e "pequena indústria e armazéns".

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Ao nível da ocupação urbana, é importante também equacionar as áreas exclusivamente destinadas ao uso turístico. A área turística existente do campo de golfe da Batalha, localizada na freguesia das Calhetas, estava, em 2009, totalmente ocupada. Quanto às outras áreas

turísticas delimitadas no atual PDM, os Estudos de Revisão identificam e avaliam a sua ocupação, caracterizando 8 áreas específicas, na sua maioria desocupadas (Tabela 22).

Tabela 22. Áreas turísticas do concelho da Ribeira Grande

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Caracterização da revisão do PDM, 2010

Áreas turísticas	Freguesia	Área (ha)	Ocupado (ha)
AT1 - Área Turística do Morro de Baixo	Ribeira Seca	353.749,97	1,24
AT2 - Área Turística da Fábrica do Chá da Barrosa	Ribeira Seca	42.418,41	1,29
AT3 - Área Turística da Lagoa do Fogo	Conceição	56.067,97	0,00
AT4 - Área Turística da Ladeira da Velha	Porto Formoso	94.381,58	0,00
AT5 - Área Turística do Porto Formoso - Castelo	Porto Formoso	19.144,67	0,66
AT7 - Área Turística do Pico Vermelho	Conceição / Ribeira Seca	202.580,02	0,00
CG_AT8 - Campo de Golfe do Porto Formoso	Porto Formoso	649.597,20	0,31
CG_AT9 - Campo de Golfe da Lagoa do Fogo	Conceição / Ribeira Seca	584.685,78	0,00

A realidade da ocupação urbana descrita, retratada no PROTA e nos Estudos da Revisão do PDM, aponta para a contenção dos perímetros urbanos, para a consolidação urbana da cidade e para uma maior nucleação nos aglomerados urbanos em meio rural, o que conduz a medidas restritivas ao nível da expansão urbana em mancha e linear. É igualmente salientada a importância do reforço das centralidades urbanas – a requalificação dos centros cívicos dos aglomerados pode constituir um forte impulso no processo de requalificação urbana no concelho. Também as frentes de mar dos aglomerados são territórios prioritários de intervenção. A dimensão de intervenção no espaço público assume, nestes dois casos, uma redobrada importância.

Trata-se de uma mudança de paradigma, de substituição de um modelo assente na expansão urbana e na construção nova por um modelo que privilegia a reabilitação e requalificação urbana e ambiental. A crise económica teve um impacto muito significativo na dinâmica urbanística. Os dados dos Estudos da Revisão do PDM evidenciam esta realidade. Se até 2007 a dinâmica construtiva apresentou um crescimento significativo, desde então tem vindo a decrescer, apenas com um ano atípico de premeio (2010), onde subiu ligeiramente, voltando a descer em 2011 para níveis significativamente abaixo dos verificados em 2004 (Figura 105).

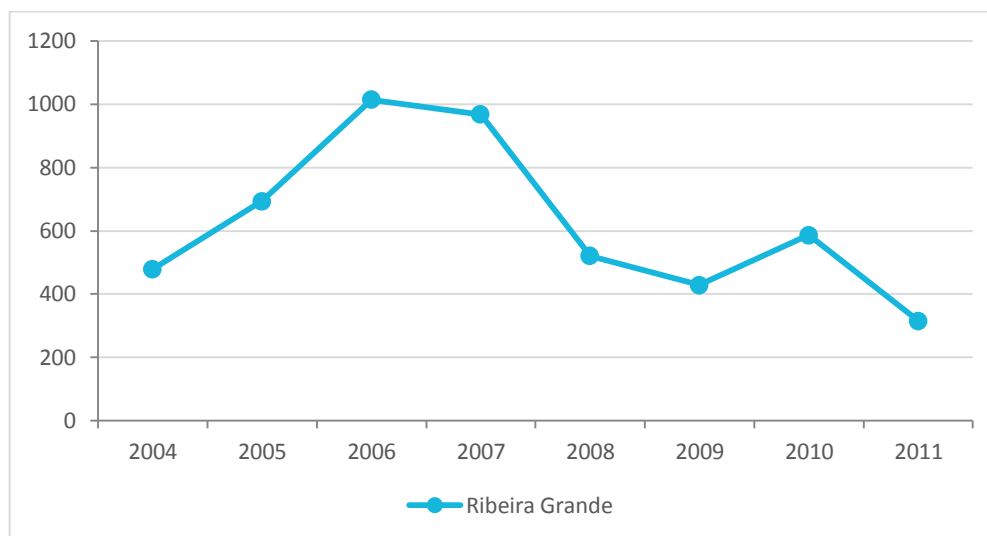


Figura 105. Valores absolutos do número de processos urbanísticos por ano.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Os Estudos de Revisão do PDM contemplam uma abordagem dos perímetros urbanos dos aglomerados do concelho, procurando dar resposta à realidade antes descrita e às orientações de contenção urbana do PROTA. Para o efeito, é apresentada uma primeira proposta de revisão, caso a caso, que espelha uma tentativa de redução, em alguns casos significativa, das áreas de expansão urbana face ao PDM atualmente em vigor. Seguidamente apresenta-se uma síntese dessa abordagem, tendo por fonte a informação constante dos referidos Estudos.

Aglomerado urbano de Calhetas

Situado na 'zona poente', na freguesia de Calhetas, o aglomerado urbano com o mesmo nome desenvolve-se ao longo da linha de costa e da via regional existente. A proposta de revisão contempla uma retração da larga faixa de expansão para sul da via existente, prevista no atual PDM, considerando que o aglomerado ainda dispõe de vários espaços intersticiais com capacidade de colmatção (Figura 106).

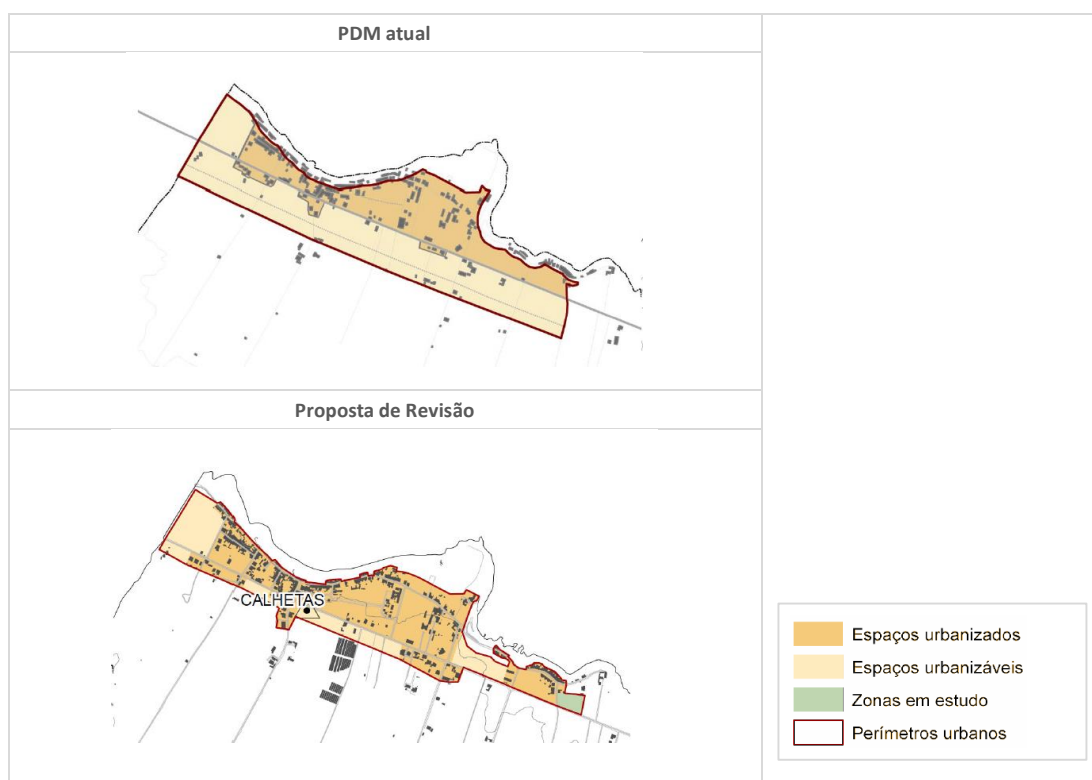


Figura 106. Perímetro urbano do aglomerado das Calhetas

Fonte: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Aglomerado urbano de Pico da Pedra

Situado na 'zona poente', o aglomerado urbano de Pico da Pedra, localizado na freguesia com o mesmo nome, é constituído por dois eixos estruturantes principais, de orientação norte-sul e nascente-poente, junto dos quais se localizam as ocupações mais densas e lineares. A zona a sul apresenta uma estrutura e ocupação mais irregulares ao longo de vias e caminhos existentes. Inicialmente estavam previstas várias expansões, com destaque principal para a extensa área situada a sul/poente do aglomerado e para o desenvolvimento linear ao longo da via no sentido poente, assim como diversos espaços intermédios com dimensão significativa que procuram consolidar o perímetro de forma menos linear. Na situação atual, o aglomerado já sofreu um crescimento significativo para sul, onde o PDM previa a maior área de expansão, que na proposta de revisão passa a constituir solo urbanizado. Também se propõe a contenção do perímetro, reduzindo a quantidade e a dimensão dos espaços de expansão e eliminando o desenvolvimento linear a poente. Propõem-se também duas possíveis zonas de expansão (sítio de Figueira do Mato e entre Cancela e Magnólia) (Figura 107).



Figura 107. Perímetro urbano do aglomerado de Pico da Pedra

Fonte: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Aglomerado urbano de Rabo de Peixe

Situado na 'zona poente', a vila de Rabo de Peixe situa-se na freguesia com o mesmo nome. O aglomerado desenvolve-se acompanhando a linha de costa e estende-se para sul e para nascente ao longo dos eixos viários, de uma forma mais dispersa. A variante de Rabo de Peixe proporcionou a criação de novas áreas de expansão, consideradas no PDM em vigor, que também contempla uma área de grande dimensão a poente e outras expansões mais pequenas junto da costa a nascente e outros a sul, em aglomerados mais pequenos, praticamente isolados do aglomerado principal. Propõe-se a redução da expansão junto da variante, que passa a constituir um limite físico do perímetro, assim como a eliminação da expansão a poente. Propõe-se, ainda, a inclusão da área designada por 'Areias de Rabo de Peixe' em solo rural, assim como a pequena área situada a sul da Fábrica Casa Nova, dadas as suas características de baixa densidade. Identifica-se uma zona em estudo, a poente, que, segundo a proposta, deverá ser analisada com maior pormenor (Figura 108).

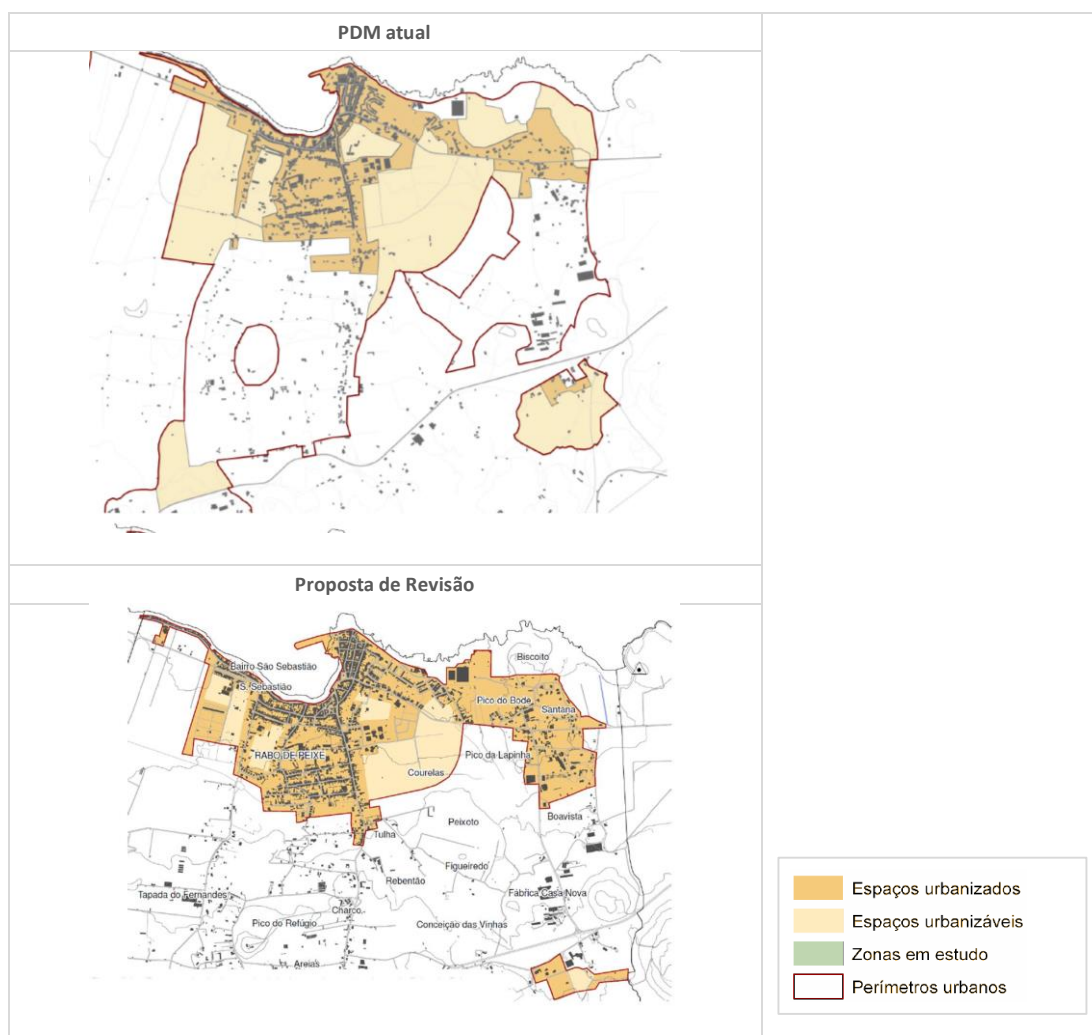


Figura 108. Perímetro urbano do aglomerado de Rabo de Peixe

Fonte: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Cidade da Ribeira Grande

Como já antes referido, a cidade da Ribeira Grande, situada na 'zona centro-cidade', abrange várias freguesias. Partindo do seu centro tradicional (Matriz, Conceição e Ribeira Seca), a malha urbana tem-se estendido e abraçado, sobre a forma de um desenvolvimento linear, outros aglomerados, como a Ribeirinha e Santa Bárbara. O PDM em vigor espelha esta realidade, delimitando um perímetro urbano da cidade alargado (Figura 109).

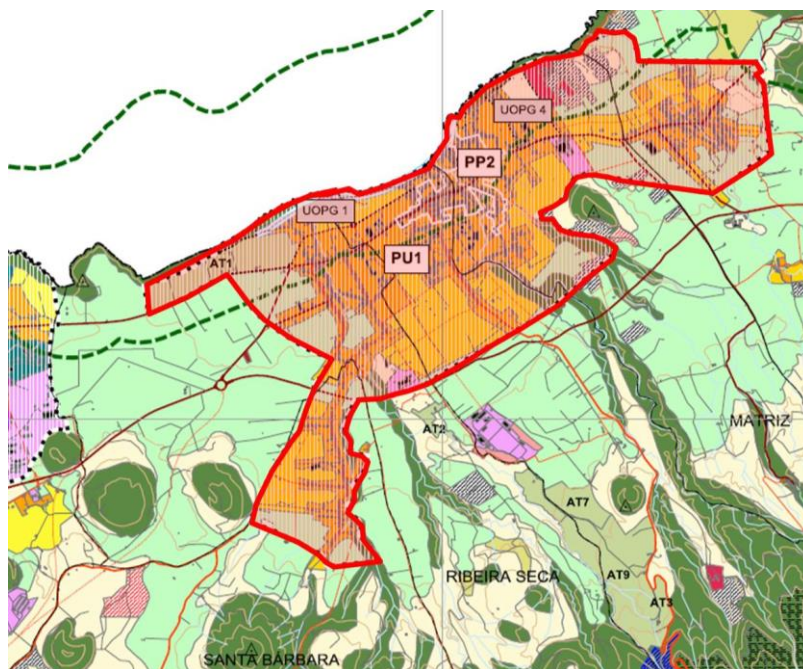


Figura 109. Perímetro urbano da cidade da Ribeira Grande.

Fonte: SPI sobre Extrato da Planta de Ordenamento do PDM, in Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Ribeira Grande, CMRG, 2009

O PDM em vigor contempla grandes áreas de expansão, nomeadamente a sul, assim como o preenchimento do grande espaço intersticial junto da costa. Na proposta de revisão aponta-se a diminuição significativa das áreas de expansão. No caso do aglomerado de Ribeirinha, situado a nascente, propõe-se concentrar as áreas de expansão numa única, junto do limite poente, para a qual já existem intenções de ocupação (zona em estudo). Santa Bárbara, situada a sul da cidade e sendo contínua à mesma, desenvolve-se segundo uma estrutura linear de orientação norte/sul ao longo da via existente, com a qual cruzam vários eixos secundários de ocupação mais pequenos, que se estendem para poente. Tendo em conta a sua dimensão e o facto de existir alguma capacidade de crescimento dentro da área de solo urbanizado, considera-se a possibilidade de não se atribuir nova área de expansão neste local. Não se elimina, no entanto, a possibilidade de se proporem áreas de colmatagem nos espaços intersticiais entre os eixos secundários para consolidar o aglomerado. Apesar do PDM considerar uma área de expansão para Gramas, a proposta de revisão considera a possibilidade de este configurar um aglomerado rural (Figura 110).

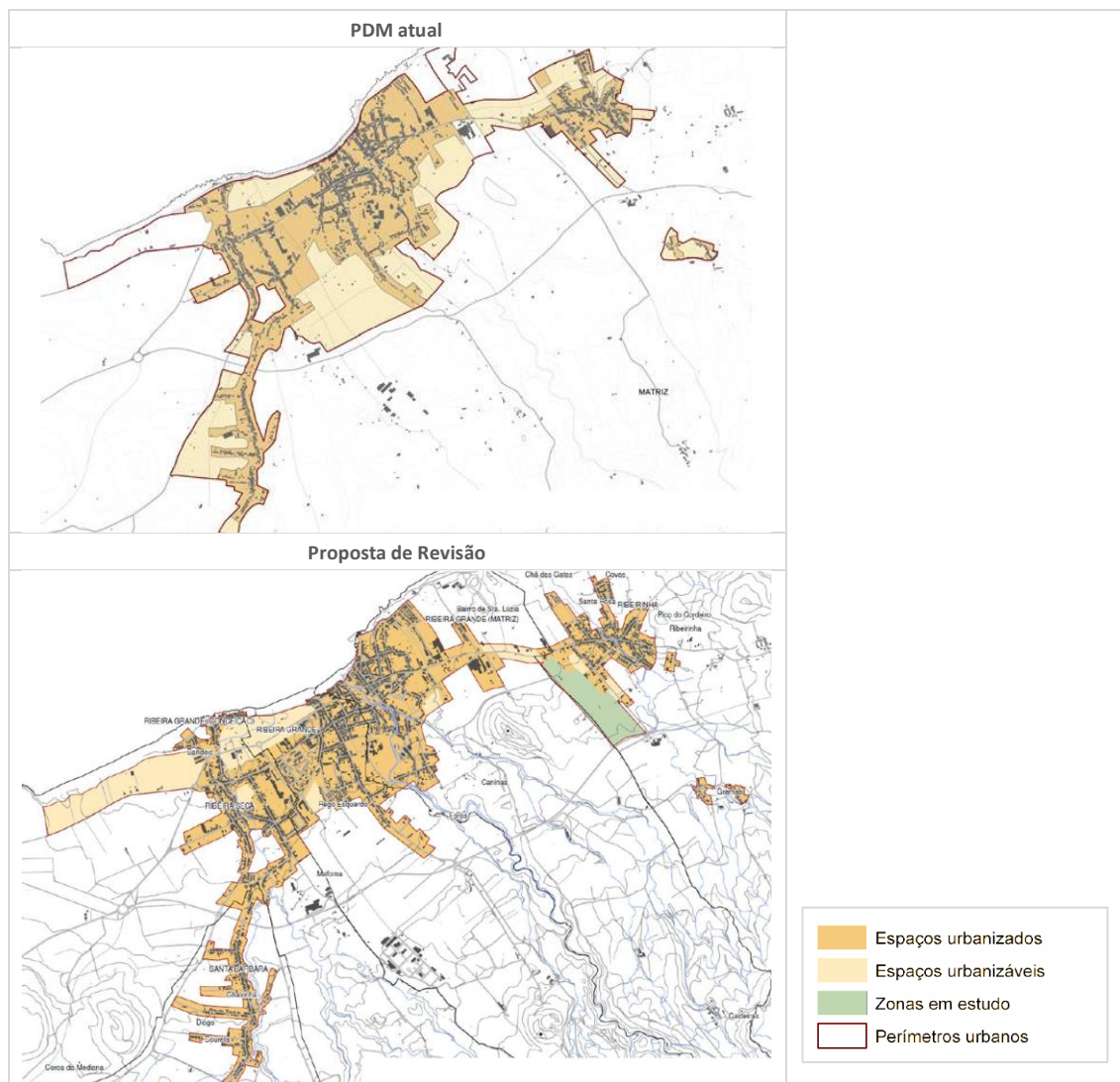


Figura 110. Perímetro urbano da cidade da Ribeira Grande

Fonte: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

De acordo com as intenções da Câmara Municipal referenciadas nos Estudos da Revisão do PDM, destacam-se 3 projetos para a cidade que, a concretizarem-se, terão um impacto relevante (Figura 111):

- Unidade de execução do Morro de Baixo-Santa Bárbara;
- Escola Básica Integrada;
- Parque Urbano da Ribeirinha.

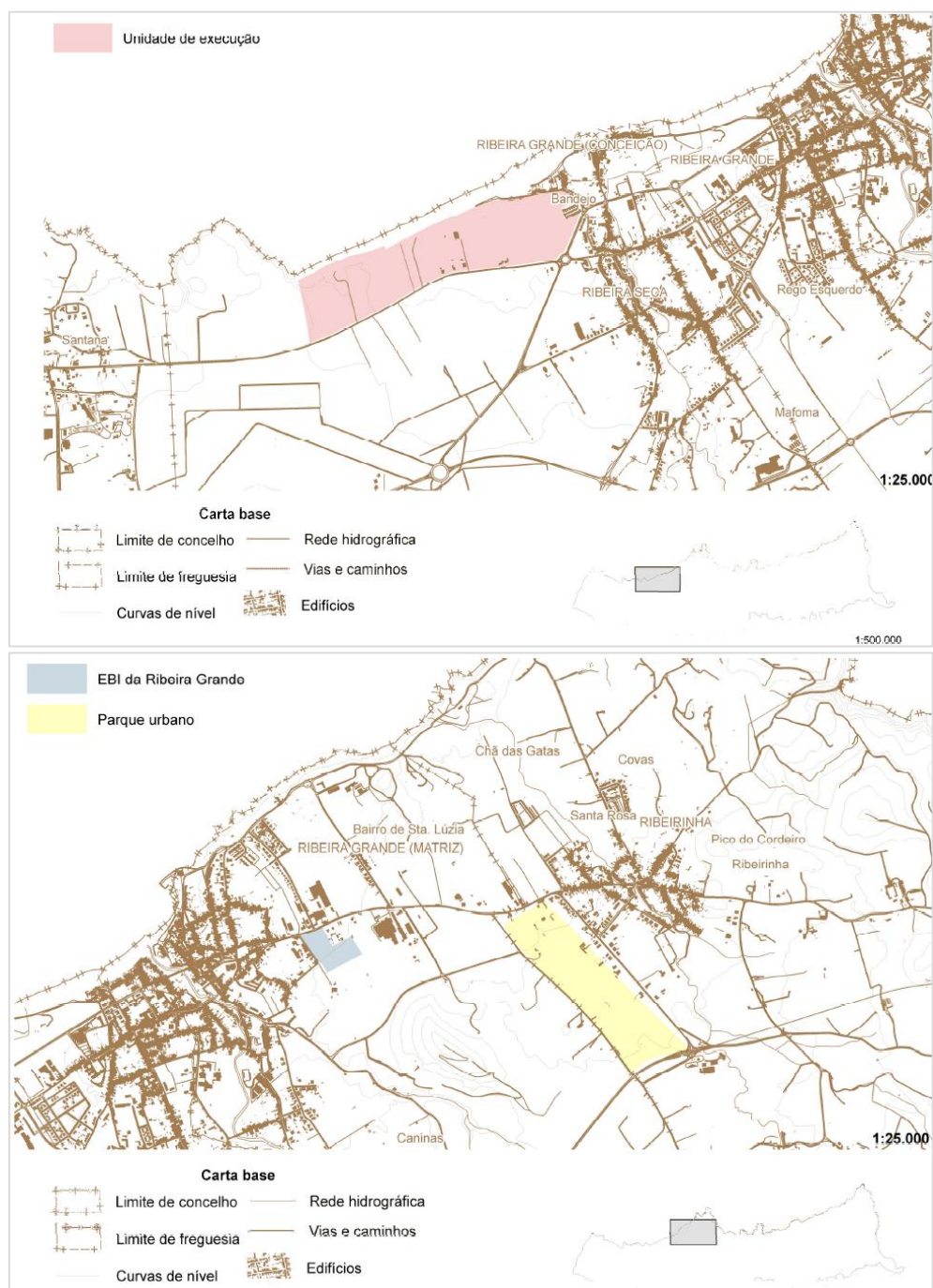


Figura 111. Unidade de Execução do Morro de Baixo-santa Bárbara e escola Básica Integrada e Parque urbano da Ribeirinha.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Aglomerados urbanos de Porto Formoso e São Brás

Situados na 'zona nascente, o aglomerado de Porto Formoso, na freguesia com o mesmo nome, desenvolve-se de uma forma linear ao longo da linha de costa. O PDM em vigor não propõe áreas de expansão novas, com exceção de uma área de crescimento linear que liga o aglomerado a São Brás, pertencente à freguesia limítrofe com o mesmo nome, a qual também dispõe de outras duas áreas de expansão. A proposta de revisão elimina a ligação entre aglomerados, propondo a sua consolidação, considerando que ainda existem espaços intersticiais por colmatar. Apenas uma pequena área no aglomerado a poente poderá eventualmente vir a ser considerada como urbanizável, dada a intenção de vir a implantar neste local um parque de campismo (zona em estudo). Os pequenos aglomerados a poente de Porto Formoso consideram-se aglomerados rurais (Figura 112).

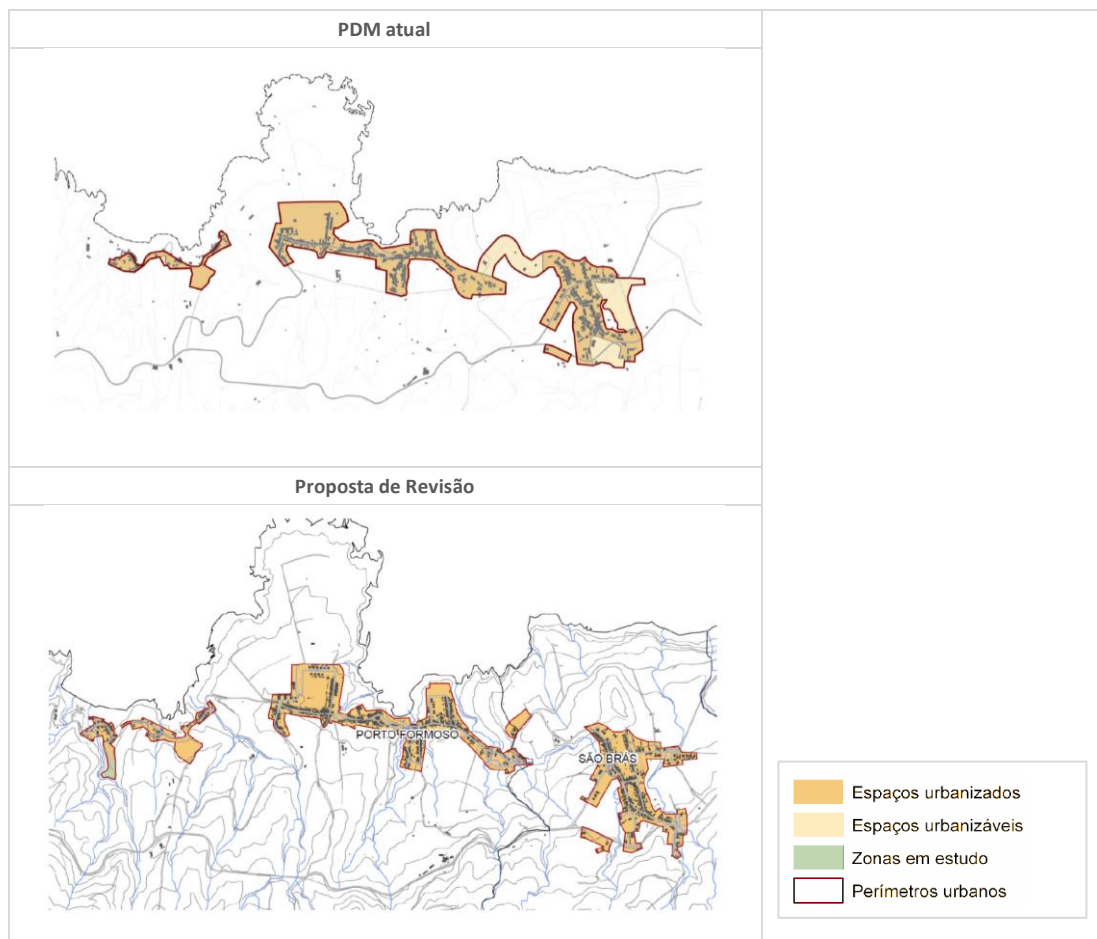


Figura 112. Perímetro urbano dos aglomerados de Porto Formoso e São Brás

Fonte: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Aglomerado urbano da Maia

Situado na 'zona nascente, na freguesia da Maia, o aglomerado urbano da Maia, localizado junto à costa, distingue-se pelo seu aspeto nucleado. Existem porém diversos pequenos aglomerados nesta freguesia que, segundo a proposta de revisão, podem vir a qualificar-se como aglomerados rurais (Gorreana de Cima e de Baixo, lugar de Calcos da Maia, e conjunto linear junto da estrada regional, já pertencente à freguesia vizinha de Lomba da Maia). Para a Maia, o PDM em vigor prevê uma área significativa de expansão a poente, e duas áreas mais pequenas a sul da via principal. As áreas de expansão na proposta de revisão são significativamente reduzidas, mantendo-se apenas alguns espaços para colmatação da malha urbana. O mesmo se propõe para a Lombinha da Maia (Figura 113).

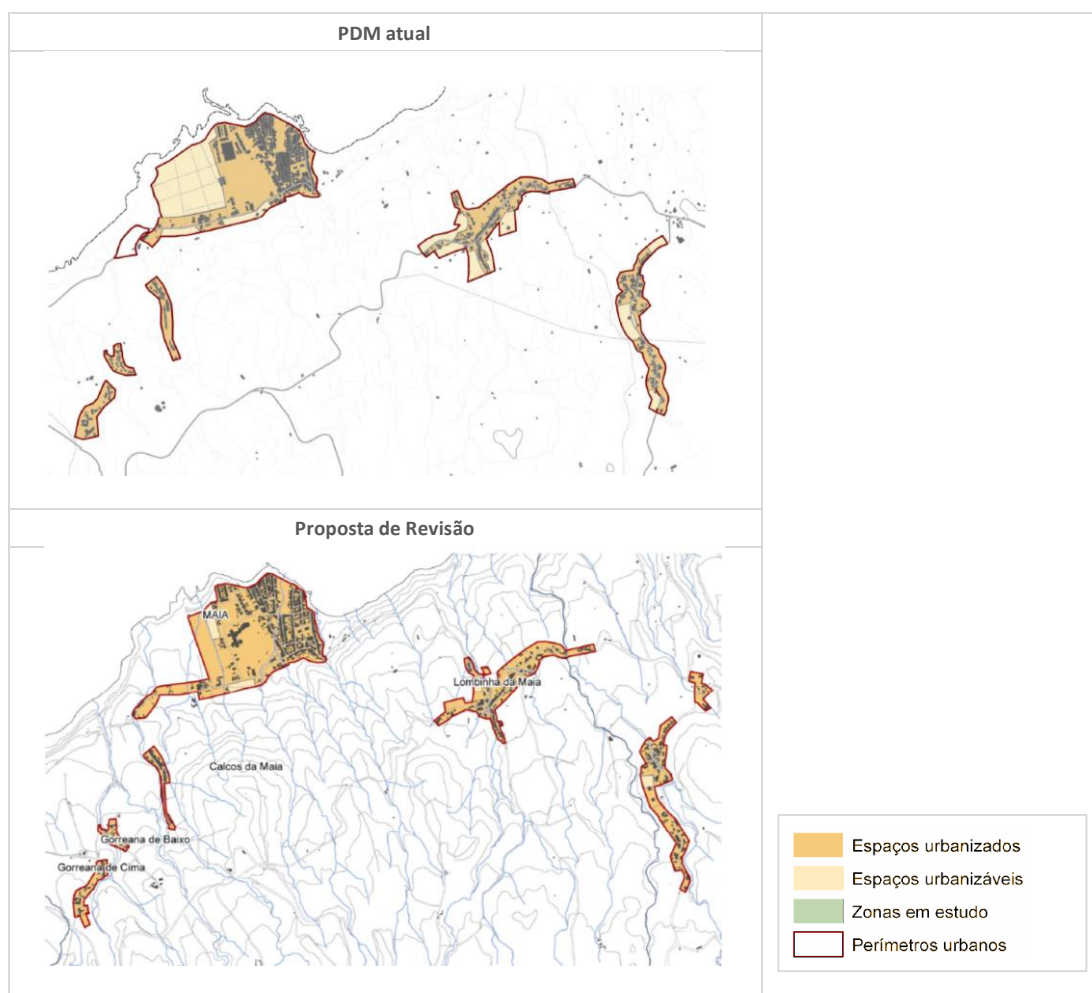


Figura 113. Perímetro urbano do aglomerado da Maia

Fonte: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Aglomerado urbano da Lomba da Maia

Situado na 'zona nascente', na freguesia da Lomba da Maia, a realidade desta ocupação é semelhante à das freguesias mais próximas. Para além da existência de dois pequenos conjuntos urbanos a considerar como aglomerados rurais (Ribeira Funda e o conjunto a norte da mesma), propõe-se a colmatação do aglomerado de Lomba da Maia, reduzindo as áreas de expansão ao estritamente necessário para o seu preenchimento (Figura 114).

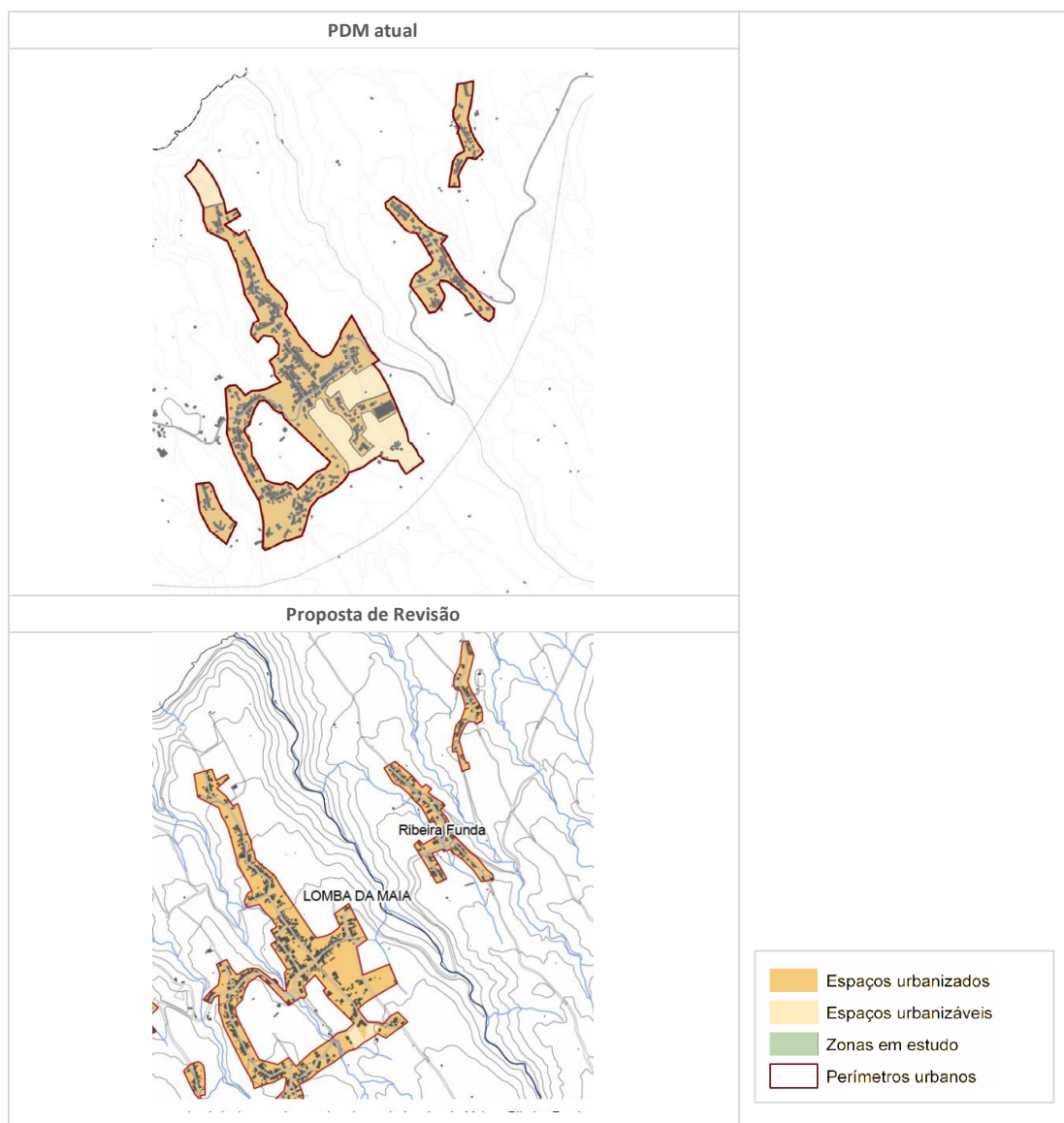


Figura 114. Perímetro urbano do aglomerado da Lomba da Maia

Fonte: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Aglomerados urbanos de Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro

Situados na ‘zona nascente, os aglomerados de Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro (as duas freguesias situadas junto do limite nascente do concelho), desenvolvem-se de uma forma linear ao longo dos eixos viários. A proposta de revisão limita as expansões lineares propostas no PDM atual (ligação do aglomerado Lomba de São Pedro ao conjunto situado mais a sul).

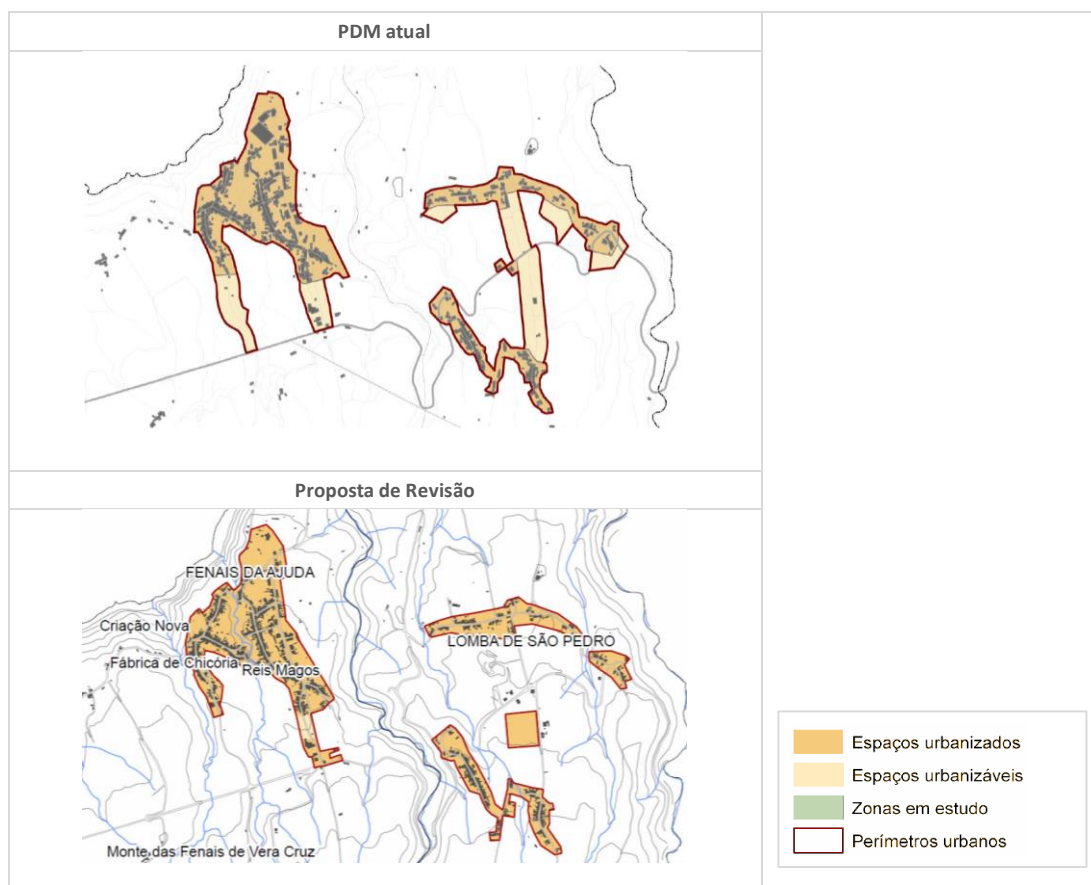


Figura 115. Perímetro urbano dos aglomerados de Fenais da Ajuda e Lomba de São Pedro

Fonte: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

2.12. Equipamentos coletivos

Os equipamentos coletivos e os serviços que estes prestam à população revestem funções essenciais da vida comunitária que qualificam os centros urbanos e que determinam o seu nível de centralidade e de polarização. Estes equipamentos atuam em domínios distintos e em escalas territoriais também distintas. Enquanto alguns equipamentos se configuram como equipamentos de nível superior (regional e supramunicipal), outros desempenham funções de proximidade, indispensáveis para a qualidade de vida das populações. Os equipamentos coletivos e os serviços prestados configuram uma peça fundamental da coesão sócio territorial e um estímulo muito relevante para a atração e fixação de população e atividades num determinado território. Por isso mesmo, também as condições de mobilidade que permitem o acesso a esses equipamentos são muito relevantes.

Ponta Delgada, enquanto capital da RAA e principal centro urbano da ilha de São Miguel concentra um conjunto de equipamentos coletivos de nível regional. É o caso dos estabelecimentos de ensino superior. Embora desconcentrada, a Universidade dos Açores tem a sua sede em Ponta Delgada. Tal como Ponta Delgada, também Angra do Heroísmo e Horta constituem polos de maior centralidade no que toca à concentração de equipamentos de nível regional. É esta a leitura que o PROTA apresenta, complementada com uma abordagem relativamente aos equipamentos e serviços de proximidade, questão sempre sensível num território fragmentado como o dos Açores, onde se apontam algumas orientações que visam suprir alguns défices existentes, nomeadamente nos domínios da cultura e do desporto.

Segundo o PROTA, a “programação das redes de equipamentos de utilização coletiva de hierarquia superior (nos setores da saúde, ensino, administração pública, desporto e cultura) é um elemento diferenciador ativo do modelo policêntrico da RAA, enquanto as redes de equipamentos coletivos de proximidade devem contribuir para a coesão territorial, harmonizando os níveis de serviço às populações em todas as ilhas”. Esta programação da rede de equipamentos e serviços coletivos deve ser adaptada à melhora substancial das condições de mobilidade terrestre introduzida pelas SCUT.

No caso do concelho da Ribeira Grande, o PROTA aponta um nível satisfatório/adequado de cobertura dos equipamentos de ensino e sociais, identificando, ainda, no concelho a localização do Centro de Dinamização de Atividades Criativas (CDAC), um equipamento de nível regional onde se ancorará a rede de património histórico e cultural de interesse regional (Figura 116).

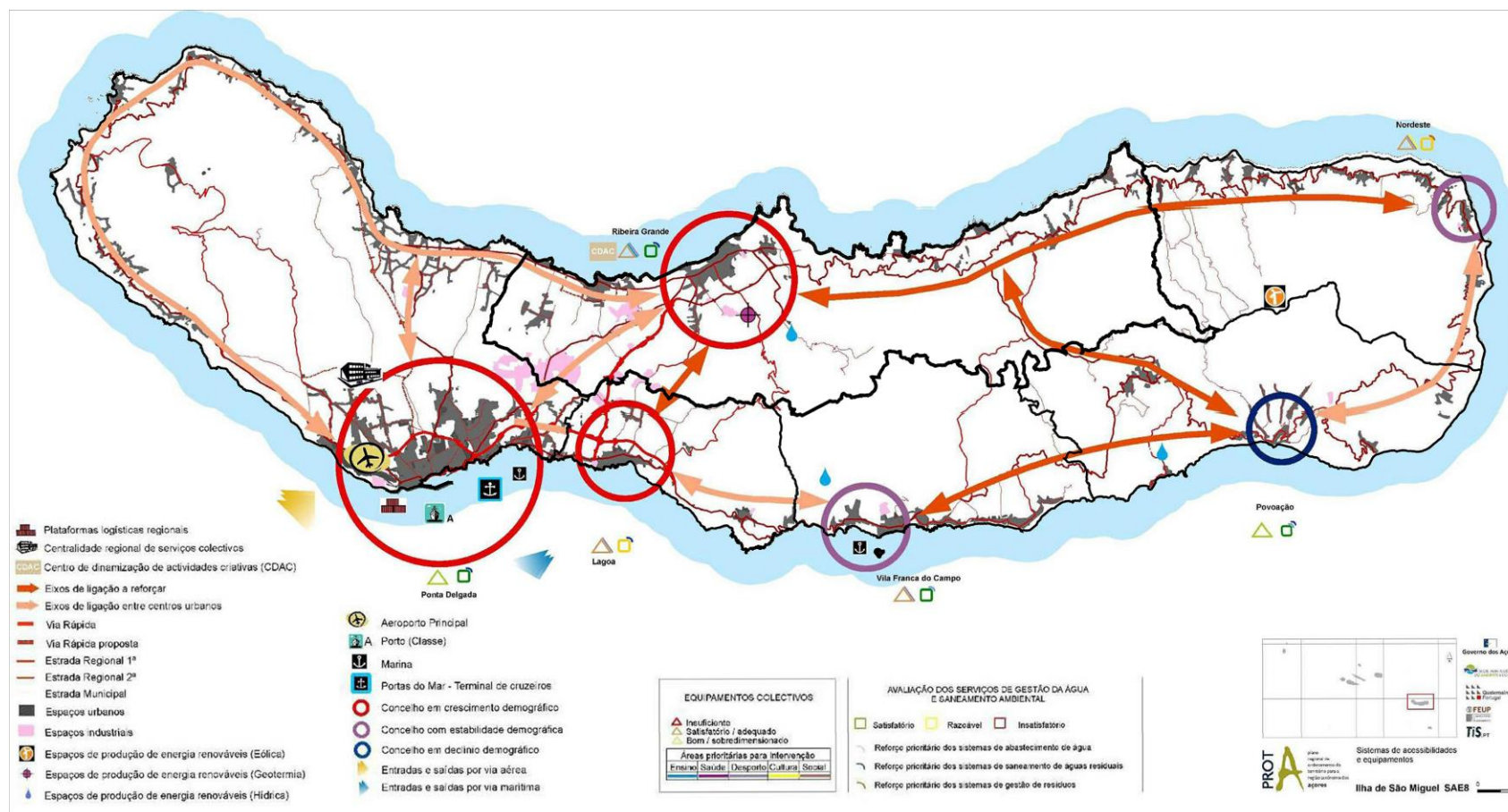


Figura 116. Sistema de acessibilidades e equipamentos da ilha de São Miguel.

Fonte: PROTA, Governo do Açores, 2010

Os Estudos de Revisão do PDM apresentam uma análise atualizada da dotação de equipamentos coletivos do concelho da Ribeira Grande, resultante de um levantamento realizado em 2009, no âmbito da elaboração do Plano Estratégico (Tabela 23).

Tabela 23. Equipamentos coletivos da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Natureza dos Equipamentos Coletivos	N.º	Especificação
Religiosos	36	• 19 Igrejas • 17 Ermidas
Educativos	39	• 10 Jardim-de-infância • 18 Escolas Básicas com 1.º ciclo e jardim-de-infância • 2 Escolas Básicas Integradas (Matriz e Rabo de Peixe) • 1 Escola 2.º e 3.º ciclo (Maia) • 1 Escola Secundária (Matriz) • 6 Escolas de Ensino Profissional (Rabo de Peixe (4); Conceição (1) – EPROSEC; Matriz (1) – Polo Escola Profissional da Ribeira Grande) • 1 Centro Local de Aprendizagem da Universidade Aberta (Teatro Ribeiragrandense)
Segurança pública	3	• 3 Postos da Polícia de Segurança Pública (Rabo de Peixe, Matriz e Maia) • 2 Quartéis de Bombeiros (Conceição e Lomba da Maia) • 1 Serviço de Proteção Civil (Conceição)
Desportivos	31	• 3 Complexos Desportivos (Conceição, Rabo de Peixe e Maia) • 1 Pavilhão Desportivo (Conceição) • 4 Campos de Futebol com relvado natural/sintético • 3 Campos de Futebol de terra batida (Fenais da Ajuda, Ribeirinha e Porto Formoso) • 14 Campos Polidesportivos • 1 Piscina Municipal (Matriz - complexo de piscinas Viriato Madeira dos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande) • 5 Instalações Desportivas Especializadas (Campo de Golfe da Batalha, Kartódromo Acelera Kart Cross, Centro Hípico de Santana, Clube Desportivo de Tiro de São Miguel e Clube Naval de Rabo de Peixe)
Saúde	7	• 1 Centro de Saúde (Conceição) • 6 Extensões do Centro de Saúde (Pico da Pedra, Rabo de Peixe, Ribeirinha, Maia, Lomba da Maia e Fenais da Ajuda)
Serviço Social	11	• 1 Centro de coordenação de prestações pecuniárias (Matriz)

		• 7 Serviços desconcentrados de prestação pecuniária • 3 Serviços de Ação Social (Rabo de Peixe, Conceição e Maia)
Administração Pública	22	• Tribunal da Ribeira Grande • Autoridade Tributária Aduaneira • Instituto dos Registos e do Notariado • 3 Postos de Atendimento ao Cidadão (Rabo de Peixe, Maia e Conceição) • Instituto Regional de Ordenamento Agrário, S.A. (Matriz) • Câmara Municipal • 14 Juntas de Freguesia
Apoio Social	41	• 2 Santas Casas da Misericórdia (Ribeira Grande e Maia) • 7 Casas de Povo • 8 Centros Sociais e Paroquiais (que incluem 9 creches, 20 ATL e 20 Centros de Convívio de Idosos/ Lar de Idosos/ Serviço de Apoio a Domicílio a Idosos) • 3 Lares de Crianças e Jovens • 4 Serviços de Apoio a Pessoas com Necessidades Especiais • 17 Outros Equipamentos Sociais (Centro de Atendimento e Acompanhamento Social, Comissão de Proteção de Crianças, S.O.S. Mulher, Centro Comunitário de Fenais da Ajuda, Projeto REMAR, Centro de Promoção e Emprego Social, Centro de Atendimento e Acompanhamento Social, Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – C.A.S.A., Centro de Promoção e Emprego Social – CBEIJJFC, Animação de Rua, Centro Comunitário – Mulheres em Risco – ACC, Centro Comunitário e Juventude de Rabo de Peixe, Centro de Atendimento e Acompanhamento Social – ACC, Centro de Desenvolvimento e Inclusão Juvenil – "Porto Seguro", Centro de Economia Solidária: ECOSOL e Centro de Educação Ambiental)
Culturais e Recreativos	27	• 10 Equipamentos Culturais e Recreativos (Matriz e Conceição – destaque para Teatro Ribeiragrandense, Museu Municipal, Museu da Emigração Açoriana, Casa do Arcano e Biblioteca e Arquivo Municipal) • 9 Equipamentos Culturais e Recreativos (Rabo de Peixe – destaque para o Cineteatro Miramar) • 7 Equipamentos Culturais e Recreativos (Maia – destaque para o Museu do Tabaco) • Casa Museu Rural da Lombinha da Maia (associada ao Museu do Tabaco)

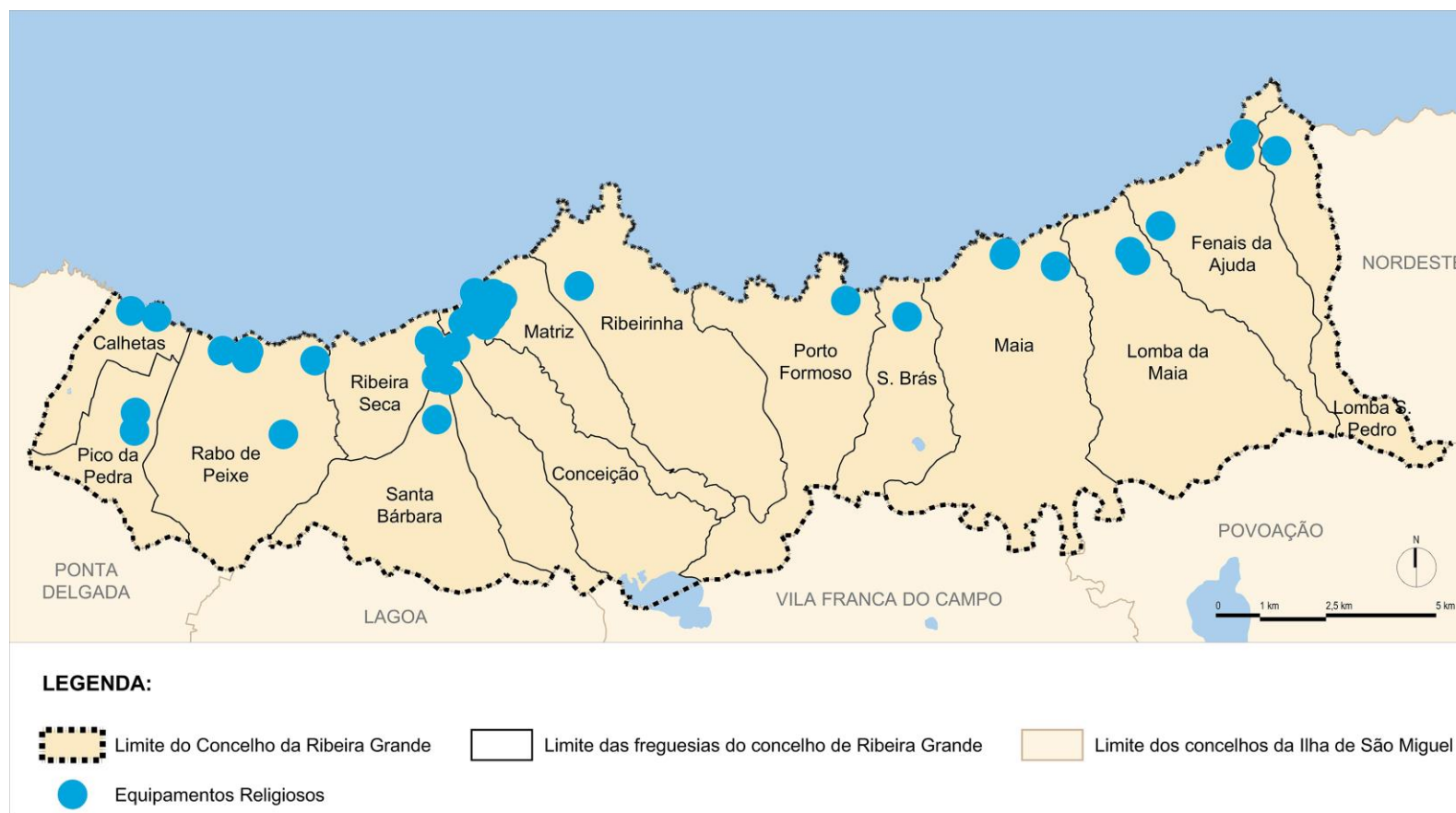


Figura 117. Equipamentos Religiosos.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

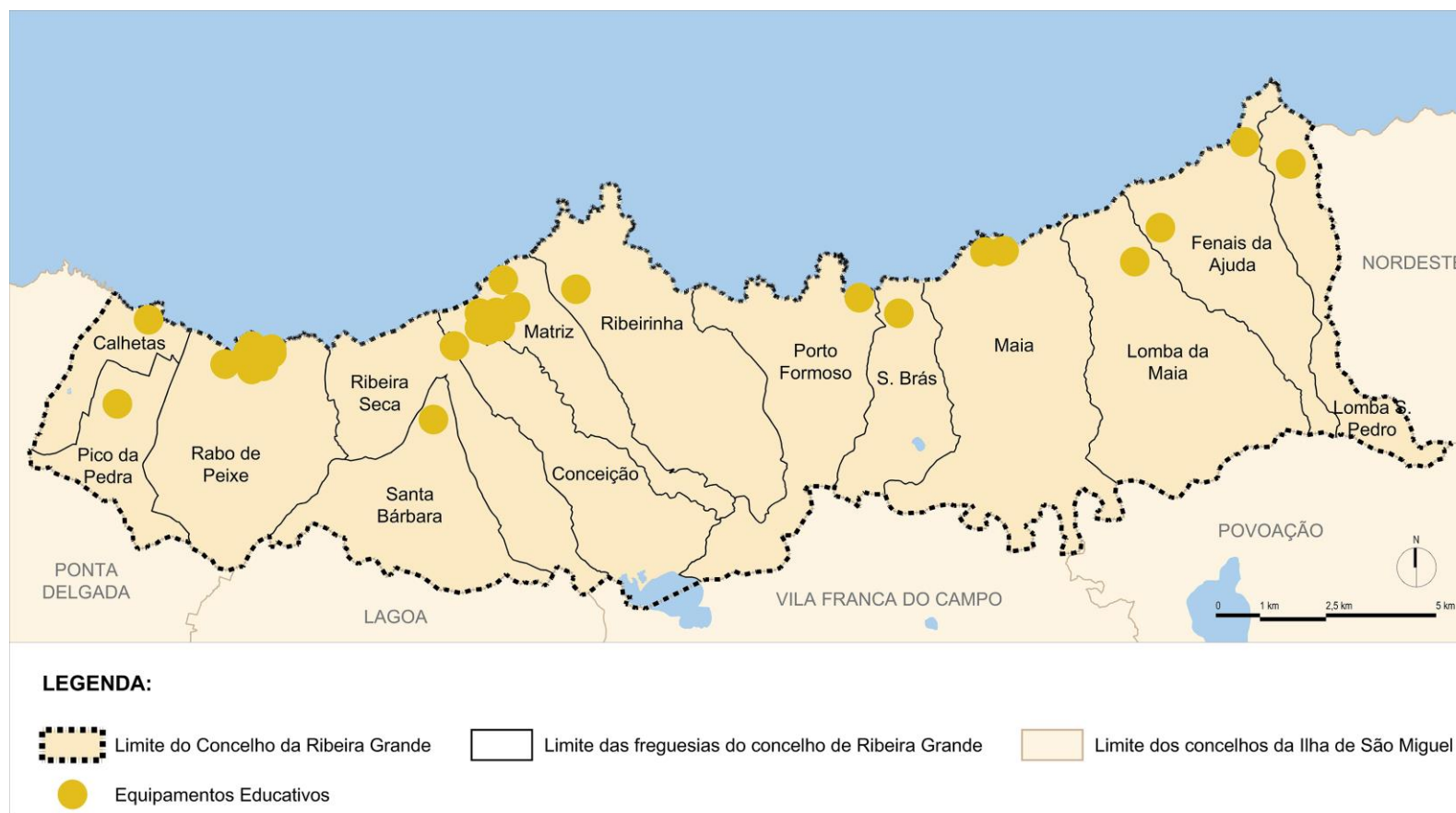


Figura 118. Equipamentos Educativos.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

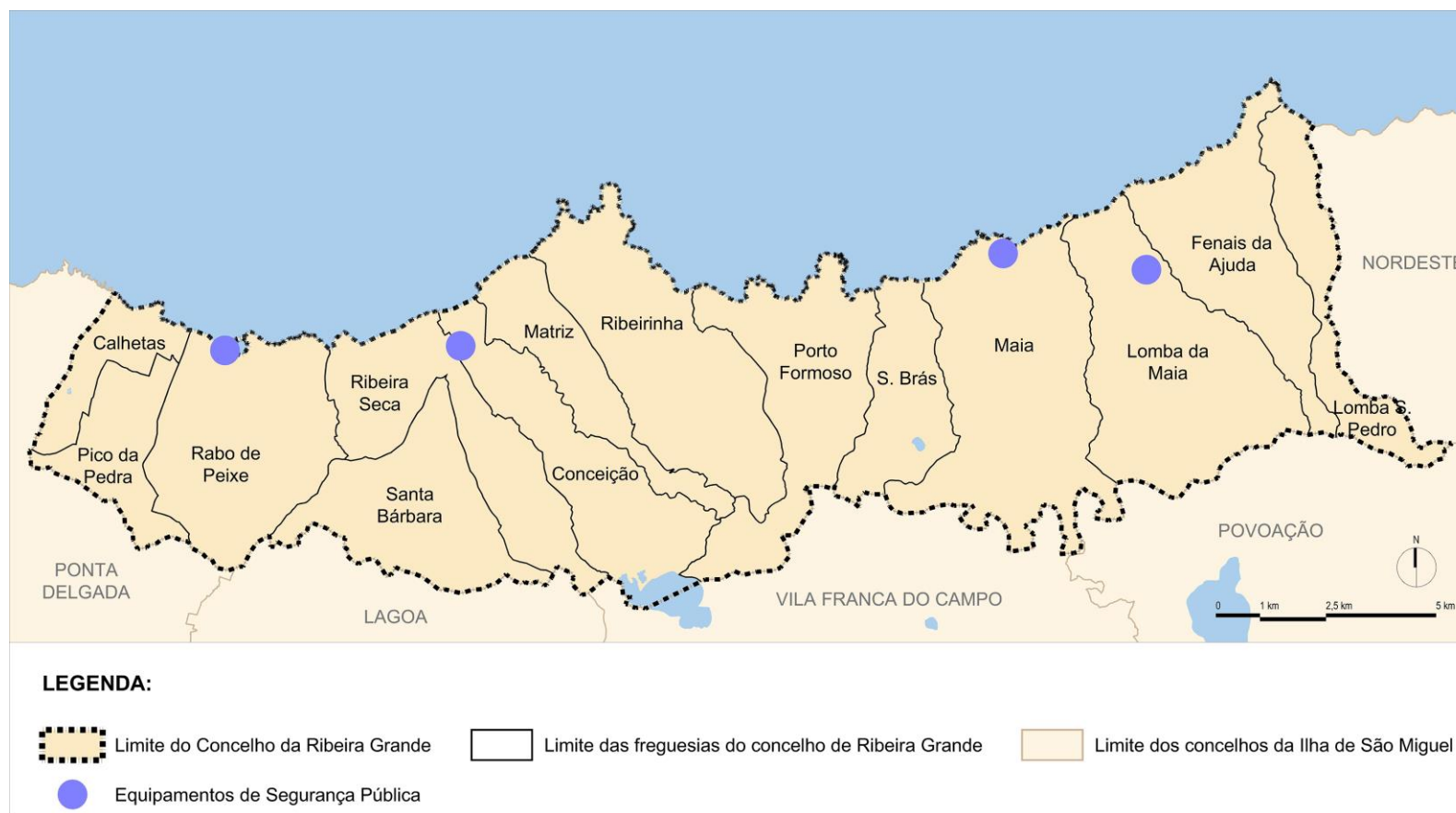


Figura 119. Equipamentos de Segurança Pública.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

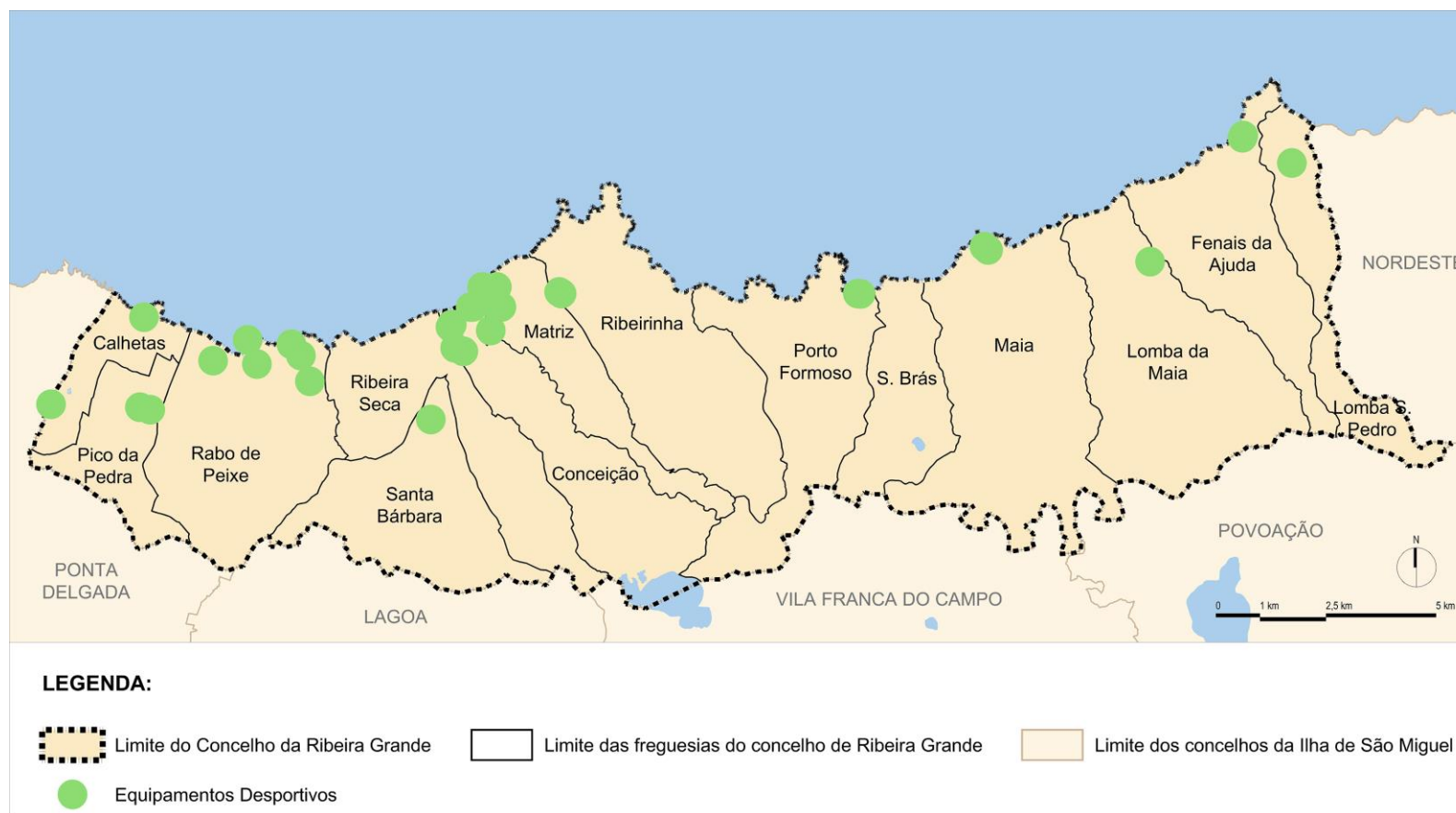


Figura 120. Equipamentos Desportivos.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

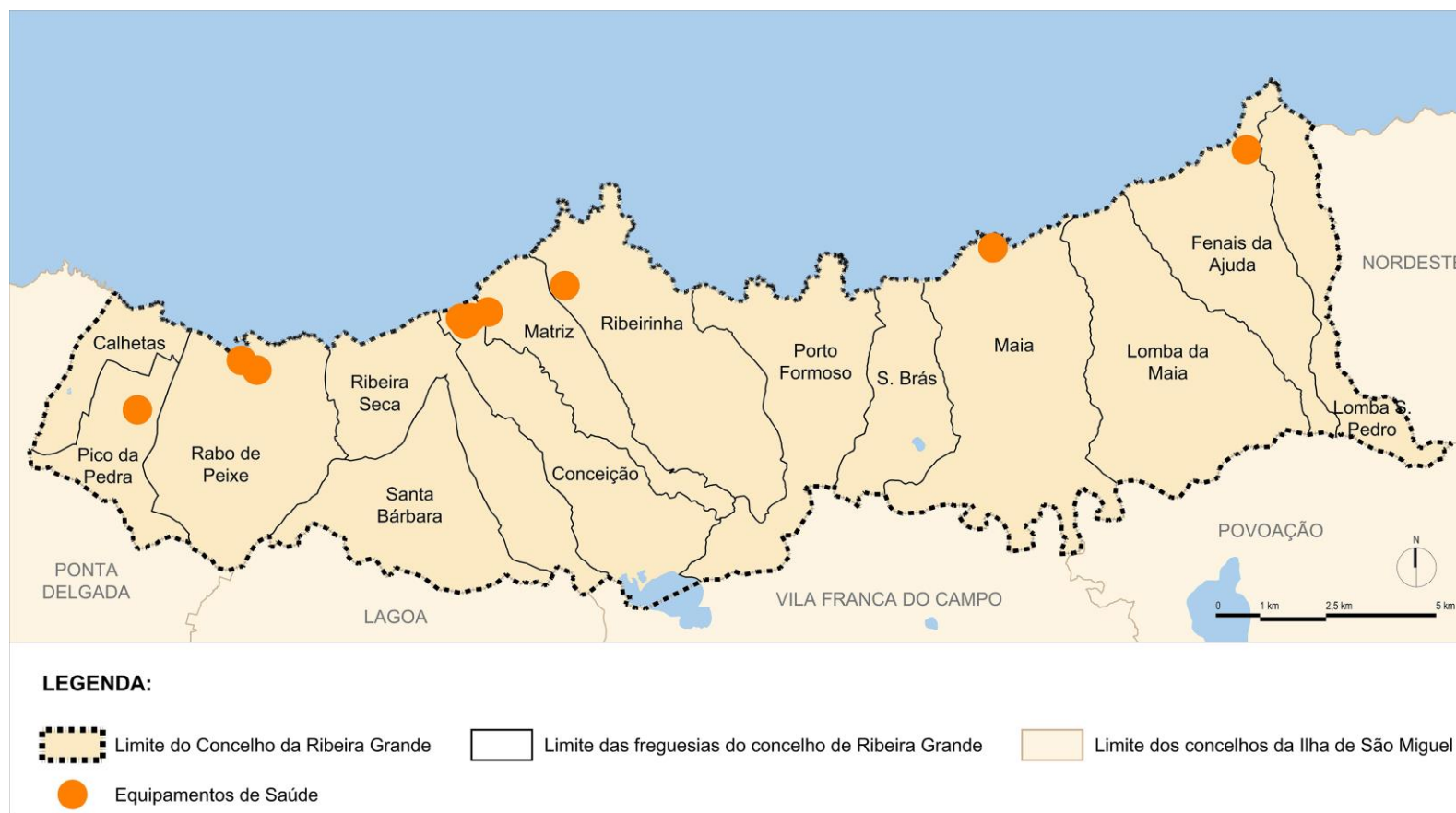


Figura 121. Equipamentos de Saúde.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

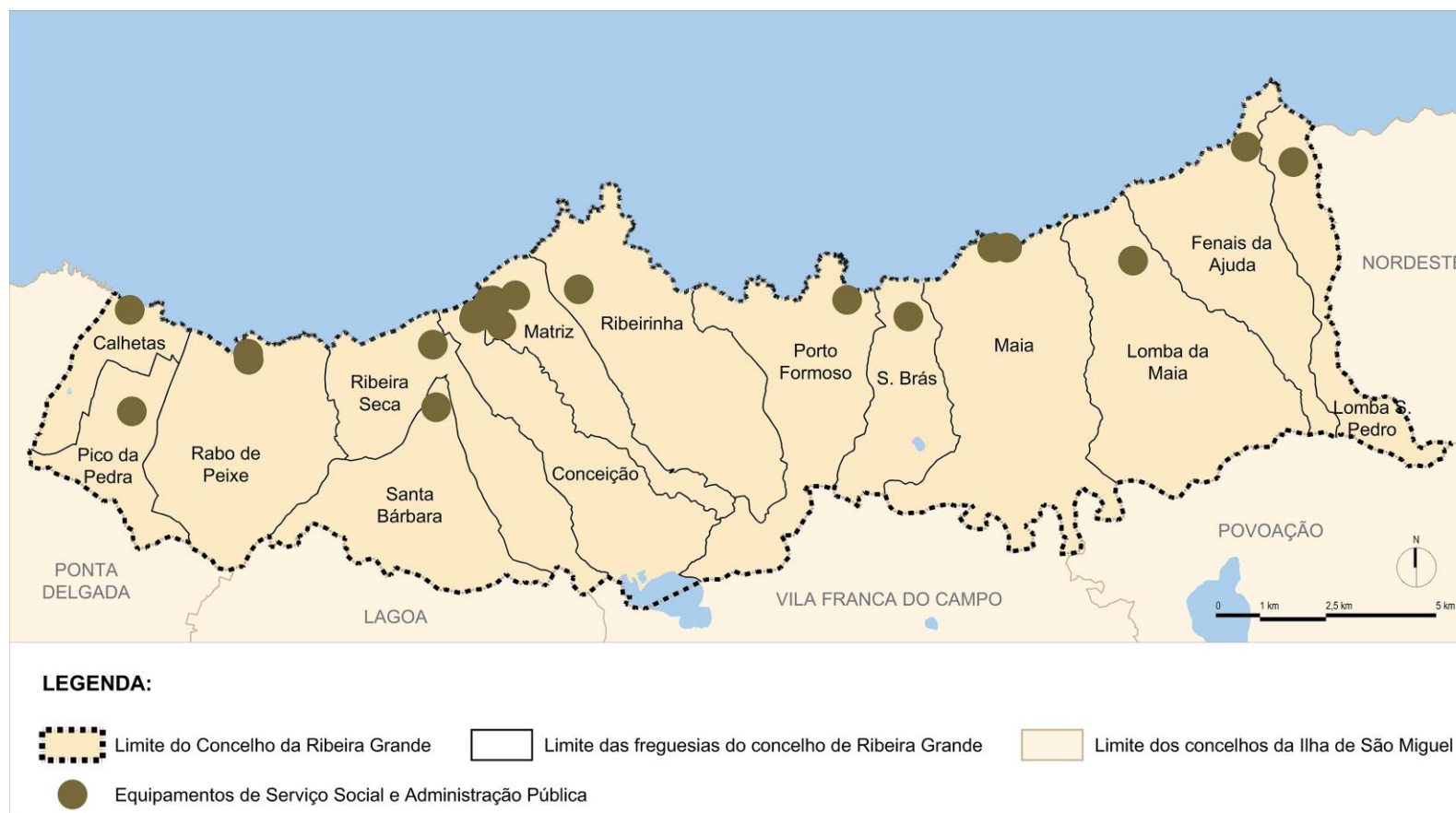


Figura 122. Equipamentos de Serviço Social e Administração Pública.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

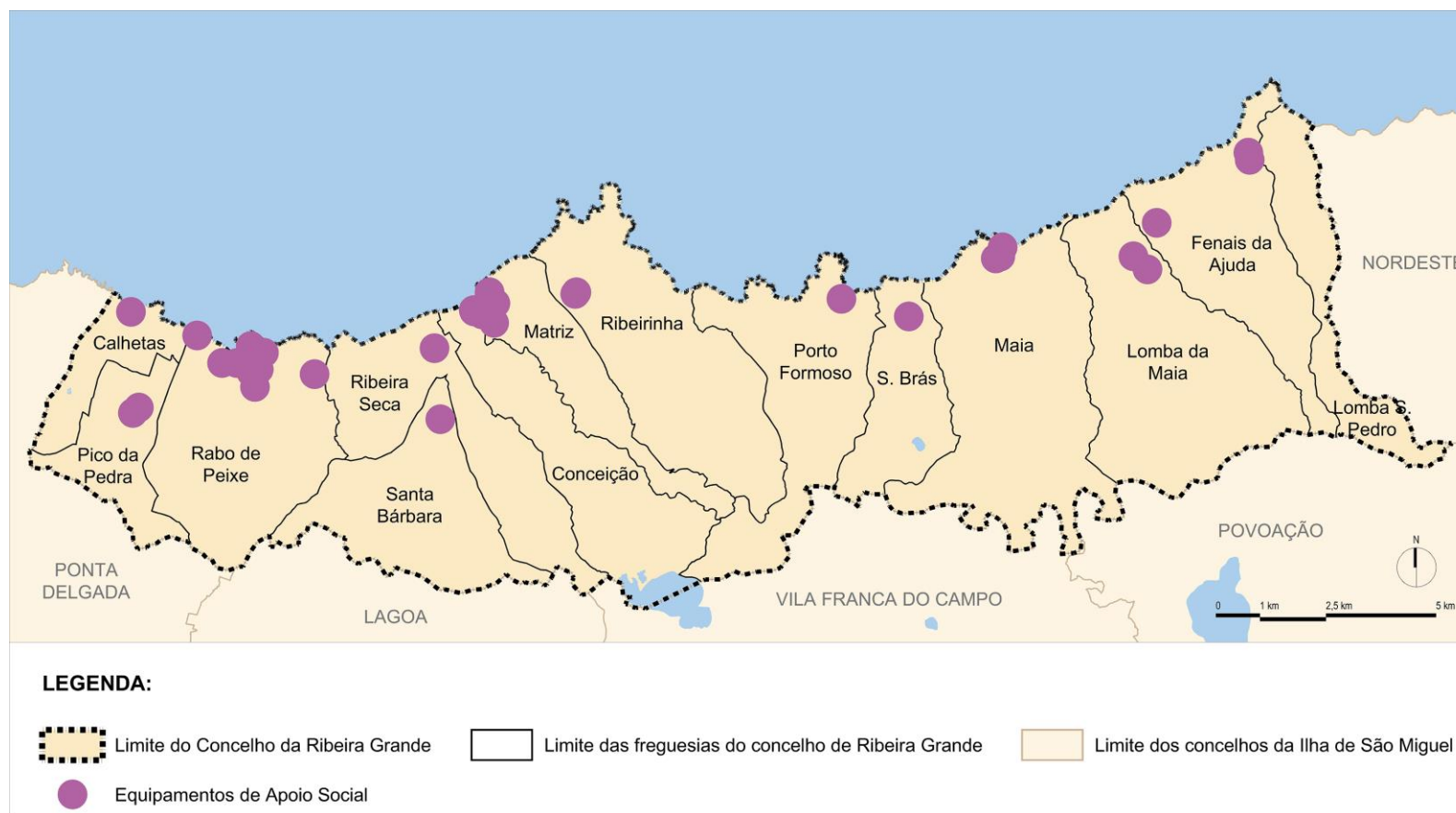


Figura 123. Equipamentos de Apoio Social.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

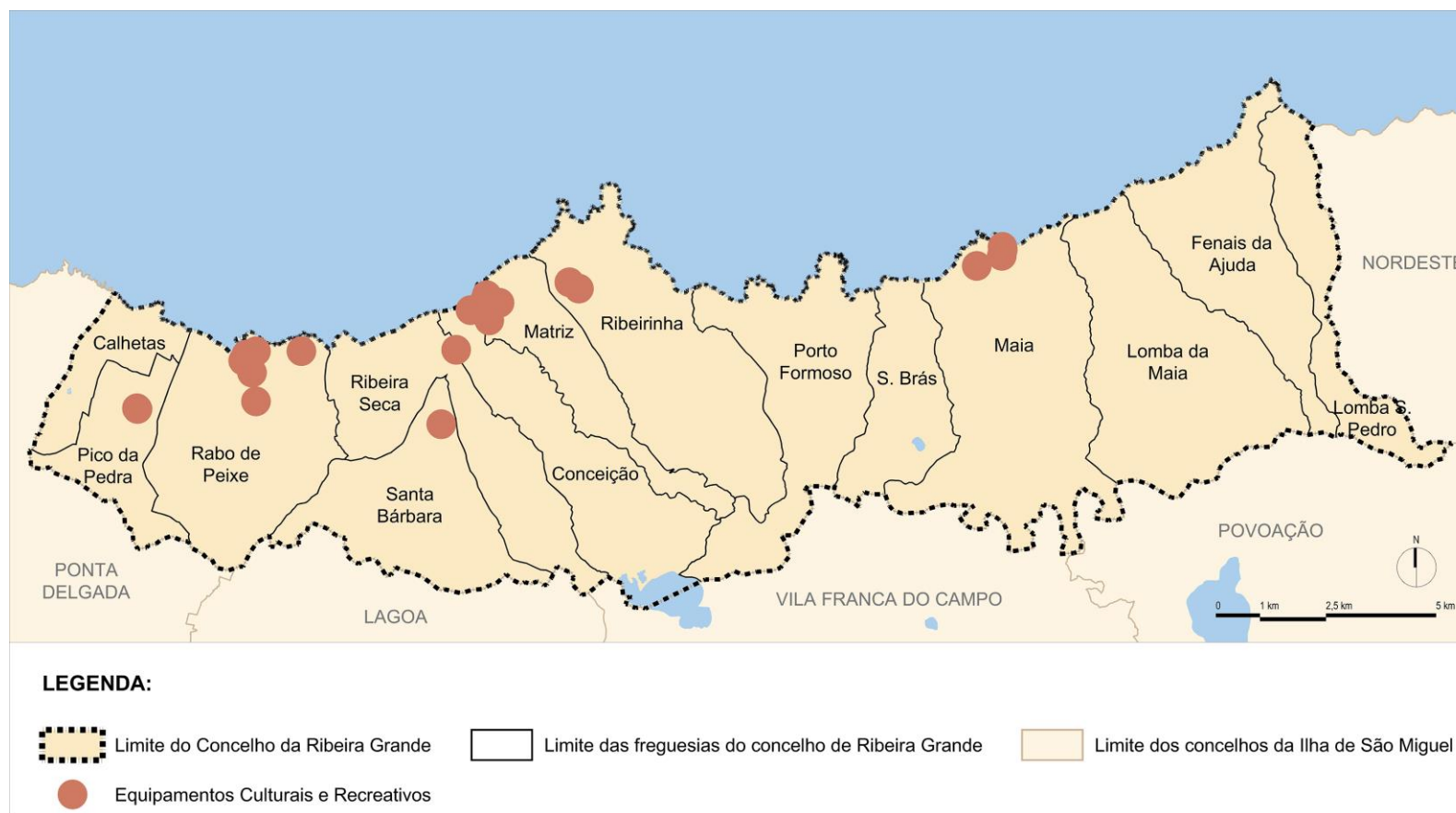


Figura 124. Equipamentos Culturais e Recreativos.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Trata-se de uma rede extensa de equipamentos, com destaque para a elevada quantidade de serviços de ação e apoio social (embora em algumas freguesias se apontem carências a este nível) e de equipamentos desportivos, culturais e recreativos. Como referem os Estudos da Revisão do PDM, ao nível da educação e de acordo com a Carta Educativa concelhia, a maior parte das intervenções aí contempladas estão realizadas ou em vias de realização, com destaque para a Escola Básica Integrada da Ribeira Grande, na freguesia da Matriz, que se encontra em fase de projeto. É nas freguesias da Matriz e da Conceição que se concentram a maioria dos equipamentos (93). Também as freguesias de Rabo de Peixe (65) e Maia (38) apresentam uma concentração assinalável de equipamentos e serviços coletivos. No oposto, as Calhetas, Porto Formoso, Lomba de São Pedro e São Brás são aquelas que apresentam uma menor dotação de equipamentos.

Estes mesmos Estudos realçam a boa oferta formativa a nível do ensino profissional no concelho, cuja rede existente pode ser rentabilizada e consolidada, e o papel também relevante da Universidade Aberta, traduzida atualmente no Centro Local de Aprendizagem instalado no Teatro RibeiraGrandense, que pode ser objeto de desenvolvimento.

Um dos grandes desafios da autarquia e das entidades gestoras destes equipamentos prende-se com a sua gestão e manutenção num quadro de sustentabilidade e equilíbrio económico. O complexo das Piscinas Municipais Viriato Madeira, localizado na freguesia da Matriz e gerido pelos Bombeiros Voluntários da Ribeira Grande, é um exemplo das dificuldades em gerir um equipamento que é, pelas suas características, gerador de pesados encargos, sobretudo ao nível do consumo energético. Haverá portanto que, assegurando uma boa cobertura de equipamentos, acautelar as condições para a sua utilização efetiva num quadro de sustentabilidade dos recursos públicos.

2.13. Património histórico e cultural

Ao nível do património histórico e cultural, é importante destacar, pelo seu impacto no concelho, o projeto museológico desenvolvido pela Câmara Municipal, materializado em 6 espaços museológicos (Figura 125):

- Museu Municipal - Casa da Cultura;
- Casa do Arcano;
- Museu da Emigração Açoriana;
- Museu do Tabaco da Maia;
- Museu Local do Pico da Pedra;
- Museu Vivo do Franciscanismo.



Figura 125. Museu Municipal, Museu da Emigração, Museu do Tabaco e Casa do Arcano.

Fonte: CMRG, Museu da Emigração e Santa Casa da Misericórdia do Divino Espírito Santo da Maia

O Centro de Arte Contemporânea dos Açores (Figura 126), localizado nas instalações da antiga Fábrica do Álcool da Ribeira Grande, entretanto recuperadas, e que deverá a começar a receber os primeiros artistas e obras em 2015, é uma iniciativa do Governo dos Açores que visa criar um centro de 'artes vivas' regional. Este equipamento vai acrescentar valor ao conjunto museológico municipal antes descrito e, assim, contribuir para que a Ribeira Grande se consolide como um dos principais polos ativos, patrimoniais e culturais, da Região.



Figura 126. Centro de Arte Contemporânea dos Açores.

Fonte: <http://www.proconvergencia.azores.gov.pt>

Este conjunto de equipamentos, com um espólio singular, releva o património cultural da Ribeira Grande, material e imaterial, e a sua identidade coletiva e territorial, mantendo viva a memória, as tradições e os costumes da comunidade ribeira-grandense.

O concelho da Ribeira Grande é um concelho rico em património e cultura. Os museus são um testemunho material dessa herança, também espelhada numa grande diversidade de atividades culturais, com destaque para as várias festividades, religiosas e profanas, que refletem a dimensão imaterial da cultura ribeira-grandense (Cortejos dos Reis, Cantares às Estrelas, Carnaval, Procissão do Senhor Santo Cristo dos Terceiros, Procissão do Senhor dos Passos, Ciclo do Espírito Santo, Festas da cidade, Cavalhadas de São Pedro, Comédias de São Pedro, Alâmpadas, Dia do Foral, Festa dos Padroeiros, Feira Gastronómica, Festa de Nossa Senhora da Conceição, Natal, Feira Quinhentista). Destaque ainda, ao nível da agenda cultural, para a PrimArte, um evento organizado pela autarquia que inclui exposições, feira do livro, peças de teatro, colóquios e sessões de cinema.

A recuperação dos antigos moinhos de água do concelho é uma outra iniciativa municipal recente e de grande relevo, relacionada com a valorização do património. Estas estruturas remontam ao século XV, e acompanham o início do povoamento deste território. Aproveitando a força motriz da água e a proximidade das áreas de cultivo de cereais, era nestas estruturas que se desenrolava a atividade de moagem. Os primeiros exemplares foram destruídos pelos efeitos da erupção vulcânica de 1563/64. Posteriormente, foi construída a levada da Condessa onde se situaram os novos moinhos. No final do século XVI existiam sete moinhos ao longo desta levada, designados como as 'primeiras sete casas'. As 'segundas sete casas', localizadas ao longo da levada, foram construídas no séc. XVIII e, no séc. XIX, voltaram a surgir novos moinhos, alguns deles destruídos pela enxurrada de 1919. No total, chegaram a existir cerca de trinta moinhos de água alimentados pela ribeira Grande e levada da Condessa.

A CM concluiu recentemente a reabilitação do moinho de água do Pascoal II (Figura 127), localizado no Jardim Paraíso, uma intervenção patrimonial que vai permitir retratar a antiga

atividade de moagem do milho, mantendo viva uma tradição secular. Trata-se de um primeiro passo de uma intervenção mais vasta que a CM pretende levar a cabo, de criação de um 'circuito dos moinhos de água' na Ribeira Grande.



Figura 127. Moinho do Pascoal II.
Fonte: <http://www.radioatlantida.net>

Esta intervenção, em elementos singulares do património arquitetónico municipal, espelha a importância que assume esse património e a sua valorização ao nível da estratégia municipal. O concelho da Ribeira Grande integra um conjunto vasto de elementos e valores que traduzem os diferentes ciclos históricos de ocupação deste território, passíveis de serem localizados e identificados.

O património de um município transfere valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade ou singularidade ao longo do tempo. Aqui, os bens imóveis, a par das tradições e atividades culturais, assumem uma grande importância para a compreensão, permanência e construção da identidade local e para a democratização da cultura, constituindo-se como um testemunho com valor de civilização e cultura.

O património arquitetónico construído resulta da interação entre as pessoas e os lugares ao longo do tempo. A sua conservação, valorização e divulgação tem um potencial de projeção local, regional, nacional e, em casos específicos, mundial, com capacidade de atratividade de diferentes públicos pelos diversos aspetos associados à sua fruição. É ainda um recurso de grande importância para a identidade coletiva e um fator de diferenciação e de valorização territorial que importa preservar e transmitir às gerações futuras.

A proteção legal destes valores assenta na classificação do património imóvel a vários níveis - mundial, nacional, de interesse público ou de interesse municipal - de acordo com o seu valor identitário e escala de relevância. Neste âmbito, os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio.

A estratégia territorial a adotar a nível da RAA depende de uma série de fatores, com destaque para os objetivos estratégicos do PROTA e para a temática do património arquitetónico nele inscrita, que apontam para:

- O esforço de manutenção da estruturação e formas de ocupação urbana predominantemente qualificadas, em detrimento da degradação do ambiente urbano tradicional e da degradação do património edificado.
- A crescente consciencialização da população para a necessidade de preservação do património natural (biológico, geológico e paisagístico) e construído, como elemento coerente do território e traço distintivo e de afirmação da RAA a nível nacional e internacional.

A preservação e valorização do património histórico-cultural da RAA constituem, na estratégia do PROTA, um elemento essencial de afirmação identitária e de sustentabilidade. Nessa perspetiva, a preservação e valorização do património histórico-cultural deve combinar-se com o património natural de interesse regional de modo a proteger e valorizar as unidades de paisagem cultural da Região. As preocupações do PROTA com as questões patrimoniais apontam para um conjunto de vetores estratégicos para a dinamização do património cultural e arquitetónico. Um desses casos prende-se com a crescente procura de habitação para 2ª residência, devendo esta ser remetida, sempre que possível, para a reconstrução e reabilitação do parque edificado existente, em vez da construção de raiz, evitando uma descaracterização rápida do património edificado e das estruturas urbanas das ilhas.

Desta forma, o PROTA estabelece o seguinte:

- Os PMOT devem identificar os roteiros culturais suscetíveis de assegurar a visibilidade, ordenamento e monitorização dos ativos culturais (literatura, património, arquitetura popular), combinados com os recursos naturais e paisagísticos.
- Os roteiros culturais devem ser sinalizados no território, cabendo à entidade regional competente a conceção e normalização da sinalética.
- Os conjuntos urbanísticos definidos como elementos com especial interesse patrimonial deverão ser objeto de PP, os quais deverão prever mecanismos de participação pública capazes de promover ações pedagógicas junto dos técnicos e dos munícipes em geral, com vista ao reconhecimento extra insular e à valorização interna do património cultural e construído do arquipélago.
- Deve ser fomentada a atualização continuada das normas do inventário de proteção cultural, de âmbito nacional e articuladas ao universo normativo europeu, nomeadamente no que respeita aos graus de proteção afetos aos “sítios urbanos” e à paisagem não urbana, às áreas de servidão de vistas, às zonas verdes exemplares, aos espaços urbanos de qualidade, às áreas críticas de recuperação e de reconversão, entre outras.

Tendo em vista a criação de condições de sustentabilidade para a preservação e valorização do património histórico-cultural, o PROTA aponta a criação de uma rede de património histórico-cultural de interesse regional, promovida pela entidade regional com competência na matéria, ancorada no Centro de Dinamização de Atividades Criativas (CDAC) a instalar no concelho da Ribeira Grande.

O PDM atualmente em vigor contempla um conjunto de indicações para a reabilitação e valorização do património classificado, designadamente:

- Reabilitação e valorização do Centro Histórico da Ribeira Grande;
- Valorização dos Moinhos;
- Renovação das zonas de habitação degradada;
- Renovação das áreas públicas envolventes aos edifícios classificados;
- Criação da Casa da Cultura;
- Definição da zona de proteção correspondente a um perímetro definido com base num raio de 100 metros a partir dos limites externos do imóvel para todos os imóveis classificados.

Por seu turno, os Estudos da Revisão do PDM, identificam 20 imóveis/conjuntos classificados: 9 Imóveis de Interesse Público; 10 Imóveis de Interesse Municipal; e 1 Conjunto de interesse Municipal (Centro Histórico da Ribeira Grande) (Figura 128).

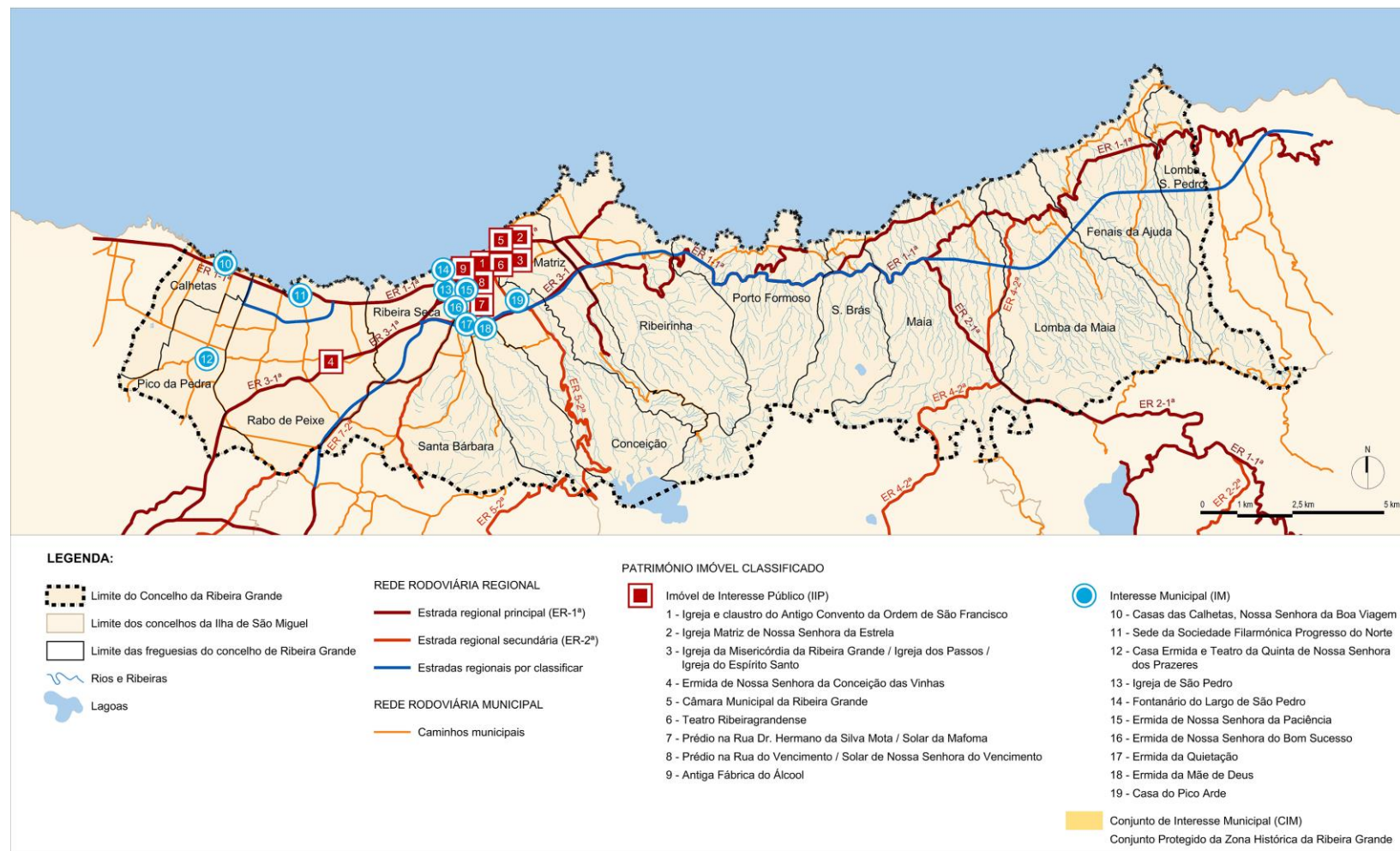


Figura 128. Património Imóvel Classificado do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

A zona histórica da cidade da Ribeira Grande (Figura 129) está abrangida pelo Plano de Pormenor de Salvaguarda e Valorização da Zona Histórica da Ribeira Grande²¹, um instrumento relevante para a preservação do património arquitetónico da cidade. Deste plano resultou a classificação do Conjunto Protegido da Zona Histórica da Ribeira Grande. Em 2014, o Município aprovou a delimitação da ARU do Centro Histórico, que confere um conjunto de benefícios fiscais para a reabilitação urbana.

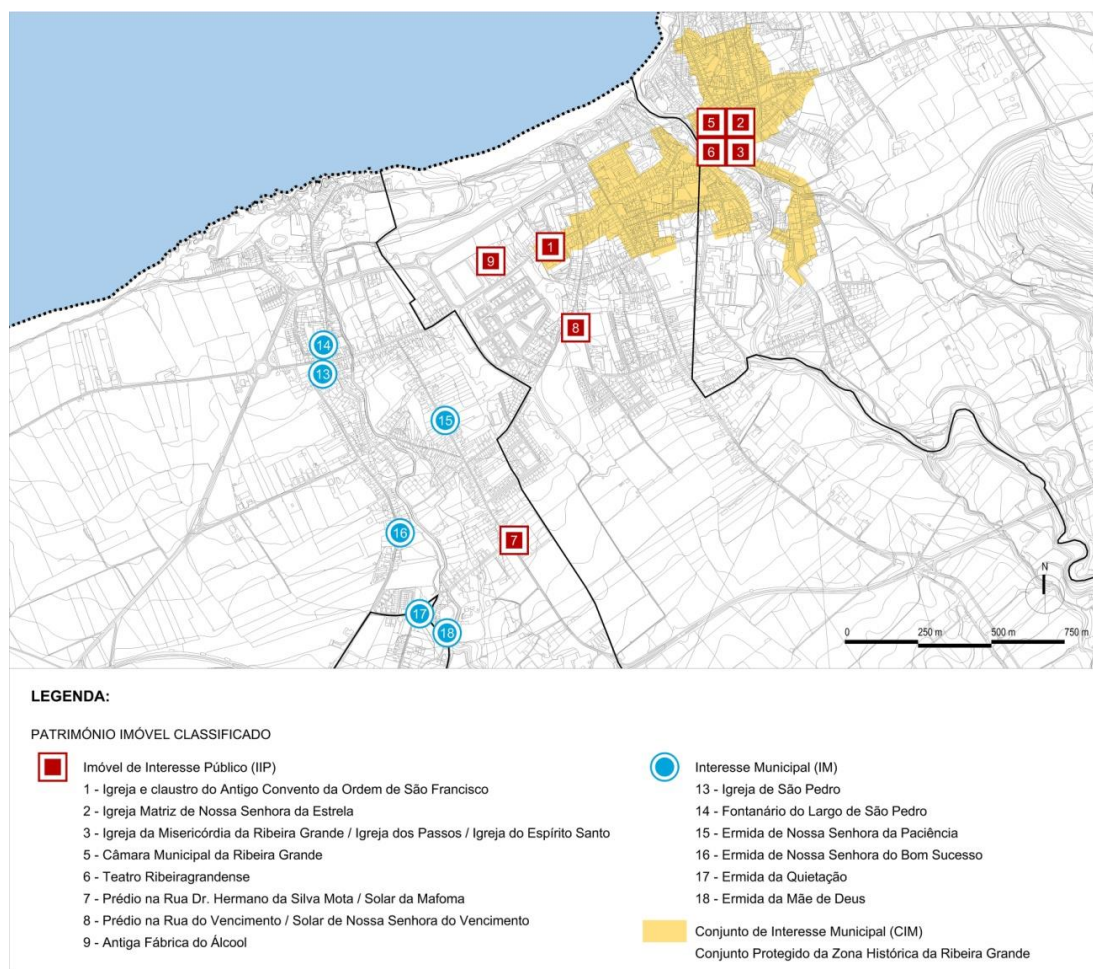


Figura 129. Património classificado na cidade e Conjunto Protegido da Zona Histórica da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013; Inventário do Património Imóvel dos Açores, 2008

²¹ Publicado através do Aviso n.º 23325/2010, de 12 de novembro.



Figura 130. Edifício dos Paços do Concelho e Teatro Ribeiragrandense.

Fonte: SPI

Os Estudos de Revisão do PDM fazem também referência ao Inventário do Património dos Açores, executado pelo Instituto Açoriano da Cultura, onde são identificados, no concelho da Ribeira Grande, 222 imóveis com interesse patrimonial²². Estes edifícios distribuem-se pelas várias freguesias, destacando-se as freguesias da Matriz, Conceição, Ribeira Seca e Rabo de Peixe, onde se concentram mais de metade (60%) dos imóveis identificados (Figura 131).

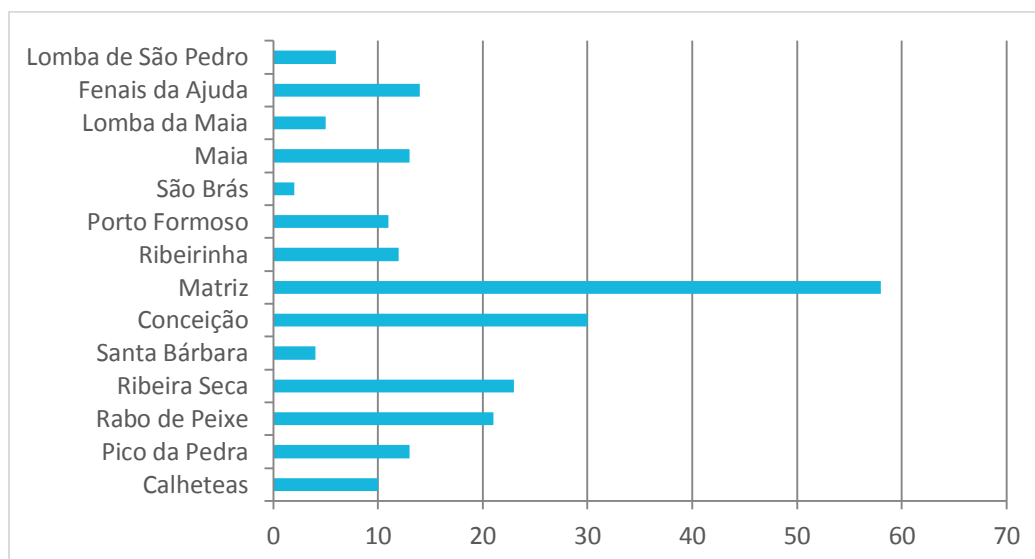


Figura 131. Número de imóveis com interesse arquitetónico distribuídos pelas freguesias da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013; Inventário do Património Imóvel dos Açores, 2008

²² Conjunto de elementos de tipo arquitetónico, urbano ou paisagístico com qualidade intrínseca e significativo valor coletivo, social ou cultural. Por si só, a extensão e pluralidade deste conceito justificam a inclusão no inventário de espécies fruto da mais recente arquitetura contemporânea a par de outras cuja construção poderá datar do início do povoamento das ilhas e, bem assim, elementos imóveis aparentemente pouco apelativos em relação a construções visivelmente notáveis.

A grande maioria do património identificado encontra-se em estado de conservação razoável (45%) e bom (30%), identificando-se uma percentagem menor, mas ainda assim relevante, em mau estado ou ruína (25%), particularmente nas freguesias de São Brás, Porto Formoso e Ribeirinha (Figura 132).

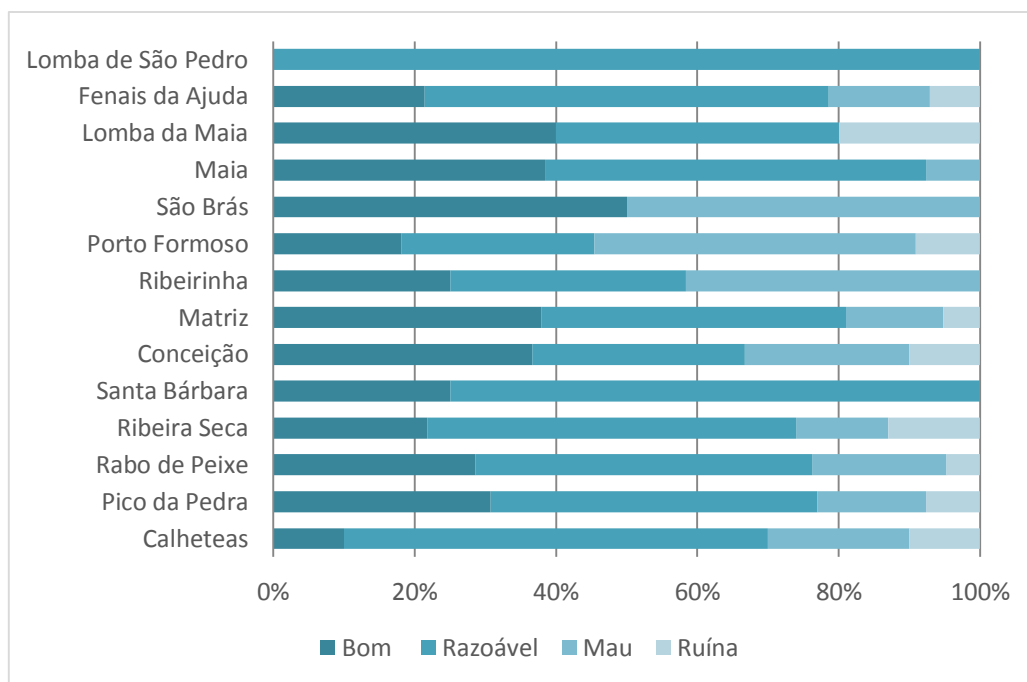


Figura 132. Estado de conservação do património arquitetónico do concelho da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013; Inventário do Património Imóvel dos Açores, 2008

Entre os vários aspetos assinaláveis do património urbanístico e arquitetónico da Ribeira Grande, destaca-se, pela qualidade, quantidade e variedade tipológica, um grupo de edifícios dispersos pela cidade mas imediatamente associáveis entre si pela semelhança dos elementos compositivos utilizados nas suas fachadas (Estilo Micaelense).

Segundo a informação presente no Inventário do Património Imóvel dos Açores²³, foi Luís Bernardo Leite de Ataíde, em 1950, quem primeiro reconheceu a existência destas construções, identificando os seus elementos estilísticos, e quem delimitou a distribuição geográfica do estilo arquitetónico micaelense. Ao utilizar esta designação para o conjunto de edifícios com as fachadas adornadas por elementos de valor expressivo, Leite de Ataíde identificava que esta combinação específica de elementos construtivos, compositivos, decorativos e simbólicos estava confinada à ilha de São Miguel, presente principalmente nas sedes de concelho.

²³ <http://www.inventario.iacultura.pt/smiguel/ribeira-grande/estilo-micaelense.html>

Este estilo caracteriza-se essencialmente por fachadas enquadradas por socos, cunhais ou pilastras e cornijas. Os vãos, frequentemente janelas de sacada, têm boas molduras, igualmente em cantaria, encimadas por duplo lintel e cornija (Figura 133). Os adornos em pedra vulcânica negra (basalto), que acentua o contraste entre as cantarias salientes e o fundo caiado das paredes, são característica-relevantes deste estilo.



Figura 133. Pormenores do estilo micaelense (cornija e varandas).

Fonte: <http://www.inventario.iacultura.pt/>

A diversidade tipológica dos edifícios onde se encontra patente o estilo micaelense é, igualmente, um aspeto a ter em consideração. Apesar de se encontrar em todo o tipo de habitações urbanas, desde a pequena casa térrea, à ermida, solar ou casa solarenga, este estilo está maioritariamente presente nas pequenas casas térreas, sendo uma forma de expressar o desejo de ascensão social. Estas tipologias podem dividir-se, genericamente, em três grupos: as casas solarengas, sempre com dois pisos e fachadas alongadas, algumas das quais acrescentadas de capela; as casas de um piso e fachada com uma porta entre duas janelas (as mais rudimentares, raras, têm só uma janela e uma porta); as casas correntes de dois pisos, bastante variáveis quanto à forma e à dimensão.

Relativamente à ocupação territorial por património arquitetónico com elementos do estilo micaelense na ilha de São Miguel, é no concelho da Ribeira Grande que se identifica a maior concentração destes edifícios (31). Neste concelho encontram-se os exemplares mais significativos, tanto do ponto de vista da representatividade como da excecionalidade, do edificado, sendo que é na cidade da Ribeira Grande (freguesias da Matriz e Conceição) e nas freguesias de Rabo de Peixe e Fenais da Ajuda que se encontra um maior número de edifícios com estas características (Figura 134).

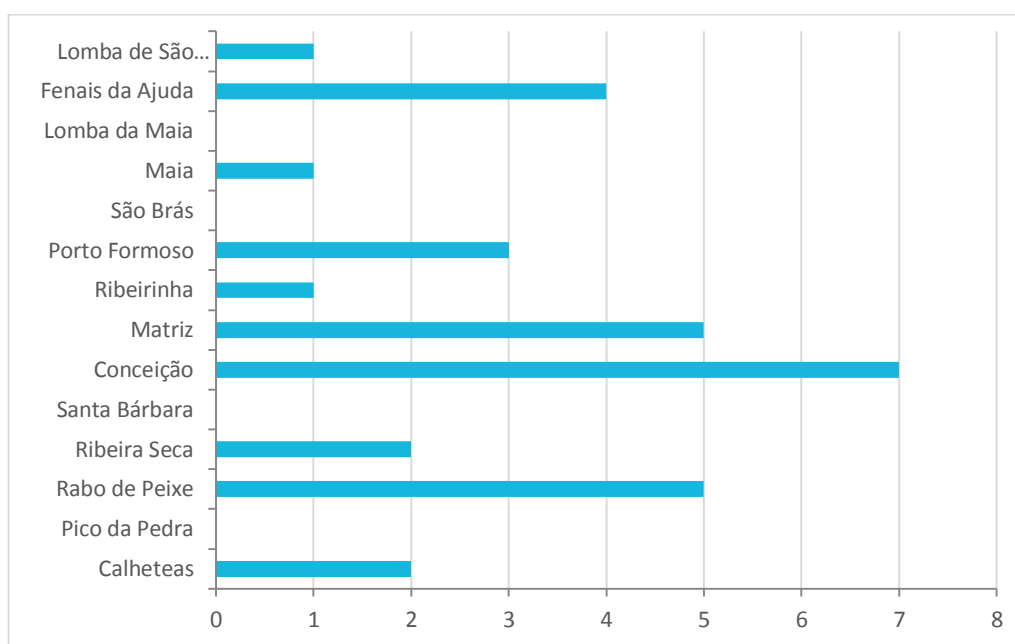


Figura 134. Número de edifícios de "Estilo Micaelense" presentes nas freguesias da Ribeira Grande.

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Para além dos edifícios identificados no inventário, podem encontrar-se, ainda, um pouco por todo o núcleo urbano da cidade, fachadas passíveis de serem integradas no estilo micaelense. Hoje, as habitações de maiores dimensões encontram-se devolutas, em ruínas, ou foram entretanto refuncionalizadas, dadas as suas características, para usos não habitacionais.

A situação mais preocupante está relacionada com os edifícios que se encontram em mau estado de conservação, pois o conjunto de edifícios do estilo micaelense, tanto dentro como fora da cidade, mas em particular as casas de habitação que se distribuem pelo núcleo urbano, constituem um dos mais importantes valores patrimoniais da Ribeira Grande.

2.14. Mobilidade e transportes

Condições de mobilidade no concelho

As condições de mobilidade e acessibilidade de pessoas e mercadorias representam um importante indicador de qualidade de vida da população, uma vez que refletem a proximidade a bens e serviços. São também um fator de competitividade entre centros urbanos, na disputa de funções a nível local, regional e nacional. A análise das características da mobilidade da população, por exemplo ao nível dos principais destinos, da duração dos deslocamentos e do principal modo de transportes, é essencial para identificar tendências e lacunas no sistema de mobilidade e transportes do concelho.

Comparando os vários concelhos, Ribeira Grande (26%), a par com Lagoa (38,7%), apresentam uma dependência superior a Ponta Delgada que, com uma percentagem de 7,9%, é aquele que menos depende dos concelhos vizinhos em matéria de emprego e educação, facto que, naturalmente, deriva do seu papel de capital regional e principal centro polarizador da ilha. Tendo em conta os dados disponíveis, é possível extrapolar que estas relações se concentram no triângulo Ribeira Grande – Ponta Delgada – Lagoa. Também o concelho de Vila Franca do Campo apresenta uma considerável dependência exterior em matéria de emprego e educação, sobretudo pela influência gerada por Ponta Delgada e, também, pelos concelhos da Ribeira Grande e Lagoa. A menor dependência dos concelhos do Nordeste e da Povoação pode ser explicada pela maior distância e menor acessibilidade ao sistema urbano estruturante da ilha e, também, pela matriz mais rural destes concelhos (Figura 135).

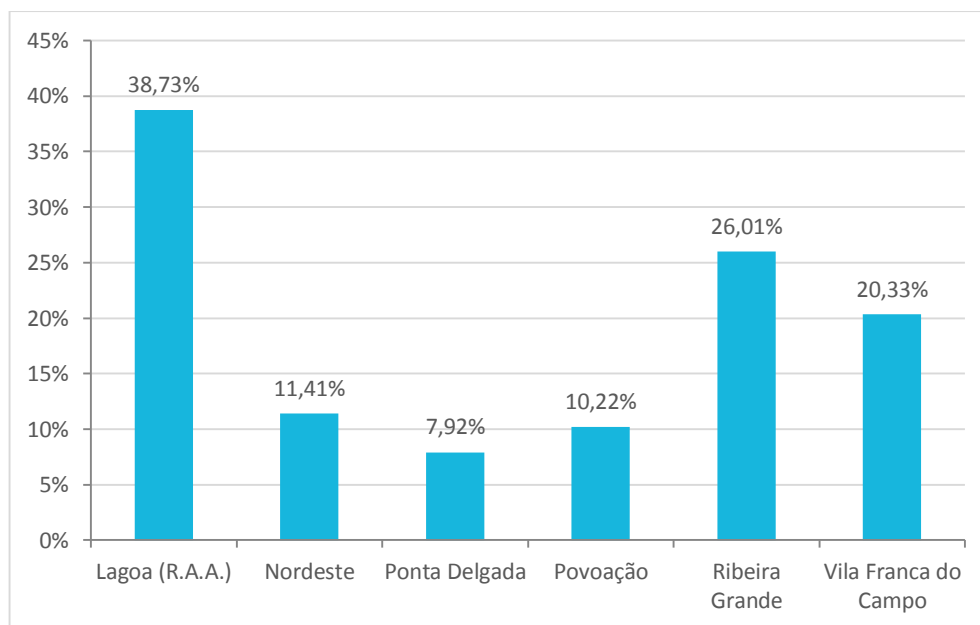


Figura 135. Proporção da população residente que trabalhava ou estudava noutro concelho na ilha de São Miguel em 2011.

Fonte: SPI

Dados: INE, Censos 2011

Como antes referido, de acordo com o recenseamento da população (2011), no município de Ribeira Grande cerca de 26% da população trabalha e estuda fora do concelho, gerando inúmeros movimentos pendulares entre o município e os concelhos vizinhos. As freguesias localizadas na 'zona poente' do concelho, que possuem relações estreitas com a cidade de Ponta Delgada, apresentam uma maior proporção de população residente que trabalha ou estuda fora do concelho, atingindo e excedendo, em alguns casos, o dobro da média concelhia (destaca-se a freguesia de Pico da Pedra, com cerca de 58%) (Figura 136).

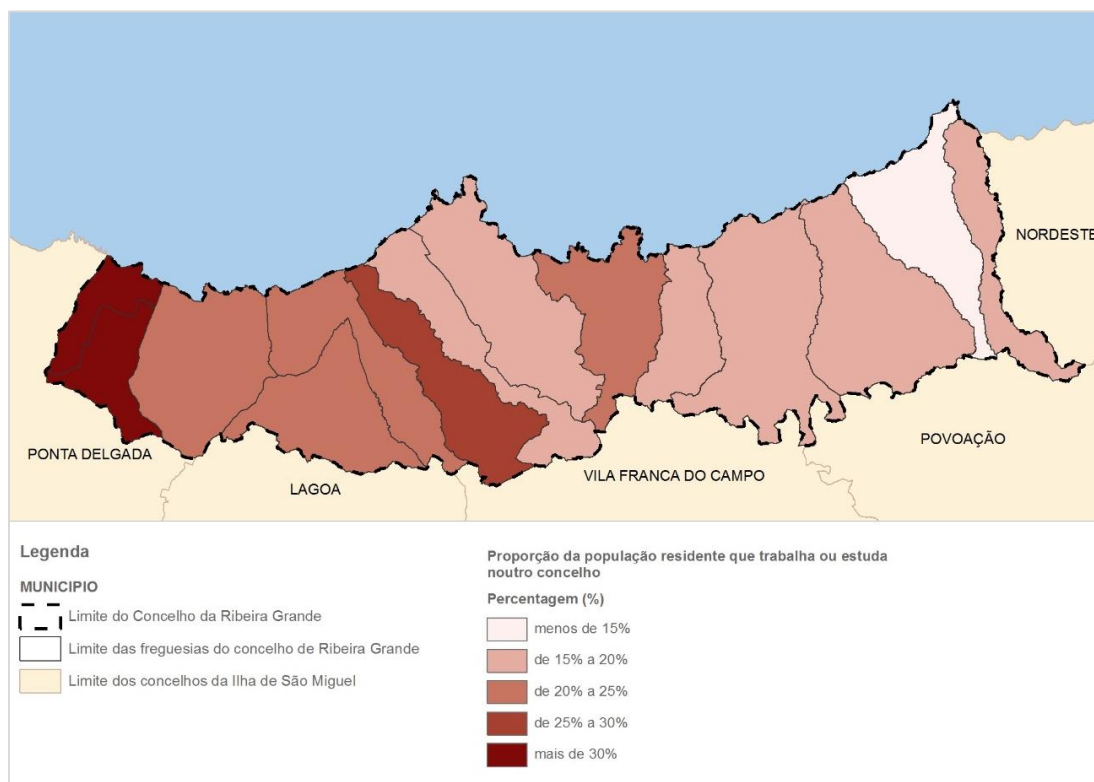


Figura 136. Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por freguesia (2011)

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento da população e habitação de 2011

No lado oposto do concelho, a nascente, surgem freguesias onde a proporção da população residente com deslocações pendulares para fora do concelho é inferior, menor que 15%, onde se destaca, com o menor valor do concelho, a freguesia de Fenais da Ajuda (11%).

Entre 2001 e 2011, observaram-se alterações consideráveis nas dinâmicas diárias da população residente em algumas freguesias do concelho, destacando-se o aumento considerável da proporção de população que residente na cidade de Ribeira Grande (freguesia Matriz e Conceição) que trabalha ou estuda fora do concelho (com taxas de variação de 17% e 29%, respetivamente) e a diminuição desta proporção em algumas freguesias localizadas a nascente, como é o caso de Fenais da Ajuda, São Brás e Lomba da Maia (com taxas de variação de -44%, -25% e -9%) (Figura 137).

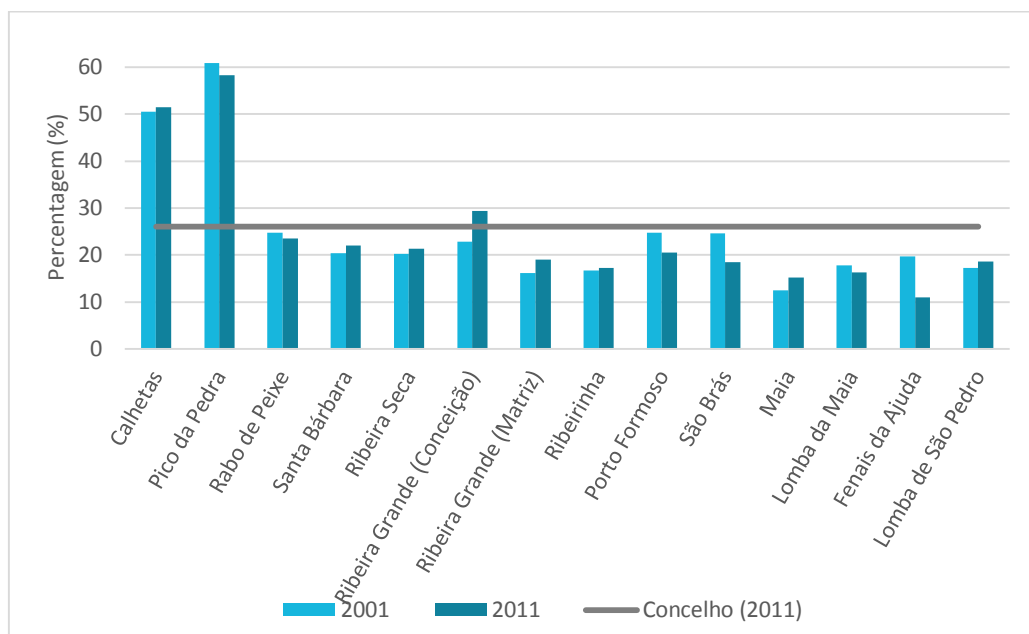


Figura 137. Proporção da população residente que trabalha ou estuda noutro município (%) por freguesia (2001 e 2011)

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento da população e habitação de 2011

O principal destino da população empregada fora do concelho da Ribeira Grande é o concelho de Ponta Delgada, que tem um elevado poder de atração de população, gerando 85% do total deslocações para fora do concelho Ribeira Grande. Os restantes municípios da ilha de São Miguel possuem um papel reduzido nas dinâmicas diárias da população empregada residente no concelho, uma vez que, individualmente, nunca representam mais de 10% das deslocações (Figura 138).

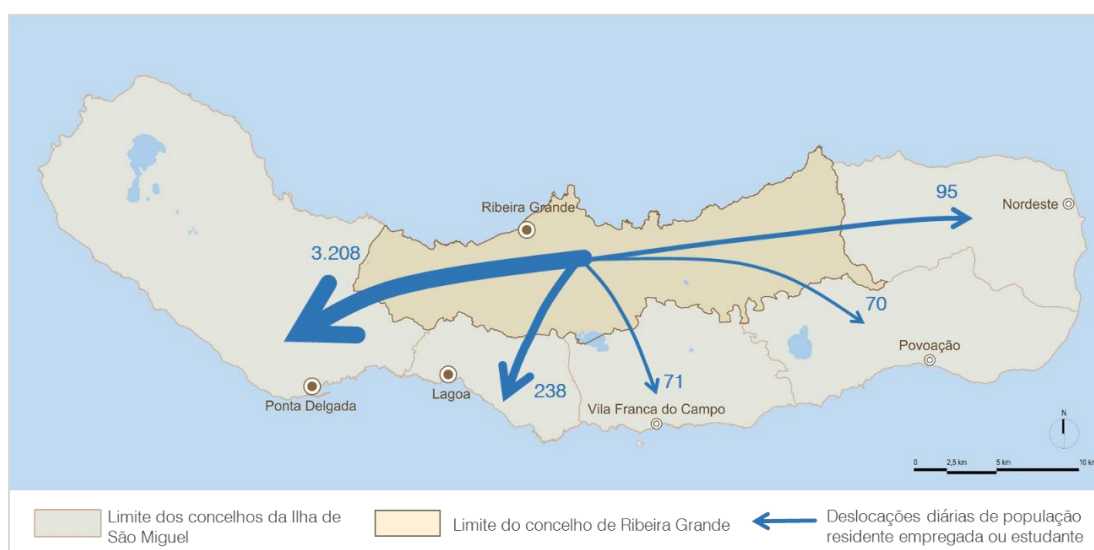


Figura 138. Movimentos de saída do concelho de Ribeira Grande, por parte da população residente que trabalha ou estuda noutro concelho

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento da população e habitação de 2011

Analisando as dinâmicas de atração e repulsão da população empregada, destaca-se que, apesar da taxa de repulsão do concelho de Ribeira Grande ser elevada (cerca de 30%, apenas inferior à do concelho de Lagoa), a taxa de atração é superior à média da ilha de São Miguel, mitigando o impacto gerado pela saída diária de cerca de 3.700 indivíduos (Tabela 24).

Tabela 24. Indicadores de atratividade e repulsão dos concelhos da Ilha de São Miguel, Açores (2011)

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento da população e habitação de 2011

Concelho	População que entra do concelho para trabalhar (N.º)	População que sai do concelho para trabalhar (N.º)	Taxa de Atração ²⁴	Taxa de Repulsão ²⁵
Lagoa	1057	2743	18,4	47,6
Nordeste	206	217	11,1	11,7
Ponta Delgada	6334	2465	21,6	8,4
Povoação	178	277	7,8	12,2
Ribeira Grande	2023	3727	16,5	30,5
Vila Franca do Campo	361	987	9,4	25,8

A população que se desloca para a Ribeira Grande para trabalhar tem como principal origem o concelho de Ponta Delgada, reforçando, assim, as sinergias existentes entre estes dois municípios. Contudo, importa destacar a preponderância de Ponta Delgada em relação ao concelho de Ribeira Grande, expressa num maior número de movimentos de saída de Ribeira Grande em relação aos movimentos de saída de Ponta Delgada.

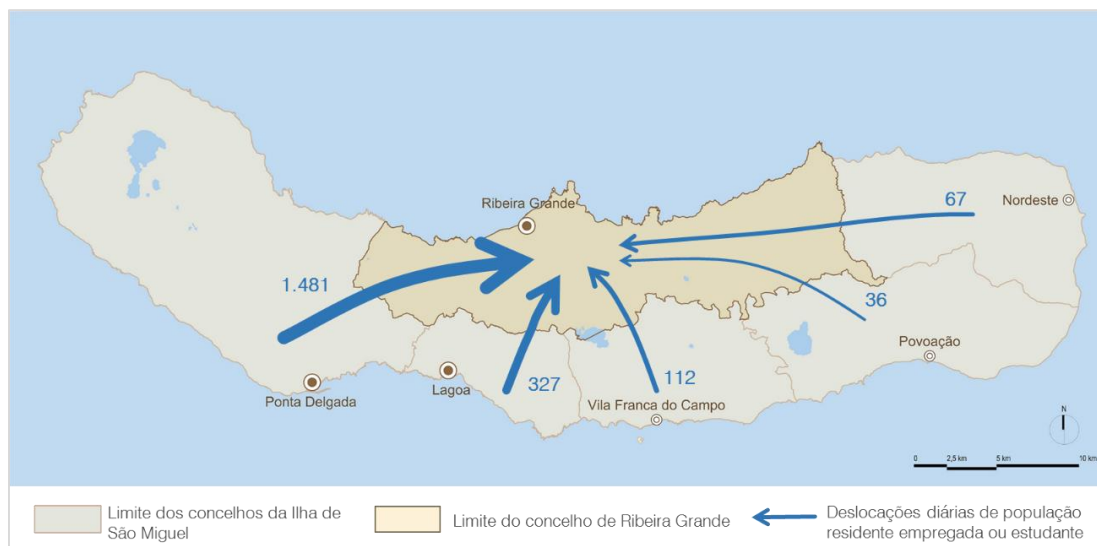


Figura 139. Movimentos de entrada no concelho de Ribeira Grande, por parte da população residente noutro concelho e que trabalha ou estuda no concelho de Ribeira Grande

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento da população e habitação de 2011

²⁴ Taxa de atração da população empregada = População que entra na unidade territorial para trabalhar / População residente na unidade territorial (empregada) x 100

²⁵ Taxa de repulsão da população empregada = População que sai da unidade territorial para trabalhar / População residente na unidade territorial (empregada) x 100

Em relação aos restantes municípios, destaca-se a entrada no concelho de Ribeira Grande de população para trabalhar proveniente dos concelhos de Lagoa e Vila Franca do Campo, registando valores superiores aos de saída de Ribeira Grande para estes municípios.

Relativamente às dinâmicas internas, na Ribeira Grande aproximadamente um terço da população empregada trabalha na freguesia onde reside, valor semelhante à média da ilha de São Miguel, comprovando a existência de uma dinâmica local considerável. No entanto, esta tendência não é transversal a todas as freguesias do concelho, existindo freguesias que empregam uma percentagem reduzida dos seus residentes (e.g. Calhetas, onde apenas 9% dos seus residentes empregados trabalham na freguesia), significando que existem diariamente volumes consideráveis de movimentos pendulares internos, entre freguesias.

A freguesia com maior capacidade de retenção é Rabo de Peixe, onde cerca de metade da população residente trabalha na própria freguesia, sendo a atividade económica predominante a agricultura (36% da população empregada que trabalha e reside em Rabo de Peixe). Com uma situação oposta surge a freguesia de Calhetas, onde mais de 90% da população residente se desloca para fora da freguesia para trabalhar (Figura 140).

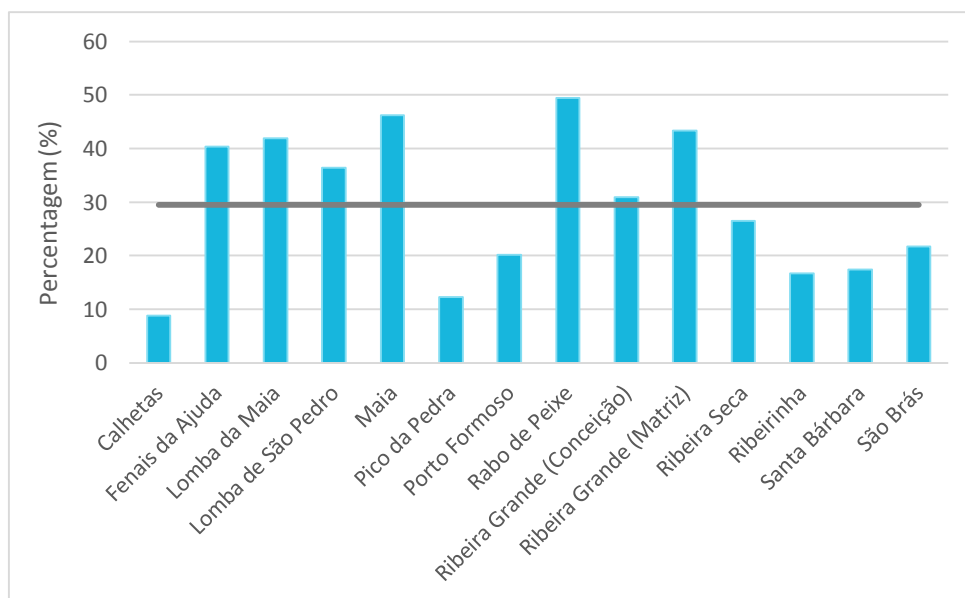


Figura 140. Proporção da população residente que trabalha na freguesia onde reside

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento da população e habitação de 2011

As freguesias com maior dependência de outras freguesias do concelho, isto é, com elevada proporção da população empregada que trabalha noutra freguesia do concelho, são as freguesias localizadas em torno do centro da cidade de Ribeira Grande e a nascente desta, nomeadamente Ribeirinha, Porto Formoso, São Brás, Ribeira Seca e Santa Bárbara, comprovando a existência de uma dinâmica considerável de movimentos pendulares entre estas freguesias e a sede de concelho. Na freguesia da Ribeirinha, cerca de 59% da população empregada trabalha noutra freguesia do concelho da Ribeira Grande (Figura 141).

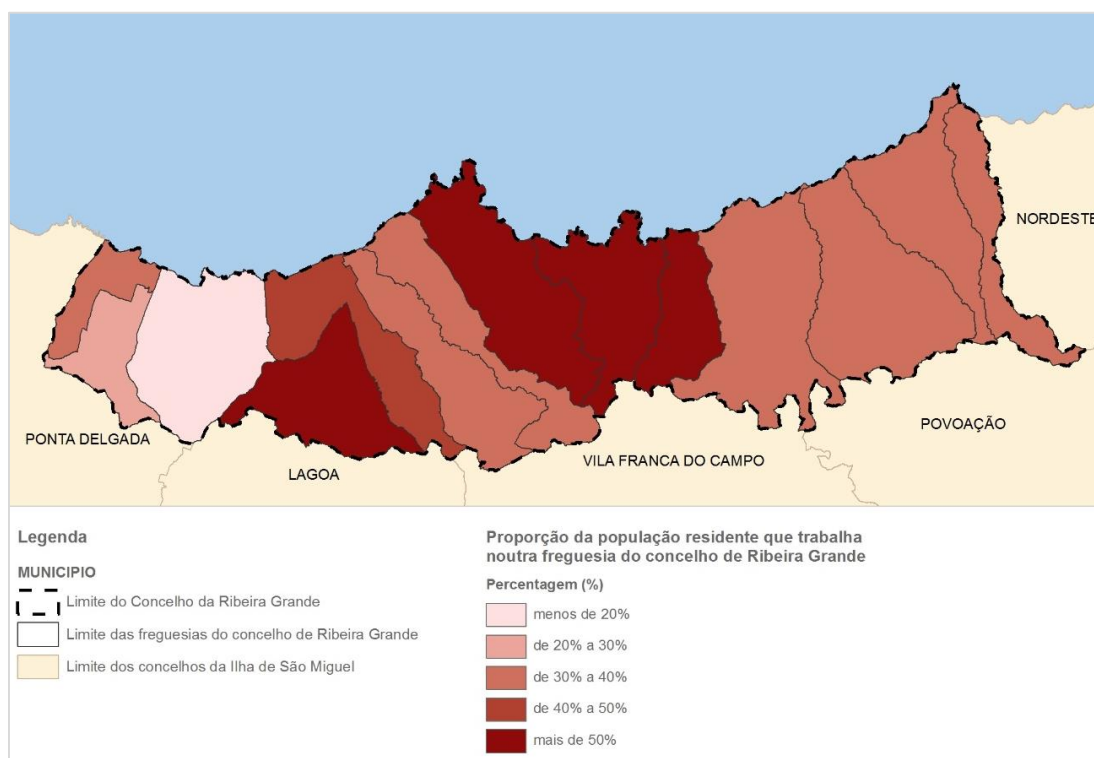


Figura 141. Proporção da população residente que trabalha noutra freguesia do concelho de Ribeira Grande

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento da população e habitação de 2011

Em 2011, de acordo com o recenseamento da população, os movimentos pendulares no concelho registaram uma duração média de cerca de 15 minutos, valor inferior ao verificado em 2001 (17 minutos). Esta redução poderá ser consequência da construção de novas infraestruturas rodoviárias (SCUT Ribeira Grande-Nordeste e outras variantes), que proporcionaram uma melhor acessibilidade interna e externa (Figura 142).

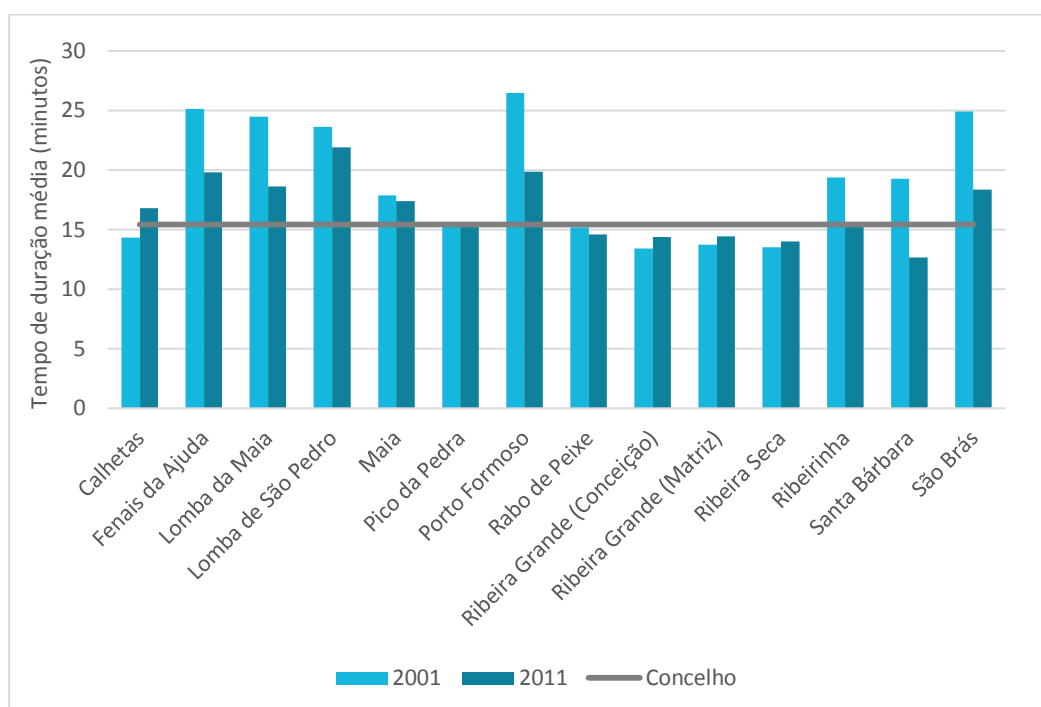


Figura 142. Duração média dos movimentos pendulares (min) da população residente empregada ou estudante por freguesia

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento da população e habitação de 2011

No que diz respeito à repartição modal dos movimentos pendulares gerados pelos residentes do concelho de Ribeira Grande, destaca-se que, em 2011, as deslocações diárias se realizaram maioritariamente de automóvel (52%), tendo-se alterado substancialmente o comportamento da população entre 2001 e 2011. Em 2001, as deslocações diárias eram realizadas na maioria dos casos (43%) a pé, tendo este meio de deslocação perdido importância na última década, representando, em 2011, cerca de 28% do total de movimentos pendulares. Entre 2001 e 2011, o automóvel individual dominou as preferências da população, tendo o número de movimentos pendulares que utilizam este meio de transporte crescido cerca de 120% (como condutor ou passageiro).

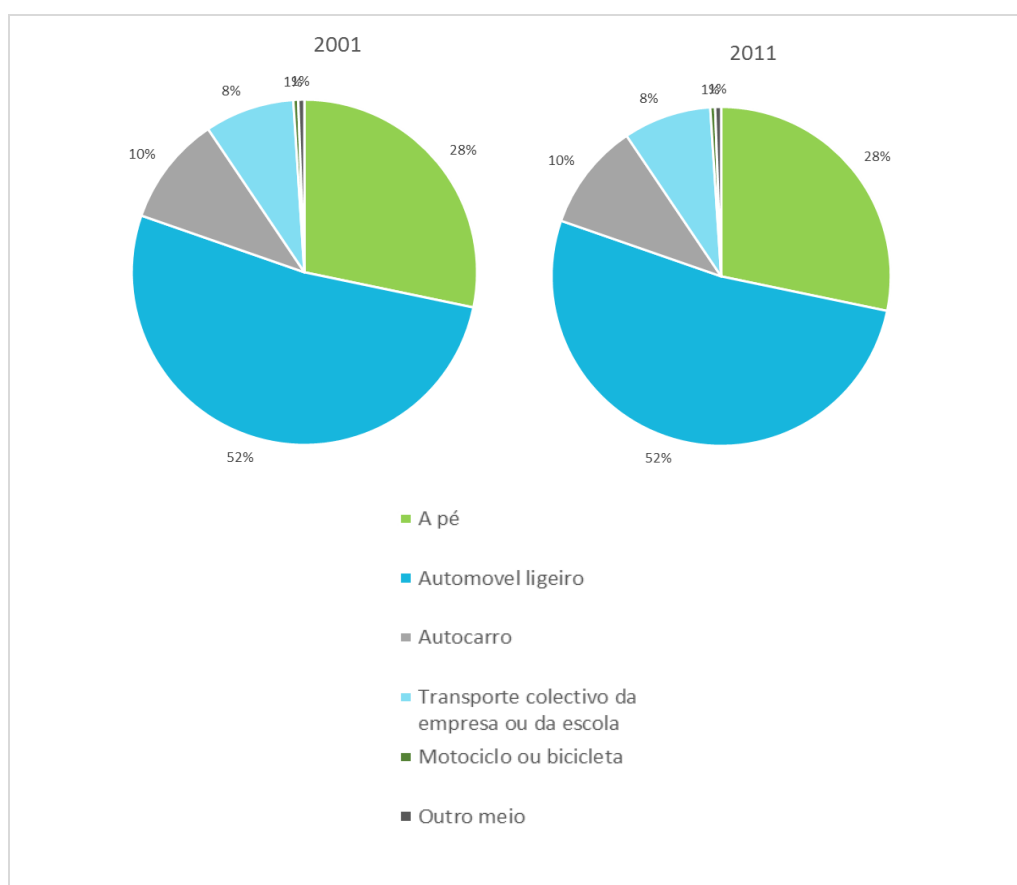


Figura 143. Meio de transporte mais utilizado nos movimentos pendulares no concelho (em 2001 e 2011)

Fonte: SPI

Dados: INE, recenseamento da população e habitação de 2011

No que diz respeito ao transporte coletivo, importa destacar a perda de importância do transporte coletivo de empresa e/ou da escola (de 15% para 8% entre 2001 e 2011), e a baixa utilização do autocarro, que se manteve nos 10%.

A preferência pelo automóvel como meio de transporte principal é também evidente na tendência de crescimento do parque automóvel do concelho de Ribeira Grande, que registou, nos últimos anos, variações positivas superiores ao país e à ilha de São Miguel. Entre 2005 e 2013, o concelho da Ribeira Grande registou um aumento de cerca de 50%²⁶ do parque automóvel, em contraponto com 21% registados em todo o território nacional e 36% verificados na Ilha de São Miguel.

Em síntese, a maioria da população residente desloca-se diariamente da freguesia residente para outras freguesias do concelho ou para outros concelhos (cerca de 64% da população empregada), sendo evidente que o concelho de Ponta Delgada tem um elevado poder de atração de população empregada no concelho. Existe, por isso, um número elevado de

²⁶ De acordo com os dados do Instituto de Seguros de Portugal, considerando o Parque Automóvel Segurado (ligeiro) – www.isp.pt.

movimentos pendulares entre Ribeira Grande e Ponta Delgada. O automóvel tem ganho cada vez mais importância no sistema de transportes do concelho, sendo que o transporte coletivo tem pouco peso nas deslocações diárias da população.

Infraestruturas viárias e serviços de transportes

Os efeitos da insularidade têm consequências no acesso a bens e serviços por parte da população, sendo determinante a existência de uma rede de acessibilidades regionais e locais forte que abarque diversos modos e serviços de transporte. Inserido na ilha de São Miguel, o concelho de Ribeira Grande beneficia de infraestruturas portuárias, aeroportuárias e rodoviárias, que garantem o acesso internacional, nacional regional e local. As infraestruturas portuárias e aeroportuárias localizam-se no concelho de Ponta Delgada, a cerca de 20 km, garantindo a sua conexão ao exterior.

O aeroporto João Paulo II é o principal aeroporto do arquipélago, onde desembarcam anualmente cerca de 440.000 passageiros²⁷ (apenas 3% dos passageiros que desembarcam em todos os aeroportos nacionais), possuindo serviços com rotas nacionais e internacionais operados pela TAP, pela SATA Açores e SATA Internacional (E.U.A, Canadá e Europa). Este aeroporto possui um plano de expansão, que tem em vista o desenvolvimento de uma plataforma logística que a longo prazo se poderá articular com o porto marítimo.

O Porto de Ponta Delgada, situado na costa sul, suporta operações de transporte de mercadorias e de passageiros. No que diz respeito ao transporte de passageiros, destacam-se duas tipologias: o transporte regular inter-ilhas, assegurado pela Atlânticoline entre maio e setembro; e os cruzeiros turísticos, que atracam ao longo de todo o ano.

Na Ilha de São Miguel o sistema de mobilidade interna assenta na rede rodoviária regional, que permite a ligação entre os diversos concelhos, estabelecendo a conexão entre os principais aglomerados urbanos.

Rede rodoviária regional

O concelho da Ribeira Grande beneficia de diversas infraestruturas rodoviárias que permitem a sua inserção na ilha de São Miguel, aproximando-o dos principais centros urbanos e principalmente de Ponta Delgada, da qual dista pouco menos de 30 minutos.

A rede rodoviária regional (Figura 144) tem como principal função estabelecer a ligação entre os polos urbanos e económicos de maior expressão na ilha de São Miguel, encontrando-se segregada em duas categorias: estradas principais e estradas secundárias

²⁷ De acordo com os dados do INE, entre passageiros desembarcados (N.º) nos aeroportos por Localização geográfica entre 2004 e 2012.

As estradas regionais principais, que constituem a malha fundamental da ilha, têm como principal eixo viário a estrada regional principal n.º 1 (ER 1 -1.^a), que circunda a ilha junto à linha de costa e que conecta os aglomerados de Ponta Delgada, Mosteiros, Ribeira Grande, Furnas, Vila Franca do Campo e Lagoa. A partir desta infraestrutura rodoviária desenvolvem-se eixos transversais que conectam as costas sul e norte da ilha e ligam os principais aglomerados da Região, e que permitem a ligação de Ribeira Grande com:

- Povoação, através da ER 2 – 1.^a (ER1-1.^a/Maia – Furnas/ER1-1.^a);
- Ponta Delgada, pela ER 3 -1^a (Ribeira Grande – Ponta Delgada);

Recentemente, foram construídos novos eixos rodoviários, que se constituem como alternativas a alguns troços da rede viária regional referida anteriormente. Estas vias proporcionam uma melhoria na mobilidade e acessibilidade da população, permitindo a ligação mais rápida e segura entre os principais núcleos urbanos da ilha de São Miguel, designadamente:

- O Eixo Norte/Sul, que liga Ribeira Grande à cidade de Lagoa;
- O Eixo Norte, que conecta Ribeira Grande ao Nordeste;
- O Eixo Sul, que articula o Aeroporto de Ponta Delgada, Lagoa e Vila Franca do Campo.

Estes eixos viários possuem perfil de autoestrada, contudo não possuem custo para o utilizador (SCUT), encontrando-se concessionadas à empresa Euroscut Açores - Sociedade Concessionária da SCUT dos Açores S.A. Inserem-se na rede rodoviária regional, não se encontrando ainda classificados.

As estradas regionais secundárias complementam e estabelecem a ligação à rede fundamental antes identificada, com destaque para a:

- Ligação de Ribeira Grande com Lagoa, a partir da ER 5 – 2.^a;
- Ligação de Lomba da Maia a Vila Franca do Campo, através da ER 4 – 2.^a;
- Ligação de Rabo de Peixe a Ponta Delgada, pela ER 7 – 2.^a.

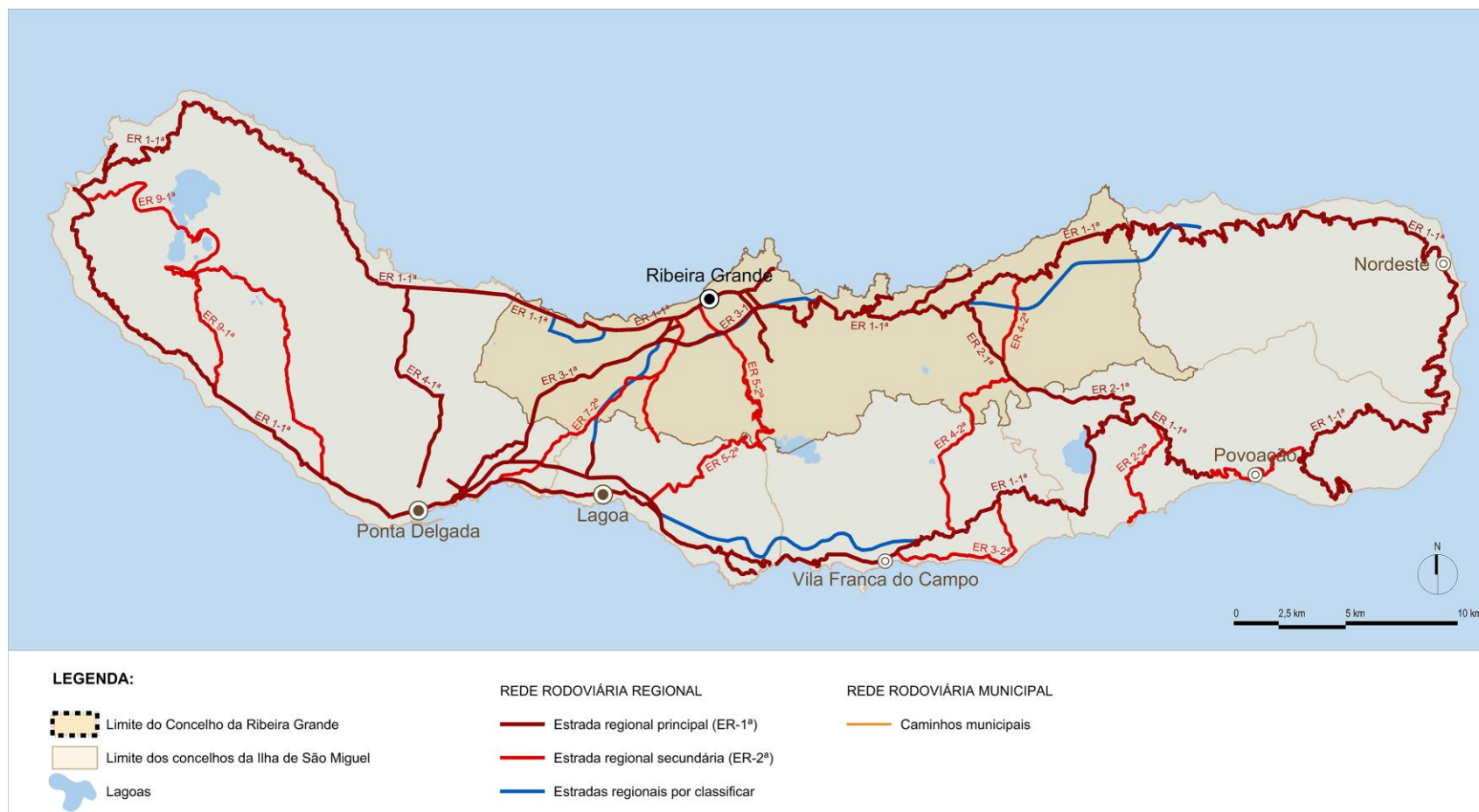


Figura 144. Rede rodoviária da ilha de São Miguel

Fonte: SPI

Rede rodoviária intraconcelhia

A rede rodoviária do concelho da Ribeira Grande (Figura 145) estrutura-se a partir da rede rodoviária fundamental regional. A ER 1 – 1.^a atravessa o concelho de este a oeste e estabelece a ligação entre todos os núcleos urbanos do concelho. Ao longo do seu traçado esta via assume funções e características diferentes, adaptando-se ao meio onde se insere, nomeadamente quando atravessa os aglomerados urbanos.

Esta sobreposição de funções (tráfego de atravessamento versus tráfego local) compromete, por vezes, o escoamento do tráfego rodoviário, e cria constrangimentos à circulação pedonal e ciclável. Todavia, as novas vias rápidas antes mencionadas e as variantes, vieram minimizar o impacto automóvel nas áreas urbanas, principalmente do tráfego de atravessamento, facilitando e tornando mais seguro a circulação viária em determinados troços do traçado da ER 1 – 1.^a, com destaque para:

- A variante de Rabo de Peixe;
- A variante envolvente à Ribeira Grande;

Complementarmente a estas intervenções, de acordo com os Estudos de Revisão do PDM, encontra-se prevista para o concelho a reabilitação ou beneficiação de alguns troços de vias regionais:

- Troço da ER1-1.^a na freguesia de Ribeirinha (reabilitação);
- Ramal para as caldeiras da Ribeira Grande (freguesia de Ribeirinha);
- Ramal para Porto Formoso;
- ER1-1.^a, em Lombinha da Maia (obras iniciadas);
- Ligação Ribeira Grande-Lagoa, através da ER6-2.^a (estrada terrestre com interesse histórico pois era a única ligação entre estes concelhos; continuam os trabalhos de beneficiação, faltando apenas o troço Chão do Rego de Água-Cinco Caminhos – 2/3km).

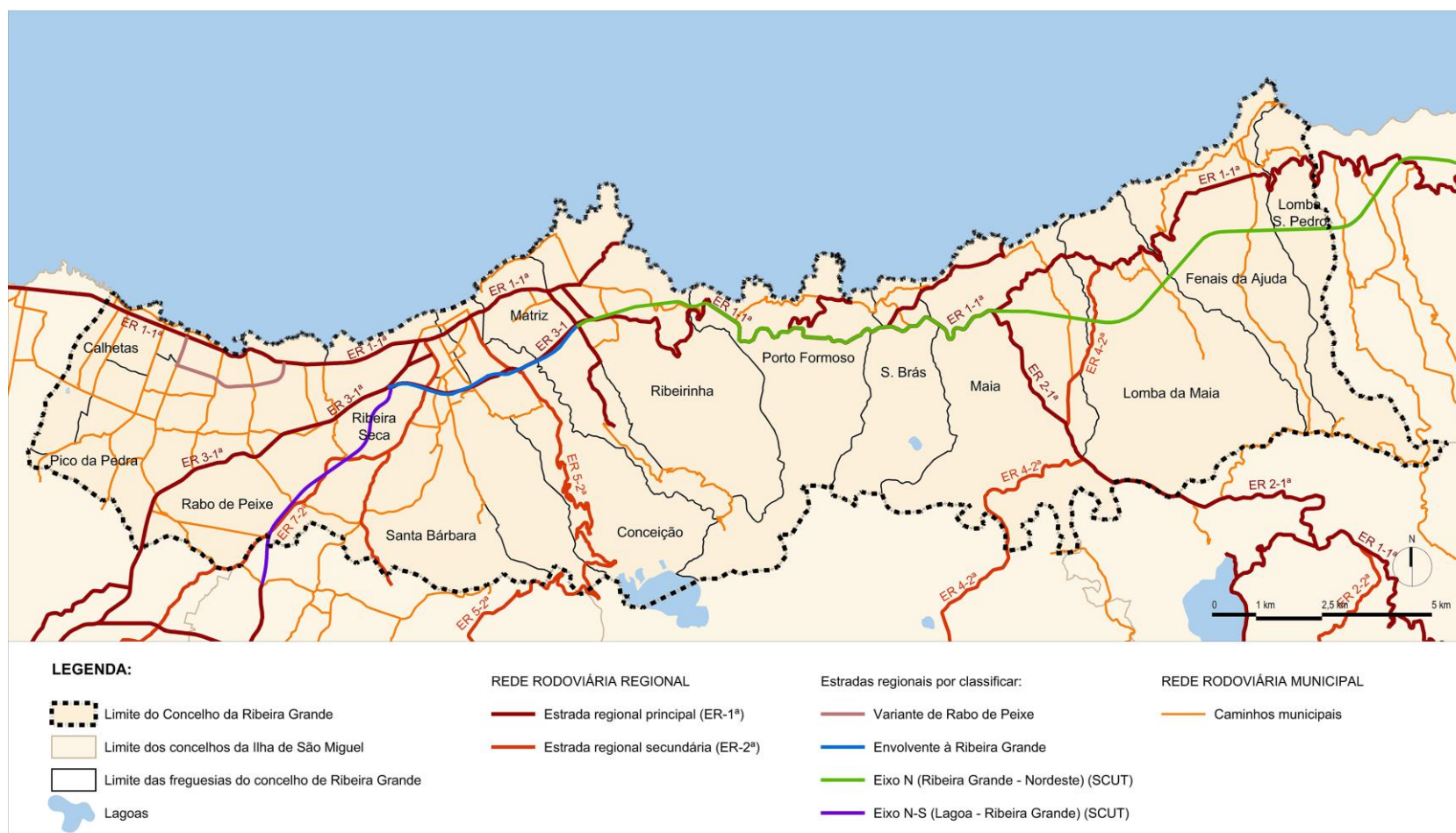


Figura 145. Rede rodoviária do concelho de Ribeira Grande

Fonte: SPI

A rede municipal tem como principal função “permitir a circulação de pessoas e veículos dentro dos povoados, das áreas da respetiva circunscrição territorial e estabelecer o acesso a explorações agrícolas e pecuárias situadas abaixo da cota dos 250m”²⁸. A rede concelhia é composta por diversos caminhos municipais que, segundo o Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na RAA, “permitem a ligação de algumas povoações entre si ou, isoladamente, cada povoação à sede do município ou a outras vias da rede regional ou municipal.” Contudo, uma vez que o concelho de Ribeira Grande se encontra densamente servido por estradas regionais, a rede municipal possui um papel reduzido nas ligações entre aglomerados, estabelecendo maioritariamente ligações entre os aglomerados e a ER 1 – 1.^a.

No que diz respeito à rede viária urbana, que permite a distribuição e o acesso local, importa destacar que esta apresenta inúmeras lacunas, ao nível da morfologia/estrutura da rede e das suas características físicas. Na estrutura da rede viária de algumas freguesias sobressaem as vias sem saída, que criam entraves à circulação viária no interior dos aglomerados urbanos, em especial nas freguesias da Ribeira Grande (Conceição e Matriz), Pico da Pedra, Rabo de Peixe e Maia. Relativamente às características da rede viária, evidencia-se a percentagem elevada de vias em mau estado de conservação, especialmente as vias das freguesias de Lomba da Maia, Lomba de S. Pedro e Porto Formoso (Figura 146).

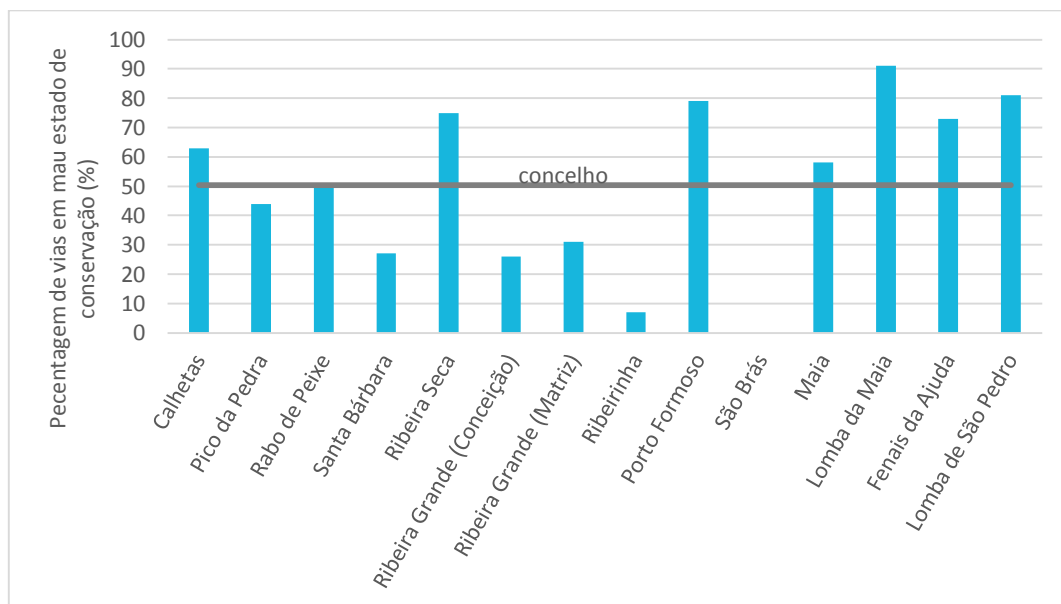


Figura 146. Percentagem de vias em mau estado de conservação por freguesia

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

²⁸ Decreto Legislativo Regional n.º 18/2003/A - Estatuto das Vias de Comunicação Terrestre na Região Autónoma dos Açores.

Por fim, importa ainda referir que, nas zonas consolidadas dos núcleos urbanos, as vias possuem maioritariamente perfis estreitos, sendo o espaço dedicado ao peão reduzido e em alguns casos inexistente.

Transportes coletivos rodoviários

No concelho da Ribeira Grande, os serviços de transporte rodoviário de passageiros assumem um papel importante na mobilidade da população quer ao nível concelhio, quer ao nível da ilha (Figura 147). De acordo com os dados do recenseamento da população, cerca de 10% da população utiliza este meio de transporte nas suas deslocações diárias.

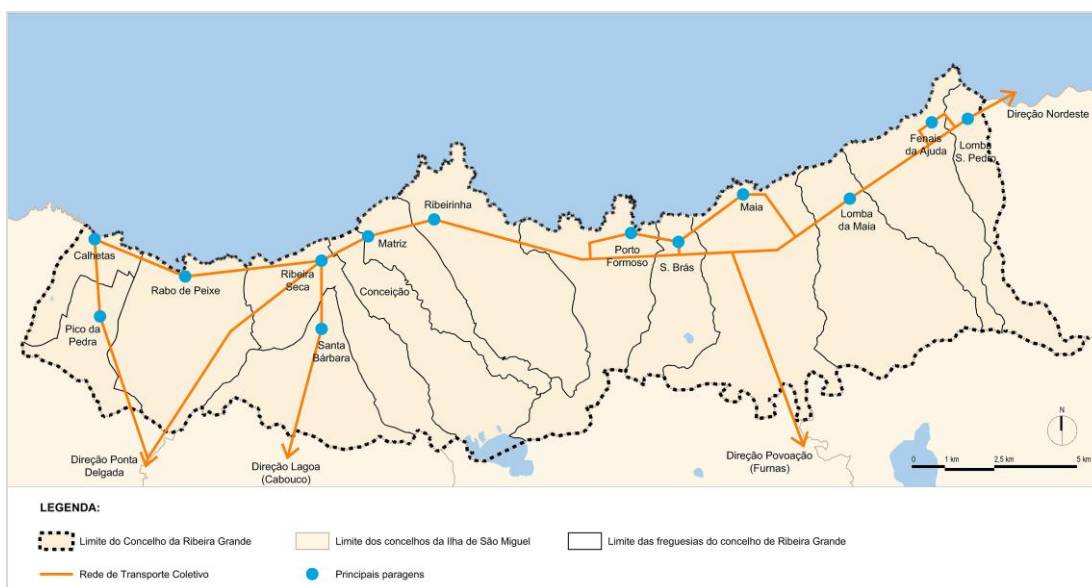


Figura 147. Rede de transportes rodoviário de passageiro

Fonte: SPI

Dados: CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013

Os serviços de transporte coletivo rodoviário existentes no concelho são suportados pela empresa CRP – Caetano, Raposo, e Pereiras, Lda., e têm como ponto central o terminal rodoviário de Ribeira Grande localizado no interior da cidade. Esta empresa opera serviços intra e interconcelhios, existindo paragens de autocarros nos principais aglomerados urbanos e sedes de freguesia do concelho.

Os percursos interconcelhios incluem ligações a Ponta Delgada, Lagoa (Cabouco), Povoação, Furnas e Nordeste. Contudo, apenas a ligação entre Ribeira Grande e Ponta Delgada apresenta frequências elevadas (cerca de 55 circulações por dia, nos dois sentidos), reforçando as relações estreitas entre estes polos. Os restantes serviços interconcelhios apresentam frequências baixas, inferiores a 10 circulações por dia, nos dois sentidos).

Relativamente às ligações internas, destaca-se o eixo Ribeira Seca-Ribeira Grande, pela maior frequência de serviços de transporte, sendo abrangido por diversas carreiras e apresentando, consequentemente, várias alternativas de percursos para a população residente nestes locais.

Mobilidade suave

Na última década observou-se a diminuição substancial da percentagem de população que se desloca a pé no seu dia-a-dia, de 43% em 2001 para 28% em 2011. Esta alteração comportamental poderá ter como principal origem as mudanças nas dinâmicas de emprego e no aumento do parque automóvel, mas também nas características débeis da rede pedonal. Atualmente, nas áreas urbanas do concelho de Ribeira Grande o espaço dedicado aos peões é reduzido, com pequena largura útil, e por vezes inexistente, não existindo uma rede contínua e segura que permita a articulação dos diversos espaços funcionais no interior dos núcleos urbanos. Em alguns casos, os peões circulam na via, tendo como consequência a existência de diversos conflitos inerentes à partilha de espaço com o peão (redução de velocidade por parte do automóvel, insegurança para o peão, entre outros).

Relativamente a percursos pedestres lúdicos, no concelho de Ribeira Grande encontram-se definidos quatro trilhos com características distintas, que permitem o usufruto da paisagem natural do concelho:

- O trilho de Salto do Cabrito, com cerca de 3,5 km, que se inicia junto à Central Geotérmica do Pico Vermelho e termina nas Caldeiras da Ribeira Grande.
- O trilho de Chá Gorreana, com cerca de 6 km, que começa e termina junto à Fábrica de Chá Gorreana.
- O trilho de Praia da Viola, com cerca de 5 km, que tem início no Porto Novo e desenvolve-se ao longo do litoral, por um caminho de pé posto, em direção à freguesia da Lomba da Maia.
- O trilho de Moinhos da Ribeira Funda, com cerca de 3,1 km, que inicia e termina na Ribeira Funda (Fenais da Ajuda), junto à Ermida da Nossa Senhora da Aflição.

No que diz respeito à bicicleta, a sua utilização é reduzida, quer nas deslocações diárias da população, quer para fins lúdicos, existindo apenas infraestruturas específicas de apoio a este meio de transportes no Passeio Marítimo da cidade de Ribeira Grande, não se encontrando definida uma rede ciclável contínua e segura.

Importa salientar que, apesar dos contrastes na fisiografia do território, é possível a definição de uma rede de mobilidade suave que potencie as zonas de baixo declive e os valores naturais e paisagísticos existentes no território, permitindo a articulação entre os diversos pontos de interesse do concelho e os aglomerados urbanos.

2.15. Condicionantes legais

De acordo com a legislação em vigor, existe um conjunto de figuras legais que, de algum modo, condicionam a ocupação do território ou constituem servidões administrativas e outras restrições de utilidade pública ao uso do solo em domínios vários como o património natural e cultural, infraestruturas básicas e equipamentos. No caso concreto do concelho da Ribeira Grande, para além das servidões administrativas associadas às infraestruturas urbanas (não cartografadas), destaca-se a presença das seguintes condicionantes legais:

Proteção dos Solos e da Natureza

- Reserva Agrícola Regional (RAR);
- Reserva Ecológica (RE);
- Monumento Natural Regional - Caldeira Velha;
- Reserva Natural da Lagoa do Fogo;
- Sítio de Importância Comunitária da Lagoa do Fogo;

Recursos Hídricos

- Domínio Hídrico (DH);
- Reservas Hídricas;

Recursos Minerais e Geológicos

- Servidões de Exploração de Massas Minerais – Pedreiras;

Conservação do Património Edificado

- Património Classificado - Imóveis de Interesse Público.

Estas condicionantes visam a conservação da natureza e salvaguarda dos valores e recursos naturais e culturais e/ou a proteção de investimentos públicos de natureza variada, e determinam a consideração de diversos instrumentos legais que impõem restrições ao uso do solo, quer cobrindo vastas áreas de recursos naturais relevantes, quer constituindo servidões de proteção a infraestruturas e/ou equipamentos.

A RAR integra o conjunto das áreas que, em termos agroclimáticos, geomorfológicos e pedológicos, apresentam maior aptidão para a atividade agrícola, definindo um regime²⁹ que visa a sua salvaguarda. No concelho de Ribeira Grande cerca de 20% do território encontra-se classificado como RAR, tendo maior incidência nos setores este e oeste do concelho, particularmente nas zonas de meia encosta.

A RE tem como finalidade a preservação dos recursos naturais e culturais, o estabelecimento de continuidades ecológicas e a qualidade de vida das populações, numa perspetiva de desenvolvimento autossustentado e equilibrado, integrando um conjunto variado de ecossistemas a proteger. No concelho de Ribeira Grande encontra-se sujeito ao regime da RE³⁰ cerca de 30% do território, com maior incidência nas freguesias do eixo Lagoa do Fogo – Ribeira Grande e nas linhas de escorrência do nordeste (Lomba S. Pedro). Para além de incluir as principais linhas de escoamento do concelho como a ribeira Grande, abrange os principais locais de interesse ecológico, nomeadamente a linha de costa, as lagoas do Fogo e de São Brás e as caldeiras da Ribeira Grande.

No âmbito da Proteção dos Solos e da Natureza destacam-se, ainda, o Monumento Natural Regional da Caldeira Velha³¹, com elevada importância científica, paisagística e social, a reserva Natural da Lagoa do Fogo³² e o Sítio de Importância Comunitária da Lagoa do Fogo, que integra o projeto Rede Natura 2000.

No que respeita aos recursos hídricos destacam-se as restrições e servidões associadas ao Domínio Hídrico (DH) e às Reservas Hídricas. O Domínio Hídrico abrange o leito das ribeiras do concelho (cursos de água não navegáveis) e respetiva faixa de 10 metros para cada lado das suas margens, as margens de 50 m da linha de costa (definida a partir da linha máxima de preia-mar de águas vivas equinociais no mar ou em caso de arribas a partir da sua crista) e as lagoas e respetivas margens de 30 m. As reservas hídricas³³ correspondem às lagoas, ribeiras e às nascentes do concelho, neste último caso com um raio de proteção de 50 m.

Relativamente aos Recursos Minerais e Geológicos, constituem servidões pública as Exploração de Massas Minerais – Pedreiras, com uma expressão significativa no território concelhio.

²⁹ Decreto Legislativo Regional n.º 32/2008/A, de 28 de julho e respetiva alteração pelo Decreto Legislativo Regional n.º 33/2012, de 16 de julho.

³⁰ Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22, de agosto, Declaração de Retificação n.º 63-B/2008 de 21 de outubro e Portaria n.º 1356/2008 de 28 de novembro.

³¹ Decreto Legislativo Regional 5/2004/A de 18 de Março.

³² Decreto Regional 10/82/A de 18 de Junho.

³³ Decreto Regional n.º 12/77/A, de 14 de Junho.

Acrescem a este quadro, as ocorrências decorrentes da classificação de edifícios como património cultural, que têm como objetivo a conservação do património edificado e que determinam condicionamentos à intervenção nos próprios edifícios como também às intervenções localizadas na sua envolvente.

Assim, são identificadas as situações que constituem proteção dos valores e recursos naturais, como também as condicionantes patrimoniais (elementos arquitetónicos classificados) existentes no concelho (Figura 148).

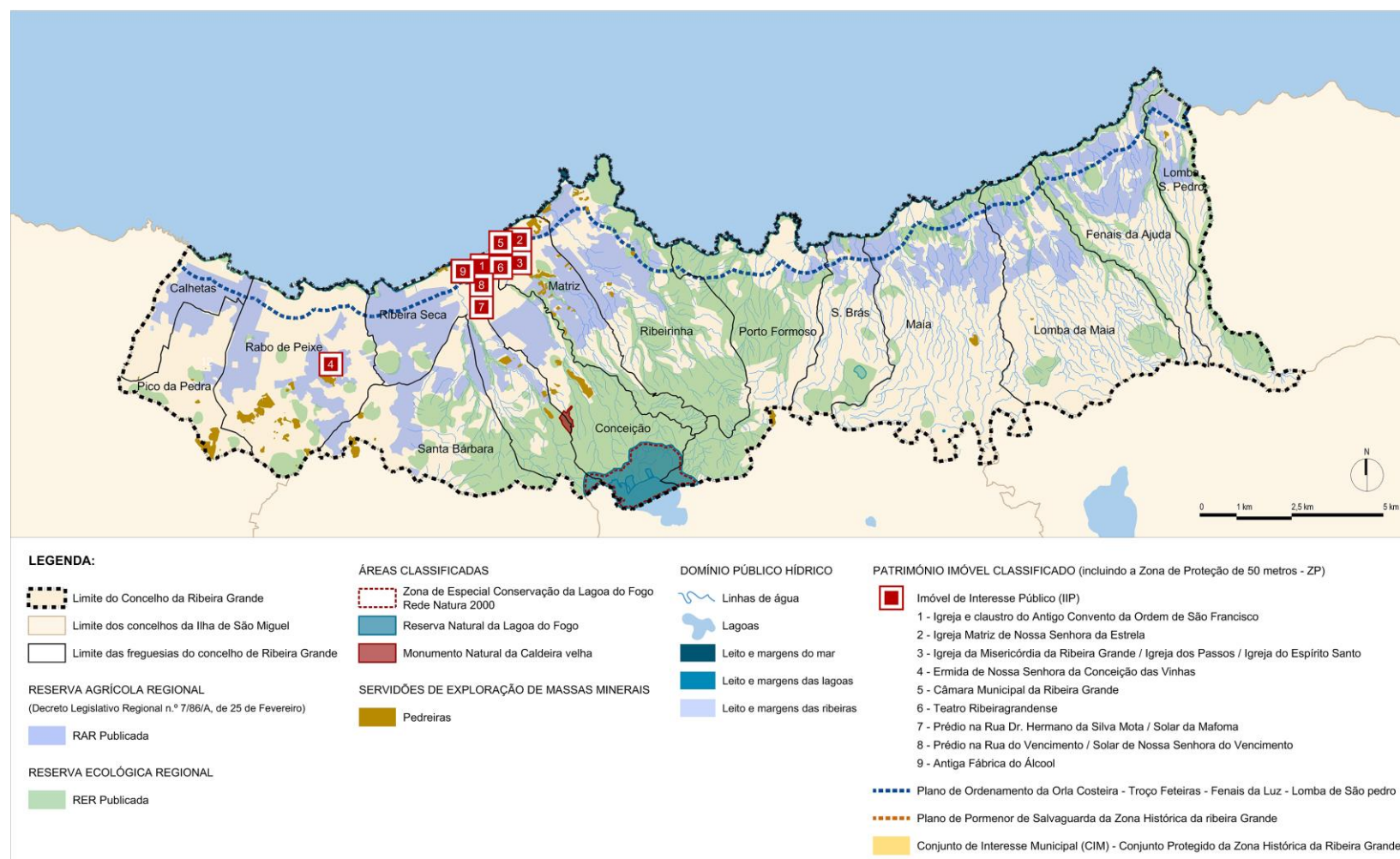


Figura 148. Condicionantes.

Fonte: SPI

Dados CMRG - Estudos de Revisão do PDM, 2013



03. DIAGNÓSTICO DO TERRITÓRIO

3.1. Questões a refletir para a definição da estratégia de intervenção

A Câmara Municipal de Ribeira Grande assumiu o compromisso de implementar uma estratégia própria para o seu território, focada na promoção da coesão social e territorial, no desenvolvimento económico e criação de condições de emprego, e num maior aproveitamento da frente de mar e das atividades que lhe estão associadas. As iniciativas propostas pela Câmara Municipal enquadram-se em 3 linhas estratégicas de atuação:

- Proporcionar uma Câmara mais humana;
- Criar condições de emprego;
- Voltar a cidade e o concelho para o mar.

Em 2010, a Câmara Municipal da Ribeira Grande aprovou um Plano Estratégico que identifica uma estratégia de desenvolvimento e uma carteira muito alargada de projetos. Nesse mesmo ano produziu um Relatório sobre o Estado do Ordenamento do Território da Ribeira Grande. Estes dois documentos constituíram a base do processo de revisão do PDM, atualmente em curso, um instrumento fundamental para o desenvolvimento do concelho.

O novo Quadro Estratégico Comum (QEC) 2014-2020, entretanto definido, veio introduzir novos princípios, objetivos e instrumentos que enquadram o acesso ao financiamento comunitário, centrando-se em domínios muito concretos de intervenção: a competitividade; a internacionalização; a inclusão social e o emprego; o capital humano; e a sustentabilidade e eficiência no uso de recursos. Neste quadro, será necessária a adoção de uma abordagem estratégica do território, focada em áreas prioritárias de atuação, em intervenções integradas cujos efeitos se reforcem mutuamente e com alguma escala, e na priorização das intervenções, tendo em conta critérios de eficácia no seu contributo para os objetivos e resultados a atingir.

Como já referido na etapa anterior de preparação do trabalho e que aqui se reproduz, o sucesso da implementação da estratégia do Município de Ribeira Grande está muito dependente do seu enquadramento com os objetivos e prioridades do novo QEC, particularmente com os instrumentos que o materializam, como o Portugal 2020 e o PO Açores 2014-2020.

É pois necessário que a estratégia operacional a definir se foque nas áreas de especialização prioritárias para o concelho da Ribeira Grande, de forma a tirar o melhor partido das potencialidades endógenas (territoriais, patrimoniais e socioeconómicas) que este território apresenta e corrigir, com eficácia, as assimetrias e debilidades, agravadas pelos constrangimentos da insularidade e ultraperifricidade deste território. A sua estrutura económica diversificada, a dinâmica demográfica positiva do concelho nas últimas três décadas – um importante indicador de atratividade do concelho –, e a existência de uma população jovem, abrem boas perspetivas para a concretização de um novo ciclo de desenvolvimento do concelho.

Este novo quadro lança novos e exigentes desafios aos agentes institucionais, económicos e sociais da Ribeira Grande, na criação das condições de modernização que permitam alcançar novos patamares de competitividade e de desenvolvimento. Estes novos patamares serão mais facilmente alcançáveis através de uma abordagem estratégica com uma perspetiva internacional dos problemas e dos desafios, que integre as dimensões territorial, económica, social, ambiental e cultural, focada em projetos estruturantes, e que seja muito seletiva na identificação das prioridades e das iniciativas que acrescentam valor, evitando-se modelos assentes numa lógica distributiva e em iniciativas casuísticas e imitativas.

No lançamento deste trabalho, foram destacados alguns aspetos que deveriam merecer uma particular atenção no quadro da definição dessa estratégia, designadamente:

- A articulação com a envolvente, em particular com Ponta Delgada, de forma a valorizar a dimensão e o peso da Ribeira Grande ao nível empresarial e institucional;
- A integração funcional dos diferentes núcleos urbanos;
- O desenvolvimento integrado da frente marítima da cidade da Ribeira Grande, dando continuidade aos investimentos anteriores de forma a potenciar o desenvolvimento turístico do concelho e a qualidade de vida dos seus habitantes;
- O património cultural existente, que evidencia um conjunto de elementos significativos e que necessita de ser integrado e valorizado no âmbito de uma estratégia comum de desenvolvimento;
- O aproveitamento da dinâmica associativa do município, através da promoção, envolvimento e mobilização dos atores locais relevantes;
- A identificação de oportunidades de financiamento conferidas pelo novo Quadro Estratégico Comum 2014-2020, que viabilizem as ações pretendidas.

A caracterização do território antes desenvolvida, ao evidenciar um conjunto de aspetos relevantes do concelho da Ribeira Grande, em conjugação com os pressupostos acima referidos, convoca-nos para uma breve reflexão sobre aquelas que podem ser as questões determinantes na definição da estratégia de desenvolvimento do concelho para 2014-2020, uma estratégia territorial e operacional que não defraude as legítimas expetativas e ambições dos ribeira-grandenses e que tenha em conta a capacidade efetiva de investimento público e privado.

3.2. O contexto de desenvolvimento dos Açores

A localização do arquipélago dos Açores, no meio do Atlântico Norte, praticamente a meio caminho entre os continentes europeu e americano, proporcionaram-lhe, historicamente, um papel geopolítico e geoestratégico muito importante, quer na afirmação do país, quer como centro logístico de transportes e comunicações, quer ainda como polo de disseminação da presença portuguesa no mundo. Com a globalização e com as mudanças profundas nas lógicas de transporte e comunicações, este papel esbateu-se e fizeram-se notar, com maior intensidade, os sempre presentes bloqueios e estrangulamentos ao desenvolvimento decorrentes da situação ultraperiférica da Região, que conduziram a um atraso estrutural reconhecido pela União Europeia (anexo ao Tratado de Maastricht, 1992).

Desde 1983, ano em que os Açores ocupavam a última posição no tabuleiro das regiões europeias dos então 15 estados membros (39% da média do PIB per capita), que a Região tem vindo a desenvolver um esforço muito significativo de convergência económica e social, com o apoio dos fundos comunitários. Hoje, os Açores estão classificados como uma Região em transição, ocupando já uma posição intermédia no quadro das 7 regiões portuguesas. As relações com a sua diáspora (particularmente dos Estados Unidos da América e Canadá) e as relações de cooperação territorial e socioeconómica com as regiões do Atlântico Sul e a Região da Macaronésia, em particular, têm igualmente contribuído para o desenvolvimento da Região. São questões que, no futuro, poderão ser aprofundados.

A crise económica e financeira que afetou a economia nacional veio refrear o processo de ajustamento da economia regional, trazendo consigo quebras na produtividade e o aumento do desemprego, este último com grande expressão em 2010 e 2011. Também setores de atividade relevantes para a economia regional, como a construção civil, foram seriamente afetadas por esta crise. Daqui resultaram custos sociais relevantes, que levaram tanto o governo regional como as autarquias locais a mobilizar esforços para apoiar os setores da sociedade mais desprotegidos e desfavorecidos. Esta crise também veio demonstrar alguma resiliência da economia açoriana, manifesta na estabilização do valor acrescentado na Região.

A condição e os recursos do arquipélago determinam o perfil atual da sua economia. A riqueza proporcionada pelo mar e as condições agroecológicas singulares levam a que as fileiras agrícolas e as pescas sejam domínios especializados da economia açoriana. O sector agro-florestal e a indústria transformadora associada é um dos motores da economia regional. Os Açores possuem excelentes condições para a produção pecuária extensiva, o que levou, nas últimas décadas, ao desenvolvimento das fileiras do leite e da carne, com um crescimento continuado dos níveis de produção e o aumento das quotas de mercado, resultado dos fortes investimentos na modernização e reestruturação da estrutura produtiva (os Açores são responsáveis por cerca de 30% da produção nacional de leite de vaca). A liberalização das quotas leiteiras será, no futuro, um importante desafio a esta fileira. Também as pescas são um setor de especialização tradicional. Com valores médios de descargas em lota da ordem das 13-15 mil toneladas por ano, esta atividade proporciona ocupação a cerca de 3.500

trabalhadores, a que se juntam cerca de um milhar de trabalhadores da indústria de transformação (com destaque para a conserveira) e ligados à comercialização e ao transporte do pescado e produtos transformados. Mas do mar não se extrai só peixe. As águas dos Açores são ricas em habitats e recursos biológicos e minerais que podem ser explorados.

A estes setores de atividade tradicionais junta-se o turismo, um setor emergente com grande potencial de crescimento, uma atividade exportadora capaz de gerar riqueza e emprego e de dinamizar um conjunto de atividades económicas complementares. Os Açores possuem mar e um património natural, paisagístico e cultural único, que constituem a sua marca distintiva no mercado turístico, sendo hoje um destino reconhecido internacionalmente, nomeadamente ao nível do turismo de natureza e cultural, do turismo rural, do turismo náutico e dos cruzeiros, e do surf. Não obstante, ainda se fazem notar as carências ao nível das infraestruturas e serviços turísticos, sentindo-se também, com intensidade, os efeitos da sazonalidade. O património natural e cultural é, portanto, o principal recurso turístico que urge preservar. O aumento progressivo das áreas protegidas e a obtenção de um conjunto de certificações internacionais demonstram o nível de qualidade ambiental e paisagística que os Açores alcançam a nível nacional e internacional.

Não obstante o salto qualitativo no patamar de desenvolvimento que a Região operou nas últimas décadas (nomeadamente ao nível das acessibilidades e transportes e dotação de infraestruturas, equipamentos e serviços), o quadro demográfico favorável da Região (entre 2001 e 2011 a população cresceu 2%) e o aumento da população com atividade económica na Região (42,0% em 2001, e 46,6% em 2011), ainda são visíveis alguns problemas estruturais, como: as assimetrias dentro da própria Região; as desigualdades e a pobreza agravadas pela crise (refletida no aumento do número de beneficiários do rendimento Social de Inserção); o desemprego (taxa de 17% em 2013); o poder de compra per capita inferior à média nacional (82,35); os baixos níveis de educação, qualificação e formação da população (área onde tem sido feito um grande investimento) e o abandono escolar precoce; a fragilidade do tecido empresarial, constituído sobretudo por empresas de pequena e muito pequena dimensão; e a dinâmica empreendedora reduzida.

3.3. Os desafios e a visão Açores 2020

A reorientação da política de coesão da União Europeia no período 2014-2020 apela a uma transformação da economia europeia numa economia inteligente, sustentável e inclusiva que fomenta a competitividade e produtividade das empresas e contribua para a criação de emprego. A dinamização da economia será fulcral para que se alcance uma maior coesão social e territorial. Neste quadro, a complementaridade da política nacional e regional com a Estratégia Europeia 2020 é fundamental para colmatar as deficiências do nosso modelo económico e social e criar condições para o crescimento, tendo em conta as vicissitudes e exigências de uma economia global à qual os Açores não podem escapar.

É esse o caminho que o Portugal 2020 prossegue, definindo uma visão para o novo período de programação do financiamento comunitário que procura recuperar uma trajetória de crescimento e de emprego para o País, tendo por base quatro domínios temáticos: competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano; e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos. A estes juntam-se dois domínios transversais e também fundamentais, que se prendem com a territorialização e gestão integrada das intervenções e a reforma da administração pública.

Como vimos no ponto anterior, a RAA, não obstante o esforço notável que tem vindo a encetar nas últimas décadas, ainda se debate com problemas estruturais, muitos deles decorrentes das desvantagens imputadas pela sua posição ultraperiférica, que constituem fonte de constrangimento no processo de desenvolvimento regional.

O PROTA, enquanto instrumento estratégico de desenvolvimento territorial dos Açores, aponta um conjunto de metas que podem ajudar a combater estes problemas estruturais e conferir um novo impulso ao desenvolvimento da Região:

- Um espaço de excelência científica e tecnológica nos domínios da insularidade, maritimidade e sustentabilidade com capacidade de atração de população jovem qualificada.
- Um destino turístico de referência nos domínios do turismo rural, do turismo natureza, do turismo descoberta e do golfe, com maior valor acrescentado regional.
- Uma Região reconhecível diferenciadamente por produtos agroalimentares de referência, de qualidade, de segurança alimentar e com maior incorporação de conhecimento.
- Uma Região de referência na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como forma de combate à ultraperifericidade e à fragmentação territorial e no ordenamento territorial.
- Uma Região com níveis elevados de autossuficiência e segurança energéticas.

- Uma Região pioneira na promoção de modelos de acessibilidade e mobilidade ajustados à minimização da fragmentação territorial e da insularidade e à defesa da sustentabilidade ambiental e paisagística.
- Uma Região reconhecida pelos seus recursos e valores patrimoniais naturais e paisagísticos únicos e identitários do seu território.

O novo ciclo de desenvolvimento dos Açores, perspetivado para 2020, deve portanto apoiar-se na valorização dos fatores diferenciadores da Região, como o mar, o património cultural, natural e paisagístico único, os recursos energéticos endógenos (como a energia geotérmica), os produtos locais de grande qualidade. Deve também apostar numa maior conectividade e coesão territorial, no aumento das qualificações da população, no incentivo ao empreendedorismo, no aumento das economias de escala e num maior investimento ao nível da investigação científica e inovação ligada aos setores de especialização da economia açoriana, quadro no qual a Universidade dos Açores tem vindo já a desempenhar um papel muito relevante.

A Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores, lançada este ano, vai ao encontro daquilo que anteriormente foi dito. Considerando os ativos existentes, as prioridades políticas regionais, e o potencial de desenvolvimento económico e de geração de emprego na RAA, esta estratégia identifica os setores estratégicos e as prioridades e projetos-piloto que poderão alavancar o desenvolvimento da região. Esses setores são:

- Agricultura, Pecuária e Agroindústria;
- Pescas e Mar;
- Turismo.

É este o contexto de desenvolvimento territorial e socioeconómico e são estes os pilares de especialização económica em que assenta a Visão que orientará a estratégia de desenvolvimento regional para 2014-2020, como estabelece o Programa Operacional dos Açores (PO dos Açores).

A Visão para a Região, com o horizonte de 2020, alinhada com a Estratégia Europa 2020 e com o Portugal 2020, será operacionalizada por via de quatro grandes linhas de orientação estratégica, cada uma delas com objetivos estratégicos específicos de intervenção:

- Construção de uma base económica de exportação dinâmica e alargada;
- Fortalecimento da conectividade, mobilidade e logística para a competitividade;

- Consolidação de uma sociedade equilibrada e inclusiva com oportunidades de realização:
- Promoção de um território, de uma paisagem e de uma vivência distintivas.

Com esta Visão, pretende-se afirmar os Açores, até 2020, “como uma região europeia relevante, que, pelo seu posicionamento geográfico e pelo seu contributo para a Estratégia da União Europeia para a Área do Atlântico, terá um papel central no aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento geradas pelo Atlântico Norte”

3.4. Prioridades do financiamento comunitário para 2014-2020³⁴

As exigências para concretizar a visão e os objetivos antes descritos, em termos de investimento, são elevadas, pelo que a aplicação eficaz do financiamento comunitário desempenhará, nos próximos anos, um papel determinante no desenvolvimento da Região.

O PO dos Açores apresenta uma dotação financeira global de fundos comunitários, para 2014-2020, de mais de 1,1 mil milhões de euros (FEDER e FSE), valor ao qual acresce os fundos relativos às Pescas/Mar e à Agricultura. Se for adicionado a este montante o esforço financeiro da responsabilidade dos beneficiários regionais no complemento do financiamento dos projetos, poder-se-á atingir, em 2020, um investimento global de perto de 1,4 mil milhões de euros, um valor muito significativo de investimento na Região e que certamente a colocará num novo e melhor patamar de desenvolvimento.

Como a própria EE2020 exige, são definidas prioridades e áreas específicas de aplicação do financiamento, de forma a valorizar os fatores de diferenciação, especialização e de competitividade da RAA. Para tal, é definida uma 'arquitetura' de financiamento alicerçada em 13 eixos prioritários, onde se deverá concentrar o investimento: Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação; Melhoria do Acesso às TIC; Competitividade das Empresas Regionais; Economia de Baixo Carbono; Alterações climáticas e Prevenção e Gestão de Risco; Ambiente e Eficiência dos Recursos; Transportes Sustentáveis e Principais Redes de Infraestruturas; Emprego e Mobilidade Laboral; Inclusão Social e Combate à Pobreza; Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida; Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente; Alocação Específica para a Ultraperiferia; e Assistência Técnica.

Trata-se de áreas relevantes onde a aplicação do financiamento comunitário ajudará a superar alguns dos problemas estruturais da Região. O Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir+), enquadrado no PO dos Açores, constitui provavelmente o principal instrumento de apoio ao investimento na Região. Regulamentado este ano, consagra 7 subsistemas de incentivos e apoio:

- Fomento da Base Económica de Exportação;
- Internacionalização;
- Urbanismo Sustentável Integrado;
- Qualificação e Inovação;
- Empreendedorismo Qualificado e Criativo;
- Desenvolvimento Local;

³⁴ Desenvolvidas no capítulo 5 deste Relatório.

■ Apoio à Eficiência Empresarial.

Estes subsistemas de incentivos focam os domínios concretos de intervenção, que merecerão um apoio objetivo ao nível do financiamento comunitário, onde não deixa de merecer destaque o apoio à modernização do tecido económico e empresarial açoriano e à internacionalização das suas empresas, a aposta na inovação e valorização dos produtos locais; os incentivos à qualificação da população e ao empreendedorismo, bem como o investimento na valorização do território, quer na requalificação urbana e ambiental dos centros urbanos (urbanismo sustentável integrado), quer na melhoria das condições no espaço rural, com o apoio ao desenvolvimento das comunidades locais.

Sendo o espaço rural e tudo que o envolve em termos socioeconómicos um aspeto particularmente relevante para os Açores, há que relevar a importância do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+) e do seu objetivo central de fortalecimento do complexo agroflorestal numa perspetiva de desenvolvimento económico dos seus setores de atividade, continuando a modernização das explorações sem descurar a vertente de qualidade ambiental, relançando o investimento, nomeadamente na investigação e inovação orientada para a diferenciação de produtos e para o aumento da eficiência na produção e transformação (através, por exemplo, da utilização de energias renováveis), aumentando o valor acrescentado e substituindo as importações através do incremento da produção interna.

A visão ambiciosa de desenvolvimento dos Açores, tendo como horizonte o ano de 2020, e as prioridades do financiamento comunitário estabelecidas para este período, constituem pressupostos nos quais o Plano Estratégico e Operacional do Concelho da Ribeira Grande para 2014-2020 se deve focar.

3.5. Uma perspetiva de desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande

3.5.1. Um território diversificado, com identidade própria e uma posição central

Como vimos na caracterização do território, o concelho da Ribeira Grande é caracterizado por três zonas territoriais com características muito próprias. Esta organização nasceu pela necessidade de adequação da população ao território e de retirar do mesmo os recursos indispensáveis para a sua subsistência e para o desenvolvimento das atividades económicas. Também vimos que a concentração urbana, populacional e industrial é muito superior nas zonas poente e centro-cidade, contrariamente à zona nascente, mais rural e com menor expressão populacional. Vimos, igualmente, que o relevo é mais acidentado a sul e este do concelho, e que isso condicionou a ocupação do território e o desenvolvimento das atividades económicas. O acesso à água doce é também outro fator que condicionou e continua a condicionar o desenvolvimento. As bacias hidrográficas das lagoas do Fogo e de São Brás são elementos muito importantes para o abastecimento de água às populações e para a irrigação dos campos agrícolas.

Estes são apenas alguns dos vetores, importantes, que identificam e caracterizam o território da Ribeira Grande, um território, tal como já referido, com uma posição de charneira na ilha de São Miguel, que estabelece ligações territoriais com todos os outros concelhos da ilha e que possui com Ponta Delgada e Lagoa relações territoriais, urbanas, económicas e sociais muito fortes. No seu conjunto, estes três polos urbanos e económicos constituem os principais motores da Ilha e da RAA. Não se encontra, no conjunto do arquipélago, um subsistema urbano tão forte como este, quer em concentração de população, quer em concentração de funções e atividades. Com papéis e vocações distintas, Ponta Delgada tende a afirmar-se como o principal centro institucional, de ensino e de serviços da Região, tendo Lagoa como centro complementar, ao passo que a Ribeira Grande se distingue por uma economia mais equilibrada e diversificada, fortemente alavancada pelo seu tecido industrial, a principal fonte de produção de riqueza do concelho.

Com este forte relacionamento territorial, intensificado com a melhoria substancial das condições de acessibilidade e de mobilidade das pessoas e bens na ilha, é exetável que, no futuro, este subsistema urbano capitalize as atenções e continue a gerar forças centrípetas muito fortes que levem a concentrar neste setor da ilha de São Miguel o grosso da população e das atividades sociais, culturais e económicas. Sendo a concentração o valor fundamental para a geração de economias de escala, que gerarão ganhos para o concelho da Ribeira Grande, também importante será não esquecer o papel de todos os outros pequenos aglomerados, inseridos no espaço rural, que gravitam em torno deste subsistema urbano. Se já hoje estes pequenos aglomerados enfrentam problemas de esvaziamento populacional e económico, é provável que, no futuro, as forças que produzem este esvaziamento tendam a intensificar-se. Será, portanto, fundamental, encontrar soluções que controlem e corrijam as assimetrias territoriais, para que o espaço rural não perca protagonismo, sobretudo num território onde o

setor primário e as atividades tradicionais sempre tiveram uma grande importância e fazem parte da matriz identitária da Região.

Gozando de uma localização privilegiada e central e de um território diversificado e com realidades contrastantes, será fundamental, no futuro, que o concelho da Ribeira Grande se continue a afirmar pelos valores e vocações que o distinguem e seja capaz de corrigir as assimetrias territoriais que as dinâmicas urbanas, económicas e populacionais tenderão a acentuar. No fundo, um território que mantenha a capacidade de se articular, física e funcionalmente, com todos os quadrantes da ilha, que preserve a sua matriz de ocupação e os seus valores e recursos naturais, paisagísticos e culturais, e que continue a apostar na sua economia diversificada e na indústria transformadora.

Sendo escassos os recursos financeiros, será imprescindível uma acertada relação do conjunto limitado dos projetos estruturantes a desenvolver com real impacto no desenvolvimento económico e no bem estar das populações.

3.5.2. Modernizar a economia, inovar e qualificar os recursos humanos

Como vimos na caracterização, o concelho da Ribeira Grande concentra uma parte muito significativa dos recursos naturais, humanos, socioeconómicos e culturais da ilha de São Miguel e da própria Região. O mar e os recursos hídricos, as matérias-primas minerais e o vasto património natural e cultural testemunham esta riqueza. A dinâmica demográfica positiva, a população jovem, o tecido produtivo diversificado, o poderio da indústria transformadora, e a balança comercial equilibrada, são também vantagens competitivas para o desenvolvimento económico do concelho.

Todavia, não só de fatores e tendências positivas vive o concelho. Tal como na Região, também aqui se fazem notar, com maior ou menor intensidade, os problemas estruturais que afetam a economia regional. As taxas elevadas de desemprego, de analfabetismo e de abandono escolar, e o baixo poder de compra, demonstram uma outra realidade, uma economia que enfrenta constrangimentos e que não consegue distribuir de uma forma equilibrada a riqueza produzida.

A realidade demonstra um concelho com uma boa representatividade dos três setores da economia. Se o setor terciário é o que possui o maior número de empresas e de empregados, é o setor secundário que concentra a maior parte do volume de negócios e que produz mais riqueza e valor acrescentado. Como os números demonstram, a indústria transformadora do concelho é o grande pilar da economia concelhia e a que mais contribui para o VAB do setor secundário da RAA. Não menosprezando o papel da indústria extrativa e da construção no concelho, esta última fortemente afetada pela crise económica dos últimos anos, é a aliança com a qualidade da produção do setor primário que torna a indústria transformadora muito forte no concelho da Ribeira Grande.

A aposta verificada nos últimos anos, em linha com a Região, no setor agropecuário, associada à forte industrialização do setor leiteiro, traduzida no concelho no estabelecimento das principais indústrias transformadoras do setor, tornam a fileira agropecuária do leite, indiscutivelmente, um dos principais pilares de desenvolvimento económico do concelho, envolvendo a maioria dos ativos do setor primário e do tecido industrial transformador. Acresce a existência de bacias leiteiras com grande potencial de desenvolvimento (e.g. Lomba da Maia) e a localização no concelho da Cooperativa Agrícola – Associação Agrícola de São Miguel (que possui um centro de exposições regional e uma fábrica de rações para as vacas leiteiras, que cobre mais de 60% do consumo da ilha de São Miguel), o que espelha a importância da Ribeira Grande neste domínio. Também aqui existem constrangimentos, como as dificuldades de abastecimento de água e energia às explorações. A bacia leiteira da Maia e da Lomba da Maia são das melhores dos Açores (140 produtores e 80 milhões de litros de produção anual) e têm as piores condições de abastecimento de água. Para que a atividade e a produção seja potenciada, é necessário investir nestas infraestruturas, conjuntamente com o IROA, nas áreas sob sua tutela.

Tendo em conta a importância deste setor para a economia ribeira-grandense, será importante, igualmente, criar no concelho uma escola de formação agrária, com formação de base na agricultura, que permita lançar novos agricultores. Existe margem para o surgimento de novos empreendedores em áreas como a horticultura, a agricultura biológica, as pequenas queijarias nas produções de leite, os produtos gourmet e o agroturismo, pelo que, esta escola, poderá desempenhar um importante papel na diversificação e consolidação deste setor.

Outro pilar económico do concelho é a pesca e a indústria de transformação do pescado. Os investimentos recentes na modernização do Porto de Pesca de Rabo de Peixe, um dos mais importantes da Região, e a presença no concelho das empresas mais representativas ao nível da transformação e do comércio grossista ligado ao setor, testemunham a importância desta fileira. Já os serviços e o turismo apresentam níveis débeis de desenvolvimento, mas que, no futuro, fazendo prevalecer a qualidade urbana e ambiental, poderão vir a observar um incremento qualitativo.

Ainda no setor primário, há que destacar a produção de hortícolas, particularmente na freguesia de Rabo de Peixe, um dos locais de produção e abastecimento mais bem sucedidos a nível regional. Também aqui, com a modernização da produção, existe margem de desenvolvimento, que permite ir ao encontro de um objetivo estratégico para o futuro, de procurar, através da produção interna, substituir a importação destes produtos. Ao nível da produção de carne também existe margem de desenvolvimento, sendo necessário investir em parques de acabamento, localizados junto aos matadouros, de forma a trabalhar eficazmente a homogeneização da carne.

O novo ciclo de programação dos fundos comunitários e a Visão Açores 2020 constante do PO dos Açores, descrita no ponto anterior, revela-nos a importância que é dada ao combate aos problemas estruturais que afetam a economia e o investimento forte que se pretende na

modernização do tecido económico e empresarial da Região, tanto ao nível dos processos produtivos, como na inovação dos produtos e qualificação dos recursos humanos.

Um concelho que pretende modernizar a sua economia precisa de população em idade ativa, jovem e qualificada, uma condição para o surgimento de novas funções e diversificação das atividades. População jovem existe no concelho, como já vimos, a questão principal estará na sua qualificação, não obstante o esforço muito significativo que tem vindo a ser feito, quer na melhoria das infraestruturas e equipamentos, quer no combate ao abandono escolar precoce, quer ainda na aposta na formação profissional. Será sempre necessário investir mais na qualificação, tendo presente que esse investimento só é sustentável se existir um volume populacional considerável. No caso da Ribeira Grande, será importante alinhar essa qualificação com as necessidades e com o perfil da economia ribeira-grandense, para que a dinâmica demográfica positiva que o concelho regista e a juventude da sua população não se transfira para outros territórios e para que os profissionais qualificados possam ajudar a desenvolver os setores económicos estratégicos para o concelho. Este alinhamento com a realidade e as necessidades específicas geradas pelo tecido económico é muito importante no quadro de uma estratégia de combate ao desemprego. Também relevante será definir um programa de requalificação para os trabalhadores dos setores da economia local particularmente afetados pela crise (e.g. construção civil), atualmente desempregados, que, devidamente reorientados, podem vir a desempenhar funções noutras áreas da economia local ribeira-grandense.

A estrutura económica da Ribeira Grande sofreu, naturalmente, o impacto da crise económica, particularmente em setores sensíveis como o da construção civil, com grande representatividade no concelho. Não obstante, a sua economia demonstra uma significativa capacidade de resiliência, com setores que investem na procura de mercados externos para o escoamento dos seus produtos. Como demonstram os dados da balança comercial, a performance do concelho da Ribeira Grande, contrariamente à da Região, é positiva, o que atesta a competitividade da sua economia. É certo, porém, que, ao nível dos setores de atividade tradicionais do concelho, a longa tradição e o saber que as acompanha não é suficiente para competir num mundo globalizado, se não for acompanhado de um esforço de inovação dos processos, equipamentos e produtos.

A estratégia a prosseguir deve por isso assentar num conjunto de medidas e ações que, estruturadas de forma integrada, criem melhores condições para o funcionamento do tecido empresarial e produtivo do concelho e reforcem a sua orientação para os mercados externos, nomeadamente através de: qualificação dos recursos humanos, criação de centros de competências, investigação e inovação; melhoria dos modelos organizacionais e consolidação das redes de cooperação entre os agentes económicos; valorização dos produtos endógenos; produção de novos ou melhorados bens e serviços; novos processos de produção; estratégias de captação de investimento e de marketing; e melhoria das condições infraestruturais e locativas (apostar na aglomeração e na inserção na rede de acessibilidades e logística).

Também o aproveitamento da energia geotérmica, dado o peso da energia nos fatores de custo da produção, poderá, no futuro, constituir uma vantagem competitiva para a economia ribeirão-grandense. Os projetos que têm vindo a ser delineados pela EDA Renováveis, de instalação de uma rede de fornecimento do calor geotérmico a equipamentos e instalações de produção, como a INOVA, podem ser o primeiro passo de um projeto mais ambicioso, que transforme a energia geotérmica num importante aliado da atividade industrial e agrícola.

As medidas antes referidas, de relevante importância, não podem porém deixar de ser acompanhadas por um processo de valorização do território, que acrescente qualidade urbana, ambiental e paisagística à Ribeira Grande, tornando-o um território que ofereça melhores condições de vida aos seus habitantes e mais atrativo para a fixação de empresas e quadros qualificados, ou seja, um território que oferece uma boa qualidade de vida e que consegue, por esta via, competir com os seus congéneres.

3.5.3. Requalificação urbana e ambiental do território

O desordenamento e a desqualificação urbana não são bons indicadores de competitividade económica e de qualidade urbana e ambiental, devendo, portanto, merecer particular atenção. O concelho da Ribeira Grande apresenta focos de desordenamento urbano e tendências para a expansão urbana linearizada que rompem com o tradicional equilíbrio do modelo de povoamento, gerando problemas de conflitualidade de usos, de mobilidade e de gestão sustentável das infraestruturas e equipamentos, que se refletem irremediavelmente na performance económica do concelho e na qualidade de vida da sua população. Constituem igualmente uma ameaça para a preservação do património natural e paisagístico

Os problemas de desordenamento territorial e urbano trazem também consigo focos de desqualificação urbana. No concelho da Ribeira Grande são visíveis problemas ao nível da qualidade do edificado e do espaço público que fragilizam a imagem de qualidade que o concelho pretende preservar. A imagem desqualificada não é, porém, um problema que afeta somente os espaços urbanos, também os espaços rurais e naturais tendem a ser afetados por fenómenos que os descaracterizam. É na ocupação da faixa costeira que estes fenómenos assumem maior expressão, precisamente porque é aqui que a pressão urbana se faz sentir com maior intensidade, onde os sistemas naturais são seguramente mais frágeis e onde se encontram os maiores riscos à ocupação urbana. Sendo este um ponto crítico, não pode ser esquecido o interior, na medida em que o período de difusão urbanística que caracterizou as últimas décadas 'exportou' para as zonas mais interiores problemas de desqualificação que antes só se faziam notar na faixa litoral, tradicionalmente a faixa de ocupação urbana.

A estratégia de desenvolvimento do concelho da Ribeira Grande, para os próximos anos, não pode assim descurar um eixo prioritário de intervenção focado na requalificação urbana e ambiental do território, incluindo as questões das redes de águas residuais.

A orla costeira será provavelmente um espaço privilegiado de atuação, na medida em que é aqui que estão localizados os principais problemas e é aqui que reside uma das principais marcas distintivas do concelho, espelhada na beleza natural da sua costa e das suas praias e na presença dos seus aglomerados urbanos e do principal património cultural. Às medidas e ações tendentes à eliminação dos conjuntos edificados desqualificados e localizados em zonas de risco e à valorização paisagística e funcional da orla costeira, que permitam aproximar os cidadãos do mar, devem juntar-se medidas de valorização dos espaços de entrada nos aglomerados, de requalificação dos espaços públicos que constituem os centros cívicos destes aglomerados, e de reabilitação e refuncionalização do património edificado.

Trata-se de intervenções estruturantes que não devem esgotar uma intervenção mais alargada de reabilitação urbana integrada dos aglomerados urbanos, como aliás preconiza o Programa de Urbanismo Sustentável Integrado previsto no Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado (competir+) ³⁵. A ARU do Centro Histórico da Ribeira Grande, recentemente delimitada, pode constituir um primeiro passo de uma operação de reabilitação urbana de largo espectro, através do desenvolvimento da operação de reabilitação urbana enquadrada pelo Programa Estratégico de Reabilitação Urbana previsto na lei³⁶ e pelo Programa de Incentivos antes referido.

Desta forma, as intervenções estruturantes e emblemáticas devem ser inscritas num plano de reabilitação urbana integrada de médio prazo, que enquadre outras ações em domínios de intervenção relevantes, como a reabilitação do edificado e dos espaços exteriores, a requalificação de equipamentos, a modernização das atividades económicas urbanas (e.g. comércio de proximidade), a valorização do património construído, a dinamização cultural nos espaços urbanos, a eficiência energética (e.g. equipamentos públicos e iluminação pública) e o incremento da mobilidade suave. Também a questão do saneamento ambiental não pode ser esquecida. Como revelam os dados levantados, o concelho da Ribeira Grande denota insuficiências ao nível da cobertura territorial da rede de águas residuais, que se reflete na qualidade das águas superficiais e subterrâneas. Esta situação traz consigo problemas ambientais mas também de qualidade urbana que necessitam de ser resolvidos.

Noutro âmbito, a presença de valores e elementos naturais e paisagísticos tão significativos no concelho também justifica a adoção de medidas que salvaguardem estes elementos de usos incompatíveis (valorizando os valores paisagísticos distintivos), e que dinamizem a sua fruição de uma forma sustentável. Este património tem estado sujeito a fortes pressões, que conduziram progressivamente a uma perda de biodiversidade. Os fenómenos de expansão das pastagens e de proliferação das espécies exóticas e infestantes são as principais ameaças. A este nível, haverá espaço para o desenvolvimento de ações de salvaguarda dos elementos naturais e paisagísticos singulares, que, para além de assegurarem a manutenção destes

³⁵ Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2014/A

³⁶ Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto.

valores, também podem ser fonte de criação de emprego, particularmente ao nível da erradicação das espécies infestantes e do desenvolvimento da floresta, sempre numa lógica associada à conservação dos habitats.

O concelho da Ribeira Grande possui valores e recursos diferenciados e um património cultural e natural único (história, monumentos, praias, serras) que, associados a uma localização privilegiada e às boas acessibilidades, lhe conferem um grande potencial de atratividade. No seu conjunto, estas medidas constituirão um primeiro impulso de um processo de regeneração urbana e ambiental que será exigente e necessariamente longo, mas que permitirá criar as condições para um território mais qualificado e de grande qualidade ambiental, condição para o desenvolvimento de outras atividades, como o turismo.

Sobre este último, garantidas as condições que aumentem a atratividade territorial do concelho, haverá que investir nas estruturas e serviços essenciais para o desenvolvimento turístico do concelho, eventualmente em segmentos específicos (e.g. turismo de natureza, agroturismo, turismo ativo e associado a desportos radicais, como o surf). Um dado relevante será a exploração do património cultural singular da Ribeira Grande. O concelho possui um património arquitetónico único, um conjunto museológico municipal de relevo, um Centro de Arte Moderna Regional e um conjunto de atividades culturais que o transformam num verdadeiro polo cultural da Região. Estes valores, devidamente integrados, são uma mais valia para a visita e turismo no concelho, permitindo captar importantes fluxos turísticos, não esquecendo a diáspora açoriana, que tem aqui um local de exaltação dos valores identitários da Região e do concelho da Ribeira Grande.

Será através desta diferenciação que o concelho da Ribeira Grande poderá captar parte dos fluxos turísticos que, com a abertura anunciada do espaço aéreo açoriano, poderá vir a sofrer um assinalável incremento.

3.6. Análise SWOT

A análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) focada no concelho da Ribeira Grande e na sua relação com os concelhos vizinhos, sobretudo Ponta Delgada, permite sistematizar os resultados das diferentes análises realizadas, identificando os pontos que deverão ser tidos em consideração na definição da Estratégia Territorial e Operacional de Desenvolvimento para o Concelho, para o período 2014-2020.

Esta análise permite uma fácil identificação dos pontos fortes atuais, que poderão ser os seus motores de evolução, das áreas de melhoria, para as quais devem ser desenhadas estratégias específicas, das oportunidades, que refletem as influências externas positivas que importa aproveitar, e das ameaças, que importa conhecer em profundidade e que se pretendem prevenir.

A análise cruzada das quatro áreas acima apresentadas permitirá obter algumas orientações complementares como as potencialidades, os constrangimentos, as vulnerabilidades e os principais problemas do território.

É de ressaltar que a análise SWOT é uma ferramenta simplificada que permite sintetizar algumas conclusões com base no diagnóstico efetuado. Será por isso relevante o seu aprofundamento na fase seguinte deste trabalho, focado na definição estratégica, que terá por base um processo de reflexão conjunto, envolvendo a Câmara Municipal e o conjunto selecionado de *stakeholders*.

Nesta análise SWOT (Tabela 25) integram-se, igualmente, pela sua pertinência e atualidade, algumas das conclusões do Diagnóstico prospetivo dos Estudos de Revisão do PDM (atualizados em 2013), procurando-se, desta forma, integrar os contributos do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal e pelos seus técnicos neste domínio.

Tabela 25. Análise SWOT

Fonte: SPI/ECEGE

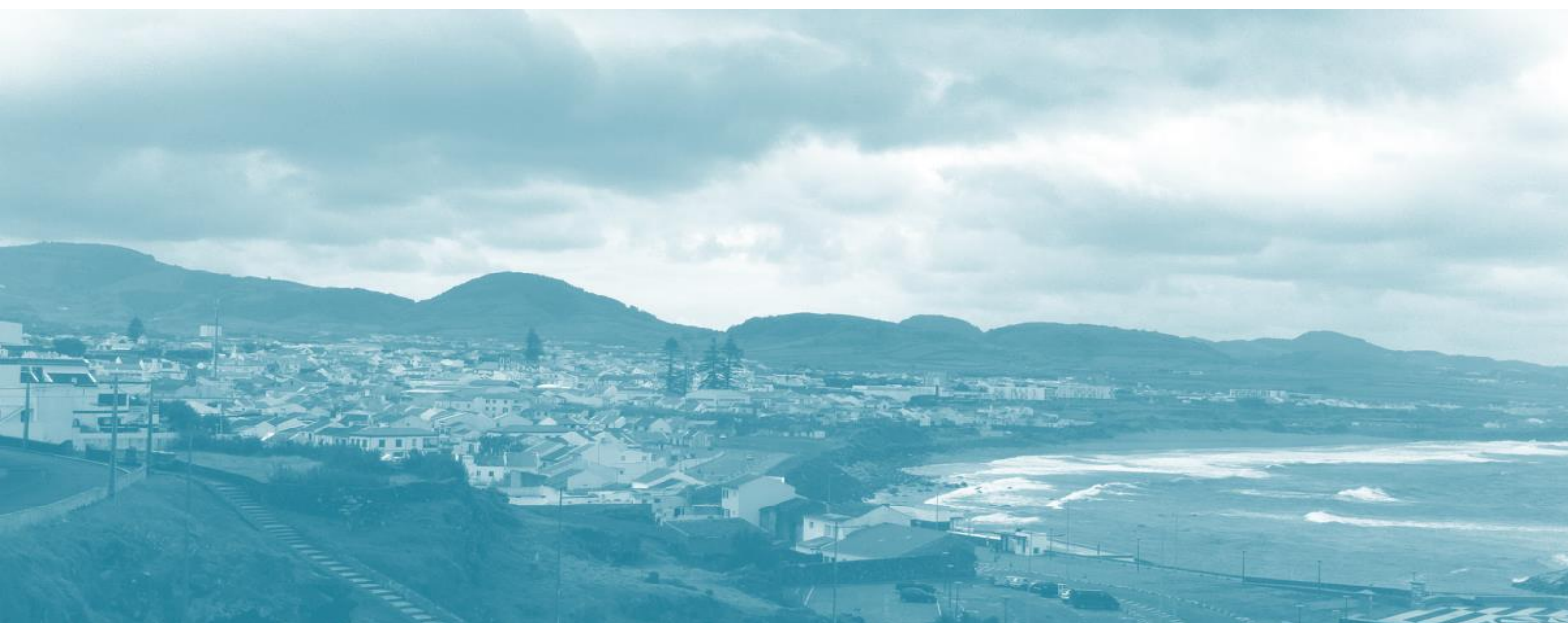
Pontos Fortes	Pontos Fracos
- Localização e relação com Ponta Delgada e Lagoa - Acessibilidades - Mar e Recursos hídricos - Energia geotérmica - Matérias-primas minerais - Património natural e cultural - Crescimento demográfico e população jovem - Indústria transformadora - Fileira agropecuária do leite - Indústria da construção - Balança comercial - Portos de pescas - Parque Industrial - Equipamentos sociais, de ensino, desportivos e culturais - Ensino profissional e ensino à distância - Desportos radicais	- Desemprego - Taxa de analfabetismo e abandono escolar - Poder de compra - Setor terciário - Êxodo dos jovens - Saneamento básico - Ocupação da orla costeira - Redução da biodiversidade - Desordenamento urbano e expansão linear - Desqualificação urbana e ambiental - Condições de mobilidade - Transporte coletivo - Tecnologias de Informação e Comunicação
Oportunidades	Ameaças
- Quadro Estratégico Comum 2014-2020 e financiamento comunitário - Estratégia de Especialização Inteligente da RAA – Ris3 Açores - Estratégia do Mar e Programa de Desenvolvimento Rural - Cooperação territorial - Revisão do Plano Diretor Municipal - Abertura do espaço aéreo açoriano a companhias áreas comerciais internacionais - Investimento privado	- Impacto da crise financeira na Europa - Instabilidade na política e comércio internacional - Massificação turística

Pontos Fortes	
Localização e relação com Ponta Delgada e Lagoa	Único concelho que faz ligação territorial com os demais existentes na ilha; território charneira nas ligações territoriais, urbanas, económicas e sociais de toda a ilha, particularmente com Ponta Delgada e Lagoa. Esta posição geográfica permite ao concelho retirar dividendos em termos de fixação de atividades e população.
Acessibilidades	Rede de acessibilidades viárias modernizada (e.g. SCUT) e estruturante, que possibilita ligações rápidas e cómodas entre os principais equipamentos, infraestruturas e polos urbanos e económicos da ilha
Mar e Recursos hídricos	O mar é uma importante fonte de recursos do concelho, sobretudo ao nível da pesca, mas possui um grande potencial para o desenvolvimento de outras atividades. O concelho possui recursos hídricos de qualidade e diversificados, embora atualmente ameaços pelos usos do solo e atividades poluentes.
Energia geotérmica	A Ribeira Grande é o único concelho do país que detém energia geotérmica, aplicada exclusivamente na produção de eletricidade pela EDA Renováveis. A aplicação do fluido geotérmico para aquecimento de água e calor, em estudo, pode vir a tornar-se numa mais-valia económica do concelho.
Matérias-primas minerais	O concelho da Ribeira Grande é rico em matérias-primas minerais (e.g. cascalho, pedra, tufo, areia) e um dos principais abastecedores da indústria de construção da Ilha de São Miguel, atividade que concentra muitas empresas e gera emprego.
Património natural e cultural	O concelho dispõe de um património natural e cultural de valor incalculável, expresso no conjunto notável e diversificado de áreas e elementos naturais classificados, nas paisagens naturais e culturais singulares, no património arquitetónico classificado, na história e nas tradições e nas variadas atividades culturais e recreativas.
Crescimento demográfico e população jovem	É o terceiro concelho mais populoso da RAA e o segundo da Ilha. Comparado com alguns dos concelhos mais relevantes da NUT II da RAA, o concelho da Ribeira Grande foi aquele que registou um crescimento populacional mais significativo entre 2001 e 2011 (12,8%). Segundo os Censos de 2011 é o concelho mais jovem do país. A juventude da população constitui uma vantagem competitiva relativamente aos outros concelhos.
Indústria transformadora	A indústria transformadora do concelho da Ribeira Grande é a que mais contribui para o VAB do setor secundário da RAA. A aliança com a produção de qualidade do setor primário faz com que as indústrias transformadoras do concelho sejam competitivas e exportem os seus produtos para mercados externos como o da União Europeia.
Fileira agropecuária do leite	O concelho da Ribeira Grande, em linha com a Região, apostou fortemente na exploração agropecuária, associada à forte industrialização do setor leiteiro (com particular incidência no concelho). Possui bacias leiteiras de grande potencial produtivo. É na Ribeira Grande que se encontra instalada a Cooperativa Agrícola – Associação Agrícola de São Miguel, uma organização representativa do setor e com um elevado número de trabalhadores (270).
Indústria da construção	Não obstante as dificuldades criadas pela crise económica e financeira, a construção é uma das atividades mais fortes do concelho. De todos os outros concelhos da Região, o da Ribeira Grande é aquele que possuiu as maiores empresas e dispõe dos produtos com preços mais competitivos para a construção.

Balança Comercial	Contrariamente à Região, o concelho da Ribeira Grande apresenta um comportamento equilibrado entre o valor exportado e o importado, com um saldo positivo da balança comercial em 2013 de cerca de 2 milhões de euros. Com uma tendência de crescimento das exportações, o concelho apresenta um equilíbrio comercial.
Portos de pescas	O concelho possui uma costa extensa e infraestruturas portuárias com boas condições para a recolha do pescado, sua venda e transformação. A vila de Rabo de Peixe possui, neste momento, um dos melhores portos de pesca dos Açores o que evidencia uma clara aposta na competitividade das empresas piscícolas do concelho. Também os portos de pescas de Porto Formoso e da Maia permitem a atividade piscatória e, associadas, outras atividades como o lazer e a restauração.
Parque Industrial	A cidade e concelho da Ribeira Grande dispõem do primeiro parque industrial formado na ilha. Sito numa zona central da Ilha de São Miguel, com acessibilidades de qualidade e preços de terrenos competitivos, constitui uma importante vantagem económica e empresarial do concelho.
Equipamentos sociais, de ensino, desportivos e culturais	O concelho dispõe de uma vasta rede de equipamentos distribuídos pelas localidades em domínios chave como o social, o ensino, o desporto e a cultura, que constituem um elemento de coesão social que contribui para a qualidade de vida da população ribeirão-grandense.
Ensino profissional e ensino à distância	Através do programa EFTA, em 2005, foi possível ao concelho melhorar a sua escola profissional que é de extrema importância para uma população jovem que almeja precocemente o trabalho. Desde 2005 e até hoje a Escola Profissional da Ribeira Grande tem desempenhado um papel de integração e formação do tecido empresarial e empregado no concelho e ilha. A localização na Ribeira Grande da Universidade Aberta, única na Região, constitui uma mais-valia competitiva do concelho. A criação de uma Escola de Formação Agrícola no concelho poderá constituir outro importante pilar formativo.
Desportos radicais	O concelho da Ribeira Grande já possui alguma tradição ao nível do desenvolvimento de desportos radicais, como o surf, ainda com uma significativa margem de progressão.
Pontos Fracos	
Desemprego	Não obstante o aumento significativo da população ativa no concelho registado entre 2001 e 2011 (mais de 31%), o concelho de Ribeira Grande, neste mesmo período, é o que regista maior taxa de desemprego (15,6%), facto essencialmente ligado à forte recessão na construção, um dos setores económicos mais importantes do concelho.
Taxa de analfabetismo e abandono escolar	O concelho detém uma das taxas de analfabetismo e abandono escolar mais altas da RAA. Este facto evidencia fragilidades comparativamente com outros concelhos que detêm uma população ativa com mais literacia, logo mais apta.
Poder de compra	Ao nível do indicador per capita do Poder de Compra, o concelho da Ribeira Grande, com 63,31, encontra-se muito abaixo do valor padrão nacional (100) e também da média de referência da RAA (82,35).
Setor terciário	O concelho não possuiu um setor de serviços muito produtivo, aliás, é um setor relativamente pequeno para a sua dimensão e capacidade económica.

Êxodo dos jovens	As freguesias rurais do concelho estão a perder população jovem para os centros urbanos, o que fragiliza, ainda mais, a economia destes locais e aprofunda as assimetrias.
Saneamento básico	O concelho da Ribeira Grande ainda tem grande parte da sua rede de saneamento por efetuar. Retirando as freguesias da Maia e Rabo de Peixe, o concelho apresenta um saneamento antigo e deficitário.
Ocupação da orla costeira	A orla costeira do concelho deveria ser um dos pontos mais fortes, contudo, a sua ocupação por construção precária e historicamente voltada de costas para o mar deu origem a fenómenos e focos de desqualificação territorial. O abandono a que foram votados alguns dos elementos notáveis (e.g. moinhos, Porto de Santa Iria) também contribuiu para esta desqualificação.
Redução da biodiversidade	O aumento da pressão humana sobre os ecossistemas naturais, nomeadamente com a extensão das áreas de pastagens e a ocupação urbana desordenada, bem como a proliferação de espécies exóticas e infestantes, tem contribuído para a redução da biodiversidade no concelho.
Desordenamento urbano e expansão linear	O concelho apresenta focos de desordenamento urbano e tendências para a expansão urbana linear que rompem com o tradicional e equilibrado modelo de povoamento e geram focos de conflitos ao nível dos usos e insustentabilidade na gestão das infraestruturas e equipamentos.
Desqualificação urbana e ambiental	Os principais aglomerados urbanos do concelho sofrem de problemas de ordenamento e de manutenção e qualidade do tecido edificado e do espaço público que contribuem para uma imagem, em alguns pontos, bastante desqualificada do ponto de vista da qualidade urbana e ambiental.
Condições de mobilidade	Não obstante as boas acessibilidades, as condições da rede viária local e as próprias características geométricas dos traçados dificultam a mobilidade urbana.
Transporte coletivo	Em 2011 apenas 10% da população do concelho utilizava o autocarro nas suas deslocações diárias, o que demonstra a baixa utilização do transporte coletivo em detrimento do transporte individual.
Tecnologias de Informação e Comunicação	O acesso e utilização por parte do tecido empresarial do concelho das novas tecnológicas de informação e comunicação ainda são pouco relevantes.
Oportunidades	
Quadro Estratégico Comum 2014-2020 e POR Açores	As prioridades estratégicas e os instrumentos regulamentares do novo Quadro Estratégico Comum e o financiamento comunitário proporcionado pelo POR dos Açores, configuram uma oportunidade para a modernização da economia do concelho e criação de emprego, para uma maior inclusão social, para a requalificação urbana e ambiental, para o uso sustentável dos recursos, e para a melhoria das condições de mobilidade e de eficiência energética.
Estratégia de Especialização Inteligente da RAA – RIS3 Açores	A estratégia de especialização inteligente dos Açores constitui uma abordagem estratégica ao desenvolvimento económico da Região materializada através do apoio seletivo às atividades de investigação e de inovação focadas em domínios relevantes para a Região e para o concelho da Ribeira Grande - Agricultura, Pecuária e Agroindústria; Pescas e Mar; Turismo.

Estratégia do Mar e Programa de Desenvolvimento Rural	Considerando a importância do mar e do desenvolvimento rural na Região e no concelho, estes dois instrumentos facultam condições que poderão reforçar o cluster do mar neste território e proporcionar um maior desenvolvimento das atividades tradicionais, da agricultura, da agropecuária, da floresta e das comunidades rurais.
Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias (MAC) 2014-2020	Este Programa oferece uma dotação orçamental e condições de financiamento focadas em domínios de grande interesse para a Região e concelho da Ribeira Grande, em domínios diversos que vão desde a modernização do tecido empresarial à valorização dos recursos endógenos.
Revisão do Plano Diretor Municipal	A Revisão do PDM, definindo as condições do desenvolvimento territorial e de uso, ocupação e transformação do solo, tendo em conta as novas realidades e dinâmicas, é um instrumento fundamental no apoio ao desenvolvimento económico e melhoria da qualidade de vida da população.
Abertura do espaço aéreo açoriano a companhias áreas comerciais internacionais	Tudo indica que em 2015 será promovida a abertura do espaço aéreo a outras companhias internacionais de aviação comercial, nomeadamente as companhias <i>low cost</i> . Esta situação irá gerar modificações ao nível dos fluxos turísticos na região e dinamização do setor turístico. O concelho da Ribeira Grande possui um setor turístico muito pequeno e com pouca expressão na Região, situação que pode vir a ser modificada com esta situação, se acompanhada por medidas estruturais que potenciem os seus recursos e valores.
Investimento privado	A abertura do espaço aéreo da Região possibilitará uma maior mobilidade e fluxo de pessoas para os Açores e dos Açores para o exterior. A intensificação deste fluxo pode potenciar o investimento privado em áreas fulcrais da economia regional.
Ameaças	
Impacto da crise financeira na Europa	A crise económica da Europa e Portugal continua a criar instabilidade dos mercados, criando constrangimentos no desenvolvimento da atividade económica.
Instabilidade na política e comércio internacional	A instabilidade da política internacional pode produzir consequências graves para a atividade transformadora no concelho e para o equilíbrio da sua balança comercial. O exemplo é o caso recente de embargo à exportação de produtos para a Rússia. Uma parte significativa do setor transformador do concelho da Ribeira Grande exporta para o mercado russo, principalmente, laticínios e pescado.
Massificação turística	A abertura do espaço aéreo dos Açores pode conduzir a uma pressão para a reorientação dos investimentos turísticos desproporcionada e desajustada, prejudicando a imagem de grande qualidade ambiental e paisagística que o destino Açores oferece, precisamente o seu fator distintivo.



05. QUADRO ESTRATÉGICO DE REFERÊNCIA

4. Quadro Estratégico de Referência

4.1. Documentos estratégicos e programas de financiamento relativos ao período 2014-2020

4.1.1. Estratégia Europa 2020 e Quadro Estratégico Comum 2014-2020

A Europa encontra-se perante um cenário económico e social crítico, que exige novas estratégias de desenvolvimento e modelos de atuação. O desafio que se impõe é o de voltar a colocar a economia num caminho de crescimento sustentado, respondendo às grandes questões de longo prazo (tais como a globalização, a pressão sobre os recursos e o envelhecimento da população), e superando os problemas estruturais, económicos e sociais, agravados com a crise financeira de 2008.

A União Europeia (UE), consciente do desafio de voltar a colocar a economia num caminho de crescimento sustentado, definiu uma estratégia concertada de desenvolvimento que sustenta a visão e os objetivos a alcançar no horizonte 2020 – Estratégia Europa 2020 (EE2020).

A EE2020 responde a uma ambição que visa transformar a economia da UE numa economia inteligente, sustentável e inclusiva, que proporcione níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social, estabelecendo, para o efeito, três prioridades que se reforçam mutuamente:

- **Crescimento inteligente:** desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação, que propicie melhores resultados em matéria de educação, investigação e inovação, conhecimento e sociedade digital.
- **Crescimento sustentável:** promover uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e competitiva, pressupondo uma economia de baixo teor de carbono e eficiente na utilização sustentável dos recursos.
- **Crescimento inclusivo:** estimular uma economia com uma empregabilidade elevada que propicie uma maior coesão económica, social e territorial.

Estas três prioridades são acompanhadas de objetivos ambiciosos em matéria de emprego, investigação e desenvolvimento, alterações climáticas e energia, educação e pobreza e exclusão social e de iniciativas emblemáticas para o horizonte 2020 (Tabela 26).

Tabela 26. Prioridades e iniciativas emblemáticas da EE2020.

Fonte: SPI

Dados: Comissão Europeia, Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, COM(2010) 2020 final, 3 de março de 2010

Prioridade	Temática	Iniciativa emblemática
Crescimento Inteligente	Inovação	"União da Inovação"
	Educação	"Juventude em movimento"
	Sociedade Digital	"Agenda Digital para a Europa"
Crescimento Sustentável	Energia limpa e eficiente	"Uma Europa eficiente em termos de recursos"
	Competitividade	"Uma política industrial para a era da globalização"
Crescimento Inclusivo	Emprego	"Agenda para novas competências e empregos"
	Combate à pobreza	"Plataforma Europeia contra a pobreza"

A concretização da EE2020 passa pela formulação de objetivos, estratégias e planos próprios dos Estados-Membros, baseados em estratégias de especialização, que serão decisivas para o novo Quadro Estratégico Comum (QEC). As estratégias de especialização inteligente, tal como definidas pela Comissão Europeia (CE), são agendas de transformação económica integradas e de base local que concretizam um conjunto de objetivos fundamentais como: direcionar o apoio político e o investimento para as prioridades que promovem um desenvolvimento baseado no conhecimento; apostar nas mais-valias, vantagens competitivas e no potencial de excelência de cada região; apoiar fortemente a inovação; promover o envolvimento dos interessados.

Para Portugal, são definidas metas concretas tendo em conta os objetivos e prioridades da EE2020, que comparam com a situação em 2011 (Tabela 27).

Tabela 27. Metas de Portugal no âmbito da Estratégia Europa 2020 e situação em 2011.

Fonte: SPI

Dados: Governo de Portugal, Acordo de Parceria

Objetivo	Indicadores	Meta PT2020	2011
Reforço da I&D e da Inovação	Investimento: % do PIB	Entre 2,7% e 3,3%	1,5%
Melhor e Mais Educação	Taxa de abandono escolar precoce	10,0%	23,2%
	% População com ensino superior ou equiparado entre 30-34 anos	40,0%	26,1%
Clima/Energia	Emissões de gases de Efeito de estufa (variação % face a 2005 em emissões não CELE)	+1,0%	-8,0% ⁽¹⁾
	% Energias renováveis no consumo de energia final	31,0%	27,3%
	Eficiência Energética (ganho % no consumo de energia primária face a 2005)	20,0%	16,5%
Aumentar o emprego	Taxa de emprego (população 20-64 anos)	75,0%	69,1%
Combate à pobreza e às desigualdades sociais	Pessoas em risco pobreza ⁽²⁾ /exclusão social (variação face a 2008)	-200 mil	-156 mil

⁽¹⁾ Dados provisórios, com base na versão preliminar do inventário de emissões 2013⁽²⁾ Rendimentos referentes a 2010

O QEC 2014-2020, alicerçado numa nova política de coesão, tem como principal objetivo modernizar o funcionamento dos fundos e acompanhar de perto o direcionamento de recursos regionais para os desígnios da EE2020.

Para apoiar a consecução dos objetivos definidos na EE2020, a CE propõe-se investir, no período 2014-2020, mais de um bilião de euros, dos quais cerca de 32,5% nos instrumentos da política de coesão e 67,5% noutros instrumentos onde se incluem os Programas Horizonte 2020 e o COSME. Portugal terá acesso a uma verba de financiamento de 25,2 mil milhões, enquadrada no Acordo de Parceria (Portugal 2020), que definirá as prioridades do financiamento comunitário para 2014-2020 (Figura 149).

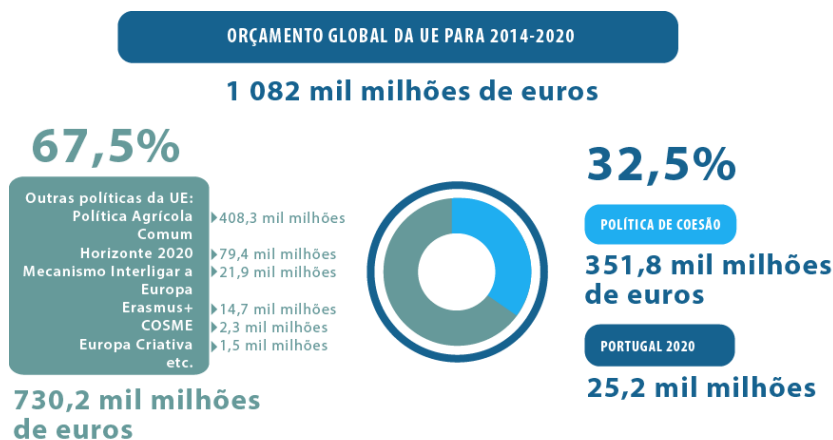


Figura 149. O investimento comunitário disponível para 2014-2020.

Fonte: SPI

Dados: Governo de Portugal, Acordo de Parceria

O QEC 2014-2020 é construído numa lógica de simplificação e agilização de procedimentos e de racionalização da afetação do investimento e dos apoios comunitários, pretendendo garantir uma maior coerência entre as políticas comunitárias e os investimentos e apoios, com base numa estrutura regulamentar comum e num conjunto de objetivos temáticos (Tabela 28).

Tabela 28. Objetivos do Quadro Estratégico Comum 2014-2020.

Fonte: SPI

Dados: Comissão Europeia, Elementos para um Quadro Estratégico Comum para o período de 2014 a 2020, SWD (2012) 61 final, 14 de março de 2012

Objetivos do QEC 2014-2020

- 1 Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
- 2 Melhorar o acesso às tecnologias de informação e comunicação
- 3 Aumentar a competitividade das pequenas e médias empresas
- 4 Apoiar a mudança para uma economia de baixo carbono
- 5 Promover uma maior adaptação às mudanças climáticas e prevenir riscos naturais
- 6 Proteger o ambiente e promover a eficiência de recursos
- 7 Promover os transportes sustentáveis e suprimir lacunas nas redes de infraestruturas âncora
- 8 Promover o emprego e apoiar a mobilidade no trabalho
- 9 Promover a inclusão social e o combate à pobreza
- 10 Investir na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida
- 11 Capacitar as instituições e promover a eficiência na administração pública

Tendo em conta os desafios desta nova abordagem introduzida pela EE2020 e pelo QEC 2014-2020, e de modo a maximizar os impactos dos fundos estruturais disponíveis, é crucial que a abordagem atenda ao quadro de prioridades estabelecidas e que seja trabalhada e adaptada aos diferentes contextos de atuação (nacional, regional e local).

Neste quadro, assume particular relevo a atuação das autoridades locais e o seu papel na definição de mecanismos que estimulem a mobilização dos agentes locais e da comunidade para a construção e implementação dos programas a contratualizar³⁷, que permitam atingir as metas estabelecidas.

4.1.2. Portugal 2020 – Acordo de Parceria

Através do Acordo de Parceria³⁸ (adotado em Julho de 2014 pela Comissão Europeia), que tem como base a EE2020 e o QEC 2014-2020, serão enquadradas as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover, em Portugal, o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo – Portugal 2020.

O Portugal 2020, que se alicerça numa visão que procura recuperar uma trajetória de crescimento e de emprego para o País, estrutura-se através de quatro domínios temáticos (competitividade e internacionalização; inclusão social e emprego; capital humano; e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos) e dois domínios transversais relativos à territorialização das intervenções e à reforma da administração pública.

Os fundos estruturais disponíveis serão, no período 2014 e 2020, um instrumento essencial de apoio ao desenvolvimento do País e à correção das assimetrias existentes³⁹. Esses fundos serão distribuídos segundo uma arquitetura que contempla: quatro programas operacionais temáticos no continente; cinco programas operacionais regionais (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo e Algarve); dois programas operacionais regionais nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores; e um programa operacional de assistência técnica, a que se juntam os Programas de Desenvolvimento Rural e das Pescas (Figura 150).

³⁷ Comissão Europeia, Elementos para um Quadro Estratégico Comum para o período de 2014 a 2020, SWD(2012) 61 final, 14 de março de 2012.

³⁸ A UE consagra a figura dos Contratos de Parceria, que irão incluir os compromissos assumidos regionalmente e que, alinhados com a política comunitária e com os programas nacionais de reforma, irão estabelecer uma “abordagem integrada para o desenvolvimento territorial sustentada pelos fundos do Quadro Estratégico Comum” - COM(2011) 500/II final, Communication from the Commission to the European Parliament, the Council, the European Economic and Social Committee and the Committee of the Regions 'A Budget For Europe 2020 - Part II - Policy Fiches', p. 5.

³⁹ Governo de Portugal, Apresentação do Acordo de Parceria 2014-2020.



Figura 150. Arquitetura operacional do Portugal 2020.

Fonte: SPI

Dados: Governo de Portugal, Acordo de Parceria

A experiência de aplicação dos fundos comunitários em Portugal com os desafios acrescidos que o atual contexto socioeconómico coloca à programação e implementação dos instrumentos de cofinanciamento, bem como com as linhas orientadoras do novo enquadramento regulamentar comunitário para o ciclo 2014-2020, conduzirão a algumas reorientações de carácter transversal na aplicação dos fundos comunitários em Portugal.

Este novo enquadramento da programação do financiamento comunitário será determinante no desenho das estratégias regionais e locais de desenvolvimento para 2014-2020, considerando que:

- Valoriza o apoio a intervenções devidamente interligadas e cujos efeitos se reforcem mutuamente;
- Identifica áreas de investimento público com potencial relevante de retorno financeiro, como a promoção da eficiência energética, os apoios a redes de infraestruturas ou a algumas respostas sociais diferenciadoras;
- Promove um reforço da coordenação e integração entre fundos comunitários;
- Privilegia a articulação entre a aplicação dos fundos e a formulação e implementação de políticas públicas estruturais em Portugal (como a política das cidades, a política de habitação, a reabilitação urbana e o desenvolvimento do espaço rural);
- Valoriza os instrumentos de planeamento estratégico.

Atendendo ao carácter transversal que o território assume na arquitetura do Portugal 2020, as estratégias a desenvolver devem assentar em abordagens territoriais integradas com elevado grau de maturidade e adequado enquadramento em termos de planeamento, de forma a aumentar as condições de sucesso na obtenção dos resultados.

4.1.3. Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores (RIS3)

No âmbito da EE2020, a Comissão Europeia elaborou em 2010 a proposta da iniciativa emblemática "União da Inovação"⁴⁰ como forma de encarar os desafios enfrentados pela Europa nos próximos anos. É neste contexto que foi lançado o conceito das Estratégias de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente, designadas de forma simplificada por Estratégias de Especialização Inteligente, ou ainda por RIS3.

No final de 2011, o desenvolvimento de RIS3 nas Regiões Ultraperiféricas foi anunciado como sendo uma prioridade da Presidência Açoriana da Conferência das Regiões Ultraperiféricas (2011-2012). Posteriormente, dando sequência aos esforços desenvolvidos nos últimos anos na área da promoção da inovação e da competitividade, foi elaborada a Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores.

O desenvolvimento desta Estratégia implicou, em primeiro lugar, uma definição das áreas temáticas a privilegiar. Tendo por base aspetos como os ativos existentes, as prioridades políticas regionais, ou o potencial abrangente destes setores ao nível do desenvolvimento económico e da geração de emprego na Região Autónoma dos Açores, foram selecionadas as seguintes áreas⁴¹:

- Agricultura, Pecuária e Agroindústria;
- Pescas e Mar;
- Turismo.

De seguida, foram propostas as prioridades estratégicas para cada uma das áreas temáticas identificadas (Tabela 29), tendo em vista a maximização dos impactos ao nível da competitividade e da inovação na Região e a promoção de um novo posicionamento dos Açores em cadeias de valor internacionais.

⁴⁰ Comissão Europeia, Iniciativa emblemática no quadro da estratégia Europa 2020 - União da Inovação, COM(2010) 546 final, 6 de outubro de 2010.

⁴¹ Governo Regional dos Açores, Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores – RIS3 Açores, 2014.

Tabela 29. Prioridades da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores.

Fonte: SPI

Dados: Governo Regional dos Açores, Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores – RIS3 Açores, 2014.

Prioridades Estratégicas	
Agricultura, Pecuária e Agroindústria	AGR1. Promoção da diversificação e da sustentabilidade dos sistemas de produção
	AGR2. Diferenciação e valorização dos produtos
	AGR3. Fomento das relações colaborativas e promoção de atividades inovadoras relacionadas com a Agricultura, Pecuária e Agroindústria
Pescas e Mar	MAR1. Reforço do posicionamento dos Açores como plataforma intercontinental na área do conhecimento sobre os oceanos
	MAR2. Aumento do valor dos produtos da pesca
	MAR3. Fomento das relações colaborativas e promoção de atividades inovadoras relacionadas com o mar
Turismo	TUR1. Aplicação das TIC no Turismo
	TUR2. Identificação e atração de segmentos turísticos específicos a nível internacional, na ótica do desenvolvimento de um turismo sustentável
	TUR3. Fomento das relações colaborativas e promoção de atividades inovadoras relacionadas com o turismo

Por último, e de modo a materializar a estratégia, foi definido um conjunto de projetos-piloto que permitam testar novas opções de desenvolvimento relevantes para a Região Autónoma dos Açores (Tabela 30).

Tabela 30. Projetos-piloto da Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores.

Fonte: SPI

Dados: Governo Regional dos Açores, Estratégia de Investigação e Inovação para a Especialização Inteligente da Região Autónoma dos Açores – RIS3 Açores, 2014.

Nome	Objetivo
CLUSTER – Programa de Clusterização	Dinamizar a colaboração entre entidades regionais e destas com entidades externas, fomentando os processos de inovação e internacionalização liderados pelo setor privado.
SMART-START – Programa internacional de atração de empreendedores qualificados	Atrair e fixar na Região empreendedores qualificados nas áreas de Especialização Inteligente dos Açores, potenciando as mais-valias económicas daí resultantes.
SUSTENTA – Sustentabilidade na agricultura e pecuária	Fomentar a investigação e aplicação de melhores práticas de sustentabilidade para o setor agrícola no Açores, através da realização de estudos e do reforço da colaboração entre diferentes entidades regionais.
DIVERURAL – Diversificação da atividade agrícola	Diversificar a produção agrícola, em particular hortofrutícola, da Região, diminuindo as importações de produtos alimentares.
AQUA – Centro experimental de aquacultura dos Açores	Desenvolver as competências científicas sobre a aquacultura na Região, analisar e promover a sua exploração económica.
VALORFISH – Valorização dos produtos da pesca	Aumentar as mais-valias económicas decorrentes da atividade piscatória nos Açores, com recurso a novas técnicas de processamento e embalagem ou acesso a novos mercados.
ATLANTIC PLATFORM – Escola intercontinental de formação avançada	Reforçar o posicionamento da Região como plataforma atlântica de conhecimento nas temáticas do mar e da vulcanologia.
OBSERMAR – Monitorização oceânica e dos ecossistemas	Reforçar o posicionamento da Região como plataforma intercontinental de monitorização do Atlântico.
SMART TOURISM – Laboratório de aplicação de tecnologias ao turismo	Aprofundar as competências da Região na área da aplicação das tecnologias ao turismo e aumentar a sua utilização pelas empresas da área do turismo nos Açores.
MARKETUR – Novos segmentos turísticos	Identificação de novos segmentos turísticos, com base nos elementos diferenciadores da Região.

Prevê-se que estes projetos criem condições para que os Açores possam, através da utilização apropriada dos mais recentes desenvolvimentos tecnológicos, inovar e criar novos produtos de valor acrescentado, contribuindo para a resolução de desafios sociais e promovendo o desenvolvimento económico da Região.

4.1.4. Programa Operacional para os Açores 2014-2020

O Programa Operacional dos Açores 2014-2020 (PO Açores 2014-2020), cuja preparação envolveu os vários atores da Região na definição dos objetivos e prioridades açorianos, compreende, em toda a amplitude, os desígnios principais da política regional, em linha com a EE2020 e o Portugal 2020. O PO Açores 2014-2020 visa o desenvolvimento da atividade económica baseada na inovação e no conhecimento, com maiores níveis de sustentabilidade e uma maior eficiência na utilização dos recursos, de forma a favorecer uma economia com níveis elevados de emprego e que assegure a coesão económica, social e territorial.

No período de programação 2014-2020, a visão que orientará a estratégia de desenvolvimento regional assenta na ambição dos Açores em se afirmarem como uma região europeia relevante, que pelo seu posicionamento geográfico e pelo seu contributo para a Estratégia da UE para a Área do Atlântico, terá um papel central no aproveitamento das oportunidades de desenvolvimento geradas pelo atlântico norte, sustentando-se em quatro linhas de orientação estratégica:

- Uma região aberta e inovadora, com um nível de produção económica que lhe permita ascender a um patamar superior no contexto regional europeu, em que a economia esteja assente numa base económica de exportação, dinâmica, integrada e diversificada;
- Um território relevante nos fluxos de bens e pessoas, no contexto do sistema logístico e de transporte marítimo entre a Europa e o Continente Americano, minimizando a condição ultraperiférica e a dispersão do território regional;
- Uma sociedade inclusiva e equilibrada, geradora de oportunidades de participação, de aprendizagem ao longo da vida, de acesso ao emprego e de inclusão das crianças e jovens, dos idosos e das famílias;
- Uma paisagem, um ambiente e uma vivência distintiva suportada num património natural e cultural diferenciado.

Para concretizar esta visão, o PO Açores 2014-2020 tem uma dotação financeira global de fundos comunitários de mais de 1,1 mil milhões de euros, sendo estes valores apenas referentes a dois fundos (FEDER e FSE), não se incluindo os valores relativos às Pescas/Mar e à Agricultura. Se for adicionado a este montante o esforço financeiro da responsabilidade dos beneficiários regionais no complemento do financiamento dos projetos, poder-se-á atingir, em 2020, um investimento global de perto de 1,4 mil milhões de euros, um valor muito significativo de investimento na Região.

No período de programação que se inicia, a proporção do FSE é de 28% (entre 2007 e 2013 foi de 16%), sem contar com o reforço proveniente do PO da Inclusão Social e Emprego no âmbito da Iniciativa Emprego Jovem. Em termos nominais, trata-se de uma dotação de 315 milhões, sem contar com mais de 10 milhões de euros que integram o PO temático, o que implica um desafio na capacidade de execução regional.

Cerca de 412,5 milhões de euros de fundos estruturais, metade de toda a dotação do fundo estrutural FEDER, estão concentrados em temas relativos ao que se tem designado de crescimento inteligente, compreendendo o apoio ao investimento empresarial, à investigação aplicada e à inovação, às tecnologias de informação e de comunicação e à eficiência energética.

Porém, é na aposta nas empresas regionais, nos seus projetos de crescimento, de modernização e de internacionalização, que se consignam mais de 303 milhões de euros de fundos estruturais, ou seja, cerca de $\frac{3}{4}$ do total direcionado para o crescimento inteligente. Esta aposta está sustentada em sistemas de incentivos e de fomento de investimentos privados robustos, diversificados, mas afinados e orientados para as necessidades de apoio ao investimento privado das empresas presentes na região açoriana.

Relativamente ao investimento em educação, formação profissional e na aprendizagem, a aposta da Região representa perto de 500 milhões de euros, maioritariamente disponibilizados pelo FSE. Discriminando este volume significativo dos fundos que nos Açores se concentram nestes temas, destacam-se os recursos aplicados na integração sustentada de desempregados no mercado de trabalho, com particular ênfase para a integração dos jovens e para a promoção do autoemprego.

Em complemento, cerca de 172 milhões de euros serão aplicados em infraestruturas e equipamentos sociais orientados para as crianças, jovens e idosos, em investimentos na rede de saúde pública, em programas de emprego, em ações no âmbito da economia social, em iniciativas de promoção do acesso dos grupos mais vulneráveis ao mercado de trabalho e no fomento do empreendedorismo social. Quanto à intervenção na rede pública de ensino, estão consignados recursos superiores a 225 milhões de euros, destinados a apoiar a construção e remodelação das escolas, a formação profissional, a reconversão de ativos e o combate ao abandono precoce, entre outros.

As intervenções no território, nas redes de infraestruturas, no ambiente, na prevenção de riscos e nos transportes ascenderão a cerca de 220 milhões de euros, destacando-se o setor dos transportes com perto de 68% desta dotação. Existem ainda dotações de escala inferior para ações e projetos relativos à capacitação institucional e de assistência técnica. Merecem igualmente referência algumas ações que se articulam com o PO Açores, mas que são inseridas em programas temáticos de âmbito nacional, como é o caso do financiamento das obras em portos e infraestruturas marítimas (previsto no PO da Competitividade e Internacionalização).

Em conclusão, a estratégia de investimento do PO da Região dos Açores 2014-2020 assenta em 13 eixos prioritários, com prioridades de investimento bem definidas, como anteriormente descrito (Tabela 31).

Tabela 31. Eixos Prioritários do PO Açores.

Fonte: SPI

Dados: Governo Regional dos Açores - Direção Regional do Planeamento e Fundos Estruturais, Programa Operacional Açores 2014-2020, Agosto de 2014

Eixos Prioritários
Eixo 1: Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
Eixo 2: Melhorar o Acesso às Tecnologias da Informação e da Comunicação, bem como a sua Utilização e Qualidade
Eixo 3: Competitividade das Empresas Regionais
Eixo 4: Economia de Baixo Carbono
Eixo 5: Alterações climáticas e Prevenção e Gestão de Risco
Eixo 6: Ambiente e Eficiência dos Recursos
Eixo 7: Transportes Sustentáveis e Principais Redes de Infraestruturas
Eixo 8: Emprego e Mobilidade Laboral
Eixo 9: Inclusão Social e Combate à Pobreza
Eixo 10: Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida
Eixo 11: Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente
Eixo 12: Alocação Específica para a Ultraperiferia
Eixo 13: Assistência Técnica

4.1.5. Sistema de Incentivos Competir +

O Sistema de Incentivos para a Competitividade Empresarial (Competir+), enquadrado no PO Açores 2014-2020, é o principal instrumento de apoio ao investimento privado na Região Autónoma dos Açores para o período 2014-2020. O Competir+ tem como principais objetivos⁴²:

- Promover a criação de emprego durável e sustentável;
- Criar bens e serviços transacionáveis e de carácter inovador, reforçando a capacidade de exportação das empresas regionais;
- Estimular a densificação do tecido económico regional e a integração dos diferentes setores de atividade na economia global;

⁴² Decreto Legislativo Regional n.º 12/2014/A, Diário da República, 1ª série – n.º 130 – 9 de julho de 2014.

- Alterar o perfil de especialização da economia regional e promover novas áreas de crescimento económico;
- Estreitar o relacionamento do setor produtivo tradicional com outros setores de potencial económico ainda não desenvolvido;
- Atrair investimento externo;
- Diferenciar e valorizar os recursos endógenos, os produtos regionais e o património cultural e natural;
- Promover um posicionamento diferenciado a nível internacional dos produtos com potencial de exportação, nomeadamente os relativos à agricultura, pecuária, agroindústria e pesca;
- Aproveitar o conhecimento científico para a valorização de recursos e para a criação de novos negócios;
- Constituir a Região Autónoma dos Açores como um destino turístico de excelência para segmentos de mercado específicos e estruturar uma oferta qualificada;
- Ajudar a criar e a manter atividades empresariais nos centros urbanos, tornando-as catalisadoras de criatividade, de inovação e de desenvolvimento económico;
- Incitar as empresas regionais a realizar investimentos que lhes possibilitem a contenção de custos e o desenvolvimento das suas atividades de uma forma mais eficiente;
- Estimular a cooperação entre empresas, associações empresariais, municípios e entidades do sistema científico e tecnológico regional, tendo em vista a melhoria da competitividade do tecido económico regional;
- Dinamizar parcerias que promovam as conexões intrarregionais;
- Incentivar o planeamento integrado, o aproveitamento de sinergias, o desenvolvimento de economias de escala e a defesa de interesses económicos comuns;
- Compensar as empresas regionais de custos adicionais resultantes da prossecução de atividades económicas numa região ultraperiférica.

Para a consecução destes objetivos, o Competir+ é constituído por 7 subsistemas:

- Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação;
- Subsistema de Incentivos para a Internacionalização;
- Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado;
- Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação;

- Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo;
- Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local;
- Subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial.

Subsistema de Incentivos para o Fomento da Base Económica de Exportação

Este subsistema de incentivos pretende alargar a base económica de exportação da economia regional, incentivando a realização de projetos de investimento que se direcionem para os mercados exteriores à Região e que se desenvolvam em áreas como o agroalimentar, a economia do mar, a indústria transformadora, as indústrias de base florestal, o turismo, a economia digital, as indústrias criativas, a logística e outras atividades com potencial de criação de bens e serviços transacionáveis⁴³.

No caso específico do turismo, são suscetíveis de apoio no âmbito deste subsistema um vasto conjunto de projetos incluindo: a instalação de meios de alojamento que se enquadrem nas vertentes de turismo no espaço rural e turismo de habitação; a instalação e beneficiação de empreendimentos turísticos que possuam instalações termais; a instalação, ampliação ou beneficiação de estabelecimentos de restauração e similares; a construção de campos de golfe; a criação de parques temáticos; e a remodelação e beneficiação dos empreendimentos turísticos existentes, valorizando aspetos e características que lhes confirmam uma identidade própria no contexto da oferta turística regional.

Subsistema de Incentivos para a Internacionalização

O presente subsistema tem como objetivo aumentar a presença das empresas regionais nos mercados exteriores à Região, mediante compensação dos custos adicionais decorrentes da sua condição ultraperiférica.

Subsistema de Incentivos para o Urbanismo Sustentável Integrado

Este subsistema visa reposicionar as atividades empresariais dos centros urbanos e revitalizar os espaços públicos integrados em áreas limitadas, nas vertentes de eficiência energética, qualidade ambiental, redes de comunicação, mobilidade, transportes e atratividade turística⁴⁴.

Para o efeito, são apoiados projetos desenvolvidos obrigatoriamente em parceria entre empresas, associações empresariais e câmaras municipais, numa das seguintes tipologias: projetos de modernização, remodelação, beneficiação ou ampliação de estabelecimentos

⁴³ Decreto Regulamentar Regional n.º 19/2014/A, Diário da República, 1ª série – n.º 182 – 22 de setembro de 2014.

⁴⁴ Decreto Regulamentar Regional n.º 18/2014/A, Diário da República, 1ª série – n.º 181 – 19 de setembro de 2014.

empresariais existentes nos centros urbanos, nomeadamente nos setores do comércio, da restauração e dos serviços; projetos de qualificação dos espaços públicos dos centros urbanos; e projetos de dinamização e animação dos centros urbanos e de melhoria da envolvente empresarial. De referir que estes projetos devem fazer parte de um Programa de Urbanismo Sustentável Integrado para uma área delimitada, que deverá incluir, entre outros aspetos, um diagnóstico e uma análise SWOT dessa área, e um conjunto de medidas e projetos a desenvolver.

Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação

O Subsistema de Incentivos para a Qualificação e Inovação tem como objetivo promover a qualidade e inovação junto das empresas regionais, pela via da produção de novos ou melhorados bens e serviços, de novos processos de produção, de novos modelos organizacionais ou de estratégias de marketing, que suportem a sua progressão na cadeia de valor e o reforço da orientação para os mercados externos à Região⁴⁵. Para a consecução deste objetivo, este subsistema apoia projetos de investimento em duas tipologias: investimentos de inovação produtiva e investimentos em sistemas de qualidade.

Na primeira tipologia, são apoiados projetos de fabricação de novos bens e serviços, de adoção de novos, ou significativamente melhorados, processos ou métodos de fabrico, de logística e distribuição, de expansão de capacidades de produção em atividades com procuras internacionais dinâmicas, de criação de empresas intensivas em tecnologia e conhecimento, entre outros.

Na segunda tipologia, são apoiados projetos de controlo de qualidade e melhoria de processos, produtos e serviços, de medição sistemática de satisfação de clientes e colaboradores, etc.

Subsistema de Incentivos para o Empreendedorismo Qualificado e Criativo

O presente subsistema pretende estimular o aparecimento de novos empreendedores e fortalecer uma cultura empresarial baseada no risco e na vontade empreendedora, incentivando a realização de projetos de investimento que contribuam para a diversificação e renovação do tecido empresarial regional⁴⁶. Para tal, este subsistema prevê o apoio a projetos desenvolvidos por jovens empreendedores em setores como a indústria, a restauração e similares, e os serviços.

Para além disso, o subsistema em análise contempla ainda a realização de ações coletivas de empreendedorismo (como criação de espaços de desenvolvimento empresarial e reforço das

⁴⁵ Decreto Regulamentar Regional n.º 16/2014/A, Diário da República, 1ª série – n.º 179 – 17 de setembro de 2014.

⁴⁶ Decreto Regulamentar Regional n.º 21/2014/A, Diário da República, 1ª série – n.º 196 – 10 de outubro de 2014.

suas valências para os empreendedores, e participação em redes internacionais de apoio ao empreendedorismo), em consonância com o Plano Estratégico para o Fomento do Empreendedorismo na Região Autónoma dos Açores 2013-2016.

Subsistema de Incentivos para o Desenvolvimento Local

Este subsistema tem como objetivos incentivar a realização de projetos de investimento de modernização dos estabelecimentos existentes, dinamizar o mercado interno e expandir a capacidade produtiva da Região Autónoma dos Açores⁴⁷.

Para o cumprimento destes objetivos, são suscetíveis de apoio no âmbito deste subsistema projetos de instalação, modernização, remodelação, beneficiação ou ampliação vocacionados para a satisfação do mercado local e para a dinamização do mercado interno, em setores como a indústria, o comércio, a restauração e similares, e os serviços.

Subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial

O Subsistema de Apoio à Eficiência Empresarial visa a melhoria das condições gerais de competitividade das empresas regionais no seu todo ou a nível de um setor ou grupo de setores, através do apoio ao desenvolvimento de projetos numa das seguintes tipologias: ações coletivas de eficiência empresarial; e constituição de *clusters*⁴⁸.

Na primeira tipologia, são apoiados projetos diversos incluindo informação, observação e vigilância prospetiva e estratégica, criação e dinamização de redes de suporte às empresas, sensibilização para os fatores críticos de competitividade e para o espírito empresarial, realização de atividades de coordenação e gestão de parcerias, no âmbito de ações coletivas de desenvolvimento empresarial, e promoção, facilitação e incentivo ao acesso a programas de cofinanciamento comunitário.

Relativamente à segunda tipologia, são privilegiadas para apoio, no âmbito do processo de constituição de *clusters*, áreas como o agroalimentar, o turismo, a economia do mar, as indústrias de base florestal, a economia digital, a saúde e bem-estar, as energias renováveis e as indústrias criativas.

4.1.6. Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias (MAC) 2014-2020

⁴⁷ Decreto Regulamentar Regional n.º 20/2014/A, Diário da República, 1ª série – n.º 183 – 23 de setembro de 2014.

⁴⁸ Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2014/A, Diário da República, 1ª série – n.º 179 – 17 de setembro de 2014.

O Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias (MAC) 2014-2020 abrange os arquipélagos dos Açores e da Madeira, em Portugal, e das Canárias, em Espanha, estendendo-se a Cabo Verde, à Mauritânia e ao Senegal (Figura 151).



Figura 151. Espaço coberto pelo MAC 2014-2020.

Fonte: Autoridade de Gestão do Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias, Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias 2014-2020, 2014.

O MAC 2014-2020 foi elaborado tendo por base os objetivos da EE2020 e da Estratégia Marítima para a Região Atlântica⁴⁹ e combinou duas vertentes de intervenção (transnacional e transfronteiriça), de acordo com o disposto no artigo 3.7 do Regulamento (UE) n.º. 1299/2013⁵⁰. Segundo o MAC 2014-2020, esta estrutura promove uma maior integração territorial, através da aplicação de medidas direcionadas para abordar desafios comuns (próprias da vertente transfronteiriça marítima) e de ações de caráter transnacional tendentes a reforçar um modelo de desenvolvimento económico sustentável.

A contribuição do Programa para as estratégias supramencionadas concretiza-se mediante uma aposta nas seguintes prioridades:

- Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, em particular, nas áreas ligadas ao oceano (mar profundo, tecnologia marinha, biodiversidade);

⁴⁹ Comissão Europeia, Desenvolver uma estratégia marítima para a Região Atlântica, COM (2011) 782 final, 21 de novembro de 2011.

⁵⁰ Regulamento (EU) n.º 1299/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro de 2013 relativo às disposições específicas aplicáveis ao apoio prestado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional ao objetivo da Cooperação Territorial Europeia.

- Gerar novas atividades de investigação e inovação, especialmente em tecnologias emergentes, assim como criar e melhorar as capacidades científicas e tecnológicas;
- Aumentar a transferência e difusão de tecnologia, e a cooperação entre empresas e universidades ou outros centros de investigação;
- Aumentar a competitividade e projeção internacional das PME;
- Melhorar a capacidade de adaptação às alterações climáticas diminuindo o grau de vulnerabilidade dos territórios às mesmas;
- Melhorar a capacidade de resposta aos possíveis riscos naturais que afetam o espaço de cooperação;
- Aumentar a atração das áreas naturais, em particular as de interesse turístico;
- Proteger e melhorar a conservação dos espaços naturais e a sua biodiversidade, em particular no que respeita aos espaços protegidos;
- Consolidar estratégias de cooperação entre os diferentes agentes que operam na área elegível do Programa;
- Aprofundar as relações económicas e comerciais, com particular atenção à melhoria das condições de sustentabilidade das empresas e organizações.

Estas prioridades serão materializadas através de um conjunto de medidas, associadas a 6 eixos prioritários (Tabela 32) e envolvendo incentivos comunitários (FEDER) no valor de 110 milhões de euros (66 milhões de euros na vertente transfronteiriça e 44 milhões de euros na vertente transnacional).

Tabela 32. Eixos prioritários do MAC 2014-2020.

Fonte: SPI

Dados: Autoridade de Gestão do Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias, Programa de Cooperação Madeira-Açores-Canárias 2014-2020, 2014.

Eixos Prioritários
Eixo 1: Promover a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
Eixo 2: Melhorar a competitividade das PME
Eixo 3: Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
Eixo 4: Conservar e proteger o meio ambiente e promover a eficiência dos recursos
Eixo 5: Melhorar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública
Eixo 6: Assistência técnica

4.1.7. Plano de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020 (PRORURAL+) e POSEI+

O Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020, doravante designado por PRORURAL+, sinaliza um conjunto de sinais positivos na evolução do complexo agroflorestal do arquipélago nos últimos anos, destacando-se o aumento significativo da dimensão média das explorações agrícolas, o crescimento do número de efetivos na atividade agroflorestal e a modernização das explorações e da indústria.

No entanto, de acordo com o mesmo documento, persistem ainda importantes debilidades, quer na estrutura produtiva, com um conjunto de explorações a exercer a atividade num quadro de condições pouco dinâmicas em termos técnicos e tecnológicos, quer na transformação, com infraestruturas pouco associadas a estratégias de aumento do valor dos produtos e de exploração de novos mercados.

A título de exemplo, no setor do leite, observa-se uma forte concentração da estrutura de produção primária e da indústria agrotransformadora na fabricação de leite e laticínios. Com a liberalização das quotas leiteiras e com a consequente intensificação da produção em alguns países da UE, será importante, segundo o PRORURAL+, um maior investimento na investigação/inação orientada para a diferenciação de produtos e para o aumento da eficiência na produção e transformação através, por exemplo, da utilização de energias renováveis.

No setor da carne, subsiste ainda um elevado número de explorações tradicionais, com pouco valor acrescentando e com margem de melhoria em termos de organização, sendo necessário para o Programa em análise a integração dos produtores e demais estruturas numa fileira em consolidação.

Nos restantes setores (horticultura, fruticultura, floricultura e plantas ornamentais, vinha e mel), verifica-se uma diminuição ao longo da última década das áreas e das explorações agrícolas, excetuando as referentes à produção hortícola e de flores. Não obstante o decréscimo verificado e os condicionalismos ao desenvolvimento deste tipo de atividades, persiste, de acordo com o PRORURAL+, a necessidade de haver um conjunto de atividades com potencial de crescimento, baseadas nomeadamente na qualidade ambiental.

Neste sentido, a proposta do PRORURAL+ considera a necessidade de intervir em três domínios transversais: ambiente, mitigação e adaptação às alterações climáticas, e inovação. Uma análise prévia a estes três domínios resultou na identificação de necessidades específicas a abordar no âmbito do PRORURAL+, destacando-se:

- Acautelar impactes sociais e ambientais negativos;
- Adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas de cada território;

- Assegurar a sustentabilidade das explorações agrícolas do ponto de vista económico, social e ambiental;
- Assegurar o desenvolvimento de atribuições, competências e de padrão de serviços dos técnicos;
- Atenuar as agressões da atividade agrícola e florestal sobre os recursos nas zonas rurais;
- Aumentar o valor acrescentado do setor agrotransformador;
- Conservar e valorizar o património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico;
- Continuar a estratégia de melhoria de infraestruturas de apoio à atividade agrícola e florestal;
- Criar agrupamentos de produtores com capacidade de armazenamento e escoamento;
- Criar o Incentivo ao Seguro Agrícola;
- Desenvolver tecnologia e prestar serviços de qualidade de apoio à produção e à indústria regional;
- Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes;
- Dinamizar o uso da floresta e apoiar a utilização das terras florestais através de pagamentos silvoambientais e Natura 2000;
- Diversificar a economia e promover a criação de emprego nas comunidades rurais;
- Estimular a I&D agropecuária, florestal e agroalimentar na Região;
- Garantir o fornecimento de bens públicos;
- Incentivar práticas agrícolas e florestais e modos de produção que promovam a proteção da biodiversidade;
- Manter a agricultura e a população agrícola em determinados territórios mais frágeis do ponto de vista social e económico;
- Melhorar a capacidade de comercialização dos produtos florestais;
- Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais;
- Melhorar as competências da esfera da gestão técnica das explorações e empresas agrotransformadoras e florestais;
- Organizar a fileira florestal;

- Organizar a gestão da água;
- Preservar recursos genéticos e paisagísticos;
- Promover a aplicação de novas técnicas e métodos silvícolas com o objetivo de aumentar o desempenho das explorações florestais;
- Promover a proteção dos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais e a atenuação das alterações climáticas;
- Promover a melhoria da eficiência energética;
- Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural;
- Qualificar os produtores agrícolas e florestais;
- Reforçar as relações entre a produção primária e a agroindústria;
- Reforçar o papel protetor da floresta;
- Utilizar as TIC na diminuição dos custos de insularidade.

Por sua vez, foram definidas prioridades de intervenção como resposta às necessidades identificadas (Tabela 33).

Tabela 33. Prioridades do Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020.

Fonte: SPI

Dados: Governo Regional dos Açores, Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020, 2014.

P1	P2	P3	P4	P5	P6
1A – Incremento da inovação, cooperação e desenvolvimento da base de conhecimentos nas zonas rurais	2A – Melhoria do desempenho económico de todas as explorações agrícolas e facilitação da reestruturação e modernização das explorações agrícolas tendo em vista nomeadamente aumentar a participação no mercado e a orientação para esse mesmo mercado, assim como a diversificação agrícola	3A – Aumento da competitividade dos produtos primários mediante a sua melhor integração na cadeia agroalimentar através de sistemas de qualidade, do acréscimo de valor aos produtos agrícolas, da promoção em mercados locais e circuitos de abastecimento curtos, dos agrupamentos e organizações de produtores e das organizações interprofissionais	4A – Restauração, preservação e reforço da biodiversidade, inclusivamente nas zonas Natura 2000, nas zonas sujeitas a condicionantes naturais ou outras condicionantes específicas e nas zonas agrícolas de elevado valor natural, bem como das paisagens europeias	5A – Melhoria da eficiência na utilização da água pelo setor agrícola	6A – Facilitação da diversificação, da criação e do desenvolvimento das pequenas empresas, bem como da criação de empregos
1B – Reforço das ligações entre a agricultura, a produção alimentar e a silvicultura e a investigação e a inovação, inclusive na perspetiva de	2B – Facilitação da entrada de agricultores com qualificações adequadas no setor agrícola e, particularmente, da	3B – Apoio à prevenção e gestão de riscos das explorações agrícolas	4B – Melhoria da gestão da água, assim como dos adubos e pesticidas	5B – Melhoria da eficiência na utilização da energia no setor agrícola e indústria alimentar	6B – Fomento do desenvolvimento local nas zonas rurais

P1	P2	P3	P4	P5	P6
uma melhor gestão e desempenho ambientais	renovação geracional				
1C – Incentivo da aprendizagem ao longo da vida e da formação profissional nos setores agrícola e florestal	-	-	4C – Prevenção da erosão dos solos e melhoria da gestão dos solos	5C – Facilitação do fornecimento e utilização de fontes de energia renováveis, subprodutos, resíduos, desperdícios e outras matérias-primas não alimentar para promover a bioeconomia	6C – Melhoria da acessibilidade, utilização e qualidade das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em zonas rurais.
-	-	-	-	5D – Redução das emissões de gases com efeito estufa e de amoníacos provenientes da agricultura	-
-	-	-	-	5E – Promoção da conservação e do sequestro de carbono na agricultura e na silvicultura	-

A correspondência existente entre as necessidades diagnosticadas e as prioridades de intervenção definidas é ilustrada na Tabela 34.

Tabela 34. Correspondência entre necessidades diagnosticadas e prioridades de intervenção.

Fonte: SPI

Dados: Governo Regional dos Açores, Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020, 2014.

Necessidades	P1			P2		P3		P4			P5					P6			Domínios transversais		
	1A	1B	AC	2A	2B	3A	3B	4A	4B	4C	5A	5B	5C	5D	5E	6A	6B	6C	Ambiente	Alterações climáticas	Inovação
Acautelar impactes sociais e ambientais negativos								x	x	x	x	x	x	x	x				x		
Adequar a oferta de respostas sociais existentes às necessidades específicas de cada território																x	x	x			
Assegurar a sustentabilidade das explorações agrícolas do ponto de vista económico, social e ambiental				x	x														x		
Assegurar o desenvolvimento de atribuições, competências e de padrão de serviços dos técnicos	x	x	x																x		
Atenuar as agressões da atividade agrícola e florestal sobre os recursos nas zonas rurais								x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	
Aumentar o valor acrescentado do setor agrotransformador				x	x														x	x	x
Conservar e valorizar o património natural e paisagístico, cultural e arquitetónico																x	x	x	x		
Continuar a estratégia de melhoria de infraestruturas de apoio à atividade agrícola e florestal				x	x															x	
Criar agrupamentos de produtores com capacidade de armazenamento e escoamento						x	x														x
Criar o Incentivo ao Seguro Agrícola						x	x														x

Necessidades	P1			P2		P3		P4			P5					P6			Domínios transversais		
	1A	1B	AC	2A	2B	3A	3B	4A	4B	4C	5A	5B	5C	5D	5E	6A	6B	6C	Ambiente	Alterações climáticas	Inovação
Desenvolver tecnologia e prestar serviços de qualidade de apoio à produção e à indústria regional	x	x	x																		x
Dinamizar a criação de novas empresas e qualificar as existentes																x	x	x			x
Dinamizar o uso da floresta e apoiar a utilização das terras florestais através de pagamentos silvoambientais e Natura 2000								x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	
Diversificar a economia e promover a criação de emprego nas comunidades rurais																x	x	x			x
Estimular a I&D agropecuária, florestal e agroalimentar na Região	x	x	x																		x
Garantir o fornecimento de bens públicos								x	x	x	x	x	x	x	x				x		
Incentivar práticas agrícolas e florestais e modos de produção que promovam a proteção da biodiversidade								x	x	x		x	x	x	x				x	x	
Manter a agricultura e a população agrícola em determinados territórios mais frágeis do ponto de vista social e económico				x	x														x		
Melhorar a capacidade de comercialização dos produtos florestais						x	x														x
Melhorar a sustentabilidade dos povoamentos florestais				x	x														x	x	x
Melhorar as competências da esfera da gestão técnica das explorações e empresas agrotrotransmadoras e florestais	x	x	x																		x
Organizar a fileira florestal						x	x												x	x	
Organizar a gestão da água								x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	

Necessidades	P1			P2		P3		P4			P5					P6			Domínios transversais		
	1A	1B	AC	2A	2B	3A	3B	4A	4B	4C	5A	5B	5C	5D	5E	6A	6B	6C	Ambiente	Alterações climáticas	Inovação
Preservar recursos genéticos e paisagísticos								x	x	x	x	x	x	x	x				x		
Promover a aplicação de novas técnicas e métodos silvícolas com o objetivo de aumentar o desempenho das explorações florestais	x	x	x																x	x	x
Promover a proteção dos recursos hídricos e do solo e a prevenção de riscos naturais e a atenuação das alterações climáticas								x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	
Promover a melhoria da eficiência energética				x	x														x	x	
Promover produtos e serviços ligados ao mundo rural																x	x	x			
Qualificar os produtores agrícolas e florestais	x	x	x																x	x	x
Reforçar as relações entre a produção primária e a agroindústria						x	x														x
Reforçar o papel protetor da floresta								x	x	x	x	x	x	x	x				x	x	x
Utilizar as TIC na diminuição dos custos de insularidade																x	x	x			x

Em termos operacionais, o PRORURAL+ prevê incentivos comunitários (FEADER) no valor de 295 milhões de euros, que serão mobilizados para materializar as prioridades de intervenção definidas, através das medidas identificadas na tabela abaixo.

Tabela 35. Medidas do PRORURAL+.

Fonte: SPI

Dados: Governo Regional dos Açores, Programa de Desenvolvimento Rural da Região Autónoma dos Açores 2014-2020, 2014.

Medidas
Medida 1: Transferência de conhecimentos e ações de informação
Medida 2: Serviços de aconselhamento agrícola e florestal e serviços de gestão agrícola
Medida 3: Regimes de qualidade para os produtos agrícolas e géneros alimentícios
Medida 4: Investimentos em ativos físicos
Medida 5: Restabelecimento do potencial de produção agrícola afetado por catástrofes naturais e acontecimentos catastróficos e introdução de medidas de prevenção adequadas
Medida 6: Desenvolvimento das explorações agrícolas e das empresas
Medida 7: Serviços básicos e renovação das aldeias em zonas rurais
Medida 8: Investimentos no desenvolvimento das zonas florestais e na melhoria da viabilidade das florestas
Medida 9: Criação de agrupamentos e organizações de produtores
Medida 10: Agroambiente e clima
Medida 11: Agricultura biológica
Medida 12: Pagamentos a título da Rede Natura 2000 e da diretiva quadro da água
Medida 13: Pagamentos a favor de zonas sujeitas a condicionantes naturais ou a outras condicionantes específicas
Medida 15: Serviços silvo ambientais e climáticos e conservação das florestas
Medida 16: Cooperação
Medida 17: Gestão de riscos
Medida 19: LEADER
Medida 20: Assistência técnica

No final, pretende-se que o PRORURAL+ seja um instrumento fundamental na estruturação de canais comerciais que permitam a exportação de produtos especializados para o mercado externo, no fomento da sustentabilidade ambiental na Região Autónoma dos Açores e na promoção da atratividade e estabilidade social e económica dos territórios rurais.

4.1.8. Estratégia e Programa Operacional Mar 2020

O Programa Operacional Mar 2020 tem como principal objetivo apoiar a consecução da Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020 e respetivo plano de ação (Plano Mar Portugal).

A Estratégia Nacional para o Mar apresenta como visão, para o período 2013-2020 “o mar-Portugal é um desígnio nacional cujo potencial será concretizado pela valorização económica, social e ambiental do oceano e das zonas costeiras, para benefício de todos os portugueses.”⁵¹

Para o efeito, este Programa Operacional prevê um volume de fundo comunitário (FEAMP) de 392 milhões de euros, que será alocado às seguintes prioridades:

- Promover uma pesca competitiva, ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora e baseada no conhecimento;
- Promover uma aquicultura competitiva, ambientalmente sustentável, eficiente em termos de recursos, inovadora e baseada no conhecimento;
- Fomentar a execução da Política Comum das Pescas, através da melhoria e fornecimento de conhecimentos científicos e da melhoria da recolha e gestão de dados, bem como, através da prestação de apoio ao acompanhamento, ao controlo e à execução;
- Aumentar o emprego e a coesão territorial, através da promoção do crescimento económico, da inclusão social e da criação de empregos e prestação de apoio à empregabilidade e mobilidade laboral nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura;
- Promover a comercialização e a transformação, através da melhoria da organização do mercado dos produtos da pesca e da aquicultura e do incentivo ao investimento nos setores da transformação e da comercialização; e
- Fomentar a execução da Política Marítima Integrada.

⁵¹ Governo de Portugal, Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020, 2013

4.2. Instrumentos de Gestão Territorial e Outros Planos

4.2.1. Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores

O Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores (POTRAA) é um plano sectorial aplicável a todo o território da Região Autónoma dos Açores que define a estratégia de desenvolvimento sustentável do setor do turismo e o modelo territorial a adotar. A vocação fundamental deste plano é agregar os esforços e iniciativas da administração pública regional e local, assim como de toda a sociedade açoriana, em torno de um conjunto de objetivos comuns partilhados, procurando definir uma estratégia de desenvolvimento turístico para todo o arquipélago. Neste sentido, é um instrumento orientador dos diversos agentes económicos e disciplinador da ação administrativa, definindo para cada ilha os produtos turísticos estratégicos e a evolução da oferta turística até 2015⁵².

Em trâmites gerais, o POTRAA estabelece e justifica as opções e os objetivos do sector turístico com incidência territorial e define normas de execução, vinculando as entidades públicas às indicações por si estabelecidas. Este instrumento é composto por um relatório técnico que procede ao diagnóstico da situação territorial sobre a qual o instrumento intervém, onde se identifica a fundamentação técnica das opções e objetivos estabelecidos e integra peças gráficas necessárias à representação da respetiva expressão territorial.

Assim, como objetivo global, o POTRAA define o desenvolvimento e afirmação de um sector turístico sustentável, que garanta o desenvolvimento económico, a preservação do ambiente natural e humano e que contribua para o ordenamento do território insular e para a atenuação da disparidade entre os diversos espaços constitutivos da região. Este objetivo global resultou da conjugação dos quatro grandes desígnios construídos a partir do cenário proposto:

- A promoção do desenvolvimento do sector turístico açoriano tendo em vista dotá-lo das capacidades necessárias e suficientes para cumprir os desígnios que os grandes documentos de estratégia regional lhe associam;
- A garantia de que o desenvolvimento do sector se processará dentro de estritos padrões de sustentabilidade ambiental, social e económica;
- A contribuição do sector para um correto aproveitamento e gestão de todo o território insular, evitando, deste modo, conflitos entre funções e interesses, bem como a ocupação impensada e incontrolada do território;

⁵² Importa referir que o POTRAA, na redação do decreto legislativo regional nº 38/2008/A de 11 de Agosto, estará em vigor até ao final do ano de 2015, devendo ser revisto pelo Governo Regional até ao termo da sua vigência.

- A adoção de uma perspetiva de desenvolvimento turístico suscetível de contribuir para a justiça territorial e a solidariedade entre as partes constitutivas de todo o território.

Este instrumento possui ainda um conjunto de objetivos complementares, designadamente:

- Desenvolvimento das diversas componentes do sistema turístico regional, de forma a torná-lo mais competitivo e suscetível de assumir um lugar de destaque na economia regional;
- Garantia de uma correta expansão das atividades turísticas, evitando conflitos com outras funções e proporcionando uma ocupação e mobilização do território de acordo com as políticas regionais de ordenamento do território e com normas específicas a definir em sede de Plano;
- Estabelecimento de medidas tendo em vista garantir que o desenvolvimento do sector turístico regional se processe de forma harmónica e equilibrada tendo em conta as características naturais, humanas, económicas específicas da Região, garantindo, deste modo, a sua continuidade no tempo em condições de manutenção de competitividade e qualidade;
- Adoção de medidas tendo como objetivo garantir uma repartição equilibrada dos fluxos turísticos de acordo com as potencialidades e capacidades das diversas ilhas, mas também, dentro de cada uma destas, entre as diversas áreas que as constituem (de acordo com as vocações específicas).

A concretização destes objetivos será conseguida através da implementação das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento, que envolvem um conjunto de objetivos específicos para cada componente específica de territorialização.

Sendo o POTRAA um instrumento que vincula diretamente a Administração Pública, as diretrizes, medidas e indicações contidas no plano devem ser integradas e desenvolvidas em instrumentos de gestão territorial ou estudos subsequentes mais detalhados. As normas de ocupação do território que o POTRAA define visam, fundamentalmente, o desenvolvimento controlado das estruturas turísticas, de modo a não comprometer a capacidade futura da região. A transposição destas indicações para o âmbito concelhio, dada a escala “macro” a que se apresentam as plantas síntese, deve ser detalhada ao nível do Plano Diretor Municipal (PDM), apoiando-se no POTRAA apenas como enquadramento regional de referência.

Neste âmbito, são definidas unidades de organização territorial de diferentes tipos – espaços urbanos de eventual desenvolvimento turístico, espaços específicos de vocação turística, espaços rurais e outros não diferenciados. Para todos eles o POTRAA define um conjunto de indicações e regras de ocupação e desenvolvimento turístico a estabelecer nos PDM ou outros instrumentos de gestão territorial da Região Autónoma dos Açores.

O relatório técnico associado ao POTRAA estabelece que o sistema turístico regional assenta num desenvolvimento assimétrico e interdependente. No centro desse sistema encontra-se a Ilha de São Miguel com um posicionamento estratégico no domínio do turismo de excelência e que se encontra num estágio de desenvolvimento estruturado em forte ascensão. Esta caracterização advém das suas características “muito fortes” ao nível do potencial intrínseco dos recursos turísticos existentes, da diversidade e originalidade destes, e das dinâmicas de desenvolvimento, atuais e expetáveis, do turismo na Região.

Os principais produtos turísticos existentes e que devem ser incluídos numa estratégia específica de oferta são:

- Vulcanismo (aposta central);
- Paisagem diversificada, património edificado, história e manifestações culturais;
- *Meetings Industry*;
- Termalismo;
- Eventos;
- Náutica de recreio e mergulho;
- Golfe;
- Desportos radicais;
- Gastronomia; e,
- Pedestrianismo.

Um dos elementos a destacar no POTRAA é a definição da capacidade máxima e distribuição de camas por ilha, que constitui a capacidade de carga turística da região segundo uma oferta equitativa e equilibrada. No caso da Ilha de São Miguel, o número de camas existentes em 2005 encontrava-se nas 4.854 camas, representando cerca de 57,1% da capacidade total da Região Autónoma dos Açores. O Plano propõe que se atinga a meta das 7.605 camas em 2015, significando um aumento de 56,7% em 10 anos. Dada a variabilidade das dinâmicas insulares, definiu-se uma margem de variação de 761 camas, o que pressupunha que se pudesse atingir, no horizonte de vigência do Plano, um total de 8.366 camas na Ilha de S. Miguel. Pela Resolução do Conselho de Governo nº 61/2000, de 13 de maio, o valor de 761 camas foi diminuído para 221 camas, pelo que o número total de camas admissíveis também sofreu uma alteração (7.826).

Em síntese, o POTRAA visa um crescimento sustentável do turismo no arquipélago dos Açores, procurando combater possíveis assimetrias intrarregionais, regulando os investimentos turísticos e definindo os principais produtos turísticos a explorar em cada ilha. Deste modo, procura-se promover uma oferta diversificada, distribuindo pelas “ilhas periféricas” os fluxos turísticos que chegam às ilhas com acessibilidades diretas com o exterior.

4.2.2. Plano de Ordenamento da Orla Costeira da Ilha de São Miguel

O POOC da Costa Norte da Ilha de São Miguel, aprovado pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 6/2005/A, de 17 de fevereiro, compreende o troço Feteiras-Fenais da Luz-Lomba de São Pedro. É neste troço de costa, com uma extensão para o interior de 500 metros, que ocorrem a maioria das dinâmicas urbanas da costa norte e se encontram os principais valores naturais e culturais, refletindo a diversidade deste território.

O POOC é um plano de natureza regulamentar, implicando a adaptação dos instrumentos de gestão territorial de ordem inferior – como os planos municipais de ordenamento do território – às suas orientações, vinculando programas e projetos de iniciativa pública e privada.

As características geológicas do território costeiro da costa norte da Ilha de São Miguel, onde se inscreve o concelho da Ribeira Grande, fomentam a erosão pela ação da rebentação das ondas na linha de costa. Sendo um espaço frágil por natureza e sobre o qual a ocupação urbana exerce grande pressão, é frequente neste troço de costa ocorrerem situações em que a erosão marítima representa uma ameaça à segurança das populações. Nesse sentido, o POOC da Costa Norte da Ilha de São Miguel procura preservar os recursos e valores naturais existentes na orla costeira, regulamentando a ocupação, os usos e a transformação dos solos abrangidos no seu âmbito.

O POOC define as normas de gestão urbanística a observar na execução do Plano, visando a prossecução dos seguintes objetivos:

- O ordenamento dos diferentes usos e atividades específicas da orla costeira;
- Proteção da integridade biofísica do território;
- Valorização dos recursos existentes e dos aglomerados urbanos;
- Defesa, recuperação e conservação dos valores ambientais e paisagísticos terrestres e marinhos;
- Reestruturação das frentes urbanas, face à salvaguarda dos recursos litorais;
- Controlo e gestão de fenómenos urbanos relacionados com a atratividade do litoral;

- Orientação do desenvolvimento turístico da orla costeira, como complemento da rede urbana atual;
- Valorização das praias e zonas balneares;
- Promoção da adoção de medidas de prevenção dos riscos naturais;
- Instrumento de suporte à gestão integrada do litoral;
- Promoção de um quadro de mudança ou de transição, necessário à sustentação do desenvolvimento socioeconómico da área de intervenção.

Em suma, os objetivos gerais deste Plano contemplam a visão integrada dos problemas do litoral com incidência sobre a orla costeira, a qualificação das áreas urbanas, estabilizando os seus perímetros e frentes de mar, a prevalência do interesse público sobre o privado nas utilizações da orla marítima e o desenvolvimento dos processos naturais costeiros tendo em consideração o meio marinho.

4.2.3. Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores

O Plano Regional de Ordenamento do Território dos Açores (PROTA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 26/2010/A, de 12 de agosto, aplica-se a todo o território da Região Autónoma dos Açores. Como instrumento de gestão territorial de natureza estratégica, este Plano ancorou a sua proposta de modelo territorial nas opções de base nacional, conforme a sua tradução no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território, publicado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2006, de 27 de abril, transpondo para o âmbito regional as grandes diretrizes estratégicas a nível nacional.

A elaboração do PROTA foi enquadrada por um conjunto de instrumentos de base normativa ou de carácter programático em vigor na Região, sendo um instrumento vinculativo para as entidades públicas. Estabelece o quadro de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território e para a definição e enquadramento de programas de intervenção cuja natureza e âmbito comportem significativas implicações territoriais.

No sentido de se assegurar o desenvolvimento económico e social sustentável do arquipélago, procurando aproveitar o posicionamento geoestratégico Atlântico, mas tendo em contas as debilidades de região insular e periférica, o PROTA define uma estratégia de desenvolvimento assente nos seguintes objetivos gerais:

- Desenvolver, no âmbito regional, as opções nacionais da política de ordenamento do território e das políticas sectoriais traduzindo, em termos espaciais, os grandes

objetivos de desenvolvimento económico, social e ambiental da Região Autónoma dos Açores (RAA);

- Formular a estratégia regional de ordenamento territorial e o sistema de referência para a elaboração de planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território;
- Orientar a compatibilização prospetiva das diferentes políticas sectoriais com incidência espacial, com destaque para o ambiente e recursos naturais, acessibilidades, transportes e logística, agricultura e desenvolvimento rural, economia, turismo e património cultural;
- Introduzir a especificidade do planeamento e gestão integrada de zonas costeiras tendo em conta, entre outros aspetos, a diversidade de situações de ocupação humana, os valores ecológicos existentes e as situações de risco identificadas;
- Contribuir para a atenuação das assimetrias de desenvolvimento intrarregionais, atendendo às especificidades de cada ilha;
- Promover a estruturação do território, definindo a configuração do sistema urbano, rede de infraestruturas e equipamentos, garantindo a equidade do seu acesso, bem como as áreas prioritárias para a localização de atividades económicas e de grandes investimentos públicos;
- Defender o valor da paisagem, bem como o património natural e cultural enquanto elementos de identidade da Região, promovendo a sua proteção, gestão e ordenamento, em articulação com o desenvolvimento das atividades humanas;
- Reforçar a participação dos agentes e entidades interessadas, através da discussão e validação das opções estratégicas do modelo territorial adotado.

Com base nestes objetivos gerais, o PROTA estabelece um conjunto de sete metas fundamentais que estabelecem uma Visão para os Açores até 2016 (Tabela 36).

Tabela 36. Metas do PROTA.

Fonte: PROTA, 2010

Eixos Estratégicos
Meta 1: Um espaço de excelência científica e tecnológica nos domínios da insularidade, maritimidade e sustentabilidade com capacidade de atração de população jovem qualificada
Meta 2: Um destino turístico de referência nos domínios do turismo rural, do turismo natureza, do turismo descoberta e do golfe, com maior valor acrescentado regional
Meta 3: Uma região reconhecível diferenciadamente por produtos agroalimentares de referência, de qualidade, de segurança alimentar e com maior incorporação de conhecimento
Meta 4: Uma região de referência na utilização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) como forma de combate à ultraperifericidade e à fragmentação territorial e no ordenamento territorial
Meta 5: Uma região com níveis elevados de autossuficiência e segurança energéticas
Meta 6: Uma região pioneira na promoção de modelos de acessibilidade e mobilidade ajustados à minimização da fragmentação territorial e da insularidade e à defesa da sustentabilidade ambiental e paisagística
Meta 7: Uma região reconhecida pelos seus recursos e valores patrimoniais naturais e paisagísticos únicos e identitários do seu território

O modelo territorial para o arquipélago dos Açores, que constitui o quadro de ordenamento estabelecido para a Visão Açores 2016, evidencia a estrutura geral de organização do território e as suas relações dinâmicas, o sentido de evolução dos sistemas estruturantes e suas interdependências. A sua explicitação tem em conta as diversas escalas de análise e os diversos sistemas estruturantes do território. Nesse sentido, para a ilha de São Miguel, que se distingue das demais pela sua dimensão, importância e diversidade, o modelo territorial definido estrutura os seis concelhos, com dinâmicas bastante distintas, de entre os quais se destaca o concelho e a cidade de Ponta Delgada, classificado como cidade-porta e sede de um conjunto alargado de funções de nível regional.

Deste modo, o modelo territorial definido para a Ilha de São Miguel evidencia e reforça as grandes dinâmicas relacionais e os principais eixos de comunicação. Estes eixos relacionais partem de Ponta Delgada, onde se concentram as grandes infraestruturas portuárias e aeroportuárias da ilha, e englobam, num primeiro enlace, na forma de triângulo, Lagoa e Ribeira Grande, e num segundo enlace mais amplo, para nascente, as restantes sedes concelhias, de Vila Franca do Campo, Povoação e Nordeste, bem como alguns aglomerados secundários, também eles localizados junto à costas.

No que se refere aos sistemas de proteção e valorização ambiental, o PROTA confere especial atenção às áreas nucleares de conservação da Ilha de S. Miguel, prevendo a respetiva sujeição a medidas prioritárias de valorização dos respetivos habitats, incluindo, no seu interior, lagoas com uma dimensão considerável e que constituem valores paisagísticos notáveis. As áreas nucleares de conservação da natureza correspondem às áreas mais importantes sob o ponto de vista da conservação e da biodiversidade de recursos, integrando as Áreas da Rede Natura

2000 da Região e as Áreas Protegidas vigentes, quadro em que será efetuado o reordenamento territorial proposto relativo ao novo regime jurídico relativo à classificação, gestão e administração das áreas protegidas nos Açores.

A ilha de São Miguel possui potencialidades no domínio da exploração das energias renováveis, com destaque para a eólica, a geotérmica e a hídrica. No modelo territorial também se apresenta um conjunto de localizações favoráveis à instalação ou ampliação de unidades de produção para estas três formas complementares de energia.

A definição da visão estratégia para o concelho da Ribeira Grande, no horizonte 2020, deve assentar nos pressupostos definidos no PROTA, adaptando-se às necessidades e desafios futuros identificados no diagnóstico realizado ao concelho. Para além disso, as propostas definidas devem ter especial atenção às limitações derivadas da legislação especial, referente à Rede Regional de Áreas Protegidas da Região, servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

4.2.4. Revisão do Plano Diretor Municipal da Ribeira Grande

O município da Ribeira Grande possui um Plano Diretor Municipal (PDM) vigente desde 2006, tendo sido ratificado por Decreto Regulamentar Regional n.º 17/2006/A, de 10 de abril, após mais de 10 anos de elaboração. Ao longo desse período as realidades nacionais e regionais, assim como a estrutura legal do ordenamento do território, sofreram alterações profundas, sendo que muitas das disposições aprovadas não se coadunam com as necessidades atuais.

Cinco anos após a entrada em vigor do PDM da Ribeira Grande, foi importante perceber o estado de adaptação desse PDM, elaborado à luz dos pressupostos dos meados da década de 90, à realidade dos tempos atuais. Nesse sentido, a Câmara Municipal realizou uma avaliação para aferir a necessidade da revisão do PDM, tendo-se apoiado no Relatório do Estado do Ordenamento do Território e no Plano Estratégico do Concelho existente.

Os levantamentos e estudos realizados no âmbito do Relatório do Estado do Ordenamento do Território determinaram a necessidade de revisão do Plano de acordo com os seguintes fundamentos:

- Alteração do quadro estratégico de referência que orientou a elaboração do Plano Diretor Municipal atualmente em vigor – cujos estudos de caracterização foram realizados em 1992 – nomeadamente alterações demográficas, sociais, económicas;
- Dificuldades e incongruências na aplicação das normativas consagradas no Plano Diretor Municipal em vigor decorrentes, em parte, pelo facto do Plano ter entrado em vigor mais de 10 anos após a elaboração dos estudos que determinaram o quadro de referência;

- Crescente complexidade do quadro legal e alterações na disciplina do ordenamento do território que incidem sobretudo nos domínios da gestão urbanística, nomeadamente quanto à garantia de execução e financiamento e à obrigatoriedade de definição de mecanismos de perequação compensatória;
- Novas exigências ambientais;
- Necessidade de compatibilização com Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) aprovados ou em curso com aplicação na Região Autónoma dos Açores (RAA).

A revisão do Plano Diretor Municipal, atualmente em curso, reflete a vontade de abraçar novos objetivos estratégicos de desenvolvimento para o concelho da Ribeira Grande. Pretende-se um Plano atual e adaptado às novas realidades sociais e económicas, regionais e concelhias, e uma regulamentação dos usos e funções do solo mias consentânea com essas dinâmicas.

4.2.5. Plano Estratégico da Ribeira Grande

Em 2010, a Câmara Municipal da Ribeira Grande definiu um Plano Estratégico ancorado num programa de ações para o desenvolvimento do concelho. Tendo por base um diagnóstico prospetivo do território e o conjunto de orientações estratégicas emanadas de outros instrumentos estratégicos, como o Plano Regional de Ordenamento do Território para os Açores, foi definida uma 'visão' para o concelho: " Ribeira Grande, concelho que se consolida e atrai, em busca de mais e melhor vida.

Citando o documento, esta frase sintetiza algumas das metas estratégicas que se pretendem atingir, nomeadamente:

- "Ribeira Grande, concelho que se consolida – isto é, um território que tem uma história, na sua vida social, económica e cultural, que assenta num conjunto de raízes que estão bem firmes e são conhecidas, mas que carecem de ser cuidadas e tratadas para garantir que se transformem na estrutura sólida do edifício que se pretende para a Ribeira Grande. Nestas raízes, de que nas atividades económicas sobressaem as extrativas, as marítimas, as agroalimentares, e algumas transformadoras assentará o crescimento global do concelho, numa ótica de sustentabilidade e de evolução concertada, garantindo-se nesta vertente a maior fatia da estratégia a implementar.
- Ribeira Grande, concelho que se potencia – isto é, um espaço onde existem especificidades que o diferenciam, cuja valorização poderá constituir um trunfo para o desenvolvimento do concelho. São nichos de atividades e/ou produtos, alguns dos quais podem até ser tradicionais, que carecem duma nova prospetiva de enquadramento ou integração que os possa potenciar. Nestas atividades, de que o turismo, os produtos exóticos e a geotermia são exemplos, assentará a diversificação

do crescimento do concelho. Congregará o conjunto de projetos e ações que implicam algum risco acrescido, um novo olhar sobre os produtos e os mercados, enfim será um campo onde se procura potenciar o que a Ribeira Grande tem de diferente.

- Ribeira Grande, concelho que atrai – isto é, um município que aposta em trazer ao seu território em primeiro lugar os restantes residentes na ilha de S. Miguel, mas também os visitantes e turistas que por ela passam. Será um concelho com um olhar voltado para fora, para a diáspora que dele emanou e ainda emana, mas também de toda a diáspora açoriana e da área de influência que ela tem, procurando atrair não só as pessoas, entre os quais os jovens qualificados, mas também os capitais, as redes de cidades, de concelhos e de especialidades, nomeadamente de tecnologias de informação e comunicação, que possam colocar a Ribeira Grande no mapa do mundo global em que se insere.
- Ribeira Grande, concelho em busca de mais e melhor vida – isto é um território em que a intervenção humana se construa no intuito de proporcionar mais e melhor vida a quem o utiliza: os residentes, os que nele trabalham e ainda os visitantes e turistas. Mais e melhor vida em termos ambientais, de usufruto da natureza, da construção urbana, da ocupação de espaços produtivos, das atividades desportivas, sociais e culturais. Contudo, ainda mais e melhor vida na valorização do património natural e construído, da herança tangível e intangível, do conhecimento e do saber. Tudo isto e ainda mais e melhor vida na Ribeira Grande, num processo de aposta constante na inovação, nas novas tecnologias de informação e comunicação e num envolvimento permanente das pessoas e dos agentes económicos, sociais, culturais, desportivos, da administração e outros, na construção dum fluxo cada vez maior, como se duma ribeira grande se tratasse”.

Esta visão consubstancia-se em quatro vetores estratégicos, bem como outros tantos objetivos estratégicos e define quatro programas específicos (Tabela 37).

Tabela 37. Síntese da visão estratégica.

Fonte: CMRG, Plano Estratégico da Ribeira Grande, 2010

Objetivos estratégicos	Vetores estratégicos			
	Ambiente e Paisagismo	Atividades Económicas	Animação (Turística, Desportiva, Cultural e de Lazer)	Conhecimento (Inovação, Saber, Ciência, Tecnologia e Comunicação)
Ribeira Grande - concelho que cresce solidamente nas raízes/vocações tradicionais	Programa Ribeira Grande Consolida (Natureza e Paisagismo)	Programa Ribeira Grande Consolida (Atividades Económicas)	Programa Ribeira Grande Consolida (Desporto, Cultura e Lazer)	Programa Ribeira Grande Consolida (Tecnologia e Comunicação)
Ribeira Grande - concelho que potencia as singularidades	Programa Ribeira Grande Potencia (Natureza e Paisagismo)	Programa Ribeira Grande Potencia (Atividades Económicas)	Programa Ribeira Grande Potencia (Turismo, Desporto e Cultura)	Programa Ribeira Grande Potencia (Tecnologia e Comunicação)
Ribeira Grande - concelho de convergência da diáspora e dos micalenses	Programa Ribeira Grande Convida (Ambiente, Natureza e Paisagismo)	Programa Ribeira Grande Convida (Captação de Investidores)	Programa Ribeira Grande Convida (Turismo, Desporto e Cultura)	Programa Ribeira Grande Convida (Inovação e Saber)
Ribeira Grande - concelho que qualifica a vida	Programa Ribeira Grande Vida (Qualificação Urbana)	Programa Ribeira Grande Vida (Relocalização de Atividades)	Programa Ribeira Grande Vida (Desporto, Cultura e lazer)	Programa Ribeira Grande Vida (Inovação, Saber, Ciência, Tecnologia e Comunicação)
Ribeira Grande - governança participada				

Para a implementação da visão estratégica são igualmente estabelecidas orientações para a governança, estimando-se, igualmente, um intervalo de investimento para implementação do Plano Estratégico, num período de 10 anos, entre os 200 e os 300 milhões de euros, financiado pela Câmara Municipal e pelo Governo Regional.

Esta visão estratégica tem também uma tradução territorial que reflete propostas de ocupação territorial prioritárias (Figura 152) que visam potenciar as principais vocações do território, distinguindo duas grandes zonas:

- Ribeira Grande - Poente Intersectorial, onde se propõe o desenvolvimento orientado para a diversificação e expansão organizada das atividades económicas e de valorização das condições de vida do grande potencial humano e urbano.
- Ribeira Grande - Nascente Ambiental, para a qual se propõe a valorização da natureza, do homem e das suas tradições em meio rural, alicerçada nas características tradicionais e culturais do território.

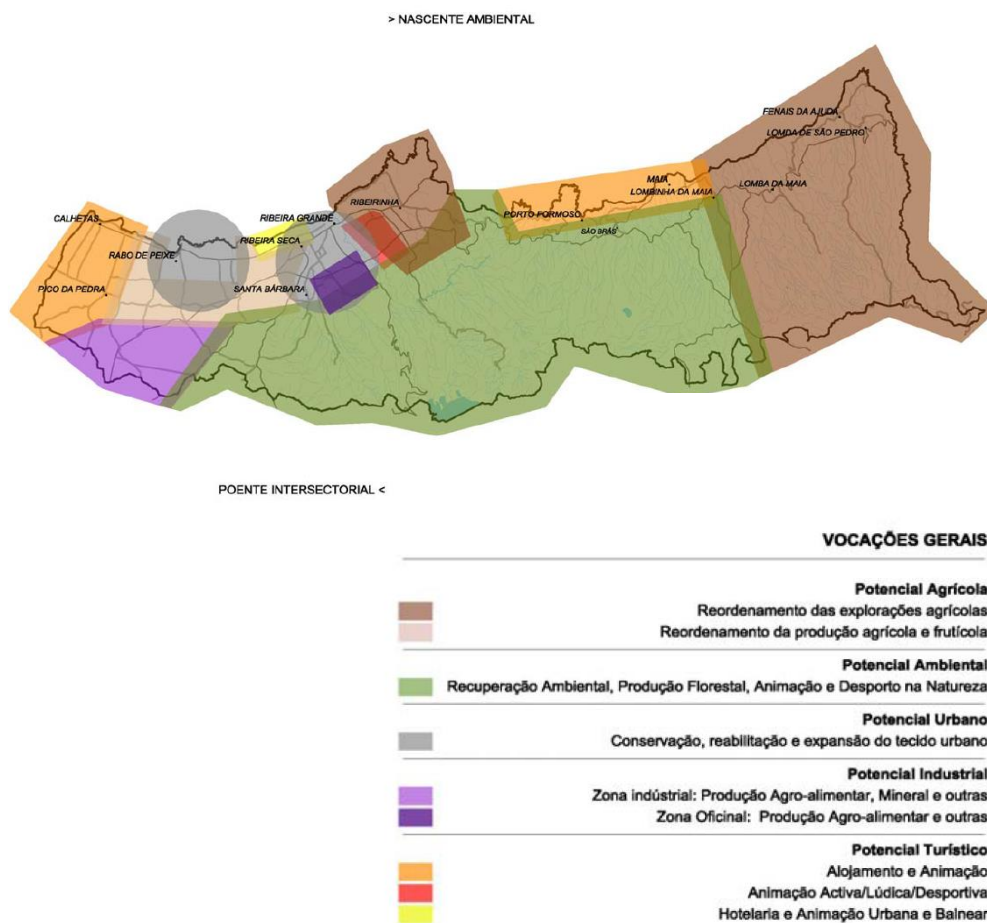


Figura 152. Propostas de Ocupação Territorial Prioritária para o concelho.

Fonte: CMRG, Plano Estratégico da Ribeira Grande, 201